



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E BIOCÊNCIAS
PPGENFBIO

Luiz Henrique Chad Pellon

As representações eugênicas da assistência na revista Ceará Medico
(1930-1935)

Rio de Janeiro
2013

Luiz Henrique Chad Pellon

As representações eugênicas da assistência na revista Ceará Medico (1930-1935)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências, Área de Concentração: ENFERMAGEM, BIOCÊNCIAS, SAÚDE, AMBIENTE E CUIDADO

Orientador: Prof. Dr. Wellington Mendonça de Amorim

Rio de Janeiro
2013

P392 Pellon, Luiz Henrique Chad.
As representações eugênicas da assistência na revista Ceará Medico
(1930-1935) / Luiz Henrique Chad Pellon, 2013.
220 f. ; 30 cm

Orientador: Wellington Mendonça de Amorim.
Tese (Doutorado em Enfermagem e Biociências) – Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

1. Centro Medico Cearense. 2. Ceará Medico (Revista). 3. Saúde
Pública - Ceará - História. 4. Enfermagem. I. Amorim, Wellington
Mendonça de. II. Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro.
Centro de Ciências Biológicas e de Saúde. Programa de Pós-
Graduação em Enfermagem e Biociências. III. Título.

CDD – 362.1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luiz Henrique Chad Pellon

As representações eugênicas da assistência na revista Ceará Medico (1930-1935)

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em
Enfermagem e Biociências, Área de
Concentração: ENFERMAGEM,
BIOCIÊNCIAS, SAÚDE, AMBIENTE
E CUIDADO.

Aprovada em 18 de dezembro de 2013.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Dr. Wellington Mendonça de Amorim (Orientador) - UNIRIO

Prof. Dr. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho - UFRJ

Prof^ª Dr^a Ana Karine Martins Garcia - UFC

Prof. Dr. Dr. Fernando Rocha Porto - UNIRIO

Prof^ª Dr^a Nébia Maria Almeida de Figueiredo – UNIRIO

DEDICATÓRIA

À Deus por essa oportunidade singular de angariar conhecimento, à meu pai Fabiano (*in memoriam*) e à minha mãe Helena, aos meus filhos Íris e Uirá e demais parentes, amigos e colegas que contribuíram de alguma forma para que pudesse cumprir os desígnios desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço desejo consagrar minha gratidão a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para que este momento se tornasse o resultado de um esforço partilhado:

Aos meus familiares, mãe, irmãos e filhos, pela paciência e compreensão diante das muitas ausências.

Ao meu orientador, Wellington Mendonça de Amorim, pelo estímulo incansável, pela paciência e pela confiança depositada em mim, na crença de que seria possível alcançarmos novos horizontes.

Aos colegas de DESP, pela força reiterada a cada momento difícil com o exemplo e a palavra amiga de cada um.

Aos membros da banca examinadora pela cumplicidade no caminhar.

À Ana Karine Martins Garcia, pela ajuda e estímulo.

Aos amigos, pelo apoio e compreensão pelas ausências.

Aos funcionários da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará, do Arquivo Público do Estado do Ceará, da Biblioteca Menezes Pimentel, da Associação Cearense de Medicina e do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, pelo acolhimento e pelo desvelo no auxílio à busca por documentos.

A todos aqueles que por um lapso de memória foram esquecidos, mas, que contribuíram de alguma forma para que esse trabalho se concretizasse.

RESUMO

PELLON, Luiz Henrique Chad. As representações científicas da assistência na revista Ceará Medico (1931-1935). 2013, 220 f. Tese (Doutorado em Enfermagem e Biociências) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Em 1913 nasceu o Centro Medico Cearense (CMC), entidade associativa que congregava um grupo de médicos, farmacêuticos e odontólogos do estado do Ceará que publicou com regularidade um periódico médico-científico que se convencionou chamar Ceará Medico. O CMC juntamente com o seu periódico teve suas atividades interrompidas em 1919 e retornou em 1928 com a publicação do seu periódico. Em 1932 o Centro Medico Cearense passou por uma revisão de seus estatutos, onde consignou o apoio concedido pelo Centro às obras que tivessem por base a eugenia e a exclusão dos odontólogos e farmacêuticos da associação. Portanto este estudo objetivou caracterizar a materialidade do Ceará Medico e; discutir as implicações das leituras das representações científicas eugênicas para a configuração de um campo de práticas sanitárias no estado do Ceará. Sua proposta metodológica se vê alicerçada na abordagem teórica da Nova História Cultural, conforme postulada por Roger Chartier, que prioriza a análise documental para se compreender os processos envolvidos na construção do sentido de realidade a partir da produção, circulação e recepção dos textos impressos. O corpus de documentos-objetos foi constituído pelas edições da revista Ceará Medico publicadas no período de 1930 a 1935. A análise dos dados confluiu para a construção de três categorias: revista Ceará Medico: entre a materialidade e distinção médica; leituras científicas e representações da eugenia; representações e práticas da eugenia. Com a expansão do Estado - providência de Vargas, o discurso pró-natalista contribuiu para que medidas de ampliação do cuidado desvelado à mulher e à criança passassem a compor o elenco das atividades sanitárias governamentais que concorreram com as atividades filantrópicas desenvolvidas no âmbito da Santa Casa de Misericórdia por membros do Centro Medico Cearense. Para fazer frente à necessidade de representar-se como enunciador privilegiado das ciências médicas do estado diante da expansão dos serviços de saúde pública sob intervenção federal, o Ceará Medico afinou-se com os estudos sobre eugenia e a ordenação das práticas de obstetrícia e puericultura, posicionando-se como um braço de resistência das reformas na área da saúde pública. Portanto, conclui-se que o projeto político-cultural da revista Ceará Medico foi se apropriar do estatuto da ciência eugênica para manter a autoridade de ordenar o campo sanitário cearense por meio das representações de assistência à saúde.

Palavras-chave: Enfermagem. História. Saúde Pública.

ABSTRACT

PELLON, Luiz Henrique Chad. As representações científicas da assistência na revista Ceará Medico (1931-1935). 2013, 220 f. Tese (Doutorado em Enfermagem e Biociências) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

In 1913 Centro Medico Cearense (CMC) was born, associative entity which brought together a group of doctors, pharmacists and dentists in the state of Ceará, which regularly published a medical journal what is called Ceará Medico. The CMC which along with its regular activities had stopped in 1919, returned in 1928 with the publication of his journal. In 1932 Centro Medico Cearense underwent a revision of its statutes, which registered the support provided by the Centre to works that were based on eugenics and the exclusion of dentists and pharmacists association. Therefore this study aimed to characterize the materiality of Medical and Ceará, to discuss the implications of the readings of eugenic for configuring a field sanitation practices in the state of Ceará scientific representations. His methodological approach is grounded in theoretical approach sees the New Cultural History, as postulated by Roger Chartier, which prioritizes the document analysis to understand the processes involved in building the sense of reality from the production, circulation and reception of printed texts. The corpus of documents-objects comprised editions of the journal Ceará Medico between the period 1930 and 1935. Data analysis answers resulted in the construction of three categories: Ceará Medico magazine: between materiality and medical distinction; scientific readings and representations of eugenics; representations and practices of eugenics. With the expansion of the state - providence of Vargas government, the pronatalist discourse contributed to expanding care measures unveiled to the women and children to begin to compose the list of governmental health activities that competed with philanthropic activities within the Santa Casa de Misericórdia by members of the Centro Medico Cearense. To cope with the need to represent themselves as a privileged enunciator of medical sciences of the state before the expansion of federal intervention in public health services, the Ceará Medico tuned with studies on eugenics and the ordering practices of obstetrics and childcare, positioned itself as a resistance arm of reforms on public health. Therefore, it is concluded that the political-cultural project of Ceará Medico magazine was appropriating the status of eugenic science to maintain the authority to order from Ceará health field through the representations of health care.

Keywords: Nursing. History. Public Health.

LISTA DE FIGURAS (*Fac-símiles*)

<i>Fac-símile 1</i> -	Capa do primeiro número do Norte Medico, abril de 1913.....	55
<i>Fac-símile 2</i> -	Capa do Norte Medico, out-dez. de 1916.....	58
<i>Fac-símile 3</i> -	Capa do Ceará Medico, nov. de 1930.....	60
<i>Fac-símile 4</i> -	Recorte de sumário do Ceará Medico, setembro de 1930.....	81
<i>Fac-símile 5</i> -	Publicação de texto do farmacêutico J. Linhares na edição de setembro de 1930.....	82
<i>Fac-símile 6</i> -	Anúncio da Pharmacia Vera Cruz no Ceará Medico, de 1930.....	86
<i>Fac-símile 7</i> -	Anúncio de Linneu Jucá no jornal O Nordeste, 1931.....	87
<i>Fac-símile 8</i> -	Anúncio da Pharmacia e Drogaria Pasteur no Ceará Medico, de 1930.....	88
<i>Fac-símile 9</i> -	Logotipo utilizado de 1930 a maio de 1931.....	94
<i>Fac-símile 10</i> -	Logotipo utilizado entre julho e dezembro de 1934.....	95
<i>Fac-símile 11</i> -	Folha de rosto do Ceará Medico, dezembro de 1930.....	97
<i>Fac-símile 12</i> -	Sumário relativo à edição de junho de 1930.....	99
<i>Fac-símile 13</i> -	Sumário relativo à edição de março de 1931.....	99
<i>Fac-símile 14</i> -	Ornamento na edição de julho de 1930 do Ceará Medico.....	100
<i>Fac-símile 15</i> -	Ornamento na edição de outubro de 1930 do Ceará Medico.....	100
<i>Fac-símile 16</i> e 17 -	Anúncios da tipografia na edição de janeiro de 1935	101
<i>Fac-símile 18</i> e 19 -	Comparativo entre os dispositivos gráficos e estéticos nas edições de 1934 e 1935.....	103
<i>Fac-símile 20</i> e 21 -	Biografia e texto na edição de setembro de 1930.....	114

<i>Fac-símile 22</i> -	Caricatura de Antônio Justa na edição de dezembro de 1930.....	139
<i>Fac-símile 23</i> -	Jornal O Radical de novembro de 1932.....	142
<i>Fac-símile 24</i> e 25 -	Ata de fundação do Centro de Saúde, em 1933.....	149
<i>Fac-símile 26</i> -	Imagem dos retirantes e do barracão, entre 1932 e 1933.....	151
<i>Fac-símile 27</i> -	Imagem da aglomeração humana em barracão de campo de concentração, entre 1932 e 1933.....	152
<i>Fac-símile 28</i> -	Grupo de sanitaristas liderados por Pellon, políticos locais e o chefe de policia, entre 1932 e 1933.....	153
<i>Fac-símile 29</i> -	Imagem do padre Cícero, corpo de médicos e o sanitarista Barca Pellon, entre 1932 e 1933.....	155
<i>Fac-símile 30</i> -	Vacinação antivariólica, entre 1932 e 1933.....	158
<i>Fac-símile 31</i> -	Biografia e texto de Samuel Uchoa na edição de junho 1930.....	178
<i>Fac-símile 32</i> -	Caricatura e texto de Samuel Uchoa na edição de outubro de 1930.....	180
<i>Fac-símile 33</i> -	Caricatura de Samuel Uchoa na edição de novembro de 1930....	183
<i>Fac-símile 34</i> -	Anúncio de parteiras no jornal O Nordeste, ano de 1931.....	196

LISTA DE QUADROS

Quadro nº1	Distribuição dos fascículos da revista Ceará Medico, modalidades de publicações por ano no período de 1930 a 1935.....	116
Quadro nº 2	Número de matérias publicadas segundo o jornal e o ano de publicação no período de 1931 a 1934.....	161
Quadro nº 3	Número de matérias sobre eugenia entre 1930 e 1935.....	176

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Contribuições do estudo.....	17
1.2	Estado do conhecimento.....	19
1.3	Motivação para o estudo.....	22
2	PERSPECTIVAS E PRESSUPOSTOS DA HISTÓRIA CULTURAL...	26
3	OPERAÇÃO METODOLÓGICA.....	30
3.1	Constituição do corpus documental.....	34
4	REVISTA CEARÁ MEDICO: ENTRE MATERIALIDADE E DISTINÇÃO MÉDICA.....	45
4.1	A revista Ceará Medico - Órgão do Centro Medico Cearense.....	45
4.2	Figuras do autor: médicos, dentistas e farmacêuticos.....	79
4.3	Organização e divisão seccional do Ceará Medico.....	111
5	LEITURAS CIENTÍFICAS E REPRESENTAÇÕES DA EUGENIA.....	123
5.1	Práticas de leitura na revista Ceará Medico.....	123
5.2	Justa e Pellon: o descompasso nas representações e leituras da saúde pública.....	134
6	REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DA EUGENIA.....	168
6.1	Eugenia, ciência e sertanejo.....	168

6.2	1930: Eugenia, medicina e saneamento no Ceará.....	177
6.3	1931: A eugenia, o Centro Médico e a fadiga do sertanejo.....	185
6.4	1932: Eugenia, natalidade e catolicismo nas páginas do Ceará Médico.....	187
6.5	1933: Eugenia, natalidade e práticas obstétricas.....	194
6.6	1934-35: Despovoamento, natalidade e aborto: as intrincadas relações da eugenia e o Ceará Médico.....	201
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
	REFERÊNCIAS.....	211
	DOCUMENTOS.....	219

SEÇÃO I

1 INTRODUÇÃO

No início do século XX, profissionais de saúde cearenses buscaram aproximar os temas sanitários de interesse nacional que ocupavam as páginas dos principais periódicos científicos em circulação no país e no exterior das necessidades locais de edificação de uma sociedade idealizada pelas elites dominantes, em que os interesses médicos científicos deveriam responder aos anseios de modernidade e progresso.

Nascia, então, em 1913 o Centro Medico Cearense (CMC), entidade associativa que congregava um grupo de médicos, farmacêuticos e odontólogos do estado do Ceará que publicou com regularidade um periódico¹ voltado a difundir uma visão de mundo pautada na ciência e no médico agremiado a esta associação como detentor do conhecimento que deveria colocar-se como dominante no plano das ideias e da construção das bases de uma sociedade cearense fundada nos princípios vanguardistas da ciência moderna, tal como defendida nos argumentos do médico, antropólogo e educador Eduardo Roquette Pinto.

Considerado como um pioneiro na área da comunicação no campo da educação científica, Roquette Pinto advertia que a ciência como atividade sistemática e organizada não teria existido no Brasil até o começo do século XX. Para ele, tal feito somente teria sido promovido pela sua geração, por meio da defesa da especialização e da profissionalização da atividade científica no país, como forma de construir uma autonomização das ideias brasileiras frente a Portugal (SÁ, 2008).

No Brasil, a marcha pela conquista de uma independência no campo científico e tecnológico, que teve seu momento embrionário durante o século XIX, relevou aos médicos brasileiros do início do século XX a missão de dar continuidade à promoção da racionalização da vida pública tal como fizeram os seus predecessores, “[...] desautorizando e

¹ Os periódicos científicos são “publicações produzidas em intervalos regulares que reúnem artigos e outras contribuições relacionadas à produção científica” (GRUSZYNSKI, 2006, p.1). O periódico, inicialmente de tiragem bimestral, nasce com a denominação de Revista Norte Médico junto com a criação do CMC. Atente-se ao fato de que a nomenclatura “norte” era designada para referenciar as regiões norte e nordeste do país, portanto, sugere que sua publicação pretendia aglutinar os interesses de profissionais que atuavam nesta vasta região. No ano de 1917, o periódico é renomeado como Revista Ceará Medico, em virtude do grupo envolvido em sua produção reconhecer que a pretensão de representar os interesses sanitários de toda a região norte (entenda-se norte e nordeste) não se sustentou ao longo do período. Em 1932 o Centro Médico Cearense passa a contar com a agremiação exclusivamente de médicos (BARBOSA, 1994).

desqualificando outros discursos e outras práticas, de modo a se projetarem nos diferentes estratos da sociedade como autoridades portadoras de um conhecimento suficiente e necessário para regular tanto a vida do indivíduo quanto a ordem social” (GONDRA, 2004, p. 31).

O ambiente para efetivação de um campo científico no Brasil nos primeiros anos de república esbarrou, contudo, com a precariedade de políticas de proteção social, o que fez deste período um momento marcado pela proliferação numérica das entidades associativas no país.

Em seu estudo sobre a relação entre associativismo e direitos civis no Rio de Janeiro, Fonseca (2008) ressalta que as associações constituíram instrumentos privilegiados para se conseguir divulgar a visão de mundo de seus afiliados com vistas à obtenção de prestígio social e político. O associativismo é enunciado pelo autor como a associação voluntária entre pessoas que formam uma entidade com base em interesses comuns, com regras reconhecidas e definição clara das hierarquias e poderes de seus participantes. Ao ancorar suas argumentações nas pesquisas sobre o associativismo na Inglaterra, Estados Unidos e França, o autor sugere que o fortalecimento das entidades associativas apoiava-se em uma tríade de elementos a ser tomada estrategicamente em diferentes espaços e tempos como o seu sustentáculo: a agremiação de personalidades de prestígio social e político para ocupar postos de destaque na presidência ou diretoria da associação, a manutenção da sua viabilidade financeira por meio de contribuições voluntárias e arrecadações promovidas através de eventos beneficentes e a publicação de um instrumento de divulgação dos interesses de seus filiados (jornais e revistas). Tais medidas constituíram estratégias comuns às associações com fins diversos, fossem elas literárias, científicas, mutualistas, de classe, de gênero, religiosas, dentre outros.

O CMC que juntamente com o seu periódico nasceu no bojo da proliferação de entidades associativas no país, teve suas atividades interrompidas em 1919, retornando em 1928 com a publicação do periódico, o Ceará Medico. Para manter a posição de prestígio dos seus membros no campo sanitário cearense e nacional o CMC também lançou mão das mesmas estratégias elencadas por Fonseca (2008), ou seja: angariou personalidades de reconhecimento político e social no estado para ocupar postos de destaque na associação, manteve suas atividades por meio de contribuições regulares de seus filiados e procurou difundir a visão de mundo dos seus agremiados por meio da publicação mensal do seu periódico, especialmente após 1928, quando suas atividades foram retomadas e continuaram até o ano de 1963.

Nos primeiros anos da década de 1930, no entanto, os serviços públicos de saúde do estado do Ceará passaram por profundas transformações advindas do projeto de uniformização sanitária nacional conduzida pelo Governo Provisório (1930-1934) do então presidente Getúlio Vargas, o que causou uma série de ingerências políticas locais ao ser implantado por meio de intervenção direta do poder central no estado.

A política social da era Vargas começaria a ser delineada de forma centralizada contrapondo-se aos interesses privados regionais. A bandeira do saneamento havia sido incorporada e reelaborada no projeto político-ideológico do governo sem romper, contudo, com o que já havia sido realizado na área da saúde pública, mas, incorporando tanto as instituições, como os atores/agentes ao novo processo de reorientação das relações de poder em curso no país, empreendendo-o por meio da normatização, centralização, formação e especialização profissional (FONSECA, 2007).

O modelo de organização sanitária adotado no Distrito Federal durante a chamada “Reforma Chagas” constituiu o cerne das propostas reformistas no campo cearense da saúde pública, com o fim de reordenar o cenário marcado pela trajetória histórica de vinculação da oferta de serviços em saúde aos interesses oligárquicos dominantes, em um campo onde prevalecia o predomínio de instituições filantrópicas, caritativas e privadas com forte regulação pelos médicos integrantes do CMC, que também ocupavam cargos políticos e administrativos de destaque na incipiente área da saúde pública cearense (LIMA, 2007).

Diante da imposição de uma política sanitária governamental centralizadora, os membros do CMC tiveram as relações de interdependência e força no campo sanitário reconfiguradas, precisando se ajustar aos ditames regulamentadores da padronização dos serviços de saúde pública e da formação e do exercício das demais profissões que atuavam na área da saúde: farmacêuticos (as), odontólogos (as) e enfermeiras (os).

Alguns autores afirmam, contudo, que foi justamente neste período em que o Ceará Medico passou a conferir maior ênfase às publicações de temas caros à saúde pública cearense, o que me chamou a atenção enquanto fato indissociável para a pesquisa histórica, ao permitir descortinar os caminhos percorridos por aqueles que eram considerados como representantes legítimos dos interesses sanitários locais para fazer frente à uma reconstrução paradigmática do que já havia sido construído por eles mesmos no setor em que atuavam.

Garcia (2011, p.100) sinala que o retorno das atividades do CMC e das publicações do Ceará Medico foi marcado pela ampliação do escopo de sua abordagem “mais voltada para os enfoques sociais da cidade e até mais próximo da população e das questões ligadas à saúde pública de Fortaleza”.

Tal afirmação encontra mérito, também, na escrita de Barbosa (1994) quando ressalta que o retorno da revista em 1928 ficou assinalado pelo seu caráter cada vez mais sanitário, ao contribuir para a discussão dos problemas de saúde da população apresentando soluções e caminhos para minorar seu sofrimento, fazendo do CMC o órgão que catalisou as grandes polêmicas e lutas no campo da saúde do estado. Diante dessa situação emblemática que caracterizou o retorno das suas atividades, o Ceará Medico veio a se consolidar, segundo o autor, como uma importante fonte de pesquisa para aqueles que se interessam pela história da saúde pública e da medicina do Ceará.

Gadelha (2012, p.279), por sua vez, ao definir diferentemente dos demais autores as duas fases da trajetória do CMC - uma que compreende desde sua criação até a saída de dentistas e farmacêuticos (1913-1932) e outra que compreende o período do seu desenvolvimento institucional ligado, sobretudo, aos problemas locais de saúde à fundação da Faculdade de Medicina do Ceará (1932-1948) - afirma, se tratar a segunda fase como um momento em que o CMC “não prestaria apenas apoio moral ao setor público nos assuntos relacionados à saúde coletiva, mais criaria instituições voltadas para o atendimento das demandas da sociedade referente às enfermidades”.

Ao considerar que, as representações publicadas no Ceará Medico ligava-se intrinsecamente aos interesses da vida associativa do CMC, depreende-se do exposto, tratar de uma afirmação que corrobora com os enunciados dos demais autores sobre o periódico em sua segunda fase, quando se deparou com a necessidade, inexorável, de representar o seu posicionamento sobre as transformações que buscaram instituir uma nova ordem no campo da saúde pública cearense, em que pese o CMC reivindicar para si a responsabilidade de discutir e apresentar propostas para a melhoria dos implementos sociais e sanitários do estado com base nos avanços científicos da época.

Um dado que merece relevo para se buscar compreender as medidas adotadas pelo Ceará Medico para manter o seu domínio no campo das ideias a partir do alinhamento com os avanços científicos da época, no entanto, é destacado na escrita de Garcia (2011, p. 93), quando chama atenção para o fato de que nesse período o Centro Medico Cearense passou por uma revisão de seus estatutos, onde imprimiu “[...] o apoio concedido pelo Centro às obras que tivessem por base a eugenia”.

A eugenia - palavra cunhada pelo britânico Francis Galton em 1883 (do grego eu-gen, bem nascido) - pode ser definida como um movimento científico moderno voltado, por um lado, ao “aprimoramento” da raça humana e, por outro, à preservação da “pureza” genética de determinados grupos, com o fim de seleção e cultura. Como ciência, a eugenia baseou-se nos

entendimentos das leis da hereditariedade humana e como movimento social envolveu propostas voltadas a assegurar a melhoria da composição hereditária das sociedades (STEPAN, 2005).

Portanto, ao estabelecer uma aproximação enquanto leitor dos documentos produzidos pela mídia impressa da cidade de Fortaleza em meados da década de 1930, tomado pelo ímpeto de captar elementos que apontassem para as visões de mundo envolvidas na ordenação da assistência à saúde cearense durante os primeiros anos da Era Vargas, fui movido, inexoravelmente, por uma preocupação de captar nas publicações do Ceará Medico como se deu a relação da eugenia com a ordenação do campo de assistência à saúde no Ceará.

Considerei, dessa forma, debruçar-me em estudo sobre as interlocuções da assistência à saúde com a eugenia nas representações científicas veiculadas na revista, a fim de evidenciar como a leitura de mundo representada no Ceará Medico contribuiu para a construção de um sentido de realidade diante das transformações político-sanitárias do período.

Para efeito desse estudo, parto da premissa, então, de que a assistência à saúde deve ser entendida como uma prática cultural que visa:

[...] fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade, da classe (CHARTIER, 2002, p. 73).

Dessa forma, considerando o aspecto revolucionário da Era Vargas para a história do Brasil, carregada de potencialidade transformadora no plano social, político e cultural, torna-se pertinente para este estudo questionar como as representações científicas da assistência contidas na Revista Ceará Medico atenderam às exigências de ordenar o campo da saúde publica cearense na Era Vargas?

Como **hipótese** operacional desse estudo proponho, então, que a Revista Ceará Medico se apropriou do estatuto da ciência eugênica para manutenção da autoridade de ordenar o campo sanitário cearense por meio das representações da assistência à saúde.

Na perspectiva de Pierre Bourdieu (2004), a noção de campo (microcosmo), define-se pela sua autonomia interna e um dos seus indicadores mais precisos diz respeito à sua capacidade de refração às pressões ou às demandas externas. Ela permite compreender que

cada produção, seja ela literária, artística, jurídica ou científica, não se produz em uma associação de fatores que se resumem aos condicionados pelo contexto social (macrocosmo).

Contudo, tomar as produções culturais como “objetos de investigação”, capazes de revelar as divisões e concorrências não percebidas nas estratificações sociais tomadas de antemão para se esquadriñar um campo, não tem encontrado eco nos estudos concebidos sob a alcunha de uma história social do cultural. Daí a pertinência desse estudo aos pressupostos de uma vertente da história cultural que concebe as representações como a materialidade com potencial revelador das formas, usos e efeitos da cultura escrita na determinação de um campo concorrencial, onde se inscrevem diferentes visões de mundo a disputar a construção de um sentido de realidade numa relação dialógica entre representação escrita e sua apropriação pela leitura.

O conceito de representação entendido na perspectiva de Roger Chartier - referencial teórico a ser adotado neste estudo - refere-se às materializações das operações mentais e intelectuais de determinados agentes/atores envolvidos no processo de produção do texto escrito - em que prioriza a modalidade impressa - que se encontram condicionadas às convenções, competências e protocolos de leitura de seus potenciais leitores. Muito embora as representações do mundo social “aspirem a uma universalidade de um diagnóstico fundado na razão” elas não são discursos neutros e são sempre determinadas pela impressão daqueles que as produzem, situando-se sempre num campo de concorrências e de competições (CHARTIER, 1990, p.17).

Portanto, as representações devem ser observadas como os mecanismos pelos quais um grupo tenta exercer a sua dominação e exercício do poder ao impor sua concepção de mundo social, suas escolhas, condutas e valores projetados em objeto material destinado à circulação em nichos intelectuais específicos de recepção. Elas têm o potencial de revelar as concorrências de visões de mundo em torno da edificação de um sentido de realidade, ao fornecer elementos capazes de estabelecer os nexos existentes na relação entre os dispositivos formais e materiais responsáveis por “modelar” o conteúdo a ser impresso e as diferenças socioculturais existentes entre os agentes envolvidos com a sua produção e consumo (CHARTIER, 2003).

Sob esta perspectiva, tanto a produção, quanto a circulação e recepção do texto impresso constituem objeto de uma história cultural que busca resgatar o papel do leitor na construção do sentido de realidade, ao considerar sua liberdade de apropriação das representações por meio da leitura - ato capaz de contribuir para criar as condições de julgamento e de intervenção no mundo. Portanto, as representações científicas da revista

Ceará Medico são tomadas para efeito deste estudo, como matrizes de práticas culturais que embutem modalidades diversificadas de apropriação e de produção do sentido de realidade em torno de um modelo sanitário ideal para o estado do Ceará na década de 1930.

Em consonância com o exposto, proponho como **objeto** deste estudo as representações científicas da assistência forjadas e registradas no Ceará Medico, órgão de divulgação do Centro Medico Cearense, na Era Vargas.

Para a operacionalização do estudo foram definidos como **objetivos**: caracterizar a materialidade do Ceará Medico e; discutir as implicações das leituras das representações científicas eugênicas para a configuração de um campo de práticas sanitárias no estado do Ceará.

1.1 Contribuições do estudo

Nas produções científicas pesquisadas, até então, não foram encontrados indícios de que algum estudo tenha utilizado as representações da revista Ceará Medico enquanto fonte-objeto de análise. Sua importância enquanto fonte de pesquisa, unicamente, tem se mostrado incontestável na perspectiva dos diferentes autores que se debruçaram sobre os temas correlatos à história das doenças, dos profissionais e dos serviços de saúde do estado do Ceará.

Gadelha (2012) em sua tese de doutorado utiliza a Revista Ceará Medico entre outros documentos para analisar as estratégias e práticas (sociais, políticas e econômicas) empreendidas pelo grupo de profissionais do CMC para a consolidação e expansão do campo profissional da medicina acadêmica no Ceará. Garcia (2011), em sua tese de doutorado, também, lançou mão do periódico, entre outros documentos, para analisar os discursos e ações referentes às práticas dos médicos em Fortaleza no período compreendido entre 1900 e 1935. Sales (2010), em sua dissertação de mestrado, utilizou, entre outras fontes disponíveis, a Revista Ceará Medico para realizar pesquisa sobre a constituição de um campo profissional médico em Fortaleza, tomando por base a reinstalação do Centro Medico Cearense em 1928. O periódico também integrou o corpus documental da tese de doutorado de Lima (2007) que objetivou possibilitar um entendimento acerca das ações desenvolvidas pelos vários

segmentos que lidaram com a lepra² em Fortaleza e analisar até que ponto essas ações foram resultantes da agenda estabelecida pelo Governo Federal no combate à doença. Barbosa (1994), por sua vez, em seu livro intitulado “A História da Saúde Pública no Ceará: da Colônia a Vargas”, fez ampla utilização do periódico pertencente ao Centro Medico Cearense, ressaltando que constitui fonte imprescindível às pesquisas da área da história da saúde pública deste estado.

Nóvoa (2002), ao discorrer a respeito das pesquisas históricas que lançaram mão de periódicos da área da educação, lega aos estudos de outras áreas disciplinares uma divisão clara das maneiras como eles vêm sendo utilizados. Segundo a autora, dentre os estudos históricos de periódicos da área da educação situa-se uma vertente que - tal como a que vem utilizando a Revista Ceará Medico - utiliza os periódicos enquanto fonte ou núcleo informativo de uma dada problemática delineada *a priori*. Neste caso, o periódico auxilia, junto a um corpus diversificado de documentos definidos pelo pesquisador, na análise dos discursos e das práticas sociais ligadas ao problema de pesquisa. Afigura, na perspectiva da autora ainda, um segundo grupo: o daqueles que utilizam os periódicos como objeto de estudo para buscar compreender as condições em que se deu a sua produção, circulação e consumo.

Ao propor conjugar a “dimensão fonte” com a “dimensão objeto” da Revista Ceará Medico, para efeito deste estudo, abre-se uma possibilidade de vislumbrá-la, à luz da abordagem de Chartier (1990), como o seu “documento-objeto”, o que restitui à fonte histórica o papel de mediadora do presente com a realidade passada, superando a ideia amplamente difundida de que a fonte seria *per si* um testemunho dessa mesma realidade. Dessa feita, pressuponho a necessidade de se considerar uma sequência lógica de análise que busca articular os dados provenientes das condições de sua produção, circulação e consumo com a construção de um sentido de realidade partilhado socialmente, por meio da apropriação pela leitura de suas representações científicas da assistência.

Os periódicos científicos foram tratados por Romancini (2004, p. 02) como o material privilegiado para se compreender os processos pelos quais a própria ciência passou ao longo de sua trajetória histórica, ao afirmá-lo como possuidor de uma “[...] história secular, ligada à constituição e consolidação de linhas de pesquisa [...]”. Ainda para o autor, a relativa rapidez de produção e divulgação, alcance geográfico, capacidade de aglutinar interessados num tema, dentre outras, fizeram do periódico científico um recurso privilegiado da ciência moderna, por se tratar de veículo de comunicação que assumiu uma relevância diferenciada

2 O termo lepra é adotado neste estudo em referência à terminologia utilizada no período da pesquisa.

face ao livro, anais de congressos e outros meios, desde que o advento tecnológico da tipografia passou a ser utilizado na própria constituição e desenvolvimento da ciência moderna.

Do exposto depreende-se a potencialidade inerente a este estudo pela possibilidade de contribuir para as reflexões atinentes à imbricação entre representações científicas e práticas de assistência em saúde, na busca de revelar o verdadeiro teor da função primordial da disciplina histórica que trata de “[...] compreender o presente como um processo marcado por heranças acumuladas ou por descontinuidades basilares que nos tornaram o que somos” (CHARTIER, 2011, p. 258).

Contudo, enquanto prática científica, a história produz conhecimentos, que se encontram condicionados pelas variações de seus procedimentos técnicos, pelas restrições que lhes impõem o lugar social e a instituição de saber onde é exercida e ainda, pelas regras que comandam a sua escritura (CHARTIER, 2002).

Tal constatação permite ampliar a perspectiva do discurso historiográfico do patamar de fiel tradutor de uma realidade imutável à de uma leitura de algo que foi e já não é mais e se encontra sujeito, portanto, à diversidade de possibilidades de análise que asseguram o não esgotamento das forças de significação à cada leitura realizada das representações do passado.

Portanto, considero que os primeiros periódicos médicos-científicos impressos apresentam-se para o estudo histórico como um recurso mais do que indispensável para o resgate da participação das ideias e das relações de força envolvidas na produção do sentido de realidade que fez da assistência em saúde uma modalidade legitimada de controle sobre os corpos e comportamentos. Ao revivificar os usos e costumes decorrentes das modalidades distintas de sua apropriação a história cultural dos periódicos médicos-científicos ajuda, portanto, na complexa tarefa de decifrar as incompreensões do presente como lacunas de uma construção processual da realidade à espera de interpretações e leituras a produzir novos sentidos.

1.2 Estado do conhecimento

As revistas de publicação periódicas estão longe de se constituírem fontes inéditas para a historiografia, mas, as produções que as tomaram enquanto fonte e/ou objeto de análise são reveladoras da diversidade de leituras possíveis que os estudos têm produzido sobre sua

função social e sobre os interesses envolvidos na sua circulação em tempos e espaços distintos.

Em meio à diversidade de produções existentes, merece destaque o compilado de estudos organizados por Catani e Bastos (2002) que ilustra o interesse da área da educação sobre a participação dos periódicos pedagógicos na fixação e vulgarização de valores sociais e práticas culturais representativas dos interesses de grupos que buscavam se consolidar ideologicamente no campo pedagógico.

No que diz respeito à história das ciências e da saúde não são poucos os estudos que tomaram os periódicos como fontes e/ou objetos de análise. Tanto os periódicos de divulgação científica - destinados ao público leigo; como os periódicos científicos - que exigem competências específicas de leitura, tem se constituído como fonte e/ou objeto de análise de pesquisas historiográficas.

Rodrigues e Marinho (2009, s/p) ao publicarem estudo sobre o acervo de periódicos da Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fundação Oswaldo Cruz ressaltam que, para o historiador, os periódicos científicos constituem documentos valiosos, “reveladores de preocupações, pensamentos e opiniões de determinadas épocas a respeito de acontecimentos e personagens”. Os autores ressaltam que os periódicos surgiram como evolução de um sistema particular de comunicação entre os cientistas, antes feito por meio de cartas e atas que desempenhavam a função de registro público das atividades e dos interesses das sociedades científicas da época. Chamam a atenção ainda para o fato de que, a intensidade e a dialogicidade dessas interações deram origem às primeiras sociedades científicas europeias, como a *Royal Society* em 1662.

Freitas (2006, s/p), em artigo científico voltado a analisar os periódicos publicados no Brasil no início do século XIX, destaca que, “além de fonte privilegiada da história da ciência, o periódico científico pode ser considerado um espaço institucional da ciência, pois se insere dentro do universo das realizações e comunicação das atividades científicas”.

Ferreira (1999, 2004), em suas publicações sobre o periodismo médico entre 1827 e 1843 no Brasil, da mesma forma, ressalta o papel estratégico dos jornais e revistas no esforço de institucionalização e de afirmação científica da medicina ao funcionarem como arena de legitimação social e de disputas científicas e profissionais no âmbito das transformações culturais que marcaram a criação da Imprensa Régia e a posterior queda da censura prévia vinte anos após.

Vergara (2003), por sua vez, destaca a influência da ciência no processo de formação de uma identidade nacional na passagem da Monarquia para a República, ao pesquisar em sua tese de doutoramento a leitura da *Revista Brasileira* entre os anos de 1879 a 1900.

A divulgação do discurso científico em revistas destinadas ao público feminino publicadas no Rio de Janeiro e São Paulo durante a década de 1920 foi tema da tese de doutorado de Freire (2006) que explorou a exaltação à maternidade científica como um ato que demandava a consolidação de alianças entre mulheres e médicos em torno do aprendizado de um amplo conjunto de técnicas e práticas capazes de colaborar com o projeto de construção da identidade nacional idealizada nos moldes eugênicos.

Já a influência dos periódicos no projeto de modernização agrícola por meio da divulgação científica foi tema de interesse de Temperini (2003) e Weltman (2008). A *Revista Campo* foi tomada como fonte de pesquisa por Temperini (2003) em sua dissertação de mestrado, que destaca a influência da ciência na construção de um novo *ethos* cultural do homem do campo na década de 1930. Weltman (2008) adotou a revista *Chácaras e Quintaes* como fonte e objeto de estudo de sua tese de doutorado, destacando seu envolvimento na articulação entre cientistas e políticas agrícolas no período compreendido entre 1909 e 1948.

Os periódicos científicos de circulação restrita ao universo militar não foram privados de interesse da área da história da saúde. Klajman (2011) analisa em sua dissertação as questões mais relevantes para o universo militar, passando pelas doenças, higiene militar e pela atuação do pessoal de saúde em campanha por meio de estudo do periódico *Medicina Militar*, publicado entre abril de 1910 e junho de 1923 no Rio de Janeiro por um grupo de oficiais do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro.

O processo de construção do campo de conhecimentos da enfermagem no Brasil, da mesma forma, foi tema de investigação da tese de doutorado de Daher (2002) que utilizou como fonte de pesquisa a revista *Annaes de Enfermagem*, primeiro periódico da área publicado no país pela Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, atual Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), que ainda edita este periódico sob a denominação de *Revista Brasileira de Enfermagem*³. A autora confere destaque à similaridade tanto da estrutura quanto das problemáticas deste periódico com o *American Journal of Nursing*, periódico editado pela Associação Americana de Enfermeiras, sugerindo que era

³ Em 2012 a REBEn foi classificada pelo *Webqualis* no extrato A2 para as ciências de enfermagem, administração e interdisciplinar, B1 para educação física, B2 para saúde coletiva e sociologia, B3 antropologia, medicina (I, II e III), engenharia e odontologia.

comum que os periódicos nacionais seguissem a padrões de formatação e de temas semelhantes aos das mesmas categorias profissionais presentes em outros países.

A presente explanação não objetiva esgotar-se na apresentação dos estudos que tomaram os periódicos enquanto fonte e/ou objeto de investigação, mas, traçar uma breve cartografia daqueles que avançaram na compreensão de que tais documentos produzidos pela imprensa constituem fontes privilegiadas para a investigação das relações entre a norma e o vivido, a teoria e a prática, ao veicularem prescrições de valores, concepções e normas de conduta que construíram e elaboraram as representações do social em espaços e tempos diversificados.

1.3 Motivação para o estudo

Tomar a Revista Ceará Medico enquanto fonte e objeto de estudo também possui uma trajetória, cujos desdobramentos remontam meu percurso pessoal no despertar, inicialmente, pelo interesse em desenvolver pesquisa sobre a saúde pública no estado do Ceará durante a Era Vargas, especialmente durante o período do seu Governo Provisório (1930-1934).

Ao seguir a máxima de que os documentos constituem uma materialidade capaz de ligar o presente ao passado por meio das suas representações que são matrizes das práticas sociais e dos comportamentos de uma época, entendo também que possuem força para indiciar objetos de interesse para a pesquisa histórica quando confrontados com outros documentos sobre o mesmo assunto, pois, permitem avaliar a pertinência do juízo formado sobre a rede de temas identificados como relevantes ou não para o estudo histórico.

É justamente neste confronto que se originou meu interesse particular pela temática da assistência à saúde no Ceará da década de 1930, ou seja, a partir do contato com acervo familiar de documentos sobre a vida e obra do sanitarista Amilcar Barca Pellon. Tais registros foram guardados, segundo o próprio sanitarista, “em velhos baús à moda antiga” e retratavam sua trajetória naquilo que designou como “trincheiras da saúde pública”, a saber: nos Serviços de Profilaxia Rural na década de 1920, nas reformas empreendidas no Ceará, Pernambuco e Santa Catarina na década de 1930, na direção da Divisão de Organização Sanitária (1941 a

1957)⁴ e no seu envolvimento direto na criação do Instituto Aggeu Magalhães (FIOCRUZ/Pernambuco) na década de 1950, desde seu projeto embrionário até a sua fundação. O acervo é composto por fotografias, documentos oficiais de nomeações, cartas-convite para desempenhar funções técnico-administrativas em diferentes estados da federação, condecorações, cartas pessoais, cópias de discursos e recortes de registros noticiosos, alguns soltos e outros integrando um portfólio organizado por sua esposa, com os jornais colados em álbum pautado obedecendo a ordenamento cronológico, uns inteiros, outros recortados, nomeados e datados à caneta.

O despertar de meu olhar acadêmico em torno de tal acervo reporta-se inicialmente aos primeiros períodos do curso de graduação em enfermagem, sob a luz da abordagem disciplinar da História da Enfermagem. No entanto, a sua ampliação deu-se mais significativamente com o meu contato, em nível de pós-graduação nas modalidades de especialização e mestrado, por meio da leitura de referenciais teóricos que se reportavam aos paradigmas norteadores da assistência governamental às populações indígenas do país durante os primórdios do século XX. Temas como eugenia, evolucionismo, racialismo científico, positivismo e higienismo moveram o meu despertar inicial para leitura dos estudos científicos sobre a história das doenças, dos serviços de saúde e de seus agentes.

Mais tardiamente, já como docente do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto- UNIRIO, ao participar das reuniões semanais do Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem - Lacenf e nos seminários de projeto do Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem - Laphe, retomei o olhar sobre o acervo documental procurando encontrar nexos e lacunas na sua relação com a produção existente sobre a história da enfermagem, da ciência moderna e da saúde pública brasileira.

Chamou-me a atenção, particularmente, a prioridade conferida pelo próprio sanitarista ao acúmulo de documentos sobre a sua atuação no estado do Ceará, quando participou do projeto de uniformização nacional dos serviços sanitários adotado pelo Governo Vargas nos moldes do projeto financiado pela Fundação Rockefeller no Distrito Federal na década de 1920 que, priorizava a organização distrital do território, a construção de centros de saúde ligados a subpostos de higiene e a formação de sanitaristas, enfermeiras e visitadoras sanitárias. Segundo Campos (2007), tal modelo articulava princípios científicos da higiene moderna com

4 A DOS foi um órgão criado durante a chamada Reforma Barros Barreto dos serviços de saúde em 1941 e voltava-se à organização dos serviços de saúde pública do país, enquanto a DOH referia-se à Divisão de Organização Hospitalar.

o que havia de mais avançado no campo das teorias administrativas, defendido por um grupo de sanitaristas apelidados como “novos turcos”.⁵

Os documentos existentes apontam para a publicitação na mídia impressa de Fortaleza de tensões das mais variadas ordens (política, social, econômica, ambiental, entre outras), em que pese os ingerenciamentos impetrados pelos representantes do governo central para se levar a cabo os ditames reformistas propostos pelo governo Vargas no período. É fato notório que o conhecimento dessas informações não são representantes nem da totalidade dos eventos ocorridos durante o período que se propõe delimitar para esta investigação, nem das ideias e valores partilhados dentre todos os formadores de opinião no campo das ciências médicas do Ceará à época, mas serviram para aguçar meu interesse pelos confrontos ocorridos no âmbito do campo científico-sanitário local, seus focos de resistência e concorrências na criação de representações científicas do moderno na assistência à saúde, em lugares com estrutura econômica, política, social e cultural díspares daquelas encontradas no eixo Rio-São Paulo.

Ao empreender-me em pesquisa minuciosa aos acervos do Arquivo e da Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil pertencente à Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e da Biblioteca Nacional, na busca por encontrar documentos relativos a este período que considero “obscuro” para a história da saúde pública brasileira, deparei-me com uma lacuna significativa, ou seja, um hiato na existência de documentos produzidos pela imprensa escrita, especificamente, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, sobre possíveis desdobramentos da reforma sanitária que ocorreu no Distrito Federal na década de 1920. Esta breve constatação me levou a questionar, também, se a priorização de estudos produzidos sobre ciência, sanitarismo e enfermagem na década de 1920 não estaria condicionada pela farta disponibilidade de documentação sobre este período nos acervos já citados?

Portanto, considero que a identificação de uma complexa gama de interesses envolvidos no delineamento de um campo científico-sanitário cearense neste período remete a pertinência deste estudo ao rigor metodológico da história quando, “[...] lembra que os indivíduos estão sempre ligados por dependências recíprocas, percebidas ou invisíveis, que

5 Apoiado nas considerações do professor Lúcio Costa da Sociedade Brasileira de Higiene o autor diz ter sido este termo cunhado em referência ao recente processo de ocidentalização da Turquia que havia acabado com algumas das suas tradições milenares. Este grupo de sanitaristas desejava modernizar a saúde pública brasileira, daí o termo ser cunhado e popularizado em referência a eles. Entre os nomes citados pelo autor estavam “José Paranhos Fontenelle, João de Barros Barreto, Carlos Alcioly de Sá, Ernani Agrícola, Bandeira de Melo, Jansen de Melo, Mario Pinotti, Otávio Vieira, Amilcar Barca Pellon, Arlindo de Assis, Manoel José Ferreira”, muitos dos quais discípulos de Carlos Chagas que teriam iniciado carreira chefiando postos de Profilaxia Rural na década de 1920 (CAMPOS, 1999, p.20).

modelam e estruturam sua personalidade e que definem, em suas modalidades sucessivas, as formas da afetividade e da racionalidade” (CHARTIER, 2002, p.92).

Fonseca (2007), apoiada nas considerações veiculadas em relatório de João de Barros Barreto de 1942, argumenta que a expansão dos serviços federais de assistência à saúde para além do Distrito Federal somente assumiu uma forma coordenada a partir de 1934, ao difundir as conquistas realizadas na área técnica de organização sanitária que havia se concentrado no Rio de Janeiro, com o moderno ideal dos Centros de Saúde e da direção especializada nos hospitais mantidos pela União.

Neste sentido, este estudo reivindica uma atenção especial ao fato de que, tendo o estado do Ceará recebido uma atenção antecipada à proposta formal do Governo Federal de expansão da uniformização dos serviços federais de saúde, potencializa-se a necessidade e a possibilidade de se desvelar as representações científicas forjadas pelos grupos locais sobre a assistência à saúde quando ocorriam as primeiras experiências que buscaram consolidar os ditames reformistas de Getúlio Vargas em territórios geopolíticos e sociais diferenciados daqueles encontrados nas regiões sul e sudeste na década de 1930.

SEÇÃO II

2 PERSPECTIVAS E PRESSUPOSTOS DA NOVA HISTÓRIA CULTURAL

A Nova História Cultural, tal como postulada por Roger Chartier, apresenta-se atualmente como o conjunto de práticas historiográficas baseadas nos procedimentos teórico-conceituais e metodológicos originados da reflexão crítica levada à cabo pelo historiador e alguns de seus contemporâneos pertencentes à terceira geração da escola dos *Annales*⁶ sobre a primazia conferida ao recorte social, estatístico e demográfico aplicado aos estudos da história cultural francesa florescida no final da década de 1960, também conhecida como história das mentalidades.

Muito embora Chartier vincule a origem deste ramo recente da historiografia às inquietações dos historiadores franceses diante dos princípios fundantes da chamada história das mentalidades, há que se pontuar a existência de outro segmento de historiadores que a defendem como herdeira e ao mesmo tempo questionadora de uma história cultural que tem raízes no século XVIII e compreende, nos termos apontados por Peter Burke (2008), quatro fases desse movimento historiográfico: a clássica, durante o século XIX com os humanistas do Renascimento, que estudaram a língua e a literatura; a história social da arte na década de 1930; a história dos anos 1960 voltada à cultura popular e a nova história cultural, emergida após os anos 1970.

⁶ Peter Burke (1997) adverte para o fato da Escola dos Annales ter sido tratada equivocadamente por vários historiadores como um grupo monolítico de prática uniforme devedora dos postulados quantitativos no que tange ao método, determinista em suas concepções e indiferente à política e aos eventos. O autor aponta que este estereótipo, amplamente difundido dentre os críticos da historiografia produzida pelos Annales, ignora tanto as divergências individuais entre seus membros quanto o seu desenvolvimento no tempo, e prefere então adotar o termo movimento em lugar de escola para referir-se às suas fases. Segundo o historiador, este movimento pode ser dividido em três fases, ou gerações: a primeira de 1920 a 1945 com Marc Bloch e Lucien Febvre, quando constituiu um movimento embrionário caracterizado pela “guerra de guerrilhas” contra a “velha história”, que inclui a história tradicional, a história política e a história dos eventos. A segunda fase, a do pós-guerra da geração de Ferdinand Braudel foi a que mais se aproximou da ideia de “escola” por definir e articular os métodos propostos, privilegiando os conceitos de estrutura e conjuntura e os métodos da história serial e das mudanças de longa duração. A terceira fase, por sua vez, iniciou-se por volta de 1968 com a fragmentação da uniformidade de postulados que marcou a história do movimento dos Annales, refundando o interesse dos historiadores por diferentes domínios do conhecimento histórico, dentre eles o sociocultural. Nesta geração incluem-se Carlo Gingsburg, Roger Chartier, Alphonse Dupront, Jaques Le Goff, entre outros.

Sem negar a importância de ambas as correntes teóricas para a construção do que hoje se pode conceber como Nova História Cultural, a atenção das linhas que se seguem buscará desviar, senão eximir-se, do compromisso de abordar os pontos que delimitam a contraposição e até mesmo a complementariedade entre ambos os segmentos intelectuais, na tentativa furtiva de não incorrer em obstáculos para o delineamento da trajetória percorrida por Roger Chartier para construir as bases conceituais e metodológicas sobre as quais edificou o seu projeto intelectual.

Dessa forma, objetiva-se nesta secção retomar algumas reflexões de Chartier sobre a epistemologia das noções teóricas que privilegia, no intento de situar a produção de sentido vinculada à história do impresso a partir de uma ligação intrínseca e indissociável entre a história da sua produção, circulação e recepção em espaços e tempos distintos como um subsídio teórico para as análises deste estudo.

A História das Mentalidades emerge a partir da década de 1960 como um domínio inovador que se debruça sobre o campo da inteligência e do afetivo ao dedicar atenção tanto às categorias psicológicas quanto às intelectuais que habitam o mental coletivo dos homens de uma época, buscando escapar às abordagens centradas nos feitos de grandes líderes políticos e sociais, tão comum aos estudos da História das Ideias. Portanto, reduzida a uma especificidade nacional, “mal assegurada em outras línguas que não o francês” (CHARTIER, 2002, p.24) a história das mentalidades designa uma maneira nacional de se tratar de questões concernentes ao passado, reivindicando para si uma ruptura com os princípios analíticos defendidos pelos mentores da História das Ideias que privilegiaram o anacronismo interpretativo dos fatos apoiados em concepções evolucionistas da realidade.

Para garantirem o êxito de um projeto fundado em tais bases, boa parte dos historiadores franceses optou por não abrir mão da aplicação dos mesmos princípios de inteligibilidade que havia tornado hegemônicas as histórias das economias e das sociedades nas primeiras décadas do século XX priorizando a quantificação, as cifras, as séries testamentárias, o quantitativo, as longas periodizações e os recortes socioprofissionais (BURKE, 1997).

Dessa forma, ao considerarem as representações como produções culturais capazes de descortinar os sistemas coletivos de pensamento e de ideias, os historiadores das mentalidades advogaram por sua quantificação, com vistas a construir provas estatísticas de sua força social, ou seja, da produção de modelos interpretativos da realidade comuns aos homens de um mesmo tempo e de uma mesma sociedade. A decalagem dos princípios de inteligibilidade próprios à história social, econômica e demográfica se viu amparada, portanto, na

potencialidade que apresentava para a reconstrução numérica dos diferentes sistemas de pensamento e de comportamentos culturais que refletiam os condicionamentos inconscientes e interiorizados pelos grupos ou sociedades.

Assim, sob a orientação teórico-metodológica das mentalidades o livro foi tratado como um sistema simbólico, como uma forma de representação existente em si mesma e desvinculada das leituras que governam a construção do sentido envolvido na sua produção e consumo. As iniciativas que se debruçaram sobre as análises das relações entre leitores e obras singulares, por sua vez, não conseguiram avançar para a compreensão do sentido produzido por eles, ao universalizarem implicitamente o processo de leitura como um ato similar, condicionado pelos sistemas sógnicos-simbólicos que governam a recepção do texto entre os membros pertencentes às mesmas classes, grupos e/ou segmentos profissionais (CHARTIER, 2002).

Para Chartier (1990, 1994, 1998, 2002) essa perspectiva converge para a anulação da capacidade inventiva dos sujeitos, o que demonstra com os resultados apontados em seus estudos sobre a circulação de obras literárias destinadas a nichos populares de consumo no Antigo Regime francês, a *bibliothèque le blue*. Neles, Chartier constatou que a produção de sentido opera numa relação intrínseca entre as modalidades que governam a produção e circulação do texto impresso, que conjuga desde a escrita, a editoração, o grafismo e a censura, até as formas de apropriações por meio de práticas distintas de leitura que podem revelar-se como “desgovernadas” daquelas intencionadas pelos envolvidos no processo autoral quando pensam em adequar a materialidade e estética das obras literárias às competências de seus potenciais leitores.

Tais desvios da ordem que o livro ou demais obras impressas pretendem impor, se orientam para uma ruptura com a inércia operativa do leitor na produção do sentido, ao considerar os desígnios da prática de leitura na determinação da sua relação com o texto, consigo mesmo e com o outro, numa *performance* corporal que o inscreve no espaço, sentado, deitado ou em pé, em leitura silenciosa ou dramatizada, em voz alta ou em silêncio, sozinho ou em grupo. Relações que apontam, também, para posse e/ou uso do texto impresso como modalidade de luta contra a dominação simbólica que o próprio texto pode embutir nas entrelinhas de sua materialidade e estética.

Portanto, tomar as representações científicas impressas no Ceará Medico apresenta uma potencialidade reveladora da forma como os membros do grupo envolvido em sua produção se percebiam e percebiam os demais, ao circunscreverem uma intencionalidade que objetivava uma leitura “correta” e esperada dos seus valores morais, da dimensão social de

sua atuação e de suas práticas, das críticas dirigidas aos outros e dos limites que demarcavam a impenetrabilidade aos demais agentes do campo sanitário, mediadas pela capacidade inventiva dos editores e autores de manipular a informação utilizando as convenções tipográficas e literárias disponíveis à época de sua existência.

Este estudo funda-se, então, na perspectiva de compreender o “corpo” autoral do Ceará Medico como um conjunto de leitores de uma realidade intermediada por relações muitas vezes ambíguas entre as imposições políticas, científicas e sociais e a sua liberdade criadora que, na perspectiva de seguir o “compasso” da modernidade, se apropria, cria e ressignifica os estatutos científicos de sua época, reivindicando, por vezes, seu próprio “descompasso” com relação às ideias e às normas protocolares e universalizantes, na busca de garantir o sentido de sua existência enquanto “elite” local, e portanto, a única com força de arbitrar uma ordem representadora das hierarquias existentes no campo em que se inserem.

Propôs-se, dessa feita, resgatar as práticas de leitura em suas formas possíveis de identificar, na perspectiva de remontar a sua influência para a edificação de um sentido de realidade em que as representações da eugenia se colocam como um princípio científico a ordenar a assistência à saúde revelando, assim, uma centelha do complexo mundo das concorrências entre as representações sanitárias da época.

SEÇÃO III

3 OPERAÇÃO METODOLÓGICA

O presente estudo se inscreve no âmbito das produções científicas da linha de pesquisa intitulada *Enfermagem, Biociências, Saúde, Ambiente e Cuidado*, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências – Doutorado, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A referida linha de pesquisa “concentra objetos de ordem macrossocial, destacada as questões sociais, ambientais e históricas” e centra-se, entre outras questões, “[...] em estudos de história da Enfermagem e da Biociência, utilizando-se da interlocução com conhecimentos das ciências humanas, sociais e biológicas, particularmente com a História [...]”.

Sua proposta metodológica se vê alicerçada na abordagem teórica da Nova História Cultural, conforme postulada por Roger Chartier, que prioriza a análise documental para se compreender os processos envolvidos na construção do sentido de realidade a partir da produção, circulação e recepção dos textos impressos. A escolha pela abordagem remete ao processo de formulação do próprio objeto de estudo que, na busca por orientar-se para a captação dos sentidos produzidos socialmente por um periódico científico impresso, reclama um alinhamento com procedimentos metodológicos capazes de indiciar como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990).

Para se chegar ao alinhamento entre objeto e abordagem metodológica foi percorrida uma trajetória de imersão nas produções científicas que versam sobre o contexto histórico em que se propõe o desenvolvimento desse estudo, a fim de captar os vestígios daquilo que Funari e Silva (2008) referenciam como o primeiro sentido atribuído à palavra história, ou seja: o de testemunho do passado. Passado este que é vivificado no presente como uma realidade de múltiplos sentidos, graças à sua mediação pelos documentos históricos.

O documento é uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, por vezes esquecido, mas de alguma forma manipulado passando de geração a geração, até ser “reavivado” por alguém. Ou seja, os documentos não aparecem aqui ou ali, por efeito

do acaso, sua presença ou ausência nos arquivos, bibliotecas, ou qualquer outro espaço, dependem de causas humanas. A intervenção do historiador na escolha dos documentos, preferindo uns em detrimento de outros inscreve, portanto, os critérios que os ligam entre si numa situação que não é neutra e requer que seja considerada como parte da crítica documental (LE GOFF, 1990).

Depreende-se do exposto que não existe neutralidade suficientemente capaz de anular por completo os interesses pessoais do pesquisador no delineamento de suas problematizações sobre os fatos históricos e conseqüentemente, na seleção dos documentos que deve priorizar como fontes para seu estudo.

Fávero (2009, p.114-115), parafraseando Neves (1985, p 34-35), lembra que o pesquisador, enquanto “mediador da verdade da fonte e da verdade da história”, deve ser “capaz de formular uma problemática e de construir uma interpretação que reconhece o encontro entre duas historicidades: a sua própria e a da documentação”.

Atendendo a este “chamado operacional”, considero pertinente salientar como a minha relação com os documentos influenciou na determinação dos “horizontes” de escolha da fonte deste estudo, a ser considerada como seu documento-objeto, conforme já explanado em seção anterior. Dos fragmentos documentais disponíveis no acervo familiar da família Pellon sobre a assistência na saúde pública cearense no princípio da Era Vargas à Revista Ceará Medico, há uma trajetória percorrida para a formulação das preocupações que, segundo Funari e Silva (2008), tem inquietado os pesquisadores da história desde a sua origem em Heródoto (V a.C), ou seja, a preocupação que conduz ao papel do juízo lógico do historiador na busca pela razão por detrás dos fatos do passado. Cabe acrescentar que, não é por estar em um documento que o fato histórico ocorreu exatamente da forma como é apresentado.

Portanto, a questão com que a história se defronta atualmente é a da passagem de uma validação do discurso restrito ao controlo das operações que estão na sua base a outro tipo de validação que permite encarar como verossímeis “[...] as relações postuladas pelo historiador entre os vestígios documentais e os fenômenos indicados por eles, noutros termos, entre as representações manipuláveis hoje em dia e as práticas passadas que elas designam” (CHARTIER, 1990, p.86).

Sob tal perspectiva, é necessário pontuar a existência de desdobramentos decorrentes da proposta originária deste estudo, fundados na constatação de que *a priori* propunha utilizar o acervo documental da família Pellon como *corpus* privilegiado para se analisar fatos da saúde pública cearense na década de 1930, com especial enfoque nas visitadoras sanitárias.

A constatação de que os registros dos fatos não são o próprio fato, mas, a condição material que permite que sejam criadas as possibilidades de interpretação da história ao se utilizar as condições de inteligibilidade atuais, me conduziu, então, às observações de Le Goff (1990) sobre documento/ monumento histórico. Ao citar Paul Zumthor, o autor destaca o que transforma o documento em monumento, ou seja, nada menos do que a sua utilização pelo poder, que resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - uma determinada imagem de si próprias. Dito de outra forma, “as sociedades constroem ‘representações’ da sua presença no mundo e as inculca nos indivíduos, tornando-se neles um *habitus*, estruturando a sua visão de si mesmos, dos outros e da história” (REIS, 2011, p.08) (grifos do autor).

Na perspectiva de Le Goff (1990, p.90), a análise do documento enquanto monumento implica em submetê-lo à crítica interna voltada à identificação dos elementos que, na fala de Monique Clavel-Lévêque (1974), “funcionam como um inconsciente cultural que assume um papel decisivo e intervém para orientar uma apreensão, um conhecimento [...]”. Do exposto, o autor depreende a necessidade de se avançar em procedimentos metodológicos que permitam transformar esses elementos em dados para a pesquisa histórica, isolando-os, agrupando-os e até mesmo confrontando-os. Da mesma forma, Le Goff conclama os pesquisadores a trabalharem no sentido de não isolarem o documento histórico do conjunto de monumentos do qual faz parte, a fim de encontrar as condições de sua produção histórica e as intencionalidades inconscientes que governaram sua produção.⁷

Foi pautado nesta reflexão que optei por deslocar o acervo da família Pellon do *locus* privilegiado de fonte do estudo por obedecerem, não mais, do que a um modelo “centrípeto” de arquivamento, que na perspectiva de Vianna; Lisovsky e Sá (1986), quando citados por Kushnir (2009, p.130), afirmam ser aquele em que os documentos, “[...] geralmente de caráter administrativo, giram em torno da atuação do titular, no seu sentido amplo. Permitem assim, perceber tanto as atividades do titular nas instituições da qual fez parte, como percorrer a trajetória desses órgãos”.

7 O autor refere-se à necessidade de se avançar para além da prioridade conferida pelos historiadores ao isolamento do texto escrito dos demais documentos não escritos. Quando vistos como monumentos que encerram em si o poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas – característica própria aos monumentos históricos- a superioridade conferida ao documento escrito deve ser reorientada a fim de se priorizar, não o testemunho que encerra em suas linhas, mas o ambiente que o produziu, transformando-o em documento/monumento, ou seja, permitindo articulá-lo aos demais documentos - sejam eles escritos ou iconográficos, arqueológicos, estratográficos, entre outros – que permitem conferir-lhe o testemunho de um poder polivalente, do qual é produto, ao mesmo tempo que produtor (LE GOFF, 1990).

Apesar de se constituir o ponto de partida através do qual foi possível se chegar ao Ceará Medico e ao objeto do estudo, não permite, de antemão, um processamento capaz de gerar dados para a pesquisa histórica que apontem para problemas concretos sobre a influência das condições em que se deram sua produção e consumo na construção de um sentido de realidade, por agregar documentos de origens diversificadas - muitos dos quais deslocados de suas estruturas originais - que não sobreviveriam a uma crítica rigorosa enquanto fontes de estudo. Portanto, mesmo quando se reportam a conflitos e/ou concorrências próprias ao campo sanitário cearense, indubitavelmente, evidenciam uma ordem de seleção que demonstra ter obedecido a interesses pessoais de preservação da memória. Destarte, constituem “monumentos” privilegiados nos moldes em que enuncia Le Goff (1990) que, quando triangulados ao documento-objeto do estudo, poderão contribuir para a análise dos sentidos que orbitam em torno da sua produção, circulação e leitura.

A dimensão tempo na observação histórica que, antes mesmo da geração de Bloch e Febvre, já inquietava o historiador alemão Johann Gustav Droysen (1808-1884) em suas reflexões, também agregou valor à escolha do documento-objeto deste estudo, pois, segundo Reis (2011, p.08), “toda sociedade é governada por um regime de historicidade, criações narrativas de si que se tornam o próprio real, impondo-se aos indivíduos sem que eles se deem conta, dando forma, plasmando, esculpindo o seu corpo, o seu cotidiano, enfim, a sua vida”.

Parafraseando Aristóteles, Droysen (2009, p. 35) relembra que o movimento do mundo dos fenômenos, “nos permite conceber as coisas como estando em constante devir, seja este devir visto como algo que se repete periodicamente, seja como algo que parece repetir-se e crescer por intensificação e acumulação contínuas”. Fávero (2009, p.115), por sua vez, sintetiza a constatação partilhada por diferentes gerações de pesquisadores ao afirmar que, “[...] o papel do historiador é ver o passado através dos olhos do presente e à luz de seus problemas [...]”, pois, “[...] o passado que é estudado não é um passado morto, mas um passado que, em algum sentido, está ainda vivo no presente”. Retornando ao pensamento de Droysen, aludido por Bentivoglio (2009, p. 24), pode-se afirmar, então, que “a consciência histórica capta o passado no presente e vislumbra o futuro. Com um olhar nunca estático, visto ser uma avaliação e reflexão permanentes”.

Assim, dentre os documentos que foram objeto de exploração privilegiei aquele que mais foi capaz de encerrar em sua materialidade e estética, os elementos reveladores dos axiomas, das convenções e das práticas rituais e/ou ordinárias que permaneceram como marca indelével da distinção científica no hiato temporal que liga a Era Vargas aos dias atuais.

A velocidade com que se processaram as transformações no campo diagnóstico e terapêutico entre o século XIX e XXI fez da práxis científico-sanitária uma modalidade do saber-fazer objetivada numa forma de produção cultural - os periódicos científicos - que sobreviveu às rupturas e inovações do período, unindo passado e presente por meio das representações sobre a realidade, forjadas atualmente pelas heranças das convenções padronizadas da materialidade impressa que alcançaram o formato digital de publicação.

Portanto, desde uma época em que a ciência lutava para sobreviver à ruptura com a filosofia até a contemporaneidade, os periódicos científicos continuam a se impor socialmente como elemento simbólico e material de reconhecimento e prestígio de instituições e de autores que, guardando as devidas proporções, mantêm a circulação de suas visões de mundo em nichos restritos de leitura, donde as reflexões e críticas são formuladas cumulativamente em observância ao rigor metodológico da indução e da observação dos fenômenos que permitem, por sua vez, replicar, a fim de validar ou contestar, as experiências publicadas.

Do exposto, se subtrai que o Ceará Medico congrega, no seu conjunto de números e fascículos, as características privilegiadas para compor o *corpus* documental deste estudo, por capitanear as modalidades de percepção e apreensão da realidade que escapam ao ideário comercial da leitura da imprensa jornalística, dos almanaques, anuários, e demais produtos da imprensa escrita ligados à divulgação e/ou popularização científico-sanitária do Ceará, entretanto, com o diferencial de articular-se a estes numa relação marcada pela reciprocidade referencial que possibilita indiciar a força política e social no ordenamento do campo em que se inscreve, reforçando-lhe a condição de documento-monumento histórico.

3.1 Constituição do corpus documental

A obtenção das cópias das fontes documentais configurou-se numa importante etapa do estudo, não só por colocar-me em contato com o acervo, manuseá-lo, captar dados que escapam às possibilidades de interpretação das suas reproduções reprográficas e tomar contato com outros documentos produzidos pela imprensa escrita do Ceará na década de 1930, mas, por permitir-me imergir no espaço físico e simbólico de preservação da memória sanitária do estado, realizando visitas à Biblioteca da Universidade Federal do Ceará, à Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, ao Arquivo Público do Estado do Ceará, à Secretaria Estadual

de Saúde, à Galeria Parsival Barroso, ao Instituto Histórico do Ceará e à Academia Cearense de Medicina. Afora o contato com os ambientes de arquivamento dos documentos, essas visitas viabilizaram o estabelecimento de contatos com pesquisadores, autoridades sanitárias e membros da atual Academia Cearense de Medicina, onde se encontram arquivados os exemplares do Ceará Medico a serem utilizados nessa pesquisa.

A iniciativa de “trabalhar” com a revista gerou uma primeira tentativa furtiva de encontrar seus exemplares na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em novembro do ano de 2011. Diante da constatação da inexistência de exemplares referentes ao período pretendido para o estudo neste importante acervo nacional, foi realizado contato posterior com a Academia Cearense de Medicina em dezembro do mesmo ano, por indicação de pesquisadora cearense que já havia utilizado esta fonte em estudo de pós-graduação.

Deste contato, foi encaminhada cópia digitalizada de ofício da Coordenação do PPGENFBIO, via e-mail eletrônico, solicitando à presidência da associação cópias reprográficas das edições referentes aos anos 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935. Do pleito, emergiram os primeiros exemplares reproduzidos em folha A4, em preto e branco e encadernados em três volumes espirais, a saber: um contendo os exemplares referentes aos anos de 1931 e 1932, outro referente aos anos de 1933 e 1934 e outro ao ano de 1935. Por falha na comunicação com a pessoa responsável pelo arquivo, o material referente ao ano de 1930 não foi copiado. Todo o trabalho foi realizado por funcionária da associação que, em um gesto de solicitude e presteza diante da inviabilidade de meu deslocamento ao estado do Ceará naquele momento, se prontificou e realiza-lo e enviar o material pelo correio. Todo o material recebeu o carimbo de autenticidade da Associação Médica Cearense.

Todavia, a falta dos exemplares referentes às edições do ano de 1930, aliada à constatação da existência de limitações que a reprografia impunha à análise da materialidade do documento-objeto do estudo, fortaleceu a ideia de que se fazia necessário a realização de uma visita à cidade de Fortaleza para obtenção das cópias dos números faltosos da revista, assim como, para contato manual e visual com os seus exemplares originais. A visita aconteceu entre os dias vinte e nove de novembro de 2011 e quatro de dezembro de 2012. Nesta etapa obtive as cópias dos originais das edições do ano de 1930 disponíveis no Arquivo da Academia Cearense de Medicina, por meio de fotografia digital em máquina Kodak, modelo Easy Share C182. O material coletado foi arquivado em dispositivo pen-drive Kingston 8 Giga bytes.

Portanto, o total dos exemplares da Revista Ceará Medico a serem considerados para este estudo pode, assim, ser apresentado em pormenores:

- Maio, junho, julho, setembro, outubro, novembro, dezembro do ano de 1930- obtidos por meio de fotografia digital;
- Fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro do ano de 1931- obtidos por meio de cópia reprográfica;
- Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto e dezembro do ano de 1932- obtidos por meio de cópia reprográfica;
- Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1933- obtidos por meio de cópia reprográfica;
- Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto (mesma edição), setembro, outubro, novembro e dezembro (na mesma edição) de 1934- obtidos por meio de cópia reprográfica;
- Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto e setembro (mesma edição), outubro e novembro (mesma edição) e dezembro de 1935- obtidos por meio de cópia reprográfica.

Retornando a Droysen (2009, p. 53), naquilo que o eternizaria dentre os historiadores de diferentes gerações, ou seja, a preocupação com os procedimentos metodológicos que fizeram da história uma ciência moderna, tomei por princípio que todo trabalho histórico deve iniciar-se por uma crítica rigorosa das fontes, pois, aqueles que recusam ir além da crítica “se equivocam naquilo que abandonam à imaginação, em lugar de trabalhar com os resultados da crítica e buscar regras que assegurem sua exatidão também para continuar o trabalho subsequente”.

Segundo o historiador alemão, a crítica não busca o fato histórico propriamente, mas sim, determinar por meio de suas formas, a relação entre o material a ser explorado e os atos de vontade, que contribuíram, auxiliando ou inibindo, a elaboração de seus registros. Seu resultado deve indicar que o material foi preparado de forma a permitir uma interpretação relativamente segura e correta (DROYSEN, 2009).

Neste sentido, foram tomadas para efeito de crítica dos documentos obtidos para este estudo, algumas formas adotadas pelo historiador alemão em seu livro intitulado *Grundriss der Historik*, traduzido para o português como “Manual de Teoria da História”, publicado originalmente em 1858 e, segundo Bentivoglio (2009, p.29), considerado por muitos como aquele que delimitou o “surgimento da ciência da história moderna”.

Só foram consideradas, portanto, as formas de crítica que atenderam as exigências de verificação do documento-objeto e demais documentos do estudo não conflitantes com os procedimentos metodológicos propostos por Chartier. No entanto, para se evitar a duplicidade de formas de apresentação que podem induzir a desvios de interpretação e análise, alguns dados serão apresentados nas entrelinhas das categorias analíticas, em virtude de confundirem-se com as exigências próprias ao método da Nova História Cultural.

A “crítica de autenticidade” é, na perspectiva de Droysen (2009), a primeira a ser verificada com a finalidade de responder se o material é realmente aquele que foi tomado como tal. Ela pode ser feita por meio de exames de autenticidade ou mesmo, por meio de respostas a algumas perguntas sobre o documento, tais como as formuladas por Salmon (1979): Quem o redigiu? Quando foi redigido? Onde? Como e por quais vias chegou até nós?

Para tais questões foram assegurados procedimentos que visaram garantir por uma dupla via de observação a autenticidade do documento-objeto do estudo. Por um lado, a originalidade das cópias reprográficas e de sua origem pôde ser assegurada mediante a verificação de carimbos da Academia Cearense de Medicina nas margens de algumas páginas, sem obedecer a uma ordenação específica de distribuição; por outro, o contato manual e visual com os originais do documento-objeto buscou sanar quaisquer resquícios de dúvidas que pudessem pairar sobre a autenticidade das cópias e dos originais da revista.

A constatação de que as pesquisas que utilizaram este documento lançaram mão do acervo pertencente à Associação Médica Cearense, retrata que este acervo constitui um dos poucos que ainda se encontram disponíveis para pesquisadores no país e, ainda, em estado que demanda empenho na delimitação de critérios quanto às condições de acesso e reprodução, em virtude do constante manuseio ao qual tem sido submetido.

Afora a reprodução dos documentos que integram o acervo pertencente à família Pellon, que foram obtidas por meio de cópias digitalizadas em aparelho scanner HP 300, foi utilizado a mesma tecnologia de fotografia digital e armazenamento das imagens da fonte do estudo em todos os demais documentos obtidos em duas visitas realizadas à cidade de Fortaleza para trabalho em campo nos acervos das instituições já citadas. As visitas ocorreram, respectivamente, entre os dias vinte e nove de novembro de 2011 e quatro de dezembro de 2012, conforme já sinalado; e entre os dias vinte e seis a vinte e nove de novembro de 2012.

Durante a primeira visita, além das cópias dos originais da revista Ceará Medico do ano de 1930, foram obtidas cópias do Álbum da Cidade do Ceará (1935), do Relatório do Interventor Capitão Roberto Carneiro de Mendonça (1931-1934) e do Governador Menezes

Pimentel (1936), do livro O Ceará (1939) e das edições anuais do Almanaque do Estado do Ceará referentes ao período de 1930 a 1945. A reprodução de todos estes documentos foi realizada no setor de obras raras da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel por meio de fotografia digital.

Na segunda visita à cidade de Fortaleza, foram obtidas fotocópias digitais dos relatórios pertencentes aos serviços de saúde pública dos anos de 1923, 1932 e 1942 no Arquivo Público do Estado do Ceará, por serem os únicos identificados pelo arquivista como disponíveis à consulta. Tais documentos foram muito pouco manuseados até o momento, contudo, encontram-se muito frágeis ao manuseio em virtude do desgaste natural do tempo. Segundo o arquivista, a possibilidade de existência de outros documentos do tipo só poderia ser confirmada no Arquivo Público Intermediário do Estado do Ceará, que se encontrava interditado no momento em que ocorreu a pesquisa em campo, devido às condições precárias de arquivamento que ameaçava a integridade dos documentos existentes.

Neste mesmo arquivo foram, também, obtidas cópias dos Ofícios da Secretaria dos Negócios da Justiça e do Interior de 1931 a 1935. Na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel foram obtidas cópias de páginas dos jornais A Gazeta, O Povo, A Razão e o Nordeste que veiculavam temas relacionados ao objeto de estudo, na forma de notícias ou propagandas de profissionais e instituições sanitárias da década de 1930. Cabe salientar que o acervo disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel se encontrava em precário estado de conservação, resumindo-se a um misto de fragmentos que inviabilizam a captação de registros de séries cronológicas ininterruptas. Nessa etapa foi possível confrontar alguns recortes jornalísticos que integram o acervo da família Pellon, atestando sua autenticidade mediante a identificação de fragmentos, muitas vezes quase ilegíveis, de suas edições originais.

Esta segunda visita também foi exitosa no que tange à reprodução do acervo completo de edições do Almanaque do Ceará (1897- 1962) digitalizado. Este material trata-se do resultado de um projeto desenvolvido pelo Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico, que teve a edição limitada de 100 exemplares e leva, portanto, o selo de autenticidade da própria instituição. Todos os exemplares foram prontamente vendidos na ocasião de sua publicação e a instituição disponibiliza temporariamente, até a realização de nova tiragem, cópia de seus originais, as quais cobra taxa mínima de reprodução. Também foi obtido nesta ocasião, o acervo de cópias digitalizadas de todos os exemplares da Revista do Instituto do Ceará, projeto inovador que vem sendo divulgado por esta instituição gratuitamente.

Superada as impossibilidades de falsificação (que são, também, importantes para determinadas pesquisas históricas que as tomem por objeto de análise), na perspectiva de Droyssen (2009), o documento deve ser submetido à uma “crítica do anterior e do posterior”, que objetiva perguntar se o material original foi alterado, quais as mudanças podem ser reconhecidas nele desde as primeiras formas até a configuração presentemente disponível.

Neste ponto, a atenção das linhas que se seguem focalizará prioritariamente o documento-objeto do estudo, devido ao fato de os demais documentos não constituírem fonte prioritária, e para este caso, já terem sido suficientemente explorados no que tange às formas em que se encontram disponíveis para pesquisas e aquelas em que foram arquivadas para este estudo.

Assim, o *corpus* documental constituído para este estudo fornece indícios de que, não só a tecnologia disponível para a sua captação, como as condições ambientais e as habilidades e intencionalidades do pesquisador, interferem para se criar novas representações, que, por apresentarem distorções em menor ou maior grau daqueles que lhes deram origem, não podem ser consideradas, portanto, como suas cópias fiéis. Revelam-se, pois, como representações dos originais que embutem as limitações e potencialidades que as competências e disposições daqueles envolvidos em sua reprodução permitem revelar, quando se empenham na captação do “ângulo” da materialidade que melhor pretendem explorar ou mesmo, da perspectiva do documento que consideram em melhores condições para representar as ideias formuladas sobre o fato ou o problema de pesquisa.

Neste sentido, alguns poucos aspectos referentes à alteração dos documentos originais mostram-se passíveis de serem observados tanto em suas representações reprográficas como fotográficas. Muitos dos exemplares do Ceará Medico apresentam-se grampeados com produto já corroído pela ação do tempo, o que pode apontar por um lado - para uma remota tentativa de preservação do acervo documental, privada das competências próprias a um arquivista especializado no assunto; por outro - para a preservação dos originais, tais como foram produzidos, o que exige investimentos no tratamento dos elementos que o compõem e que, com o tempo, tornaram-se ameaçadores de sua integridade.⁸

8 Cabe ressaltar que a técnica de grampeamento é até hoje amplamente utilizada em revistas com pouca quantidade de folhas que são grampeadas na lombada de modo que os grampos não sejam perceptíveis externamente. Contudo, técnica semelhante, onde os grampos eram exteriorizados na capa já fora aplicada como recurso gráfico para auxiliar na fixação do conjunto de páginas, ora acompanhando o método de colagem da lombada, ora utilizada como recurso único de composição da união da laudas para formar o “todo homogêneo”. No caso da revista Ceará Medico, não foi possível, contudo, se averiguar se os grampos foram utilizados como recurso gráfico de composição ou foram agregados com o tempo como forma de preservação documental, pois algumas revistas estão

Algumas edições apresentam selos e carimbos do Correio do Estado do Ceará no verso de sua última folha e algumas edições apresentam carimbo dos Annaes Paulistas de Medicina na capa e no bordo inferior da página que apresenta o primeiro artigo científico. O conjunto de tais elementos aponta que parte do acervo disponível no Arquivo da Associação Médica Cearense pode não ter sido herdado diretamente do Centro Medico Cearense pela ocasião de sua extinção, tema que será mais bem aprofundado adiante, em seção que tratará da caracterização da comunidade de leitores do documento-objeto.

Assevera-se, portanto, serem elementos que se dividem entre aqueles que foram utilizados na tentativa de melhor manter a condição de preservação do documento e os que caracterizam sua circulação no tempo e no espaço e servirão de dados, portanto, para sua análise posterior, conforme já sinalado. Cabe ressaltar, que nenhuma informação a respeito dos elementos descritos foi trazida à baila quando objeto de arguição aos responsáveis pelo arquivo no momento em que se deu sua captação. Ou seja, apresenta-se desconhecida a procedência deste acervo documental e, também, das mãos que sobre ele repousaram, transformando-o de sua originalidade primordial à condição atual.

A representação reprográfica dos originais, considerada para efeito deste estudo, embute em si as limitações próprias à técnica. Os tons de cinza a representar o contraste dos elementos tipográficos, não permite visualizar o desgaste provocado pela ação do tempo, que desbota as folhas e fragiliza a estrutura. A disposição das páginas que, ao deitar-se sobre a máquina, distorce e omite parcialmente elementos concernentes à condição da sua materialidade - como a coloração, as formas utilizadas para o acabamento e união das laudas e a simetria do designer gráfico - não permite obedecer ao rigor de uma análise cultural que se propõe debruçar unicamente sobre esta forma de apresentação ou, dito de outra forma, de representação do documento-objeto do estudo, por alterá-lo em demasia.

Neste sentido, houve uma preocupação rigorosa em suprimir nas fotocópias digitais a maior quantidade de alterações provocadas pelas representações reprográficas do documento-objeto. Portanto, do escurecimento provocado pela máquina reprográfica à coloração pardo-amarelada provocada pela ação do tempo, da distorção na apresentação da materialidade documental à uma maior simetria e equilíbrio na apresentação da forma original das partes que o compõem, busquei na fotocópia digital o suporte com potencial de melhor caracterizar os elementos que, em primeira instância apresentavam-se frágeis para uma análise da materialidade pautada nos princípios analíticos da Nova História Cultural.

grampeadas sem atender a uma distribuição espacial homogênea dos grampos no espaço externo e outras não estão grampeadas e também não possuem vestígios materiais que apontem que já o foram.

Há de se considerar que, não obstante a fotocópia digital mostre-se para este estudo como a representação mais fiel ao produto original, incute ainda a influência de disposições subjetivas e objetivas da condição de captação, que inscrevem os reflexos de luz - diretamente dependentes do horário e da posição diante do foco de luminosidade interna onde foram captadas as imagens, da incidência de luminosidade externa, do foco da máquina, do fundo utilizado, entre outros, na configuração da imagem final obtida, afora, as limitações técnicas do pesquisador na exploração dos recursos da máquina digital. Todos esses elementos fizeram desse “ensaio” um ato singular, marcado pela experiência de melhor observar as condições favoráveis à captação da maior quantidade e qualidade de elementos a serem submetidos à análise.

Droyssen (2009) propõe, ainda, uma “crítica das fontes”, que deve ser aplicada restritamente ao material que irá constituir fontes primeiras do estudo, ou seja, aqueles que não revelam ainda a caótica confusão de opiniões simultâneas, pois, traduzem o primeiro sentido histórico atribuído ao fato analisado antes mesmo que se tenham sido produzidos efeitos decorrentes dos eventos que poderiam mudar a ideia que formamos a respeito, ou algum outro acontecimento que tenha engendrado um novo entendimento. Dessa forma, a “crítica das fontes” busca distinguir o que a fonte fixou e reproduz mediante a apresentação dos acontecimentos; qual a coloração geral ela recebeu do imaginário dominante na respectiva época e lugar e qual a tonalidade particular pertencente ao autor ou corpo de autores, por suas inclinações, formação ou caráter, entre outros.

Destarte presente-se como procedimento fundamental para subsidiar uma análise documental mais propensa às pesquisas que privilegiam a abordagem histórico-social, os dados originados desta forma de crítica serão, pois, apresentados nas entrelinhas das categorias analíticas deste estudo, por confundirem-se com alguns resultados esperados na operacionalização dos procedimentos metodológicos da Nova História Cultural.

A “classificação crítica do material analisado”, por sua vez, busca verificar em qual medida o material se encontra incompleto. Levando em consideração que, quase sempre, restam somente fragmentos ou detalhes das realidades passadas, há de se considerar que o material histórico apresenta lacunas e que o “rigor na identificação das lacunas e dos possíveis enganos é a medida de segurança da pesquisa” (DROYSSSEN, 2009, p. 53).

Atendendo ao chamado desta modalidade crítica, é possível situar que os dados apontam que não houve uma intermitência na publicação das edições do Ceará Medico dentro do corpus de edições a ser submetido à análise, o que poderia caracterizar uma crise institucional ou outro fato correlato. O que pode ser atestado mediante o exercício da crítica,

foi uma sequência lógica na numeração dos volumes contemplando as lacunas provocadas pela ausência de exemplares da revista, o que indica possíveis extravios ou fatos semelhantes. Contudo, não obstante esta constatação aponte para perdas de difícil reparação para a história do periodismo médico, não se mostra suficientemente capaz de alterar os rumos de uma análise que toma a Nova História Cultural na perspectiva de Roger Chartier como abordagem metodológica, pois, trata-se de séries de sequências curtas de ausências que não permitem identificar mudanças significativas nas condições de produção do documento-objeto do estudo, tampouco, do ambiente político e social de sua circulação e leitura.

Após submissão à rigorosidade da crítica documental, a análise do documento-objeto do estudo obedeceu aos três princípios metodológicos propostos por Chartier (2011). O primeiro visa situar a construção do sentido dos textos entre os limites transgredidos e as liberdades controladas. O historiador aponta, por um lado, para a existência de uma força a ser observada pelos pesquisadores na relação entre formas materiais da escrita e competências culturais dos leitores na delimitação das fronteiras da compreensão do sentido visado pelos textos e suas formas de publicação. Por outro, ressalta a necessidade de se elencar para a análise, a apropriação como um ato criador, produtor de uma diferença e de um sentido inesperado e diretamente dependente das competências que cada comunidade de interpretação tem com a cultura escrita.

Dessa forma, é possível situar por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam - de maneira mais ou menos clara - conforme a posição que ocupam nas relações de dominação- o que lhes é possível pensar, dizer, fazer (CHARTIER, 2009, p.49).

Para dar escopo à análise, Chartier (2011) propõe o cruzamento de disciplinas até então estranhas umas a outras, como a crítica textual, a história do livro e a sociologia cultural. Neste sentido, o referencial conceitual de Emanuel Araújo (2008) foi tomado para efeito de análise daquilo que “a bibliologia – e suas feições de fazer concreto abarcado sob o nome abrangente e genérico de tipografia” (HOUAISS, 1985), convém denominar, dedicando atenção aos problemas de normalização textual e editoração, no esforço de compreender a história da combinação de regras ditadas pelas instituições normalizadoras oficiais e o uso corrente pelos editores. Para orientar a análise das especificidades das aplicações deste campo de estudo à história dos periódicos científicos, incluindo as questões concernentes ao seu designer, foi lançada mão, por sua vez, das concepções de Edmund C. Arnold (1985).

Com vistas a compreender o ordenamento do campo sanitário por intermédio da produção, circulação e leitura da revista Ceará Medico, este estudo não poderia privar-se de

apoiar-se também nas noções de Norbert Elias (1994, 2001), a fim de abordar o controle dos corpos e dos costumes, amplamente defendido pelos cânones da ciência moderna, como parte do elenco de medidas que integraram o “processo civilizador” levado a cabo durante os últimos dois séculos, especialmente pela saúde pública.

Como segundo princípio, ou “exigência do método”, Chartier (2011) propõe que o pesquisador se empenhe em desfazer a “fraca ideia” de que as representações são uma tradução do real, simples imagens, verídicas ou enganosas, de uma realidade que lhes seria exterior. Recomenda, pois, que se tome como eixo norteador deste princípio de análise, a força das representações, sejam elas interiorizadas ou objetivadas, o que pressupõe aliar a potência dos textos escritos através dos quais elas serão lidas ou ouvidas, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, impostas por elas como as matrizes das classificações e juízos.

No que tange ao terceiro princípio de análise, o autor propõe que as obras singulares ou textos que são objeto de trabalho sejam posicionados no cruzamento de dois eixos que organizam toda metodologia de história ou de sociologia cultural: um eixo sincrônico e outro diacrônico (CHARTIER, 2011).

O eixo sincrônico permite situar cada produção escrita em seu campo ou seu tempo colocando o documento-objeto em relação a outras produções que lhes são contemporâneas (CHARTIER, 2011). Neste sentido, para efeito de comparação com a Revista Ceará Medico, foram considerados outros documentos produzidos pela imprensa escrita do Ceará, que tomaram as ciências da saúde para a construção dos sentidos de realidade.

Já os documentos auxiliares do estudo, descritos em pormenores nos primeiros parágrafos desta seção, serviram para subsidiar a relação da análise com o contexto histórico social do período de publicação tomado para efeito deste estudo, a fim de indiciar a força da Revista Ceará Medico de moldar a visão de mundo no estado do Ceará.

O eixo diacrônico, por sua vez, busca situar a relação que cada nova obra desenvolve com o passado do gênero ou da disciplina ao conferir enfoque no consumo que se inscreve na produção de seus autores, na forma de imitação, citação, retorno a pensadores antigos, ou mesmo ruptura (CHARTIER, 2011).

Neste sentido, foi destinada atenção especial para os pontos que se apresentaram como consoantes à evolução da própria visão de mundo do corpo editorial e autoral do Ceará Medico, considerando os elementos temáticos e estéticos que os ligaram às correntes passadas de teorias dos valores e práticas da eugenia atentando, portanto, para uma cronologia própria às transformações responsáveis pelos avanços científicos da área, como adverte Chartier

(2011) ao ressaltar que, no âmbito das ciências exatas a presença do passado remete, habitualmente, às durações breves ou mesmo muito breves, ao contrário do que ocorre na literatura e nas humanidades.

Por fim, a forma escrita levada a cabo neste estudo buscou atender aos critérios que demarcam a diferenciação da ordenação narrativa da história das demais formas narrativas, tais como: o romance, a ficção ou a literatura. Para Chartier (2002) constitui uma preocupação primordial, delimitar os limites que dão à narrativa seu lugar na forma de organizar o discurso histórico em diferenciação de outras formas literárias da escrita, dos quais compartilha elementos em comum. Assim, aponta que a história não fornece um conhecimento mais ou menos verdadeiro do que um romance, pois, ela é sempre organizada a partir de figuras e de formulas que também mobilizam as narrações imaginadas da realidade passada. O que é preciso se lembrar, no entanto, é que a meta do conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica e, mais ainda, funda as operações específicas da disciplina, a saber: “construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação dos resultados, validação da adequação entre discurso de saber e objeto” (CHARTIER, 2002, p.98).

Embora possa escrever de forma literária, o historiador não faz literatura e essa distinção só é possível devido à sua dupla dependência: uma em relação ao arquivo e outra em relação ao passado do qual é o traço.

É obedecendo ao rigor dessas observações que a narrativa histórica se faz constitutiva da própria essência da apresentação escrita desse estudo que, na busca de revelar uma compreensão atual dos fatos do passado, não nega os limites que a imaginação impõe a análise, mas, faz das operações próprias à disciplina a baliza que permite asseverar sua vinculação às dependências com o arquivo e com o passado do qual é fiadora.

SEÇÃO IV

4 REVISTA CEARÁ MEDICO: ENTRE MATERIALIDADE E DISTINÇÃO MÉDICA

4.1 A revista Ceará Medico - Órgão do Centro Medico Cearense

A materialidade que veicula o texto impresso possibilita ao pesquisador captar elementos capazes de dar suporte a um estudo sobre as significações pensadas pelo autor, pelo comentador e pelo editor, quando ajuízam o leitor como sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, ou seja, a uma leitura autorizada.⁹ No entanto, o conhecimento dos sentidos que se originam das práticas de leitura demanda a captação de fontes escritas ou iconográficas que sejam capazes de traduzir estas práticas ou por outra via, a obtenção de relatos extraídos de leitores sobre as suas leituras. Neste ponto é justamente onde reside a possibilidade de se reduzir a análise à dimensão particular de práticas que tem como marca a diversidade de formas possíveis de se executar, correndo o risco de veiculá-la a uma tentativa de se construir uma identidade e uma história pessoal a partir das lembranças de leitura ou mesmo a partir de respostas sobre o que parece legítimo ao depoente naquilo que lhe aconteceu de ter lido ou ouvido. Dito de outra maneira, as declarações que as pessoas fazem sobre suas próprias leituras são muito pouco seguras em razão do que Pierre Bourdieu chamou de “efeito de legitimidade” ao abordar o tema em diálogo travado com Chartier. Já a exploração de textos ou imagens que veiculam dados sobre as práticas de leitura é um critério passível de ser adotado, contudo, se mostra pouco viável na medida em que a existência dessas fontes é historicamente muito pouco numerosa (CHARTIER, 1996).

Segundo Chartier, a resposta para o dilema de como remontar as práticas de leitura sem ferir os princípios que fazem da história uma ciência fundada em operações específicas que a ligam ao arquivo e ao passado, implica em reinterrogar os objetos em todas as suas estruturas, jogando de um lado com os protocolos de leitura inscritos nos próprios textos

9 Para efeito da redação deste estudo, será considerada a terminologia “corpo autoral” quando se pretender designar todos os envolvidos com o processo de produção do Ceará Medico, ou seja, escritores, tipógrafos, redatores e outros.

“precavendo-se, contudo, contra o uso incorreto da categoria texto, indumento aplicado às práticas (ordinárias ou rituais) cujas táticas e procedimentos não são em nada parecidos às estratégias produtoras dos discursos” (CHARTIER, 2003, p.165). Trata-se de jogar com as disposições de impressão que podem traduzir evoluções globais que atingem toda a produção impressa e suas regras em determinada época, mas também, inculcar manifestações de uma intenção de manipular a recepção (CHARTIER, 1996).

Da sociologia dos textos, Chartier (1994) subtrai, então, uma preocupação em relação ao estudo das razões e dos efeitos das materialidades, que no caso dos impressos orienta-se para o seu formato, donde os dispositivos de paginação, o modo de dividir o texto, as convenções que regem a sua apresentação tipográfica, dentre outros, atuam no controle que editores ou autores procuravam exercer sobre essas formas, a fim de exprimir uma intenção, de governar a recepção e de reprimir a interpretação.

O formato - invólucro textual que trata da materialidade assumida pelo impresso ao longo de sua história - remete ao conjunto de elementos herdados do esforço milenar da cultura ocidental pela preservação e padronização dos textos escritos, a fim de que seus exemplares parecessem o mais igual possível, obedecendo a disposições que tem sua origem no códice (*códex*) manuscrito que, por sua vez, suplantou a apresentação do texto escrito em rolo (*volumen*) a partir do século II d.C. (ARAÚJO, 2008).

Dessa forma, os primeiros códices - pergaminhos de couro que eram costurados formando cadernos de três a quatro páginas numeradas - legaram ao livro impresso o seu formato embrionário. Mesmo o advento da prensa móvel de Gutemberg - que proporcionou maior agilidade à produção e circulação dos livros impressos - não foi capaz de criar uma ruptura com a materialidade que compunha o livro manuscrito, ao reproduzir o padrão de dispositivos formais que permitiam ao seu consumidor identificar o conjunto de elementos necessários à decodificação da realidade que se pretendia difundir, advertindo-se para a existência implícita de representações da ordenação de mundo e das divisões que nele habitam.

Gruszynski (2006, p. 4) chama a atenção para o fato de que “como o sujeito lê a partir e através de sua cultura, o nível de familiaridade que o texto tem com o seu universo cultural permite que ele utilize o mecanismo de antecipação”. É possível considerar, portanto, que o mecanismo de antecipação preceda a identificação dos elementos sógnicos que organizam o texto no interior de uma revista científica - legatária da materialidade do livro impresso - pois, antes mesmo de ser acessada em sua íntegra, a exteriorização de uma arquitetura gráfica e estética esboçada no formato de capa demarca o contato inicial do leitor com o produto que o

vincula, convidando-o ou não à sua leitura através de uma composição visual que lhe permite identificar as regras próprias do seu campo de conhecimento. Em outras palavras, todo texto impresso, herdeiro do códice, possui um invólucro que busca indicar o que o leitor irá encontrar em seu interior a partir da sua familiaridade com os elementos sógnicos aí apresentados.

Segundo Bakhtin (2006), todo elemento que possibilita expressar a ideologia de um determinado grupo social pode ser considerado como um signo. O autor ressalta, entretanto, que todo signo tem duas faces que permitem entendê-lo como uma arena onde se confrontam valores contraditórios. Assim, os signos não existem como parte de uma realidade única e dissociável do contexto de outros signos, pois, eles refletem e retratam uma realidade onde as ideologias se constroem no diálogo, ora refutando ora refletindo outras realidades que lhes dão sentido. Do exposto, o autor afirma que só é possível se compreender os signos através de outros signos.

Portanto, a representação entendida como uma imagem presente de um objeto ausente, onde a primeira vale pelo segundo, permite caracterizar o conhecimento do signo enquanto distante da coisa significada exigindo, portanto, o reconhecimento da existência de convenções partilhadas socialmente a regularem esta relação - do signo com a coisa significada - colocando, assim, os termos de uma questão histórica fundamental: a da variabilidade e da pluralidade das compreensões (ou incompreensões) das representações do mundo social e natural propostas pelas imagens e textos (CHARTIER, 1990).

Todo o conjunto de elementos que compõe a materialidade do Ceará Médico é para efeito deste estudo, portanto, analisado na perspectiva de identificar as estratégias mobilizadas pelo seu corpo autoral para exercer um controle sobre a leitura de mundo nos moldes em que acreditava e em que queria fazer com que os leitores acreditassem; suas hierarquias, distinções e ritos da vida cotidiana, em que a assistência desempenhava o papel de reguladora do equilíbrio da relação ordem x desordem que a saúde e a doença enunciavam na vida social.

Não obstante, a mobilização de estratégias sógnicas orientasse a leitura para a afirmação da distinção do papel hierárquico do médico agremiado ao CMC e da ciência na empreitada civilizatória cearense, cabe ressaltar que a distância das representações com a coisa significada pressupunha convenções mais ou menos rígidas a regular a sua apropriação, guiadas pelas operações mentais científicas alicerçadas nos princípios da razão e da objetividade.

A dimensão da apropriação como um ato criador, implica em compreender a composição material do periódico como o arquétipo de uma intenção, limitado às

singularidades pelas quais o corpo autoral da revista atravessou na tentativa de difundir sua visão de mundo diante das múltiplas possibilidades de apropriação e de construção do sentido de realidade. Tal fato exige pensar todo o conjunto de intenções projetadas na materialidade do periódico (do escritor, do editor, do tipógrafo, entre outros), não como resultados de operações intelectuais ingênuas que desconheciam as possibilidades infinitas de formas de apropriação, mas como resultado de práticas que procuraram circunscrever na materialidade, sua relação com modalidades de leitura aceitáveis para a consolidação dos interesses do seu corpo autoral. Dessa forma, passa-se inicialmente à análise do formato do periódico e de como poderia circunscrever usos e costumes que influenciassem a construção do sentido de realidade em que o Ceará Medico buscava se colocar como o órgão privilegiado de enunciação científica no seu lugar de origem.

No que tange ao formato adquirido historicamente pelos suportes da escrita - que de maneira direta ou indireta influíram na disposição da página impressa – pode-se afirmar que, predominantemente, adotaram a forma retangular vertical, com a largura menor do que a altura, fato que já fora sustentado por se tratar de uma orientação geométrica ideal para a transmissão da palavra escrita por sua semelhança à proporção física do corpo humano. Araújo (2008) refuta tal assertiva, ao auferir ter sido o mérito da escolha embasado em soluções práticas, como a acomodação de linhas mais retangulares na largura e a maior facilidade de obter-se por meio de cortes e dobras, outros retângulos sobre as novas formas, criando assim as condições propícias ao melhor aproveitamento dos papéis comerciais. Ainda segundo o autor, não há uma padronização a ser mantida como universal, mas o princípio de que o formato retangular deve ser priorizado por possibilitar o usufruto funcional e cômodo de um objeto belo ou esteticamente agradável, considerando a comodidade do manuseio das páginas em relação à perfeita legibilidade do texto. Depreende-se, do exposto, que o formato das páginas é considerado o elemento constitutivo primordial para a orientação distributiva dos demais elementos textuais e não textuais na composição de um conjunto harmônico de signos voltados a possibilitar uma perfeita legibilidade através da leitura.

Dos padrões comumente utilizados, Araújo (2008) distingue o formato estreito, o oblongo, o quadrado e o francês, sendo este último o padrão adotado pelo corpo editorial do Ceará Medico durante a década de 1930 que, obedece ao equilíbrio da proporcionalidade entre os lados, donde se advém uma possibilidade de distribuição harmônica de elementos internos, tais como: quantidade de colunas, comprimento das linhas, tamanho e força do tipo e chamadas marginais, dentre outros.

Uma dimensão a ser considerada para efeito de análise do formato assumido pelo material impresso trata-se, por sua vez, de observá-lo como um índice da *performance* a ser adotada para que a leitura possa atingir seu objetivo, seja ela solitária ou em grupo, oralizada, silenciosa ou teatralizada, conforme já salientado em seção anterior. Um aspecto relevante de tal observação remete à sua influência na postura corporal implicada no manuseio do material impresso e, portanto, no tipo de interação possível entre o leitor e este. Mais do que um indicador do tipo de leitura almejada, entretanto, a materialidade que emoldura o texto escrito indicia as possibilidades e limites do seu uso.

A título de ilustração, Chartier (1998) destaca os limites impostos pelo livro de rolo ao pressupor uma interação limitada do leitor pelo uso conjunto de suas mãos para mantê-lo aberto. Dessa forma, não seria capaz de empreender-se em consulta a outros textos enquanto o lia, ou mesmo, de realizar suas anotações. Ou lia ou anotava. Tal procedimento só seria possível mediante o seu fechamento quando não mais estaria lendo, ou mesmo com a ajuda de outros a quem deveria ditar suas considerações para que procedessem as anotações. Essas, por sua vez, sofriam de exponencial fragilidade por não se tratarem de rubricas originais daqueles que as ditavam. Dessa modalidade de interação subtende-se que o próprio autor desses livros também tinha seu fazer limitado sem que pudesse escrever ao mesmo tempo em que lia ou comparava os textos, como o fizeram os autores dos primeiros códices em diante.

“Incidindo sobre os tipos, o papel, as pranchas, às vezes o formato, essas convenções atestam claramente a vontade dos autores de estabelecer a sua autoridade sobre o modo de circulação de seus textos” (CHARTIER, 1994, p.55). Neste sentido, cabe rever o movimento histórico que inscreve o formato do Ceará Medico como produto das adequações impetradas pelo seu corpo autoral para atender as exigências de manter a autoridade de enunciar sobre a ordenação científica da assistência à saúde no Ceará.

A tendência universalizante de uma padronização da linguagem científica em busca de facilitar a troca de ideias entre os pares de diferentes partes do mundo obteve nos primeiros anos de república brasileira particular atenção por parte dos médicos. O empenho em consolidar no país uma identidade científica capaz de responder aos anseios sociais e políticos consoantes com a ideia de progresso e civilização afastava a possibilidade de sua identificação com a herança portuguesa, vista como atrasada em ciência e altamente inclinada à produção literária. Não obstante este momento coincidissem com o nascituro das especialidades médicas, ele passou a requerer uma escrita exata e concisa em um meio onde a troca de ideias era obrigatória, a fim de abreviar o hiato mental e linguístico que separavam os povos de diferentes nações (SÁ, 2006).

No século XIX, quando as descobertas científicas foram predominantemente veiculadas na forma de vulgarização científica em revistas que se subdividiam em seções de letras, ciências e artes, o confronto entre leigos (leitores) e homens da ciência (escritores) implicava em obstáculos da ordem do convencimento e da contenda entre os desiguais no debate sobre preceitos científicos e reputações intelectuais. Como consequência do avanço da necessidade de troca da comunicação científica entre os pares, emergiu a iminência de uma reordenação do conteúdo e forma de alguns periódicos, a exemplo do que ocorreu com a *Revista A Época e Século XX*, que abandonaram a alcunha de revistas literárias, passando a denominar-se tão-somente de revistas científicas (SÁ, 2006).

Foi somente na Primeira República (1889-1930) que se iniciou, mesmo em bases precárias, o processo de moderna comunicação de massa, em que as revistas desempenharam importante papel social, contudo, após a Revolução de 1930 que houve significativa expansão e sofisticação da indústria nacional de livros reconfigurando a relação entre autor, editor e público (VELLOSO, 2006).

Nos idos dos anos 1930, o Ceará Medico - florescido nos primórdios do século XX sob a denominação de Norte - Medico - já trazia embutido em seu formato o resultado dos ajustes responsáveis por impor uma distinção à sua comunidade de autores no campo sanitário e social cearense, a fim de delimitar um espaço hierárquico por meio da dominação simbólica exercida nos moldes do que Norbert Elias (1994) designou como “processo civilizador”.

O conceito de civilização, tão caro à cultura ocidental, refere-se a um conjunto tão amplo de fatos que impedem toma-lo como uma designação revestida de um sentido universal. Norbert Elias (1994, p.23) defende, entretanto, que, ao tornar-se objeto de reflexão sobre a sua função e qualidade comum a todas as atitudes e atividades humanas, ele expressa “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. Tal consciência resume em que a sociedade ocidental se julga superior em relação às sociedades mais antigas ou mesmo aquelas que lhe são contemporâneas, mas, que carregam o estigma de “primitivas” por não partilharem de tudo aquilo que constitui o seu caráter essencial, ou seja: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua visão de mundo e muito mais.

Assim, para o autor (ELIAS, 1994) o processo civilizador consistiu em um conjunto de mudanças engendradas nos padrões de conduta e sentimentos humanos com vistas a alcançar uma nova ordenação da vida em sociedade, a partir do momento em que a dinâmica autônoma da rede de relacionamentos implicou na acentuação do processo de diferenciação social, na progressiva divisão de funções e no crescimento das cadeias de interdependência entre os indivíduos nos Estados absolutistas europeus. O monopólio sobre a violência foi a

alternativa encontrada por estes Estados para obterem um controle mais rígido das emoções e dos afetos individuais e a conseqüente criação de espaços sociais livres das formas de violência física impostas diretamente por aqueles que eram fisicamente mais fortes. As formas de violência física, antes executadas sem restrições, passaram a ser substituídas, então, por um conjunto de meios cuja monopolização permitiu ao homem, como grupo ou indivíduo, impor sua vontade aos demais.

Chartier (1990) considera que após Gutemberg toda cultura do Ocidente pode ser considerada como uma cultura do impresso que irriga todas as práticas, todas as relações, ao contrário das culturas provenientes de países como a China e a Coréia, que tem os modos de produção e composição tipográfica dos impressos reservados às administrações e aos cleros. Portanto, ao analisar o processo civilizador como um movimento ordenatório da vida em sociedade impetrado pelo Ocidente nos últimos três séculos, o autor (1990; 2002) destaca que o monopólio sobre o emprego legítimo da força pelo Estado, fez com que os confrontos sociais cunhados em afrontamentos sangrentos e brutais cedessem espaço a lutas que tinham por armas e por fundamentos as representações escritas que, numa relação de familiaridade com as propriedades psicológicas dos indivíduos, atuavam de forma a incutir uma interiorização individual das proibições anteriormente impostas do exterior, fortalecendo os mecanismos de autocontrole exercido sobre as pulsões e emoções, fazendo-os passar do condicionamento social ao autocondicionamento.

Para Chartier (2001), o conceito primordial que reside na abordagem de Elias sobre o processo civilizador trata-se daquele que denomina como *Figuration*, ou seja, uma compreensão da formação social cujas dimensões podem ser muito variáveis, em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por relações específicas de interdependências recíprocas que limitam o que lhes é possível decidir ou fazer. Portanto, ressalta os três os princípios paradoxais da sociedade de corte como imprescindíveis à compreensão do processo civilizador: a sociedade de corte é uma figuração social em que a maior distância social manifesta na maior proximidade espacial; o ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que lhe é dada por si próprio ou pelos outros e; a superioridade social se afirma pela submissão política e simbólica.

Tais princípios inscrevem, assim, a distinção na proximidade, a realidade na aparência, a superioridade na dependência, exigindo propriedades psicológicas específicas que não são comuns a todos os homens e que Elias designa como *habitus*. Assim, a arte de observar aos outros e a si mesmo, a censura dos sentimentos, o domínio das paixões, a incorporação das disciplinas que regem a civilidade são exigências do homem de corte que lhes permite utiliza-

las como signos de prestígio a se imporem como elementos de dominação. Dessa forma, [...] “é apenas porque o rei se submete à etiqueta que impõe aos cortesãos que pode utiliza-la como instrumento de dominação” (CHARTIER, 2001, p.21)

Deriva do exposto os elementos necessários à compreensão do papel exercido pela ciência e pelos médicos na ordenação da moral pública, no controle sobre os corpos e impulsos afetivos por identificação com o que se considerava ser um alto padrão de civilização do século XX (SÁ, 2006). As representações científicas da realidade podem ser observadas, assim, como instrumentos privilegiados para se manter o equilíbrio das tensões sociais originadas da corrente valorização das práticas de cuidado e cura operadas por leigos e curiosos, que mais fazia corroborar com a ideia amplamente ventilada no início do século XX pelos povos europeus de que o Brasil se tratava de um território selvagem e bárbaro em função da tão propalada mestiçagem racial que havia incutido comportamentos perniciosos à saúde do corpo social.

A distância dos centros irradiadores de valores e práticas da medicina acadêmica até os anos 1940 contribuiu para que tal ideia tivesse se engendrado na representação feita pelos cânones da ciência moderna sobre a realidade social da região nordeste, de modo a se tornar o principal obstáculo a ser enfrentado para o reconhecimento da função social dos médicos cearenses frente à ampla aceitação de terapeutas curiosos, boticários, curandeiros e outros. Essa situação passou a exigir dos médicos agrupados sob os auspícios do CMC, a adoção de medidas voltadas a responder às questões inerentes a organização da vida pública em geral, corroborando para a construção de uma nova representação da identidade social livre das heranças provenientes do estigma atribuído ao sertanejo, visto pela ciência moderna como portador de uma condição crônica de fadiga, indolência, apatia e desinteresse pelos atributos da civilidade, em virtude da “degeneração” decorrente do processo de mestiçagem, da qual era o mais fiel representante a ser enunciado na literatura nacional.

Em consonância com o atributo civilizatório da ciência, os médicos do CMC lutaram para criar uma representação de si mesmos como vozes autorizadas do processo civilizador em um contexto em que a cidade de Fortaleza enfrentava investimentos em sua remodelação sócio-urbana a fim de inseri-la no contexto da *belle époque* (bons tempos)¹⁰ francesa pela qual passavam as principais capitais do país. A remodelação da capital cearense tinha como espelho a cidade de Paris, considerada a metrópole mais civilizada e charmosa do século XIX

¹⁰ Termo francês para exprimir a euforia europeia com as novidades decorrentes da revolução científico-tecnológica do final do século XIX em diante (PONTE, 2000).

e, portanto, um conjunto de transformações foi impetrado no espaço urbanístico de Fortaleza a fim de aproximar-lhe do modelo arquitetônico e cultural parisiense (PONTE, 2000).

A aproximação espacial das diferenças sociais confrontava o convívio no mesmo espaço urbano de indivíduos e grupos idealizadores do processo civilizatório, representantes de elites econômicas e culturais, e indivíduos pauperizados, miseráveis, loucos, prostitutas, leprosos, indesejáveis à luz das mudanças exigidas para a concretização das transformações urbanísticas almejadas para a capital. A saúde e a segurança pública tornaram-se, pois, as principais preocupações em torno das quais foram edificadas as primeiras obras públicas, a fim de se delimitar o espaço destinado a cada um no inevitável convívio urbano. Na segunda metade do século XIX foram criados, portanto, o Lazareto de Lagoa Funda para abrigar doentes contagiosos, a Santa Casa de Misericórdia para prestar atendimento médico à população pauperizada e trabalhadora e um novo cemitério em local afastado do centro da cidade de Fortaleza (PONTE, 2000).

O processo de afrancesamento da capital Fortaleza avançou pelas primeiras décadas do século XX, alcançando o período de vigência da gestão Accioly que traçou amplo plano de investimento no remodelamento do espaço urbano no período em que constituiu sua duradoura oligarquia através de recorrentes fraudes eleitorais entre 1896 a 1912. Na medida em que Fortaleza vivera um momento de grande efervescência cultural com a criação da Academia Francesa do Ceará - difundindo noções de progresso, evolução e darwinismo social que serviram de base para os projetos abolicionistas - dos cafés no estilo *chalet* francês frequentados por poetas, artistas e intelectuais, da proliferação de sociedades literárias e da remodelação de praças e espaços públicos, acentuavam-se as demandas de regulação da vida em sociedade (PONTE, 2000).

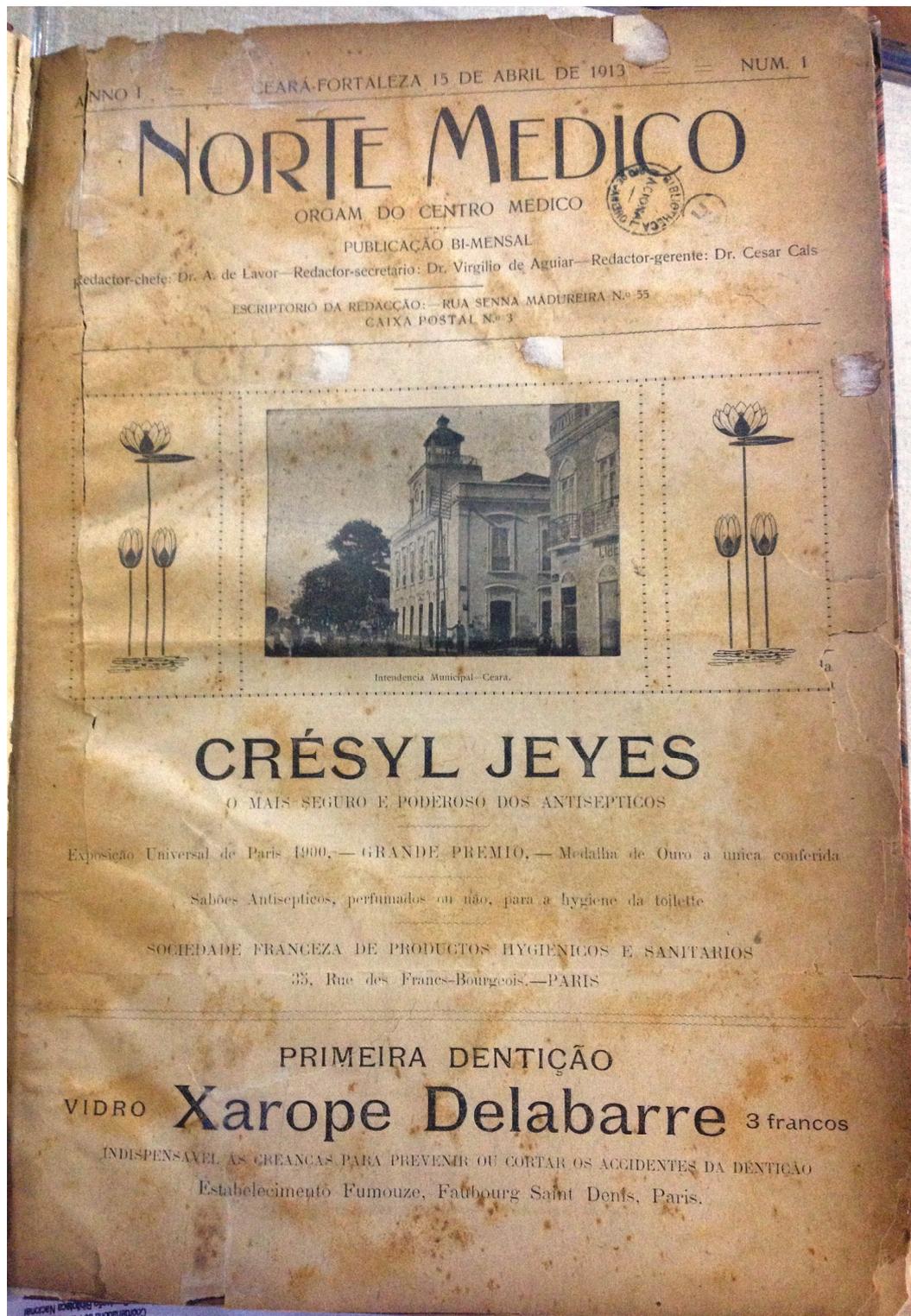
Os médicos fundadores do CMC assistiram ao auge e à decadência da Fortaleza *belle époque* que, segundo Ponte (2000), em 1925 encontrou seus derradeiros momentos com a demolição de quatro cafés afrancesados na Praça do Ferreira e no Jardim 7 para atender ao projeto de remodelamento da gestão municipal do prefeito Godofredo Maciel. Assim, diante do convívio inexorável entre as diferentes linguagens de mundo que buscavam galgar espaço na nova configuração social cearense, a representação material da comunicação científica dirigida aos pares não escapou ao esforço de uma classe médica emergente de manter uma identificação com a vanguarda dos padrões sócio-culturais de sua época. Tal investimento demonstrou uma preocupação do corpo autoral em dimensionar as representações do Ceará Médico em seu duplo sentido, conforme salienta Chartier (1990): como incorporação social e

como matrizes que constituem o próprio mundo social, na medida em que comandam atos e definem identidades.

Portanto, é exatamente neste ponto que o jargão popular “vale quanto pesa” parece ter adquirido um sentido para efeito de designar um destaque ao conhecimento científico pelo “peso simbólico” de sua importância como ordenador de uma realidade social fundada nos princípios morais da civilidade moderna ocidental. Tal ponderação é visivelmente retomada na escrita do médico e escritor Virgílio de Aguiar, em texto publicado por ocasião das preliminares do Primeiro Congresso Médico Cearense na edição de junho de 1935 da revista *Ceará Medico*. No tocante ao assunto, o médico ressalta a preocupação que moveu os editores e autores do periódico a dar-lhe melhor escopo às exigências de uma revista científica moderna:

O Norte Médico veio à luz a 15 de abril de 1913, com o tamanho provinciano ou petulante de 32 ½ centímetros por 23 ½ e o volume magríssimo de 12 paginas, inclusive capas e anúncios. Era de cabedal modesto- capa do mesmo papel branco que o do corpo- e de feitio singular-tamanho avultado e corpo leve, quase um jornal, pouco de Revista. [...] Foi publicado por ultimo numero do Norte Medico, do tamanho primitivo, o de 31 de Maio de 914 (que me falta). Ahi se interrompeu a publicação do Norte Medico, voltando a aparecer em setembro de 915, de melhor tamanho e melhor feitio [...] O Ceará Medico nada mais é que o ex-Norte Medico, com o mesmo programma, os mesmos redactores, e os mesmos ideaes, etc (CEARÁ MEDICO, jun. 1935, p.8-9) (grifos do autor).

O médico deixa patente em suas reflexões sobre a trajetória da revista ao longo do período de sua existência que, a fim de torna-la uma representação fiel aos princípios de cientificidade que refletia os ideais em torno dos quais nasceu sua sociedade mantenedora, precisou-se rever-lhe a forma tornando-a compacta em tamanho e firme na estrutura. Ao tomar contato com exemplares do periódico, tornou-se evidente que tal mudança engendrou-lhe peso e formato aproximado ao de um pequeno livro, diferenciando-a das revistas de divulgação científica de circulação nos meios leigos, assim como jornais e boletins, tão comuns às sociedades de cunho beneficente e mutuário que possuíam, em geral, tamanho avantajado de maior leveza; produtos passíveis de serem dobrados e amassados e que raramente dividiriam as estantes das bibliotecas ao lado dos livros científicos. A seguir são apresentados três exemplares da capa da revista que apontam para as transformações sofridas no seu formato desde sua criação até a década de 1930.



Fac-símile 1 – Capa do primeiro número do Norte Medico, abril de 1913.

Em sua primeira edição bimensal datada de 15 de abril de 1913, sob a alcunha de Norte Médico, ficam evidentes alguns dos aspectos que, elencados na escrita de Virgílio de

Aguiar, fizeram de seu formato objeto de inflexão do próprio corpo autoral sobre sua capacidade de representar os reais interesses do grupo a qual estava ligada. Seu tamanho avantajado, com destaque para duas grandes chamadas publicitárias de produtos franceses na capa, com indicação de endereço dos estabelecimentos comerciais em Paris, sem dividir espaço com apresentação de sumário, reflete uma preocupação em garantir uma ligação - mais próxima do que se poderia exprimir com a apresentação dos títulos de suas produções escritas e dos nomes dos autores no sumário - com o processo civilizador nos moldes da *belle époque*.

Laureada por duas imagens na forma de desenho de flores e emoldurada ao centro, logo abaixo do logotipo do periódico, situa-se a fotografia da Intendência Municipal do Ceará que, pela Lei 1190 de 5 de agosto de 1914, seria renomeada como Prefeitura de Fortaleza. Trata-se de uma expressão clara da relação de interdependência política objetivada pelo corpo autoral do Norte Médico a fim de galgar relações privilegiadas com os poderes instituídos em prol da delimitação de um espaço dominante no campo da enunciação sobre o processo civilizador pretendido para a capital.

Em concordância com a escrita de Virgílio de Aguiar, fica patente que o padrão visual de sua materialidade externa assemelha-se mais a um jornal ou revista de divulgação científica do que de uma revista especializada, pois, não havia ainda uma prioridade conferida pelo seu corpo autoral à exteriorização dos arquétipos distintivos da comunicação científica de sua época, mas sim, à distinção de seus membros no campo político e social pela imposição dominante dos signos de prestígio da *belle époque* nos moldes em que relata Ponte (2000), ou seja, comunicar em francês, trajar-se como francês e consumir produtos franceses, de preferência adquiridos na própria França.

Grande em tamanho e magro em conteúdo, petulante, avultado e de corpo leve, articulando imagens com conteúdo escrito, os signos mobilizados na primeira edição do Norte Médico remetem, inexoravelmente, aos mesmos critérios mobilizados pelos jornais para promoverem a identificação do público consumidor com a coisa enunciada, em que a linguagem jornalística concretiza uma “tensão entre a busca do inusitado que ‘dá notícia’, provoca a curiosidade e vende jornal (e conseqüentemente faz ver os produtos anunciados) e o seu ajustamento ao conhecido a ao cotidiano, à preocupação na conservação das normas sociais dominantes” (GOMES, 2008 p. 27).

Ou seja, os arquétipos de sua materialidade indicam que o corpo autoral do Norte Médico parece ter se preocupado em situar mais o lugar social de onde falava do que o que se falava, mobilizando inicialmente estratégias jornalísticas a fim projetar-se hierarquicamente no contexto sócio-cultural de afrancesamento pelo qual passava a capital Fortaleza. Dessa

forma, a abreviação da distância simbólica entre o Norte Médico e a França é representada na capa do periódico pela apresentação dos produtos e dos endereços dos estabelecimentos que deveriam ser encontrados em Paris, sugerindo não haver nenhum estranhamento por parte dos leitores com essa representação da realidade por integrarem, supostamente, uma elite cultural e econômica com condições de consumir os produtos propagandeados, o que exigia adquiri-los no seu país de origem ou nos representantes credenciados desses estabelecimentos comerciais.

Os elementos que compõem o formato deixam impresso, então, uma preocupação do corpo autoral com o perfil almejado da comunidade de leitores que se pretendia alcançar inicialmente, ou seja, aquela com competência suficiente para reconhecer nas entrelinhas das representações de capa uma proximidade do CMC com os elementos distintivos da cultura francesa, seus comportamentos e hábitos de consumo. Essa identificação com os arquétipos de civilidade *per si* já seria suficientemente distintiva da pertença tanto dos leitores, como dos seus autores a uma elite cultural e econômica, conforme já ressaltado, com força para enunciar sobre os confrontos inevitáveis entre os estados ordenados e desordenados que conflitavam no processo civilizatório urbanístico pelo qual atravessava a sociedade cearense no início do século XX.

Em 1916, passada as dificuldades iniciais de consolidação e reconhecimento social e político do CMC, a preocupação do corpo autoral do Norte Médico com sua a materialidade já apresentava o diferencial da reorientação enunciada por Virgílio de Aguiar, representada pelos signos distintivos que demarcavam a pretensão do Norte Médico de enunciar ciência, ou seja, um tamanho mais compacto do que a sua forma originária, com prioridade às informações objetivas que orientavam o leitor sobre o que deveriam encontrar no seu interior, distribuídos harmonicamente na composição da mancha gráfica que é, por sua vez, emoldurada por largo espaço de arejamento a conferir maior destaque às informações escritas do que na edição de 1913.

ANNO IV—N.º 10, 11 e 12—FORTALEZA, OUT. NOV. DEZ. DE 1916.

NORTE MEDICO

FUNDADO A 15 DE ABRIL DE 1913

ORGÃO DO

CENTRO MEDICO CEARENSE

PUBLICAÇÃO MENSAL

ASSIGNATURAS: 6\$000
POR ANNO
NUMERO AVULSO: 1\$000

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Barão do Rio Branco, 94
FORTALEZA—CEARA'

CORPO REDACTORIAL

DR. ABDENAGO DA ROCHA LIMA
Director do Instituto de Protecção e Assistencia á
Infancia do Ceará

DR. MANOEL THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA
Medico do Corpo de Saúde do Exército

DR. CARLOS DA COSTA RIBEIRO
Inspector de Hygiene do Estado do Ceará

COLLABORAÇÃO FRANCA A TODOS OS SCIENTISTAS

SUMMARIO:

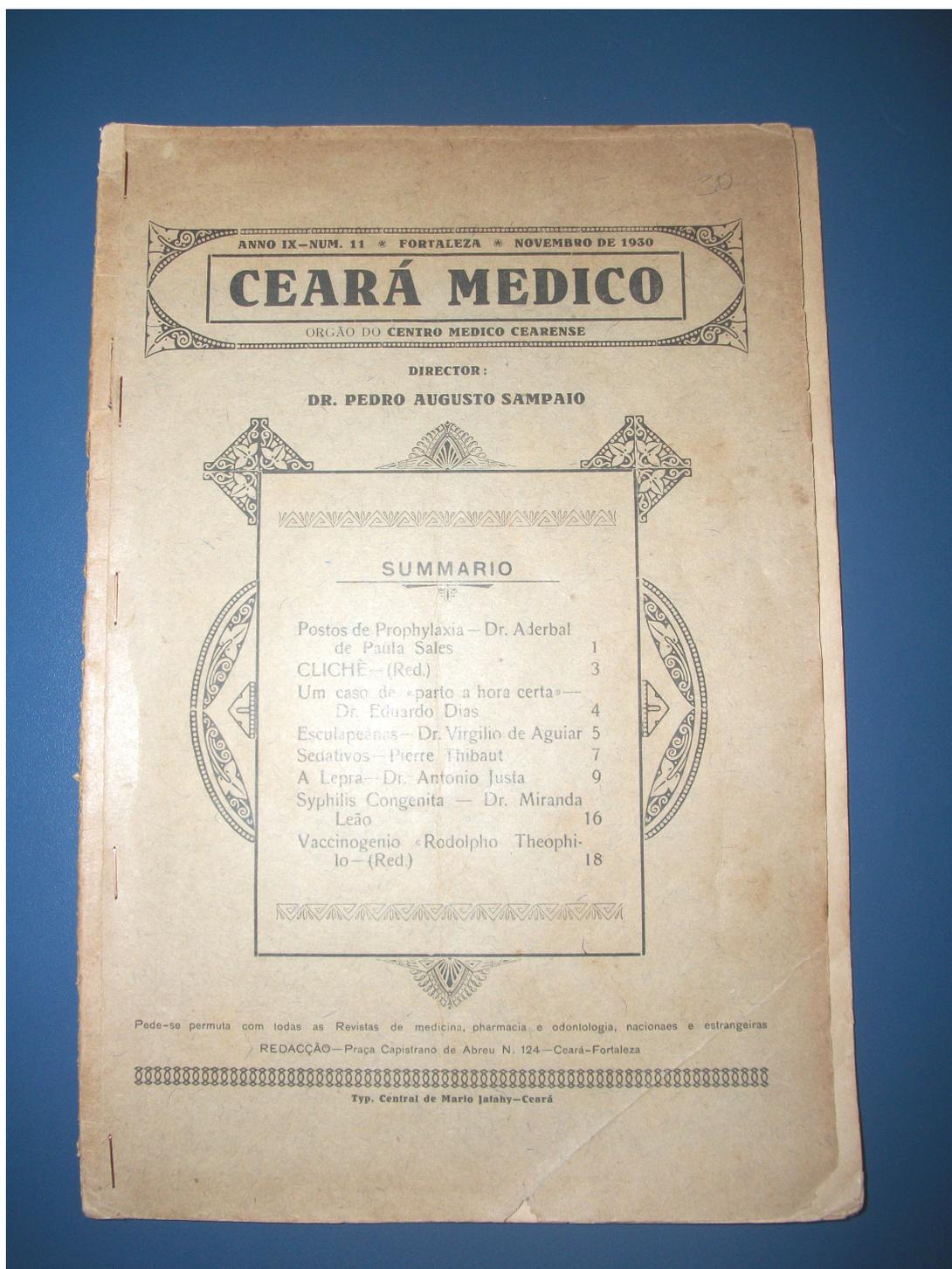
O SERVIÇO MEDICO-LEGAL DE FORTALEZA—A Redacção
OBSERVAÇÃO—Dr. Fernandes Tavora.
O SANEAMENTO DO SERTÃO—Dr. Virgilio de Aguiar.
O DISCURSO DO PROFESSOR MIGUEL PEREIRA—Transcripção.
PAGINAS ANTIGAS—Dr. Meton de Alencar.
VARIAS—A Redacção.
PUBLICAÇÕES.
O CENTRO MEDICO.

Fac-símile 2 – Capa do Norte Medico, out-dez. de 1916.

A ausência de imagens na capa indica claramente a disposição do corpo autoral em suprimir elementos figurativos, característico das estratégias midiáticas jornalísticas, que poderiam desviar a atenção do leitor para a construção do sentido que se pretendia inculcar no seu inconsciente, ou seja, a ideia de que o Norte Médico seria o enunciador científico da realidade cearense. Tal ideia é ratificada pela chamada de colaboração a todos os cientistas e pela apresentação, também, de um sumário com os temas tratados em seu interior articulados aos nomes que designam sua autoria, ou seja, sua autoridade especializada de enunciar sobre a realidade.

Nota-se aqui um distintivo que coloca o cientista como enunciador autorizado do processo civilizador, contudo, revestindo o médico do status de enunciador privilegiado da ciência, quando apresenta matérias e seções redigidas exclusivamente por representantes dessa categoria profissional. Em pleno acordo com o que Chartier (1990, p.52) subtrai do pensamento de Koyré (1962), tais mudanças engendradas na materialidade do periódico denunciam que, “a passagem de um sistema de representação à outro pode, desde logo, ser entendida simultaneamente como uma ruptura radical (nos saberes mas também nas próprias estruturas de pensamento) e como um processo feito de hesitações, de retrocessos, de bloqueios”. Nota-se neste caso, que as mudanças levadas a cabo na materialidade do periódico em um curto espaço de tempo privilegiou o deslocamento de uma preocupação com o reconhecimento do lugar sociocultural privilegiado do CMC no processo civilizador para a construção de um campo enunciativo, em que os nomes dos médicos eram associados à detenção do conhecimento científico sobre os temas afeitos à ordenação pretendida para a realidade social cearense.

Portanto, mesmo com a suspensão periódica da publicação do Ceará Médico em 1919, em seu retorno no ano de 1928, seu corpo autoral não abriria mão do formato que havia consignado como ideal para representar-se como autoridade científica do estado do Ceará, como se poderá observar nas edições analisadas no início da década de 1930.



Fac-símile 3 – Capa do Ceará Medico, nov. de 1930.

O Ceará Medico alcançou a década de 1930 com formato compacto retangular de 23,5 cm de altura por 16 cm de largura, oscilando em torno de 30 a 45 páginas (incluindo capa e anúncios) e capa de papel espesso do tipo cartonada, o que lhe conferiu uma estrutura compatível com a necessidade de sustentar-se apoiado verticalmente em seus congêneres ou agrupado em suas outras edições, formando assim, um conjunto harmônico de guarda que permitiria uma consulta organizada, sequencial e comparativa das matérias publicadas, facilmente identificadas pela disposição ordenada ou pelas informações disponíveis na lombada.

Da sociologia dos textos de Donald Mackenzie, Chartier (2012, p. 62) depreende sua máxima de que, “novos leitores tornam novos os textos e que o novo sentido que lhes é dado é devido à sua nova forma”. Em consonância com esta assertiva, torna-se imperioso, portanto, destacar a pertinência das observações sobre as transformações engendradas no formato do periódico a uma intencionalidade de circunscrever-lhe uma distinção de cunho científico conforme já abordado, assim como, à sociedade a qual estava ligado. Destarte cabe contemplar a sua influência na produção de um sentido a ser construído numa relação direta com as possibilidades de sua apropriação pela leitura que, numa relação de verossimilhança, exigiria consultas sistematizadas aos cânones das áreas disciplinares aos quais buscou representar.

Tal argumento, seria *per si* justificativa para um dimensionamento espacial privilegiado do Ceará Medico nos assentos físicos reservados aos textos científicos nas bibliotecas, semelhante ao que Chartier (2003, p.72) destacou como “prática intelectual de lugares-comuns”, apresentada no memorial de *La Croix du Maine*, de 1583 como, o que visa reagrupar em uma biblioteca, “por rubricas e por temas, nos cadernos ou nos livros, citações, exemplos, referências e observações.”

Subtrai-se, portanto, do formato compacto que alcançou a década de 1930, que pode ter facilitado a adoção de usos e costumes atinentes ao exercício científico de ler e escrever conjuntamente, o que exigiria certa facilidade de acomodar o material impresso aberto em um determinado espaço físico destinado à esta atividade, como sobre uma escrivaninha, junto a uma quantidade mínima de textos necessários para compor uma ideia a partir do confronto entre as principais referências no assunto que se pretendia tratar.

Outra dimensão possível dos usos e costumes condicionados pelo seu formato diz respeito, ainda, à facilidade de executar a leitura em trânsito, ou seja, ao se assemelhar a um pequeno livro o periódico poderia ser conduzido com facilidade pelo leitor em várias

situações da vida cotidiana, permitindo-lhe contemplar os textos ao mesmo tempo em que realizava suas anotações nos espaços de arejamento que emolduravam a mancha gráfica.

Deriva-se de tal orientação material, portanto, uma subjetividade intencional de tornar o periódico o elemento catalizador dos interesses de efetivação de um campo científico cearense, uma leitura recomendada para aqueles que fazem da ciência um processo cumulativo de aquisição de conhecimento, o que exige investimentos na superação do instituído, algo passível de se realizar somente mediante a retomada, tempo a tempo, dos registros das produções científicas já armazenadas.

Aufere-se, portanto, para efeito desse estudo, o “peso simbólico” do conhecimento científico como análogo ao peso da matéria que o comporta, ao permitir-lhe ser capaz de sustentar-se nas prateleiras das bibliotecas, vencendo o desgaste da ação do tempo, até ser removido para que lhe seja dada nova função: a de incitar ao novo.

O reconhecimento deste padrão material, que considera uma relação entre peso ideal para a forma concebida, constituiu claramente uma preocupação do seu corpo autoral que, diante da dificuldade para mantê-lo, chegou a tangenciar o tema, novamente na escrita de Virgílio de Aguiar, com matéria sobre os problemas enfrentados por outras revistas médicas para assegurar a continuidade das suas publicações no Brasil, a exemplo da Revista de Gynecologia e d’Obstetrícia do Rio de Janeiro que comemorava seu 28º aniversário de existência graças à dedicação do “caro e heroico Oliveira Motta”. Completando sua abordagem em sua seção destinada às crônicas médicas Aguiar fez esta alusão sob a égide das seguintes reflexões a respeito da edição recém-publicada do Ceará Medico: “Viram o n.º. de outubro p.p.? Fraquinho em páginas (24), não de *miolo*, mas só 24 páginas, com 12 de anuncios, inteirinhas, afóra alguns esparsos que encheriam duas, perfazendo 14 paginas”. Por fim comemora mais uma edição dupla da revista - a qual faz referência explícita de se tratar de uma imperfeição, um erro, por não se ter conseguido publica-la com tiragem mensal - conclamando os colegas a assistirem a esse “milagre” ocorrido em uma terra onde clinicavam em torno de 80 médicos e menos de meia dúzia colaboravam para manter a sua produção (CEARÁ MEDICO, nov./dez. 1934, p.28) (grifos nossos).

Depreende-se do exposto uma preocupação com a manutenção de um formato que inscreve uma distinção não só aos seus autores, como também a seus leitores. Dito de outra maneira, é reivindicado por um autor do periódico científico a manutenção de um padrão material capaz de representar a pertença de seus autores e leitores a uma posição específica em um dado contexto histórico que lhes exigia o atributo do conhecimento racional e objetivo sobre a realidade social, passível de ser identificável por terceiros através da distinção visual

dos arquétipos exteriorizados de produção e consumo cultural, seja quando se encontrava disposto numa estante de uma biblioteca particular ou mesmo quando portado publicamente.

A arquitetura gráfica de um periódico científico é pensada de forma a comportar elementos textuais e não textuais na composição de um padrão material/visual geral que, segundo Gruszynski (2006), atuam sinergicamente como um dispositivo que tem a função de deter a atenção do leitor para a identificação de arquétipos distintivos do seu campo e das regras imanentes a ele, constituindo o que denomina de “primeiro nível de legibilidade”. A autora pressupõe, portanto, que o reconhecimento de um produto textual como científico exige que algumas perguntas sejam feitas primariamente sobre os elementos exteriorizados de capa, como por exemplo: quais as informações contidas na capa? Qual a sua disposição? E a lombada? Que dados existem e em que posição? É possível lançar hipóteses sobre a área de conhecimento ao qual pertence?

A capa do Ceará Medico apresenta um conjunto de informações que proporcionam ao leitor um reconhecimento visual do conjunto de elementos que orientam a sua percepção para a identificação dos traços de sua historicidade, do espaço geopolítico e social de sua atuação, do seu tempo de existência, de sua circulação, de sua área de conhecimento, das relações com outras áreas disciplinares, da modalidade formal de constituição de uma autoridade no campo científico-sanitário do Ceará, das relações de coautoria e das hierarquias produzidas internamente.

Tais informações derivam do contato imediato do leitor com o modo como as informações de título/logotipo, autores, redação, tipografia, ano de publicação, número do volume e indicação de propriedade de direitos autorais ou editoriais articulam-se no espaço reservado para tal, conformando uma unidade capaz de promover as condições de legibilidade necessárias à identificação imediata de um conjunto harmônico de informações que se amalgamam de forma a possibilitar a construção do sentido pela sua apropriação pela leitura que pressupõe, por sua vez, uma atividade mental guiada pela seleção e controle das informações científicas.

Não existe uma normalização que faça com que os editores obedeçam à uma ordenação universal na disposição dos elementos que devem compor a capa de um periódico, mas, existem elementos que são nominados por Arnold (1985), como “constantes” do periodismo, ou seja, aqueles que devem estar presentes em todos os tipos de periódicos.

Portanto, os elementos de capa serão fragmentados nesta seção obedecendo a sua capacidade de criar uma hierarquia no deslocamento dos mecanismos sensoriais envolvidos com a captação e decodificação da informação visual pelo leitor, chamando a atenção para

uma intenção subjetiva de ordenar o seu sistema cognitivo para o reconhecimento de conjuntos sígnicos que se articulam na observância dos critérios de ordenamento da leitura representada pelas regras imanentes ao seu campo científico. Dessa forma, será conferida prioridade à análise do logotipo do periódico e das informações a ele associadas, após o que, será apresentado o sumário e, por fim, as informações da parte inferior da capa, justificado na aplicação de recursos gráficos direcionados para o condicionamento de uma leitura hierarquizada segundo esses moldes.

Dentre os elementos constantes do periodismo, Arnold (1985) enumera o título como principal, o que justifica o seu destaque emoldurado a ser acompanhado dos demais elementos que compõem a capa do periódico. O título deve atuar sobre o leitor como uma marca registrada e como tal, os critérios de legibilidade devem ser transformados em modalidades de reconhecimento de uma força que atua sobre ele, levando-o a reconhecer-se como parte interessada naquilo que o periódico busca representar.

A história dos periódicos mostra que a ornamentação em torno do título surgiu durante o período colonial americano quando houve um incremento na sua produção, o que fez com que os editores buscassem artifícios gráficos para os diferenciarem entre si. Assim, o nome dos periódicos passou a merecer a maior quantidade e qualidade de aplicação de recursos disponíveis, pois ele constitui muito mais do que um simples implemento comercial mas, o seu escudo, sua marca registrada que remonta a história e o espírito da instituição à qual está ligado. Nasce, assim, o logotipo, ou seja, um desenho do título que é utilizado para se imprimir no imaginário coletivo uma forma de distinção do produto dentre os demais existentes, ou seja, seu rótulo (ARNOLD, 1985).

Sua forma emoldurada a lhe conferir destaque constitui, portanto, quase uma norma, um elemento distintivo da autoridade para determinado público e/ou lugar que, tal como uma marca registrada, adquire valor como consequência do seu reconhecimento e aceitação por um longo período de utilização. Portanto, uma característica de um excelente desenho de logotipo é que envelheça com dignidade, ou seja, que não requeira intervenções usuais em seu estilo para imprimir no imaginário coletivo uma identificação com os signos responsáveis pelo seu reconhecimento imediato e legível. Para tal, basta que sejam realizadas algumas combinações de recursos tecnológicos usualmente utilizados para garantir-lhe sempre o destaque necessário a fim de despertar no leitor a identificação com a marca ou registro do produto de consumo (ARNOLD, 1985).

O logotipo da revista Ceará Medico é apresentado em fontes da família *Roman*, caixa alta, conjugando técnicas de linotipo e impressão com chapas, para composição do layout de

moldura que congrega informações sobre ano de publicação, número da edição, local de produção e data da edição logo acima de seu nome. Abaixo há o registro escrito da sociedade à qual a revista pertence, referenciando-a como órgão do Centro Medico Cearense. Nas edições publicadas até agosto de 1932 consta, logo abaixo do título e fora de sua moldura, o nome do médico diretor da redação da revista, o que, a partir da edição de dezembro de 1932, passa a ser divulgado dentro da folha de rosto sob a designação de gerente da redação.

Segundo Arnold (1985), os lugares são parte integral da identificação de um periódico, em que pese seu consumo e também o fato de que o comprador de um espaço comercial dentro do mesmo exige um mercado geograficamente etiquetado. Atendendo a esta ordenação, o nome Ceará Medico é associado às informações sobre o espaço social de produção e consumo habitual do periódico pela leitura (Fortaleza), centralizado nas margens superiores do seu logotipo, e permite formar um tripé referencial facilmente identificável pelo leitor ao conjuga-lo tanto à área geográfica que se propunha manter um domínio do saber a respeito (Ceará), como à personificação dos interesses dominantes no campo das ideias que a revista buscava representar (Médico).

Um deslocamento do olhar para a trajetória do CMC desde sua fundação, permite situar a forma como se deu a inscrição hegemônica dos signos de distinção médica sobre as demais profissões que compartilharam do mesmo espaço institucional para a configuração de um campo científico, onde o que está em luta, segundo Bourdieu (1976, p.112), “são os monopólios da *autoridade científica* (capacidade técnica e poder social) e da *competência científica* (capacidade de falar e agir legitimamente, isto é de maneira autorizada e com autoridade) que são socialmente outorgadas a um agente determinado”.

A fundação do CMC aconteceu no bojo da efervescência de entidades cearenses de caráter literário, cultural e humanitário, que encontraram na ausência de instituições formadoras no estado os espaços de aglutinação e troca de ideias entre intelectuais jornalistas, literatos, advogados, historiadores e médicos. Do espectro das irradiações deste movimento para o campo das ciências no Ceará, Sales (2010) aponta o surgimento de associações médico-científicas que parecem não ter tido “vida útil”, ou mesmo, não se tornou possível ao autor verificar se passaram de projetos inacabados de seus idealizadores, como a Sociedade de Medicina e Farmácia, a Câmara Cearense da Ordem Médica Brasileira - fundada pelo Barão de Studart em 1902- e a Liga Médica em 1906, que pode ter servido de inspiração à criação do CMC.

Em texto rememorativo publicado por ocasião do 1º Congresso Médico Cearense na edição de junho de 1935, Virgílio de Aguiar afirma que a associação surgiu como um

desdobramento da ideia embrionária do médico Manuel Duarte Pimentel de criar uma sociedade mutualista de seguros de vida a ser denominada de “Associação Médica e Farmacêutica”. Contudo, a ideia do mutualismo não encontrou eco suficiente para consolidar-se diante da contraproposta feita pelo médico Aurelio de Lavour de que a sociedade deveria “ter um fim antes científico” que unisse os profissionais da saúde cearense em torno do objetivo de defender os interesses de seus membros e dar visibilidade, dentro e fora do Ceará, aos seus trabalhos por meio de publicação periódica (CEARÁ MEDICO, jun. 1935).

Os Estatutos que datam da criação do CMC em 1913 estabelece em seu artigo primeiro a finalidade da associação de “[...]promover a união dos membros das classes medica, pharmaceutica e odontológica, estabelecendo entre eles laços de confraternidade, assistência e socorros mútuos, a fim de proteger a sua autoridade e agir no seu interesse moral, econômico e social” (NORTE MEDICO, abr. 1913, p.16). Tal artigo contrasta com a memória escrita de Virgílio de Aguiar de que a criação do CMC teria um fim unicamente científico ao indicar claramente uma orientação corporativa da associação com fortes traços do mutualismo na configuração dessa instância colegiada que priorizava a proteção dos interesses morais, sociais e econômicos de seus filiados.

No Brasil, o surgimento das primeiras associações data do período colonial, na forma de sociedades religiosas e academias literárias e científicas. O momento embrionário do associativismo brasileiro concorria com a precariedade da oferta de serviços públicos assistenciais, como previdências sociais, caixas de invalidez e proteção contra os exageros advindos das disparidades nas relações locais de poder. Seu aumento em termos numéricos se deu principalmente em fins da segunda metade do século XIX, fruto do excesso de liberalismo republicano que se estendeu desde este período até meados dos anos 1920.

Com o advento da República uma massa de despossuídos de bens e serviços passaram a buscar nas capitais as fontes de obtenção de recursos para sua sobrevivência. Sem garantias assistenciais asseguradas pelo poder público, os grupos que tinham sua autonomia reduzida passaram a se reunir em sociedades de auxílio mútuo. A criação do Ofício Especial de Registro de Títulos e Documentos do Distrito Federal em 1903 marcou a mudança de postura do Estado com relação às associações fundadas na ideia de solidarismo advindo da união de grupos que se articulavam pela defesa de interesses comuns, pois, segundo Oliveira Viana citado por Fonseca (2008), o insolidarismo nacional havia encontrado no localismo liberal as condições propícias para o fortalecimento do patriarcalismo oligárquico.

Dito de outra maneira, se ao cidadão cabia recorrer aos mecanismos disponíveis para assegurar as medidas de proteção social, não elencadas equilibradamente pelos poderes

governamentais, delas derivavam-se duas modalidades: uma relacionada ao patriarcalismo de cunho caritativo, filantrópico ou coronelista gerado no seio de relações hierárquicas desiguais, onde quem recebia encontrava-se submetido ao poder de quem doava, e outro, o mutualismo, onde os pares estabeleciam uma relação balanceada em moldes horizontais, pois compartilhavam das mesmas necessidades e potencialidades (VISCARDI, 2009).

Portanto, ao se considerar as associações registradas neste Ofício como entidades juridicamente reconhecidas pelo poder estatal foi se construindo não somente uma forma de se assegurar alguns direitos não contemplados de forma igualitária à toda a população, como o gozo dos direitos de ir e vir, de participar do poder político e de se relacionar socialmente, mas também, a garantia de reconhecimento da identidade social dos seus afiliados no processo de construção de novos parâmetros de cidadania (FONSECA, 2008).

Em sua pesquisa denominada “Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro”, Viscardi (2009) revisita os principais estudos que trataram do mutualismo no Distrito Federal na transição do século XIX para o século XX e identifica a existência de mutuais formadas por escravos alforriados, mulheres, trabalhadores manuais, estrangeiros, dentre outros. Segundo a autora, as mutuais eram sociedades que reuniam representantes de trabalhadores desprovidos de laços de proteção social, ainda que, não se restringissem a agrupamentos de trabalhadores pobres. A filiação às mutuais, de alguma forma, passou a constituir o mecanismo mais evidente em torno do qual havia uma preocupação de se garantir proteção social, econômica e política em tempos de urbanização e industrialização, que marcaram as primeiras décadas do século XX nas principais capitais do país.

Muito embora os estatutos que datam da criação do CMC não apresentem limiares precisos na demarcação do diferencial científico que a associação assumiria ao longo de sua existência, parece ter encontrado nos fim aos quais se destinaria a revista o meio de capitanear autoridade e reconhecimento junto aos poderes instituídos e à sociedade, dando visibilidade ao nome da associação e de seus membros por meio da publicação periódica de suas experiências no campo prático da medicina científica e acadêmica do Ceará, angariando, dessa forma, prestígio político e social para a defesa dos interesses de classe. Fica claro que a publicitação da linguagem científica especializada nas páginas da revista seria o diferencial para a execução do fim ao qual se destinava a sociedade, ao ligar o nome dos seus autores aos principais temas da medicina de sua época, pois, conforme rezam os estatutos fundantes do CMC no seu artigo de numero 46: “A elaboração da revista terá um fim unicamente pratico, devendo a cada producção trazer a assignatura de seu autor” (CEARA MÉDICO, abr, 1913).

Se por um lado a assistência médica era dentre os benefícios defendidos tanto pelas sociedades mutuais, como filantrópicas, caritativas e de interesses de classe, o que mais merecia atenção devido à ameaça que a doença e a morte interpunham à vida laboral e mesmo ao projeto existencial dos indivíduos e famílias, por outro lado ela favoreceu o ambiente propício para que as profissões da área da saúde desenvolvessem suas aptidões científicas, dialogando com os avanços clínicos, diagnósticos e tecnológicos advindos das transformações ocorridas na Europa pasteuriana, principalmente nos espaços físicos das Santas Casas de Misericórdias.

Fundada nos critérios da indução e observação dos fenômenos, que havia delimitado as fronteiras da modernidade para as ciências físicas desde o século XVII, os conhecimentos da microbiologia pasteuriana projetariam somente em fins do século XIX a medicina a este mesmo patamar no campo científico, colocando por terra gradativamente as teorias climática, telúrica, ambiental e social diante do reconhecimento da dimensão mecânica do contágio viral que implicaria em reconhecê-lo como uma luta entre organismos vivos.

Em que pese o fato de que a assistência governamental no campo da saúde pública teve somente nas primeiras décadas do século XX o ensaio de suas primeiras políticas, durante a Colônia, o Império e os primeiros anos do século XX, a Santa Casa da Misericórdia manteve a hegemonia do espaço destinado ao cuidado com os enfermos. No entanto, foi na transição do século XIX para o XX que houve transformações significativas na forma da assistência prestada, passando de um local destinado a abrigar enfermos e dispensar-lhes cuidados paliativos de cunho caritativo/ religioso para um local que proporcionaria o estreitamento da medicina nacional com os avanços da ciência moderna em moldes filantrópicos (COIMBRA, 1986).

A Irmandade da Misericórdia aportou no Brasil no século XVI com o intuito de reproduzir o modelo institucional adotado em Lisboa. Instituiu um complexo arcabouço assistencial que se tornou o principal prestador de serviços curativos para população pobre das cidades onde se instalava. Em 1813, a transferência da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro para as dependências da Santa Casa de Misericórdia fez desse espaço um campo de conflitos entre médicos e administradores leigos ou religiosos, ou seja, entre ensino médico e a caridade, o que se tornaria extensivo para outras partes do país. Mesmo após a construção do prédio da faculdade na Praia Vermelha em 1918, a Santa Casa continuou sendo o local das atividades práticas de ensino (SANGLARD, 2008).

A reorientação da assistência médica para o paradigma biológico da doença contribuiu para enfraquecer a lógica do modelo caritativo, ao permitir que as intervenções fossem

pautadas no controle da transmissão dos microorganismos através de mecanismos de indução da defesa imunológica (vacina) e/ou da criação de barreiras mecânicas no meio, favorecendo dessa forma, o exercício de controle da pobreza através de intervenções na melhoria das condições de vida das populações pauperizadas através da medicalização da ação médica e do hospital.

A medicalização levada à cabo a partir do século XIX, segundo Sanglard (2008), pode ser apreciada em sua dupla vertente: como um conjunto de mudanças engendradas nas instituições de assistência ou de regulação social em diferentes países da Europa e; como a convicção por parte da elite francesa do seu papel de orquestradora da educação dos pobres por meio de mudanças em seus costumes. Dito de outra maneira, o progresso do conhecimento, que encontrava na ciência moderna seu ponto de partida, deveria acarretar o progresso social e para cumprir este propósito os médicos deveriam se engajar na luta higienista influenciando políticos, além de participar de associações científicas e divulgar suas ideias em periódicos como *Les Annales D'Hygiène Publique et Médecine Legale*.

A publicação da lei francesa de 1893, que garantia gratuidade de assistência médica, criou as condições favoráveis para que as admissões nas instituições filantrópicas - que até então eram reguladas pelos seus mantenedores, a exemplo das irmãs de caridade – passassem a ser indicadas pelos médicos, em troca de subvenções e pagamentos de diárias pelos poderes públicos. Passa-se, portanto, a ampliar o escopo das internações admitindo-se portadores de doenças venéreas, sífilíticos e parturientes, exigindo por sua vez, mudanças na arquitetura hospitalar com a criação de salas de cirurgia, serviços de isolamento e abertura de maternidades. Neste momento efetiva-se a separação entre o doente e o pobre, o incurável e o infeccioso e passa-se a dedicar cuidados específicos às mães solteiras, às crianças e aos idosos, tornando o hospital filantrópico do século XIX um espaço medicalizado, um lugar de prática, de ensino e de pesquisa médica (SANGLARD, 2008).

Apoiada nos trabalhos de Paul Weildling (1991) a autora adverte, contudo, que só se pode falar em modernização da caridade a partir da criação do Instituto Pasteur em 1888 que encontrou financiamento entre as municipalidades, filantropos, industriais, banqueiros, entre outros, para a distribuição do soro antidiftérico. Não bastava produzi-lo, havia que se angariar condição para distribuí-lo e para tanto foi fundamental a entrada do Estado em 1895, como parceiro do Instituto Pasteur, subvencionando a distribuição do soro. Sua influência se tornou extensiva às instituições beneficentes na área médica no século XX, que angariaram recursos para incrementar os institutos nacionais de pesquisa, a exemplo do Instituto Rockefeller e o

instituto de Terapia Experimental e Prova de Soro Paul Ehrlich em Frankfurt (SANGLARD, 2008).

O modelo pasteuriano tanto de pesquisa quanto de gestão institucional teve reflexos importantes no Brasil no século XX, senão pela criação do Instituto Pasteur em 1888, ligado à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, como pela extensão desse modelo às principais capitais do país, como Recife (1899), Juiz de Fora (1908) e Porto Alegre (1910). É incontestável, no entanto, que a Santa Casa do Rio de Janeiro tenha dado início definitivamente à transformação desses espaços institucionais em espaços de prática, ensino e pesquisa através da formação acadêmica de médicos que retornariam aos seus estados de origem “contaminados” pelo modelo assistencial filantrópico, conforme atesta Virgílio de Aguiar em matéria publicada em sua seção Esculapeanas de maio de 1935 no Ceará Médico. Nela, o médico se posicionava contra as privações de subvenções públicas que a Santa Casa do Rio de Janeiro passava, advertindo que seu modelo de atendimento superava em muito o caráter público quando comparado às instituições governamentais de saúde pública. Assim, conclamava os pares:

E em prol dessa causa santa trabalhem todos nós que na mocidade aqui conquistamos a prática da medicina clínica e aprendemos a caridade pelo exemplo sublime de nossos maiores. Levante-se uníssono o protesto reivindicador de quantos médicos, pelo interior da nossa imensa terra, tiverem conhecimento das iniquidades do presente e hajam conservado na lembrança agradecida as reminiscências acadêmicas da obra ingente e benfazeja da Santa Casa do Rio de Janeiro (CEARÁ MEDICO, jan. 1935, p.29).

Outra dimensão da extensão dos impactos provocados pela Revolução Pasteuriana no Brasil trata-se daquela que situa a identificação das elites locais com as evidentes mudanças que ela desencadeou na urbe francesa confrontando lado a lado as ações caritativas e/ou filantrópicas com aquelas do Estado-providência nascente (SANGLARD, 2008), a exemplo do que foi observado como resultado das transformações levadas à cabo pelos governantes com vistas a tentar fazer da cidade de Fortaleza o modelo ideal da *belle époque* brasileira do início do século XX.

Segundo Barbosa (1994), Fortaleza foi a última cidade da região nordeste a abrir as portas para a Irmandade da Misericórdia. A construção da Santa Casa foi iniciada em 1847 e ela só passou a funcionar em 1861 com a contratação do médico Alves Ribeiro. Em 1870 chegaram do Rio de Janeiro as primeiras irmãs de caridade da ordem Católica de São Vicente de Paulo, fundada em 1617 na França. Segundo Vasconcelos (1994), em 1870 chegaram as

irmãs francesas Anne Elisabeth Méric, Eleonora Matilda Benoit, Louise Lamon e a brasileira Jacinta Moraes Nunes, às quais se somaram Vicente Bernard (francesa) e Teresa Miranda (pernambucana). Muito embora Barbosa (1994, p.55) tenha sinalado que as primeiras irmãs de caridade vindas do Rio de Janeiro “inauguraram uma nova época da enfermagem do Ceará”, não foi possível identificar registros nas publicações do Ceará Medico de sua participação nas atividades concernentes ao cuidado na década de 1930.

Em 1863, a cidade de Fortaleza tinha uma população em torno de 16 mil habitantes para uma taxa de mortalidade anual de 440 óbitos. Com as secas recorrentes, a cidade sofria com a aglomeração de retirantes que se amontoavam em suas praças e ruas, expostos à inobservância das leis de higiene. Em 1877 estavam abarrancados 38.931 emigrantes na cidade e em 1878 o obituário de Fortaleza chegou a acusar a cifra de 75.780 mortos (COSTA, 2004).

Ainda na primeira década do século XX não havia no Ceará uma oferta de serviços de saúde condizente com as demandas da população, nem tampouco que propiciassem aos médicos o espaço de atuação compatível com as suas necessidades de subsistência. Em seu texto intitulado A Medicina no Ceará, publicado no livro “O Ceará” em 1939, o médico e sócio-fundador do CMC Pedro Augusto Sampaio descreve que, mesmo a medicina pasteuriana já tendo reorientado os moldes em que deveriam se dar a formação e a prática médica no início do século XX, o Ceará não possuía sequer uma casa de saúde e nem tampouco um laboratório clínico capaz de corresponder às exigências dos avanços no campo científico - diagnóstico. Como espaços de assistência e estudo, existiam somente o Azilo de Alienados em Porangaba e a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, com estrutura precária mantida graças ao esforço das irmãs de caridade. Portanto, a massa populacional pauperizada que se aglomerava na capital compunha um montante significativo de desempregados com forte tendência à descapitalização financeira e por isto, concorrentes a buscar auxílio assistencial na Santa Casa da Misericórdia.

As epidemias que assolavam a população demandavam, também, medidas urgentes de organização da classe médica em torno de medidas de intervenção e de orientação na urbanização da cidade. Contudo, Sampaio (1939) afirma que do total de 80 médicos que se formaram nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, somente 30 se fixaram no Ceará dividindo, porém, as atividades médicas com a política.

Exigência comum aos médicos do início do século XX era, antes de tudo, a aquisição de um cavalo em bom estado de saúde que lhes permitissem deslocar-se com segurança para

as casas dos enfermos, antes mesmo de fazerem investimentos na organização dos seus consultórios nos fundos das poucas farmácias existentes. Assim, esboçava-se o campo sanitário em Fortaleza na primeira década do século XX, com médicos clinicando e realizando cirurgias à beira do leito domiciliar utilizando instrumental cirúrgico fervido em latas de querosene ou chaleiras, a exemplo do que fazia Eduardo Salgado, ao ser lembrado por Pedro Sampaio em publicação referente à comunicação de seu falecimento na edição de maio de 1934 do Ceará Medico. O autor ressalta, ainda, que essa condição atrelava a medicina cearense à mesma feição individualista do século passado em que não havia oportunidades de trocas de experiências e opiniões, ou seja: “cada um vivia para si, por si e só contava consigo” (SAMPAIO, 1939).

Foi assim que, movido inicialmente pelo ideal mutuário, um grupo formado por 08 médicos e 04 farmacêuticos reuniu-se para a instalação do CMC no dia 20 de fevereiro de 1913 na residência do médico Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira, situada à rua General Sampaio nº 78. Mediante a reorientação de sua proposta mutualista foi composta uma comissão formada por 03 médicos e um farmacêutico para rever os estatutos do CMC. No dia 25 do mesmo mês, no mesmo local, realizou-se a segunda sessão do CMC com a presença de 17 médicos, 08 farmacêuticos e 03 dentistas. No mesmo dia às 07 horas e meia da noite realizou-se a primeira sessão solene onde tomou posse na Assembleia Legislativa do Estado a Diretoria eleita na presença de 29 médicos, 17 farmacêuticos e 07 dentistas (CEARÁ MEDICO, jun. 1935).

Um olhar para a distribuição dos cargos administrativos do CMC evidencia, contudo, o privilégio conferido aos médicos para ocupar aqueles de maior prestígio, ou seja, a presidência e o secretariado geral. Foi possível notar que, desde o momento nascituro da associação, os farmacêuticos e dentistas tiveram suas participações restritas a postos de segundo escalão na hierarquia administrativa, conforme apresentado na matéria de Virgílio Aguiar sobre a primeira formação da Diretoria:

Presidente - Dr. Barão de Studart. 1º Vice-Presidente - Dr. F. de Paula Rodrigues. 2ºVice-Presidente- Dr. J. Marinho de Andrade3º Vice-Presidente - Dr. Eduardo Salgado. Secretário-Geral- Dr Manoel Theophilo G. de Oliveira. 1º Secretário - Pharmaceutico Affonso de Pontes Medeiros .2º Secretario - Cirurgião-dentista Rodolpho Bezerra. Thesoureiro - Dr Gentil Pedreira. Oradores - Dr José Lino da Justa e Alvaro Fernandes. Conselho Fiscal - Dr Manoelito Moreira e Cirurgião-dentista Raymundo Gomes. Redactor Chefe da Revista - Dr Aurelio de Lavor. Redactor-Secretario-Dr Virgilio de Aguiar. Redactor-Gerente - Dr. Cesar Cals (CEARÁ MEDICO, jun.1935, p.6).

Fica claro que o surgimento do CMC se consolidou como um avanço para a troca de comunicação científica entre os pares que, até então, exerciam a profissão de maneira liberal e não possuíam laços de solidariedade mútuos estimulados por interesses comuns. Sua criação, sem sobra de dúvida, contribuiu em demasia para a consolidação da ciência moderna no Ceará e para a conseqüente ampliação da rede de oferta de serviços pelos quais lutaram os seus membros para manter, umas por meio de arrecadações beneficentes, outras por iniciativas pessoais e públicas. O número de instituições florescidas após a sua criação são o testemunho do papel exercido pelo CMC para a consolidação de um campo científico-sanitário no Ceará no início do século XX.

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância, fundado em 1913; a Maternidade Dr João Moreira, criada em 1915 nas dependências da Santa Casa de Misericórdia; o Laboratório de Pesquisas Clínicas Dr Carlos Ribeiro e o Instituto Pasteur, ambos fundados em 1918; o Gabinete de Radiologia da Santa Casa em 1925; a Leprosaria Antônio Diogo, a Casa de Saúde São Lucas e a Casa de Saúde Dr Cesar Cals, ambas criadas em 1928 e o Vacinogenio Rodolpho Teófilo em 1930, passaram a compor o elenco dos serviços existentes na capital Fortaleza até a década de 1930 (SAMPAIO, 1939).

Em que pese o fato da Santa Casa de Misericórdia ter se consubstanciado como o espaço privilegiado de atendimento à população pauperizada até a primeira década do século XX, parece não haver dúvidas de que tenha consistido no espaço institucional de congregação e irradiação das ideias fundantes do CMC a partir de nomes proeminentes da medicina e da política cearense que lá clinicaram, tais como: “João Guilherme Studart (1881), Guilherme Studart (1884), João Marinho de Andrade (1890), José Lino da Justa (1890), Eduardo da Rocha Salgado (1893), Manuel Duarte Pimentel (1894) e Joaquim Anselmo Nogueira (1899)” (GADELHA, 2012, p.96).

De todos os médicos elencados merece destaque Guilherme Chambly Studart, ou Barão de Studart, como ficou conhecido após ser condecorado como Barão da Santa Sé pelo Papa Leão XIII em 1900. Médico e historiador, Guilherme Studart era filho primogênito do vice-consul inglês no Ceará, John William Studart e da neta de João Facundo de Castro Menezes, conhecido como Major Facundo, deputado estadual e Presidente da Província do Ceará em 1841. Após formar-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1877, Barão de Studart retornou ao Ceará e assumiu a representação diplomática do pai com o seu falecimento atuando, também, como membro de diversas entidades científicas, culturais e literárias, a exemplo do Centro Literário, Iracema Literária, Boêmia Literária, Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, *British*

Medical Association de Londres, *Société de Geographie do Havre*, Sociedade Bibliográfica da França, Academia Físico – Química Italiana de Palermo, Academia Americana de História de Buenos Aires, Academia de História de Paris e tantas outras. Foi fundador e primeiro presidente do CMC, do Instituto Pasteur e Diretor Honorário da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. Dono de extenso conjunto de obras publicadas sobre ciência e história do Ceará, antes de participar da fundação do CMC, Barão de Studart participou ativamente do movimento abolicionista cearense fundando também duas entidades: a Sociedade Cearense Libertadora e o Centro Abolicionista 25 de Dezembro em 1883, junto com o médico Meton de Aguiar, também agremiado ao CMC.

Os indicadores profissionais do Almanaque do Ceará referentes ao ano de 1913 apresentam uma estatística de 24 médicos residindo em Fortaleza e clinicando em seus consultórios nos fundos das poucas farmácias existentes. De todos, são descritos aqueles que participaram da fundação do CMC e os locais de seus consultórios: Aurélio de Lavour (Farmácia Normal); Álvaro Fernandes, Bruno de Miranda Valente e João Hipólito de Azevedo e Sá (Farmácia Francesa); Barão de Studart (rua Barão do Rio Branco nº 46); Eduardo Borges Mamede (Farmácia Mamede); José Lino da Justa (Farmácia Pasteur); João Guilherme Studart (Farmácia Studart); José Ribeiro da Frota (sem endereço); Eduardo da Rocha Salgado (somente enunciado como cirurgião); João Marinho de Andrade (Farmácia Albano); Joaquim Anselmo Nogueira (rua Floriano Peixoto 133); José Francisco Jorge de Souza (sem endereço); Manuelito Moreira (Farmácia Galeno); Manoel Duarte Pimentel (rua Major Facundo 140); Rufino Antunes de Alencar (Praça José de Alencar sem número); Manoel Moreira da Rocha, Abdenago Rocha Lima e Pedro Augusto Sampaio (Farmácia Holanda).

Do montante acima descrito, cinco são referenciados como dividindo seus consultórios nos fundos das farmácias com as enfermarias da Santa Casa de Misericórdia. São eles: Bruno de Miranda Valente, João Marinho de Andrade, João Hypólito de Azevedo e Sá, José Francisco Jorge de Souza e Manoel Moreira da Rocha. Nota-se, portanto, que a Santa Casa de Misericórdia constituía o espaço institucional privilegiado para a atuação dos médicos cearenses nos moldes filantrópicos durante o início do século XX, que fariam dela o principal campo de experimentação no campo clínico, científico e cirúrgico da década de 1930, ao ampliar o leque de serviços ofertados permitindo, assim, ampliar os espaços de atuação para os membros desta classe profissional.

Os dados evidenciam que na ocasião da criação do CMC o campo assistencial era configurado por uma forte relação de interdependência entre médicos e farmacêuticos, quando

a relação entre oferta e demanda de espaços para o exercício da clínica colocava os segundos em posição privilegiada em relação aos primeiros, por serem os principais proprietários dos espaços comerciais. Tal observação sugere que a agremiação dos farmacêuticos ao CMC poderia não estar ligada aos mesmos anseios de solidariedade que moveram os médicos em busca da defesa de interesses comuns ou mesmo da configuração de um campo científico que abarcaria todas as profissões da área da saúde conforme enunciado no texto rememorativo de Virgílio de Aguiar em 1935, mas de mobilização de estratégias de defesa de seus interesses frente aos representantes da profissão dominante dessa área, ou seja: os médicos.

Velloso (2007) destaca que as relações entre médicos e farmacêuticos no âmbito de filiações associativas reportam-se à criação da Academia Imperial de Medicina em 1835, quando eram orientadas por uma hierarquia que setorizava as três ocupações, ou três áreas do conhecimento médico: a medicina, a cirurgia e a farmácia, a exemplo do modelo adotado pela Academia de Medicina de Paris. Contudo, o autor confere destaque ao fato de que já neste momento os farmacêuticos buscaram mobilizar por meio de publicações na Revista Médica Fluminense - periódico vinculado às atividades da academia - suas reivindicações ao governo imperial de propostas para a farmácia brasileira, buscando desvincula-las dos interesses médicos.

Ao final do século XIX, os farmacêuticos já teriam angariado certo grau de prestígio social ao fundarem suas próprias associações na sede da Corte, a exemplo da Sociedade Farmacêutica Brasileira em 1861 e o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro em 1858, que tiveram duração efêmera, ligadas ao período de circulação de seus periódicos e ao tempo de vida de alguns de seus principais fundadores. Essas academias já haviam mobilizado em suas épocas caminhos semelhantes àqueles que o CMC utilizou para o reconhecimento de sua função social: as sessões científicas ou literárias e a publicação de um periódico que tornasse publicas essas sessões (VELLOSO, 2007).

Notadamente, o projeto almejado pelos farmacêuticos atrelados à essas associações ressaltava questões que extrapolavam o próprio grupo e a área da farmácia alcançando inserções em outros espaços institucionais representativos das artes científicas de curar - à exemplo da Academia Imperial de Medicina, a Junta Central de Higiene Pública e o Curso Farmacêutico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro -para defender seus interesses frente às ações de outros curadores informais ou não, às demandas apresentadas pela população consumidora de medicamentos e às tensões entre o sentido científico e comercial de suas práticas e saberes específicos, dos quais lutavam para serem os seus representantes legítimos (VELLOSO, 2007).

A trajetória percorrida pelos farmacêuticos do século XIX para a consolidação de espaços autônomos de luta pelos interesses de classe na capital da Corte Imperial lega a este estudo indícios claros de que a relação estipulada com os médicos no âmbito da criação do CMC pode embutir uma intrincada rede de interdependência que extrapolava os interesses da criação de um campo científico comum, em que pese o fato das farmácias exercerem um poder de atração comercial da clientela que lhes conferia uma maior autonomia em relação aos médicos no que tange à capacidade de subsistir economicamente em um meio social em que a medicina não havia galgado, ainda, o status privilegiado de enunciadora sobre a realidade. Neste sentido, na medida em que o reconhecimento do poder médico científico ascendesse diante das demais profissões da área da saúde se tornava possível coloca-las sob o julgo dos seus conhecimentos e interesses (inclusive os comerciais), através da chancela conferida por meio de suas representações escritas às farmácias produtoras e comercializadoras de produtos notadamente científicos, em detrimento daquelas que não comungavam dos critérios chancelares exigidos pelo poder médico dominante.

Não há como descartar, portanto que as farmácias eram possuidoras de forte potencial para favorecer a consolidação do incipiente campo científico da clínica cearense por meio da possibilidade de viabilizar o consumo dos serviços médicos ofertados em seus espaços num momento em que a escassez de instituições de saúde dava a tônica das lutas e embates da classe médica pela ampliação de espaços de atuação. Por outro lado, esta relação pode ser observada, também, como propícia para embutir os interesses médicos de exercer controle direto sobre o exercício da profissão farmacêutica, o que pode explicar as suas derivações para a agremiação conjunta justificada por um discurso voltado à defesa de interesses comuns frente aos poderes instituídos e à sociedade cearense, em um tempo em que as associações de maior tempo de existência já buscavam se organizar por especialidades ou classes.

Os fundadores do CMC eram pertencentes às famílias representantes de uma elite rural onde figuravam de um lado proprietários de terra (majores e coronéis) e de outro, profissionais liberais (médicos, farmacêuticos e advogados) de alto poder aquisitivo. Se na primeira metade do século XIX ser proprietário de terras ou portar títulos nobiliários ou militares conferidos pelos poderes instituídos representava pertencer à uma elite local dentro de um sistema latifundiário escravocrata - em que o senhor de terras era a própria autoridade social e política - para a segunda metade do século XIX e início do XX, com as mudanças impetradas na ordem social e econômica advinda do comércio de algodão e gado cearense, emergiram novas classes de profissionais com predileção pelas carreiras liberais, em que figuravam comerciantes, advogados, médicos, farmacêuticos, dentistas, entre outros que

tiveram de mobilizar-se em prol do reconhecimento social e da regulamentação de suas profissões (GADELHA, 2012).¹¹

Contudo, na profissão médica habitava um diferencial para a projeção social e política de seus representantes na medida em que já havia sido responsável por estampar na capital do Império e da República o júbilo conquistado por um nome de uma das mais tradicionais famílias das oligarquias cearenses: Visconde de Saboia. Vicente Cândido de Figueira Saboia, nasceu na cidade de Sobral em 1835, filho de José de Saboia, coronel da Guarda Nacional, com Joaquina Inácia de Oliveira Saboia. Foi estudar medicina no Rio de Janeiro, formando-se em 1858. Partiu para a Europa onde permaneceu escrevendo em Paris uma monografia sobre a cura de hérnias pelo *Methodo Wood* e quando regressou ao Rio de Janeiro casou-se com a filha do senador e Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José Martins da Cruz Jobim. Em 1871 fez concurso para a cadeira de clínica cirúrgica logrando a obtenção do primeiro lugar, foi enviado à Europa para estudar a organização do ensino médico nas principais faculdades e em 1878 foi incumbido pelo Ministro do Império, Leôncio de Carvalho, de preparar um plano completo do ensino médico ao lado dos professores José Freire Junior e Cláudio Velho da Mota Maia, o qual serviu de base ao Decreto nº 7247 de 19 de abril de 1879 que instituiu a frequência livre às aulas e a realização de cursos não oficiais nas dependências da faculdade.

Em 1884 uma reforma extensiva à primeira levaria seu nome quando ficou consignado que cada faculdade deveria oferecer, além do curso de Medicina e Cirurgia, mais três cursos anexos: o de Farmácia, de Ginecologia e Obstetrícia e de Odontologia. Exerceu o cargo de diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro durante 30 anos, foi médico da Casa Real, príncipe de cirurgia e parteiro, recebendo o título de Diretor Honorário. Membro da Academia Cearense de Letras e de inúmeras sociedades médicas europeias publicou 43 trabalhos, vindo a falecer no ano de 1909, tendo seu valor para medicina estampado na forma de esfinge em cinco medalhas de ouro produzidas pela Academia Nacional de Medicina em 1908 por ocasião do centenário do ensino médico no Brasil, uma das quais lhe foi entregue em mãos pelo então Presidente da República, Affonso Penna (FIOCRUZ, 2013).

Pode-se afirmar, então, que o corpo autoral do Norte Médico era formado por uma elite cearense que, a exemplo de seu predecessor mais ilustre a despontar no cenário médico nacional, comungava das formas objetivadas do capital cultural, conforme definido por Bourdieu (1999), ou seja, comungavam do estado incorporado de um patrimônio hereditário

¹¹ Informações detalhadas sobre as famílias dos membros-fundadores do CMC vide tese de Georgina Gadelha (2012).

responsável pelo trabalho de inculcação e de assimilação dos prestígios da propriedade inata familiar que contribuía, por sua vez, para a aquisição de bens materiais e do capital cultural institucionalizado na forma do diploma proveniente do sistema de ensino. Dessa forma, “o diploma acadêmico era o elemento diferenciador que firmava os profissionais de saúde cearenses como uma elite dentro de outra” (GADELHA, 2012, P.47).

Segundo Bourdieu (1999), ao conferir ao capital cultural um reconhecimento institucional ele pode virar instrumento de comparação entre os pares (os pertencentes à mesma classe) para fins de estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico. Assim, os autores - fundadores do CMC e da Revista Norte Médico se viam e, portanto, articulavam meios para se representar como os responsáveis pela constituição e defesa de um campo de congregação intelectual que proporcionaria a libertação da sociedade cearense da condição de atraso em relação ao desenvolvimento já alcançado nas principais capitais do país por meio da criação de espaços consagrados à prática da medicina científica, considerada como principal responsável pela formulação e irradiação dos ideais de ordem e progresso que serviram de base para as ações governamentais nos primeiros anos da república. Tal fato ficou explicitamente grifado na analogia traçada por Teóphilo de Oliveira quando comparou o dia da fundação do CMC com o dia da libertação dos escravos no Ceará, afirmando este dia como uma conquista da “liberdade dos espíritos como já assinalava para o Ceará a libertação dos escravos” (CEARÁ MEDICO, abr. 1913, p. 2-4).

No dia 25 de março o Ceará comemora a data em que a antiga província concedeu a liberdade a cerca de 30 mil cativos em 1884, quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea. O fim da escravidão se deu a partir do surgimento de várias entidades abolicionistas encabeçadas por uma classe média emergente que fazia campanhas e angariava fundos para favorecer a fuga de cativos (MIRO, SULIANO, 2010), das quais alguns membros-fundadores do CMC fizeram parte, a exemplo do Barão de Studart, Meton de Aguiar e José Lino da Justa, conforme já tratado.

Dessa forma, a criação do CMC é assinalada pelo seu poder transformador dos princípios morais e espirituais da sociedade cearense, reprodutora ainda no início do século XX, das relações instituídas pelo poder colonial que fez dos oligarcas os representantes legítimos dos poderes sociais e políticos. Tal condição não foi capaz de romper, contudo, com a força do capital cultural herdado pelo corpo autoral do Ceará Medico que perenizou os nomes de famílias importantes no cenário rural e econômico cearense do final do século XIX, tais como Aguiar, Teóphilo, Justa, Alencar, Studart, dentre outras, através da sua ligação com a enunciação científica do processo civilizador, deslocando os espaços de relação social

instituídos pelas oligarquias dominantes para dentro do periódico, fazendo dele um legítimo espaço de representação da tradição médica. O Ceará Medico se tornou, portanto, o instrumento privilegiado para dar continuidade ao predomínio dos interesses no campo social e político de famílias tradicionais diante das transformações advindas do processo de expansão do Estado providência, que contribuíram para enfraquecer a força de enunciação das oligarquias dominantes diante de novas formas de ordenação e compreensão da realidade.

Portanto, é possível se inferir que na terceira década do século XX o CMC já havia realizado um trabalho de inculcação no imaginário coletivo ligado à identidade altruísta filantrópica e abolicionista de alguns dos seus mais ilustres membros-fundadores, convertendo-a em capital simbólico a ser usado com recorrência na escrita dos médicos-autores do Ceará Medico em suas representações de si mesmos para angariar prestígio e reconhecimento social para a promoção e manutenção do interesse de manter o domínio de enunciar sobre a vida pública cearense. Assim, o poder simbólico pôde exercer sua força - desde o reconhecimento e identificação do leitor com o formato do periódico até a apropriação de seu conteúdo - de ser uma forma transformada, nos moldes em que aufere Bourdieu (1989), irreconhecível e legitimada de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o próprio mundo.

4.2 Figuras do autor: médicos, dentistas e farmacêuticos

Gadelha (2012) teceu minuciosa descrição da agremiação dos membros do CMC no período compreendido entre 1913 a 1942. Os dados apresentam ao todo a agremiação de 04 novos farmacêuticos e 02 cirurgiões dentistas entre 1913 e 1917 para um total de 21 novos médicos ao longo do mesmo período. No ano de 1928, quando houve o retorno das atividades do CMC, a autora registrou a agremiação de mais 04 farmacêuticos, 04 cirurgiões dentistas e cinco médicos. No ano que se seguiu somente foi registrada uma nova agremiação de um farmacêutico e para os anos seguintes nenhum mais. A autora registrou que a ocupação de postos na diretoria administrativa por odontólogos e farmacêuticos permaneceu restrita aos 1º e 2º secretariado geral, tesoureiro e bibliotecário, o que demonstra o baixo prestígio conquistado por esses profissionais junto à classe médica do CMC.

Nas edições analisadas neste estudo não foram possíveis identificar registros que apontassem para mais filiações e, tampouco, participação de farmacêuticos e odontólogos nas reuniões colegiadas do CMC entre 1930 e 1935, excetuando-se a participação regular de Tertuliano Vieira e Sá, único farmacêutico presente até 1933, ocasião em que foram publicados os estatutos revisados nos quais passaram a figurar somente a possibilidade de filiação de médicos na associação.

Uma análise das modalidades de inscrição do trabalho de exclusão desses profissionais nas hierarquias da vida associativa por meio da materialidade e estética do Ceará Medico aponta, primeiramente, para a incipiente quantidade de textos de autoria de farmacêuticos e dentistas no período analisado, pois, somente foi possível identificar uma crônica de autoria do farmacêutico José Linhares na edição da Revista Ceará Medico de setembro de 1930, onde o autor aborda equívocos provenientes do exercício ilegal da medicina e da atividade farmacêutica por padre que havia mudado para o interior e atuava prescrevendo medicamentos para seus fiéis.¹²

Das estratégias estéticas e materiais mobilizadas pela Comissão de Redação para criar distinções hierárquicas entre seus autores, afigura-se o papel do sumário a indicar uma preocupação em referenciar os médicos pela abreviação do título de doutor como uma deferência a ser feita às profissões que desde o Império comungavam do prestígio de serem consideradas as enunciadoras dos parâmetros de um projeto de modernidade civilizatória para o país. Portanto, a apresentação do nome do farmacêutico-escritor é contraposto ao dos médicos pela simples referência à abreviação do termo que designa a sua profissão, situando-o ao primeiro contato visual do leitor com a capa do periódico, numa relação obscurecida pelo brilho do título consignado para representação do corpo médico-autoral.

A Lei de 11 de agosto de 1827, que instituiu o primeiro Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, legou aos médicos o mesmo direito conferido aos bacharelados nos demais cursos de cinco anos, de acordo com os seus Estatutos, de utilizar o título de doutor. O primeiro curso de farmácia do Brasil foi criado em 1832 vinculado à Faculdade de Medicina com a duração de três anos. Em 1901 o curso de farmácia passaria a ser lecionado em dois anos e somente em 1925 passou-se para quatro anos. Em 1916 é criada a Associação Brasileira de

12 Nas edições analisadas somente foi identificada a participação do farmacêutico Tertuliano Vieira e Sá nas atividades concernentes à vida agremiativa do CMC. Em reunião celebrada no dia 28 de outubro de 1932 é aprovado um novo estatuto do CMC que excluía definitivamente odontólogos e farmacêuticos da associação. O farmacêutico Tertuliano foi “elevado” para a categoria de sócio honorário, sendo aceito por aclamação por todos os presentes na reunião. Após esta reunião o nome do farmacêutico passa a não figurar mais nas atas que descreviam as atividades colegiadas do CMC.

Farmacêuticos e mesmo com o advento da República e de novas legislações que modificariam os parâmetros considerados para a conferência do título de doutor, é possível se verificar que os médicos do Ceará Medico fizeram uso desta distinção para conferir destaque à sua força de enunciar diante dos demais agremiados, delimitando desde a sua inserção na materialidade de capa, os aspectos formais de exercício do domínio no campo das representações sanitárias. Abaixo, segue fragmento do sumário em que aparece a distinção conferida ao farmacêutico José Linhares ligada à sua autoria na seção denominada “Sedativos”.

BIOGRAPHIA (Red.)	1
Infecção puerperal e abcesso de fixação — Dr. Cesar Cals	2
Syndromes anemicas na infancia — Dr. Miranda Leão	3
Esculapeanas — Dr. Virgilio de Aguiar	6
Sedativos Pharm. José Linhares	8
A Lepra — Dr. Antonio Justa	9
Benemerita Instituição —	15

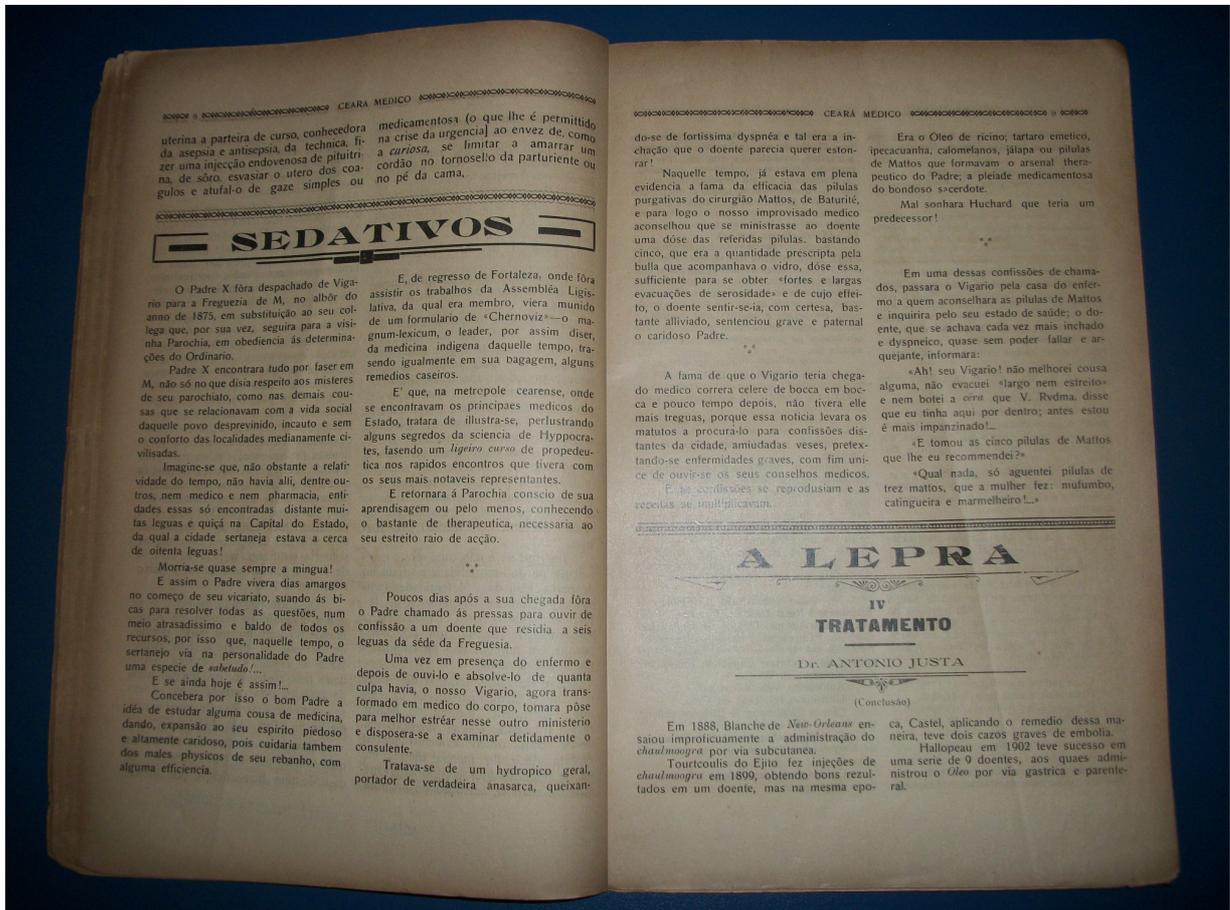
Fac-símile 4 - Recorte de sumário do Ceará Medico, setembro de 1930.

A composição dos elementos estéticos de apresentação dos textos no interior do periódico aponta, por sua vez, para a existência de um duplo trabalho de anulação da força de enunciar do farmacêutico, quando sua crônica não aparece assinada nas páginas que ocupam no interior do periódico, nem tampouco no início da apresentação textual nem ao seu término, à exemplo do artigo assinado pelo “Dr Antônio Justa” que a segue.

Tal constatação aponta que, para além da ocupação de cargos de menor prestígio na vida associativa, havia uma preocupação da Comissão de Redação em manter uma distinção sîgnica da autoria médica baseada na força de ordenar o campo sanitário acima das demais profissões, antes mesmo que fosse selada definitivamente uma ruptura dos interesses de agremiação conjunta a partir de uma série de querelas advindas da publicação do Decreto Lei 19.606 de 19 de janeiro de 1931, que versava sobre a regulamentação da profissão farmacêutica e seu exercício no Brasil.

Dessa forma, ficou claro que o corpo autoral do Ceará Medico mobilizou ampla rede de dispositivos estéticos e textuais a fim de orientar a leitura para o reconhecimento imediato

dos nomes de seus médicos como porta-vozes autorizados das questões concernentes à saúde e à doença, assim como, à ordem e à desordem social.



Fac-símile 5 – Publicação de texto do farmacêutico José Linhares na edição de setembro de 1930.

Apesar da inscrição de dispositivos textuais e estéticos de distinção de uma hierarquia na força de enunciar sobre a ordenação do campo sanitário cearense, os desdobramentos provenientes da Revolução de 1930 selaram definitivamente uma cisão interna entre as classes que compunham o grupo do CMC. Segundo Fonseca (2008), o excesso de federalismo havia consolidado a permanência de forças políticas locais como poderes independentes com baixa regulação pelo Estado. No campo da saúde, havia imprimido uma exponencial desigualdade na oferta de serviços entre as regiões do país e mesmo dentro das regiões, em virtude da diversidade de interesses loco-regionais das elites dominantes.

O campo sanitário não tardou a refletir as mudanças engendradas em outras áreas, fundindo os departamentos nacionais de educação e de saúde em um Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) que indicou a sua disposição em intervir e normatizar, por meio de

decretos, os campos da educação e da saúde pública em todas as regiões do país e as práticas profissionais inseridas neste campo (AMORIM & BARREIRA, 2007).

O Decreto Federal nº78 de 05 de janeiro de 1931 criou o Serviço Sanitário dos Estados (SSE) em substituição ao Serviço de Saneamento Rural (SSR) e deu início a uma série de medidas voltadas a uniformizar os órgãos diretores da saúde pública em todos os estados da federação. Em resposta à crescente necessidade de captação de mão de obra para atender à necessidade de ampliação padronizada dos serviços federais nos estados, o Ministério da Educação e Saúde Pública publicou um conjunto de marcos regulatórios referentes à formação e exercício profissional de enfermeiros, odontólogos, farmacêuticos, dentre outros.

O Ceará Médico capitaneou os debates em torno dos impactos que essas medidas gerariam sobre a hegemonia dos médicos na ordenação de práticas afeitas à saúde da população. Nos moldes de querelas e contendas o debate ocupou as páginas do periódico despertando reflexões que oscilavam em torno da imprecisão entre interdependência e poder nas relações estipuladas entre médicos e farmacêuticos mais especificamente. A saída dos odontólogos não ocupou a pauta dos debates levados à cabo pelos médicos do CMC em suas representações, possivelmente, por não ter havido concorrências por espaços de prática, nem tampouco a configuração de um campo de imprecisões entre os limites do saber-fazer, tal como ocorreu entre a profissão médica e farmacêutica. Soma-se a estes fatos, a ausência de registros de atuação de odontólogos na vida associativa neste período.

Em março de 1931 o chefe do Serviço Sanitário dos Estados e médico associado do CMC, Antônio Justa publicou nota sobre acordo firmado entre este serviço e as farmácias que funcionavam no perímetro urbano da cidade de Fortaleza quanto à abertura em horários noturnos, em consonância com o disposto no Regulamento da Diretoria Geral de Higiene. Na ata da reunião colegiada do CMC de 5 de fevereiro deste mesmo ano, o descumprimento de tal disposto já era sinalizado entre os médicos como um prejuízo aos atendimentos no perímetro urbano.

Em abril do mesmo ano a Revista Ceará Médico publicou memorial de seis páginas e meia do Sindicato Médico Brasileiro dirigido ao presidente Getúlio Vargas tratando do que consideravam ser uma afronta aos limites de atuação entre as duas profissões. Em que pese o teor do documento delinear preocupações com a concessão de exclusividade aos farmacêuticos de práticas que demandavam conhecimentos médicos- científicos fica patente, acima de tudo, uma inquietação da classe médica com a perda de fatia considerável do mercado de trabalho relacionado à produção de produtos e substâncias bioquímicas e

farmacológicas, análises laboratoriais, manutenção de consultórios médicos em farmácias, dentre outros.

Contudo, antes mesmo da publicação das manifestações contrárias aos itens contidos na regulamentação federal que dispunha sobre a formação e o exercício do farmacêutico no Brasil, as transgressões aos limites considerados entre a prática farmacêutica e médica e o trabalho de demarcação de um diferencial de enunciação sobre temas caros à saúde e à ciência, já ocupavam as páginas do Ceará Medico na forma de crônica de Virgílio de Aguiar em sua seção Esculapiano da edição de maio de 1930.

Em sua crônica habitual, o médico e escritor esquadrinhou uma situação sobre um farmacêutico que conheceu em Santos, ao qual nomeou como Doutor Mello Serra, que exibia um exuberante anel e óculos garrafais que tinha amplo reconhecimento do meio social, não porque gostava de escrever sobre sífilis ou era comprometido com a eugenia, mas, porque gostava de “meter medo” na população. Tratou de sua absolvição pela justiça em caso no qual havia sido objeto de ação sobre sua competência para sanar e cuidar do próximo. Auferiu, pois, que o farmacêutico gostava de meter medo na população escrevendo dialeticamente sobre a sífilis para que lhe comprassem suas fórmulas homeopáticas. Por fim, tratou de desqualificá-lo diante de sua negação em atender a uma criança enferma de família pobre que havia sido atendida por um médico alopata. Descreve que diante da iminência da gravidade do quadro clínico e da ignorância dos seus familiares quanto às recomendações médicas, foram ter estes com o farmacêutico que criticou veementemente a administração de medicamentos alopáticos à criança por considera-los demasiadamente tóxicos para o organismo, culpando os seus responsáveis diante da aparente piora do quadro clínico que a acometia. Por fim, afirma o autor ter o êxito terapêutico se dado devido à ação do medicamento alopático receitado pelo médico, que retornou logo após a negativa do farmacêutico em atender a criança. Termina, pois, com a seguinte afirmação:

Ao molde de conceito no epílogo deste contraditório caso clínico, se o pai tangindo pela desconfiança, receio e insinuações, tivesse os 3 contos de reis, eles teriam parado no bolso do Dr. Mello Serra e, o que mais é, louros mil ele colheria no caso, para fastígio da clínica, levando tudo à conta de suas preconizadas dinamizações, que dos remédios prescritos pelo médico (CEARÁ MEDICO, mai.1930, p.7).

Ressalta-se, neste caso, uma problematização que situa os limites transgredidos pelos farmacêuticos como modalidades práticas que beiram o charlatanismo praticado por curiosos,

em que a homeopatia somente se faz instrumento consagrado nos meios de baixo coeficiente intelectual. De forma alegórica, contendo muitos elementos figurativos da contenda concorrencial entre médicos e farmacêuticos, o escritor traduz o posicionamento autorizado pela Comissão de Redação da Revista Ceará Medico a respeito das divisões internas que habitavam o CMC antes mesmo da consolidação de uma crise gerada com a publicação dos marcos regulamentadores da profissão farmacêutica.

Contudo, para além das reivindicações de um estatuto de cientificidade da medicina como área disciplinar com poder de fiscalizar o exercício da profissão farmacêutica em prol da saúde da população cearense, ficou claro que as querelas delineadas entre esses profissionais se particularizaram em interesses distintos de classe na defesa das fatias do mercado de trabalho.

Diante do relato de uma crise espiritual e financeira que dificultava a continuidade da publicação da revista Ceará Medico por um grupo restrito de pares, o médico Pedro Augusto Sampaio, diretor da Comissão de Redação, solicitou que fossem apontadas alternativas para dar-lhe continuidade. Dentre as quatro alternativas apresentadas pelos membros colegiados presentes, duas se relacionavam à exploração dos espaços e serviços farmacêuticos, como restringir as receitas aos medicamentos disponíveis somente nas farmácias anunciantes nas páginas do periódico (negado pela maioria), e trabalhar junto às farmácias em que clinicavam para conseguir espaços de anúncios para a revista.

As manifestações de preocupação com a fiscalização do uso de espaços físicos das farmácias para atendimento médico deixou patente que uma relação comercial entre médicos e farmacêuticos inscrevia uma articulação de interesses mútuos já consolidados desde a criação do CMC, conforme indiciavam as publicidades da Farmácia Vera Cruz e da Drogaria Pasteur, em que os nomes dos médicos que possuíam consultório em seus aposentos eram enunciados como signo da credibilidade auferida pelos mesmos ao estabelecimento comercial e seus produtos.

Pharmacia Vera-Cruz
 (Antiga MOTTA)
 — DE —
O. Camara & Cia. Limitada
PRAÇA CAPISTRANO DE ABREU, 68
(PRAÇA DO MERCADO)

Remodelada recentemente
 — A —
PHARMACIA VERA-CRUZ
 está aparelhada como as melhores do Sul do
 Paiz, tendo um completo sortimento de drogas
 e perfumarias dos melhores fabricantes.

Os seus preços não temem competidores
CONSULTORIOS DOS CONHECIDOS MEDICÓS:

Dr. CESAR CALS, director da Casa de Saúde Dr.
 Cesar Cals, e chefe da Maternidade com especi-
 alidade em clinica medica e partos.

Dr. J. DEUSDEDIT, assistente de cirurgia da Santa
 Casa e especialista em partos, operações e clini-
 ca medica.

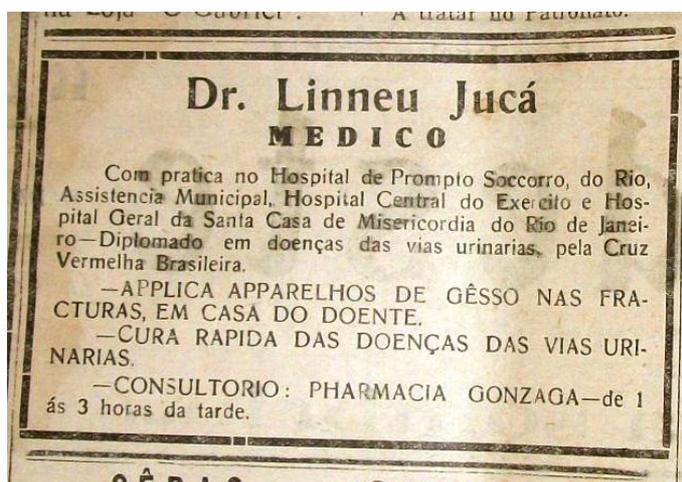
Visitem, sem demora, a
PHARMACIA VERA-CRUZ

Fac-símile 6 – Anúncio da Pharmacia Vera Cruz no Ceará Medico de 1930.

Nesta publicidade a vinculação dos nomes do Dr Cesar Cals e Dr J. Deusdedit à Santa Casa de Misericórdia e à sua maternidade são representados como signos distintivos da ciência ligada à identidade altruísta de ambos, nos termos em que já fora tratado anteriormente, o que lhes atribuía o diferencial de não vincular o seu conhecimento unicamente às experiências advindas da clínica realizada no espaço comercial dos consultórios farmacêuticos, mas ao principal espaço institucional de desenvolvimento da

medicina acadêmica na capital cearense e em outras capitais do país. Outra chamada merece destaque, no entanto: a de que a farmácia estava aparelhada como as melhores do sul do país, ou seja, buscava representar-se em “pé de igualdade” aos estabelecimentos comerciais da região que figurava como polo irradiador de valores e práticas científicas da época, colocando-se no patamar de espaço privilegiado de consumo da elite médica do norte do país a partir da venda dos principais produtos consumidos nos estabelecimentos farmacêuticos do sul.

A recorrência de enunciações escritas sobre o Rio de Janeiro como espaço representativo do que havia de mais avançado em termos de processo civilizatório nacional demonstra a força que a capital federal exerceu para a articulação dos dispositivos textuais e estéticos que buscavam conferir, também, ao médico do CMC e por consequência aos estabelecimentos comerciais que ligavam seus nomes a eles, uma representação da sua proximidade com este vasto campo de valores e práticas sanitárias. Portanto, ter passado por estágios clínicos e dedicado tempo em qualificação profissional nas instituições de referência da capital do país, também, auferia ao médico um diferencial à ser acrescentado nas representações que fazia de si mesmo para o público consumidor de seus serviços e produtos farmacêuticos que prescrevia, a exemplo do que se pode observar na publicidade de Linneu Jucá na edição de 13 de janeiro de 1931 do jornal O Nordeste.



Fac-símile 7: Anúncio de Linneu Jucá no jornal O Nordeste, 1931.

Não obstante constituísse um modelo a ser seguido para a representação médica e farmacêutica – somente superada pela experiência e formação profissional em países da Europa e pela oferta de produtos europeus, especialmente os franceses - Virgílio de Aguiar

fez recorrentes chamadas em suas matérias aos pares para que viessem clinicar nos sertões, onde considerava ser um ambiente favorável para se fazer carreira, livre dos problemas das grandes cidades e das explorações financeiras impetradas pelos administradores das instituições filantrópicas e associativas, principais espaços da prática médica na capital do país. Nestes termos Aguiar faz sua conclamação: “[...] rumo ao sertão meus ludibriados clínicos e cirurgiões de *Ordens e Penitência*... pois lá a ordem é mais franca (é de se cobrar o serviço medico pelo justo preço), e a penitencia é mais leve, apenas a de privação do Rio (e somente o de Janeiro)”.

**PHARMACIA E DROGARIA
PASTEUR**

Neste modelar estabelecimento, o maior do Estado no seu genero e um dos principais do norte do paiz, encontrarão os Srs. medicos, pharmaceuticos, odontologos e o respeitavel publico, em geral, o mais completo sortimento de:

DROGAS, PRODUCTOS CHIMICOS, ESPECIALIDADES
PHARMACEUTICAS, ARTEFACTOS DE BORRACHA,
ESTERILIZADORES ELECTRICOS, APPARELHOS PARA
APPLICAÇÃO DE OXIGENIO, SERINGAS DE «LUER»
E DE APPLICAÇÃO EM VETERINARIA, ETC. ETC.

**Grande sortimento de perfumarias francezas
dos afamados fabricantes:**

**CARON, COTY, LUBIN, HOUBIGAN, PIVER, GUER-
LEIN, CHERAMY, lindos estoios a preços razoaveis**

Todos os artigos são importados directamente dos fabricantes

VENDAS EM GROSSO E A RETALHO A PREÇOS
SEM COMPETÊNCIA

CONSULTORIO MEDICO DOS DISTINCTOS FACULTATIVOS:

Dr. Paula Rodrigues (Molestia dos olhos, exclusivamente)
Dr. Hermogenes Pereira (Olhos, ouvidos, nariz, e garganta)
Dr. Leite Maranhão (Syphilis, molestias de senhoras e partos)
Dr. Rocha Lima (Doenças venereas e das creanças).

* * *

Eduardo Bezerra & Cia.
Praça do Ferreira, 202

Fac-símile 8 – Anúncio da Pharmacia e Drogaria Pasteur no Ceará Medico, de 1930.

Nesta outra chamada publicitária, evidencia-se a força das heranças da *belle époque* francesa na representação dos produtos de perfumaria anunciados pelos nomes de suas marcas e pela garantia de que todos seriam importados diretamente de seus fabricantes, dirimindo quaisquer questões relativas à sua originalidade e, assim, sugestionando uma minimização da distância simbólica entre os estados de civilização alcançados tanto no Ceará como na França por meio do consumo. No que tange aos elementos signícos atribuídos à identidade dos médicos que clinicavam na farmácia ao qual buscava atrelar seu nome, cabe destacar a importância conferida às especialidades como um diferencial num campo onde não era mais aceitável o conhecimento erudito das totalidades dos fenômenos ligados ao homem e à natureza, mas o aprofundamento em conhecimentos específicos que fariam da ciência moderna uma área dividida em subáreas com limites precisos entre si, conforme já abordado.

No ano de 1933 as publicidades de farmácias não mais faziam referências aos nomes dos médicos que nelas atendiam. Contudo, ao realizar uma busca nos indicadores profissionais do Almanaque do Ceará para o ano de 1935 ficou patente que esta relação não foi rompida nos termos em que se objetou por meio da legislação nacional, ou seja, a quase totalidade dos médicos ainda era apontada junto aos nomes das farmácias em que clinicavam. Tal registro aponta para a distância que habita entre a representação e a realidade, fazendo dela uma ideia da realidade que se pretende difundir a partir da sua circulação e leitura. Neste caso, parece ter habitado um consenso entre os membros do CMC de formalizar por meio das representações do Ceará Medico o atendimento à legislação federal, para que não sobejassem dúvidas junto aos poderes instituídos a respeito do seu cumprimento. De outra forma, a disponibilização dos endereços dos consultórios em farmácias dentro de uma publicação anual destinada ao público leigo, deixa claro que os médicos do CMC buscaram manter a diferenciação das representações visando construir efeitos diferenciados de sentido sobre seu papel social, atendendo às exigências próprias à relação entre competências de leitura e convenções de escrita que criam seus diferentes nichos de recepção.

Em que pese o fato de que farmacêuticos e odontólogos teriam conquistado seu espaço de formação no Ceará muito tempo antes do reconhecimento formal para a criação do curso de medicina em 1948, pressupõe-se que a emancipação entre as classes profissionais tardou a acontecer no âmbito do CMC por conta de suas imbricadas relações que priorizavam a dimensão comercial e por terem se tornadas expansivas às oportunidades de participação de médicos na vida acadêmica local, quando “controlando a formação, o conteúdo e o número de disciplinas que integravam a grade curricular da formação farmacêutica, os médicos criavam

instrumentos para justificar a preservação do poder do médico sobre os exames clínicos e as prescrições de medicação” (PEREIRA NETO, 2001, p.67).¹³

À luz das considerações de Chartier (1990) sobre a obra de Elias, pode-se afirmar que as estratégias levadas a cabo pelos médicos para manter os demais grupos que dividiam a filiação do CMC sob controle, compreenderam ações reprodutoras de uma dominação tal como a assumida pelo poder do rei absoluto quando buscava eliminar progressivamente todos os seus potenciais concorrentes, reduzindo-os ao estado de dependentes.

A ausência de dados no periódico sobre a visão dos médicos do CMC a respeito da enfermagem desenvolvida nas instituições cearenses nesta época é reveladora de uma tendência de apagamento das possibilidades concorrenciais no âmbito da construção do debate científico-sanitário. Muito embora, seja possível afirmar que os valores advindos do paradigma biológico da doença se tornaram extensivos às representações e práticas assumidas pelos médicos do CMC que atuavam na Santa Casa de Misericórdia, a falta de afiliação das enfermeiras religiosas à associação e, mesmo de referências nas publicações do Ceará Medico à participação nos debates concernentes às práticas assistenciais desenvolvidas nas enfermarias da Santa Casa, deixa em suspenso a questão da existência ou não de um interesse pela conquista de um espaço autônomo em que a “cientifização” da enfermagem tivesse se tornado pauta diante das evidências pasteurianas que favoreciam o domínio do discurso científico sobre a subserviência religiosa na assistência à saúde.

De volta à relação entre materialidade e capa, é possível depreender-se, portanto, que desde os tempos de agremiação multiprofissional, o predomínio dos interesses médicos se representava sobreposto no logotipo do periódico à própria medicina e às demais profissões e profissionais, lembrando Chartier (1990) quando afirma que o poder depende do crédito concedido à representação que um indivíduo ou grupo propõe de si mesmo e dos outros. Assim, o médico do CMC conseguiu impor uma representação de si mesmo, ao largo do tempo em que a associação abarcava profissionais da área da farmácia e da odontologia, como enunciador dos interesses de todas as profissões ligadas à saúde. Representação que não sofreu alterações quando houve a exclusão de farmacêuticos e dentistas da associação em 1933, o que demonstra a força dos dispositivos textuais e estéticos mobilizados pelos médicos

13 O mesmo ambiente de efervescência política e cultural que propiciou o surgimento do CMC criou as condições para a implantação da Faculdade de Farmácia e Odontologia em 1916 onde alguns médicos do CMC participaram ativamente do corpo docente. A proposta inicial frustrou, contudo, os anseios médicos de criar uma Faculdade de Medicina Tropical, Farmácia e Odontologia. A faculdade de Farmácia e Odontologia foi federalizada em 1950 e incorporada à universidade Federal do Ceará e em 1965 houve seu desmembramento em duas faculdades distintas (BARBOSA, 1994).

desde a criação do periódico para manter o equilíbrio das tensões originadas das relações de interdependência.

Segundo Arnold (1985), as “linhas de folha de primeiro plano” são muito mais importantes do que sugere seu desenho subordinado. Assim, as convenções usuais para o periodismo apontam que alguns dados devem vir apresentados em primeiro plano para facilitar este reconhecimento por meio da sua legibilidade, como um conjunto facilmente decifrável de informações. Convencionalmente incluem a data, o volume, o número e o preço do periódico ao passo que o seu tempo de existência também divide espaço com esses elementos se amalgamando na representação de uma força que busca fazer-se identificável pelo reconhecimento da sua perenidade no campo de informação em que atua. Em consonância com tais pressupostos, fica patente a preocupação da Comissão de Redação do Ceará Medico em obedecer esta ordenação que dispõe junto ao logotipo as informações referentes ao ano cronológico de sua existência, o número da edição, o mês e o ano em que foi publicada.

Os números arábicos são compreendidos com maior facilidade que os romanos pelo leitor comum (ARNOLD, 1985). Do exposto depreende-se que a utilização de números romanos para identificar o tempo de existência do periódico indica a exigência de uma competência intelectual por parte do leitor para o reconhecimento do que se pretende representar, ou seja, o seu tempo de enunciação no campo. Dessa forma, todas as informações articuladas na área emoldurada confluem para afirmar uma identidade de quem fala e para quem fala, endossando a necessidade de competências específicas de leitores capazes de reconhecer no jogo das convenções gráficas e estéticas o tempo de atuação da revista no campo da comunicação científica, símbolo subjetivo da autoridade de comunicar para médicos, dentistas e farmacêuticos.

As “linhas de lemas” são aquelas que geralmente se situam abaixo do logotipo acrescentando alguma informação que confere ao periódico um complemento à sua identidade. Elas podem ser: geográficas, de área de conhecimento, de relação com algum órgão, entre outros. Portanto, abaixo do título do periódico (elemento de maior destaque e importância) é apresentado também em letra maiúscula, porém em fonte de tamanho inferior ao do logotipo e em negrito, a informação referente ao pertencimento da revista à instituição associativa. Tratada como “Órgão do Centro Medico Cearense”, a revista é representada como uma parte visceral da associação, uma produção material enunciada como constructo e construtor do corpo de práticas culturais ligadas ao associativismo de cunho científico, o que encerra um conjunto de informações capazes de orientar o leitor para uma relação imediata

entre sociedade científica (Centro Medico Cearense), espaço de pronunciamento e recepção privilegiado (Fortaleza) e de área geográfica a qual reivindicava o domínio do saber científico a respeito (Ceará).

O nome do diretor da Comissão de Redação aparece abaixo do logotipo emoldurado, o que pode ser considerado, também, como uma forma de conferir-lhe destaque dos demais elementos de capa ao pronunciar-se em letra maiúscula, em negrito e centralizado, sem tampouco ser acompanhado de nenhuma informação adicional, senão o cargo que desempenha.

Investido de um poder autorizado para selecionar e organizar o conteúdo do periódico, atendendo as prioridades consideradas pela Comissão de Redação da revista em consonância com os princípios da sociedade a qual representa e das competências de sua comunidade de leitores, o diretor de redação finda por desempenhar o papel de um gestor da informação científica que deve atuar em afinidade com os demais envolvidos com a produção e comercialização do periódico, a exemplo do chefe da oficina tipográfica.

Os elementos disponíveis deixam patente que o Diretor da Comissão de Redação e o editor chefe da oficina tipográfica atuavam conjuntamente como gestores da informação científica nos moldes em que um cuidava da redação e outro da parte tipográfica e comercial. Na ocasião da migração para a tipografia Urânia em julho de 1934, a redação do Ceará Medico emite comunicado anunciando que:

Como sempre a parte redatorial e comercial continuará a merecer o mais conveniente cuidado, ficando a parte comercial sob a responsabilidade do Editor, pelo que qualquer entendimento a esse respeito deve ser dirigido ao
o. Orlando Amóra Gadelha- Tip. Urania- Rua Floriano Peixoto, 129-
Fortaleza (CEARÁ MEDICO, Jul/Ago, 1934, p.20).

O gestor da informação científica deve ser capaz de identificar os pontos de uso e acesso à informação e às necessidades e requisitos negociados junto a seu empreendimento e seus clientes, em que pese sua responsabilidade com o processo de coleta e avaliação da qualidade da informação solicitada, seu recebimento, possível armazenamento e as etapas de distribuição e uso. Deve pensar e planejar estrategicamente, estruturar articulações políticas e analisar mercados e contextos, o que exige alto nível de mobilidade pessoal e profissional para atuar como consultor e assessor. Sua competência se vê igualmente avaliada conforme seu grau de atualização, capacidade de empreendimento e criatividade. Como editor de periódicos científicos, deve ser responsável pela direção do processo de publicação e

manutenção da qualidade científica; avaliação dos manuscritos no menor período de tempo possível; proteção dos direitos dos autores e revisores; e decisão final sobre a aceitação ou rejeição de um manuscrito (BONFÁ, TRZECIAK, NETO, 2008).

Segundo Araújo (2008), editar sempre envolve, em alguma medida ‘mexer’ no texto alheio, pois ao receber um original, o editor deve antes de tudo, submeter o texto à normalização literária e a uma revisão tal que empreste ao conjunto uma espécie de coerência integral. Para a condução deste processo, distinguem-se dois tipos de padronização literária: o da editora, que o autor considera como uma normalização empírica e; o dos chamados centro de normalização, aos quais denomina como normalização teórica¹⁴. O autor adverte, contudo, que o preparador de originais sempre oscilará entre as dificuldades e inevitáveis adaptações caso a caso até a aceitação de certos critérios impostos pela criação literária.

Portanto, não é demais ressaltar que, muito embora o primeiro centro normalizador do país tenha sido criado em 1940, os periódicos científicos que o antecederam mantiveram-se em certa medida ligados a um padrão estético e material que procurava refletir os critérios mobilizados para a própria linguagem especializada a fim de possibilitar uma leitura racional da informação através da leitura dos signos que demarcavam a objetividade nas formas de interpretar os fenômenos naturais ligados ao homem e à natureza. Dessa forma, se inseria no cenário da produção impressa como herdeira das padronizações literárias levadas à cabo pelas *universitas* que, a partir do século XIV começaram a “promover a elaboração de livros normalizados, e por isto, autorizados para leitura como ‘bons e legíveis’ e ‘verdadeiros’ [...]” (ARAÚJO, 2008, p.44).

Apesar das incontáveis investidas em apelos de imagem, encadernação e grafismo para fazer do produto impresso um produto da cultura modernista da primeira metade do século XX, um elemento permaneceu vital para que ele existisse: “[...] o texto e com o texto o profissional que, na grande ou pequena empresa, trabalha com o acerto de informações desse texto, sua objetividade de comunicação, sua normalização literária e o programa gráfico com que se apresenta ao público” (ARAÚJO, 2008).

Portanto, acima de tudo, ocupar o cargo de gestor da informação de uma revista científica implicava em obter o reconhecimento dos pares e da comunidade de leitores no que tange à imparcialidade e à capacidade mediadora entre todos os envolvidos no processo de seleção e de ordenação da informação a ser publicada.

14 Como exemplo de um centro de normalização o autor aponta a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nascida em 1940 e responsável pela normalização técnica no país (ARAÚJO, 2008).

Como diretores de redação foram identificados os nomes dos médicos Pedro Augusto Sampaio, no frontispício das edições compreendidas entre o ano de 1930 e final de 1932 e J.J de Almeida na folha de rosto das edições a partir do ano de 1933¹⁵. Na edição de julho de 1934 o nome do Gerente de Redação passou a não mais figurar dentre as informações que compunham a folha de rosto do periódico. Na edição referente à abril de 1934 foi publicada a última seção da redação onde eram vinculadas as atas através das quais seria possível distinguir a eleição do Gerente da Redação para um determinado período anual. A supressão da distinção de um personagem do CMC como Gerente de Redação, tanto na capa como na folha de rosto do periódico, somado à ausência de registros de sua eleição pelos pares, indicia que as atribuições dessa função possam ter se diluído entre todos os membros da Comissão de Redação.

A título de exemplificação, abaixo serão apresentados dois dos sete modelos de logotipo adotados pelo Ceará Medico nas edições analisadas, a fim de notabilizar o esforço impetrado pelos envolvidos com a redação e edição em não lhe apagar o “brilho” responsável por despertar no consumidor o reconhecimento imediato do seu produto de consumo habitual, através de sua principal chamada: o logotipo.



Fac-símile 9: Logotipo utilizado de 1930 a maio de 1931.

15 O nome é citado na forma em que aparece escrito, com as abreviações J.J. Não foi possível identificar o primeiro e segundo nomes do redator em nenhuma edição, o que afigura que essa forma de abreviação não tenha sido utilizada esporadicamente, mas uma maneira assumida intencionalmente para registrar uma marca pessoal, conforme se pode observar, também, no caso do sanitarista J P. Fontenele. Vide exemplo em Amorim e Barreira (2007, p.25).



Fac-símile 10 – Logotipo utilizado entre julho e dezembro de 1934

As constantes alterações impetradas aos recursos de logotipo para garantir-lhe visibilidade remete a constatação de Chartier (1994) de que não é mais possível compreender o universo da produção e do consumo de impressos como algo bipartido e autodeterminado pelo conjunto de signos responsáveis por estratificar o consumo pelo viés de classe ou capital cultural e econômico. Ou seja, é neste ponto onde justamente se faz necessário deslocar os determinismos semióticos que se afiguram como ponto de origem da determinação do consumo de impressos, para serem repensados à luz da força que os leitores exercem na inscrição de signos ou mesmo na determinação das exigências que se interpõem às atualizações editoriais e gráficas para garantir o maior número de consumidores de produtos impressos.

Os demais nomes que compunham a Comissão de Redação vinham enunciados em folha de rosto no interior da revista após a apresentação de 5 a 9 anúncios de página inteira. Entre os nomes que compuseram a Comissão de Redação do Ceará Médico dentre as edições analisadas, destacam-se: Antônio Justa (1930-1935), José Virgílio de Aguiar (1930-1935), Miranda Leão (1930-1931), Adalberto Studart (1930), Maria Cavalcanti (1930), Pedro Augusto Sampaio (1931-1935), Carlos Ribeiro (1931-1933), Carvalho Lima (1931-1933), Clóvis Moura (1933-1935), J.J. Deusidedt (1933-1934).

Da Redação compreende-se como o corpo editorial do periódico, aquele que à semelhança do que já foi abordado em relação ao seu diretor tem a responsabilidade de organizar e supervisionar todo o processo pré-industrial (seleção, normalização) e industrial (projeto gráfico, composição, revisão, impressão e acabamento) - neste caso junto ao tipógrafo - envolvido na produção do periódico a fim de conferir-lhe coerência e unidade ao

tudo em atendimento às regras e convenções próprias ao campo disciplinar de leitura (ARAÚJO, 2008).

O corpo redatorial do periódico era composto por cinco membros do CMC mais o diretor, eleitos anualmente em reunião colegiada e apresentados em folha de rosto dentro do periódico. Todos os integrantes da Comissão de Redação no período eram médicos. José Virgílio de Aguiar e Pedro Augusto Sampaio foram sócio-fundadores do CMC com largo tirocínio na vida associativa e acadêmica. Nota-se através desse demonstrativo que Antônio Justa e Virgílio de Aguiar mantiveram-se em todas as comissões eleitas ao longo do período analisado e Pedro Sampaio, manteve-se um período anual a menos que os dois primeiros. Ao que parece, a escolha para integrar os membros da Comissão de Redação da revista privilegiou personagens de largo tempo de filiação ao CMC, alguns agremiados desde os primeiros anos de sua criação, o que compatibiliza com a abordagem resgatada por Chartier (1990) sobre a obra de Elias ao referir-se às capacidades de aglutinar interesses e de dirimir divergências próprias aos “líderes carismáticos”, quando ocupam postos hierárquicos de poder em que se exigem a manutenção dos ideais a serem defendidos como representativos dos interesses gerais do grupo ao qual pertencem.

Ao analisar a frequência com que os membros da Comissão de Redação publicavam no periódico, ficou claro que os compromissos do médico Virgílio de Aguiar em manter publicações em todas as edições analisadas fizeram dele, dentre todos que compuseram a Comissão de Redação, um líder carismático por excelência, respeitado pelos seus pares e autorizado a enunciar em nome do grupo, com a erudição que lhe era própria, sobre temas complexos que articulavam, por vezes, os ideais sanitários, sociais e políticos da associação diante das macro e micro questões que exigiam posicionamento crítico do Ceará Médico a respeito.

Ao lado de Virgílio de Aguiar, somente ao médico leprologista Antônio Justa coube a pertinência de manter uma continuidade elevada de publicações sobre temas caros à saúde pública cearense e à organização dos serviços, em que pese ter ocupado o cargo de chefe dos Serviços Sanitários do Estado de janeiro de 1931 à dezembro do mesmo ano, em substituição ao médico, também agremiado do CMC, Samuel Uchoa, que fora designado para a direção dos Serviços de Profilaxia Rural em nível nacional.

Portanto, é possível assegurar que os dois médicos-escritores, membros da Comissão de Redação, atuaram duplamente como autores de relevo nas edições analisadas: por um lado, por participarem ativamente do processo de elaboração da escrita de seus textos garantindo uma regularidade não superada por outros escritores no período e por outro, por participarem

da comissão responsável pela seleção e organização dos textos enviados por terceiros em todas as edições analisadas, procurando dar-lhes coesão no conjunto, a fim de contribuir para a construção de um sentido ligado ao enfrentamento dos interesses do Ceará Medico no campo sanitário cearense.

A seguir é apresentado exemplo de folha de rosto do periódico onde consta um cabeçalho em molde semelhante ao da capa e os nomes dos membros da Comissão de Redação com algumas informações aos colaboradores, tais como: um evocativo à colaboração dos pares, endereço para envio de textos e informação relativa aos encaminhamentos dados pela redação aos textos analisados. Logo abaixo dessas informações é apresentado o primeiro texto que consta no sumário de cada edição do periódico.



Fac-símile 11 – Folha de rosto do Ceará Medico, dezembro de 1930.

De volta aos elementos que enfeixam o frontispício do Ceará Medico, logo abaixo das informações que se mantiveram ligadas ao logotipo - como efeito de uma apresentação de capa comum para revistas de publicação periódicas - desponta o sumário, emoldurado também com recursos tipográficos que foram amplamente explorados ao longo do período, demonstrando, também, a preocupação em manter a revista fiel ao perfil estético modernista que exigia, dentre outras medidas, a fidelidade à exploração máxima dos recursos tecnológicos da época. Segundo Araújo (2008), os ornamentos eram feitos à madeira ou à base de ligas de chumbo e as matrizes comumente tinham grande durabilidade, o que permitia utiliza-las em períodos muito extensos, como é possível se identificar no período que se estendeu desde o ano de 1930 até 1934, quando o periódico foi produzido pela Tipografia Central de Mário Jatáhy que fez ampla utilização das mesmas matrizes de ornamentos, explorando ao máximo, as composições possíveis entre elas. A partir da tiragem de julho de 1934, com a mudança para a Tipografia Urânia ou *Est. Gráfico URANIA*, como era denominada na capa do periódico, é possível se notar que tal transição causou uma diminuição na exploração das matrizes utilizadas na capa, que passaram a obedecer a uma padronização mais uniformizada com baixa exploração de recursos iconográficos, contudo, obedecendo à mesma ordem de *design* utilizado nas últimas edições publicadas pela tipografia que lhe antecedeu, conferindo maior destaque à área de contragrafismo (branco) como forma de dar visibilidade à área de grafismo (área impressa).

O sumário constitui uma ordenação sistemática e não alfabética da estrutura do periódico que, à semelhança do livro, “possui um caráter seccional próprio” (ARAÚJO, 2008, p.413). O sumário do Ceará Medico apresenta-se centralizado ocupando maior parte da mancha gráfica de capa. A padronização escrita do termo “summario” em letra maiúscula, em negrito e sublinhado com ornamento tipográfico, sugere uma chamada secundária à do título, ou seja, uma ordenação do foco visual segundo as prioridades intencionadas para guiar a leitura.

Em artigo publicado na edição de maio de 1934, o médico obstetra Cesar Cals, diretor da Maternidade João Moreira, pertencente à Santa Casa de Misericórdia, inicia seu artigo com a seguinte frase: “em qualquer trabalho o título é tudo”. Com ela o médico tenta explicar sua preocupação com a dificuldade em encontrar um título que exprimisse e conseqüentemente atraísse a atenção do leitor para o tema que pretendia tratar nas linhas que se seguiam.

Portanto, fica claro que os elementos que compõem o sumário criam uma sinergia em torno de conferir maior visibilidade e destaque ao seu conteúdo interno, ou seja, o título das matérias e sua autoria. A começar pela sua moldura ornamentada, os títulos das seções e

artigos, assim como, sua relação com os nomes e titulação dos autores (doutor, chefe de serviço, dentre outros) e ordem de paginação em que são publicadas suas matérias, parecem indicar para a leitura o emprego de materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado para criar um índice que induz o leitor ao reconhecimento imediato- antes mesmo que acesse o conteúdo interno do periódico- de uma autoridade de falar, de vigiar e ou de censurar por que tem o poder sobre as palavras ou os gestos, conforme trata Chartier (1990).

Fica patente que nas edições analisadas habita uma preocupação comungada entre editores e tipógrafos em ir suprimindo ao longo do período o máximo de elementos de adorno, conferindo ao conjunto de capa uma leveza própria à tendência modernista nos moldes em que são apresentadas por Eleutério (2011) na revista Verde. Ou seja, priorizando traços finos nas letras de título com maior exploração das serifas e finos e retos nos adornos, conforme imagem a seguir. As informações passadas por este tipo de *designer* sugere uma tentativa de se conferir destaque ao conteúdo escrito assegurado pela supressão do excesso de informações iconográficas, a fim de desviar a atenção do leitor de uma relação competitiva entre ambos os recursos informativos.

SUMMARIO	
BIOGRAPHIA (Red.)	1
Alguns aspectos sobre o problema sanitario das zonas rurais do Brazil e especialmente do Amazonas - Dr. Samuel Uchoa	3
Esculapeanas - Dr. Virgilio de Aguiar	9
A luz electrica na hygiene da leitura - Dr. Cesario de Andrade	10
A questão das amygdalas e seu tratamento - Dr. Fernandes Tavora	13
A Lepra - Dr. Antonio Justa	16
Noticiarios - (Red.)	20

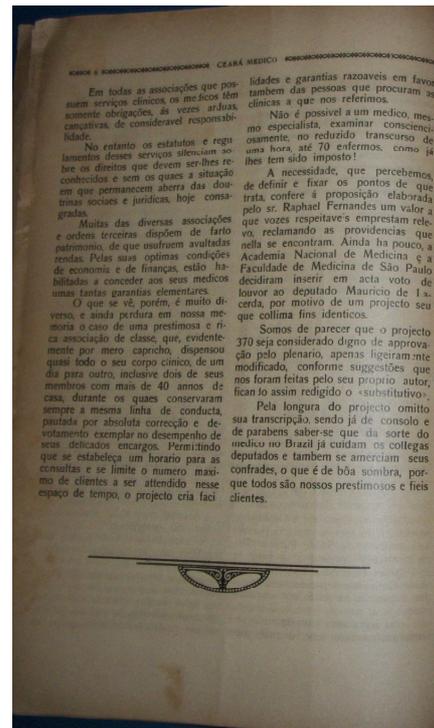
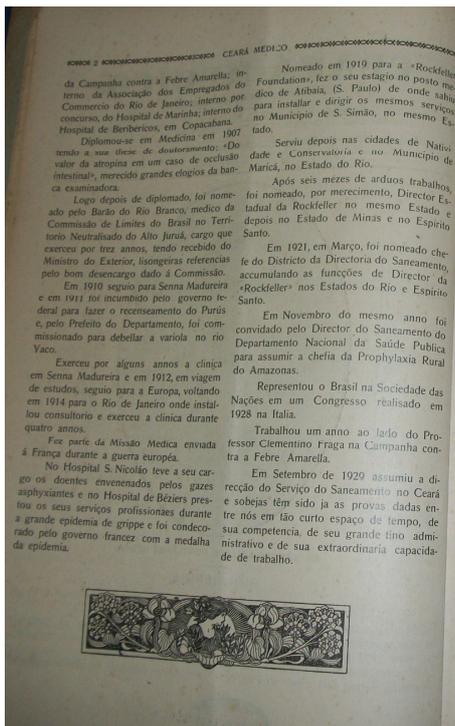
SUMMARIO	
Sindromes Nevropaticas - Dr. Aderbal de Paula Sales	5
Peritonisação pelvica a Aristides Maltez - Dr. F. Moreira de Souza	11
Esculapianas - Dr. Virgilio de Aguiar	15
Escorço de Novidades - Red. -	21
Outras notas.	

Fac-símile 12 e 13- Sumários relativos às edições de junho de 1930 e março de 1931.

Tal fato aponta, portanto, para uma dupla via de análise. Por um lado, sugere uma mudança de estilo, uma opção apontada como representação de uma sociedade científica moderna que como tal, deveria priorizar a clareza e objetividade das informações em consonância com a plenitude retilínea dos traços ornamentais isométricos capazes de propiciar

maior “arejamento” ao texto escrito, a fim de se obter maiores coeficientes de legibilidade em consonância com os critérios de objetividade e racionalidade exigidos da linguagem científica moderna. Outra perspectiva de análise sugere, por sua vez, uma crise financeira institucional, que já havia sido anunciada pelo médico Pedro Augusto Sampaio, diretor de redação, na edição de março de 1931 do Ceará Medico. O prolongamento da possível crise pode ter engendrado no corpo editorial a opção de migrar para outra tipografia em virtude de diferenças nos preços praticados entre ambas, daí a possível discrepância de investimento em exploração dos recursos tipográficos disponíveis (matrizes de chumbo).

Entre as transformações nos demais elementos de materialidade e estética do periódico que sugerem a existência de uma crise financeira situa-se a supressão de ornamentos figurativos que ilustravam os rodapés de alguns textos e títulos, conforme apresentado a seguir:



Fac-símile 14 e 15 – Ornamento nas edições de julho e outubro de 1930 do Ceará Medico.

Esses recursos, amplamente explorados pela Tipografia de Mário Jatahy, foram substituídos por pequenos anúncios voltados a preencher todos os espaços disponíveis em detrimento de ornamentações usualmente combinadas para dar acabamento nos textos. A ampla exploração de espaços ociosos pela tipografia com anúncios de ofertas dos seus

serviços demonstra ter havido uma convivência da Comissão de Redação para, provavelmente, obter abatimentos no preço da produção gráfica mediante a utilização de espaços para as chamadas comerciais deste estabelecimento, que chegaram a ser publicados entre quatro a cinco em algumas edições da revista, nos moldes em que se seguem.

CEARÁ MEDICO

O Hormônio Esplênico na cura do Eczema

demos alta ao observado, completamente curado.

Dr. Sílvia Campos
Recife - Pernambuco, 27-11-34.

J. T. - 60 anos

RESUMO DO HISTÓRICO DA DOENÇA—O paciente apareceu-nos há dois anos atrás com uma eczema. Submetido ao tratamento pelo hypossulfito de sódio a 10% logrou melhoras sensíveis. Retirando-se para o interior do Estado, voltou após a clínica, com generalização do processo.

DIAGNÓSTICO — Eczema generalizado.

TRATAMENTO — Submetemo-lo ao tratamento pelo hormônio esplênico. Após a quarta injeção daquele producto, desapareceu o parafuso e depois de finalizada a serie de INTO-ESPLE-
NAN CONCENTRADO conce-

SRS. MEDICOS

Mandai confecção-
nar os vossds
Impressos, Li-
vros, Téses, etc.
na tip. "Urania"

THEOCILINA

Theobromina-Sella-Hexamethylene tetramina

Diuretico completo, Chlorúrico, Azotúrico e Desinfectante Urinário

Dose: -1 a 3 comprimidos por 3 vezes ao dia

Laboratório Gross Rio de Janeiro

CEARÁ MEDICO 19

dores, o que determinará necrose, fistula e estenose. Monari provou que se não for isolado o ureter de sua bainha conjuntiva não se deve temer a necrose, acontecendo o contrario por menor que seja a extensão do dano dessa tunica. Magaruci observou a sobrevivência do conduto mesmo depois de sectionar todas as arterias que terminam no plexo ureteral exceptuando as que provinhão da renal e Sampson chegou a resultado identico respeitando apenas um dos vasos afferentes.

A maior parte dos urologistas está de accordo quanto á formação de um estreitamento ao nível da sutura de uma operação restauradora.

Boeckel diz: toda lesão do ureter é uma estenose em inicio.

Embora algumas vezes pouco accentuadas, parece que as estenoses sempre se instalam e o resultado é a ureteronephrose, pyelonephrite e finalmente destruição do rim.

Varios são os métodos empregados com o intuito de evitar as esctructuras nos pontos de restauração. A sutura feita com tecnica impecavel, material apropriado e em ureter aséptico, pode dar o minimo de estreitamentos, pouco accentuados. Marc Heblin fez experiencias á respeito e não se viu produzirem-se. Coviza aconselha não praticar, systematicamente, as operações restauradoras, sendo que Marion chega ao ponto de preferir sacrificar o rim.

Não faremos apreciações á respeito das varias operações que tem sido empregadas para reconstruir o ureterio e nem sua desviação para outra viscera ou para o exterior, pois isso nos levaria demasiadamente longe, o que não cabe neste trabalho. Refaremos, todavia, que alguns autores procuram a causa do insucesso das operações por sectionamento completo do ureter, na vascularisação do órgão. Dizem que os vasos tem uma disposição longitudinal em relação ao conduto, anastomosando-se aqui e ali, lateralmente, formando anneis. Sendo assim, o canal sectionado transversalmente, tende a necrosar até ao proximo anel anastomótico. Recordam ainda a facilidade com que se cicatrizam, por vezes sem deixar o menor signal, as fendas longitudinaes. Latarjet e Laroyene affirmam, entretanto, que não existe parte do órgão sem vascularisação.

Um catheter rígido levado com certa violencia, é capaz de produzir traumatismos varios na parede ureteral. Quando o ureter é sã, é difficil ser lesado, mas, quando pathologico, por exemplo, inflamado, dá-se justamente o contrario. Além do simples traumatismo superficial o ureterio pode até ser perfurado pelo catheter. Isto se verifica mais commumente nos desencravamentos dos calculos, que muitas vezes atravessam a parte ureteral, impellidos pelo catheter. São mais facilmente lesados os ureteres com curvaturas, comprimidos, de trajecto desviado e anormal. Depende, tambem, da violencia com que é feito o catheterismo, principalmente nos casos em que se observa encapuchamento do bico do catheter pela mucosa ureteral.

Trabalhos graficos só
na URANIA

Fac-símile 16 e 17 – Anúncios da tipografia na edição de janeiro de 1935.

Outras mudanças também foram engendradas no interior do periódico após a transição entre as tipografias, como a contagem e numeração das páginas que veiculavam anúncios comerciais, sugerindo mesmo às edições com poucas publicações de artigos científicos, a existência da mesma quantidade de laudas que as edições mais densas publicadas pela tipografia Central de Mario Jatahy, ou seja, 40 a 46.

A revista manteve um padrão de divisão interna que visava agrupar os anúncios de seus patrocinadores, dividindo-os por uma sequencia contínua que se estendia entre a capa e a folha de rosto e outra que compreendia uma quantidade de anúncios após a publicação das atas e das informações referentes ao Expediente ao final. Outros anúncios eram distribuídos em seu interior, entre as matérias publicadas.

As propagandas se dividiam basicamente em anúncios de formulas farmacêuticas, medicamentos e vitamínicos, nomes de drogarias e farmácias direcionadas para os médicos

como consumidores. Os anúncios poderiam ser de página inteira, meia página e $\frac{1}{4}$ de página. Havia espaço para publicação de pequenos anúncios posicionados dentro de textos, a exemplo do produto vitamínico Peptol que garantiu regularidade em todas as edições analisadas.

Assim, com a contagem e numeração das páginas de anúncios, mesmo com menor densidade de conteúdo temático, o leitor poderia fazer uma interpretação da realidade que lhe desviava do reconhecimento das transformações advindas de problemas internos ao próprio CMC, como o baixo interesse dos associados em publicar seus estudos em determinados períodos.

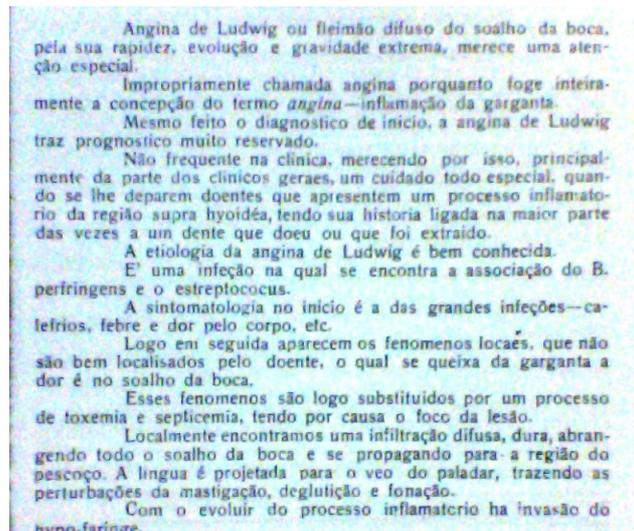
A distribuição dos textos de forma a preencher a totalidade dos espaços ociosos também criou uma descaracterização do padrão estético mantido durante os primeiros anos da década de 1930, fazendo com que uma matéria ou artigo fosse iniciado em uma página e tivesse sua continuidade em fragmento de página distante da inicial junto a outros fragmentos de textos, o que causava certa dificuldade para assegurar um encadeamento lógico da leitura.

A estética de apresentação textual também sofreu com a mudança entre as tipografias. O princípio de legibilidade implica que a palavra impressa seja acomodada em certo espaço a fim de se conformar um todo, uma unidade legível, pois, a leitura se faz pela percepção das formas de palavras e não por letras. As palavras são reconhecidas como um todo, o simples ato de ler significa apreender unidades elementares constituídas por palavras ou grupos de palavras combinadas em sequência para formar significados. A leitura subordina-se a um determinado ritmo definido pela velocidade do movimento ocular, que precisa de pausas maiores ou menores de acordo com a extensão de cada linha, de cada palavra e da compactação do conjunto. Um leitor lento assimila cerca de vinte mil palavras por hora, o que equivale a 110 mil signos; um leitor médio 28 mil palavras; e o leitor veloz 60mil palavras. Uma má acomodação do conjunto de caracteres pode induzir a um erro que interfere no processo leitura-memorização-cópia (ARAÚJO, 2008).

Portanto, das atribuições da tipografia a fim de conferir maior nível de legibilidade ressalta-se a preocupação em retirar todas as barreiras-ruídos que possam impedir o acesso à mensagem do autor (GRUSZYNSKI, 2006). Dessa forma, competências intelectuais restritas exigem investimentos em suportes variados, capazes de conduzir a leitura à um nível de legibilidade mais próximo do intencionado pelo corpo autoral. Para tal, lança-se mão de recursos imagéticos, cortes, manutenção de maior área de arejamento entre os caracteres, fontes avantajadas, parágrafos curtos, serifas, entre outros. No caso do texto científico, é exigido que o leitor seja possuidor de competências mínimas para reconhecer no jogo da composição dos elementos gráficos os arquétipos próprios da sua área.

A forma de divisão de textos por colunas duplas compondo linhas com 32 a 35 caracteres com tamanho de fonte reduzida constitui uma regra para textos científicos em que se almeja um leitor com competências mínimas para realizar uma leitura concentrada e capaz de localizar rapidamente no conjunto os elementos que procura, como problematização, método, apresentação dos resultados, discussão e conclusão.

Este ordenamento gráfico foi obedecido com rigor nas publicações feitas pela Tipografia Central de Mario Jatahy. A partir da publicação da edição referente ao mês de maio de 1935 o Est. Gráfico Urania passa a não mais obedecer ao rigor da utilização dos dispositivos gráficos e estéticos que conferiam ao texto publicado uma distinção da leitura científica, fazendo-o de forma corrida, não obedecendo ao ordenamento sistemático de divisão de colunas e distribuição desigual das partes que compunham o mesmo texto e com pouca exploração de recursos de ornamentação e destaque.



Fac-símile 18 e 19 – Comparativo entre os dispositivos gráficos e estéticos nas edições de 1934 e 1935.

Nota-se no *fac-símile* 18 a divisão por blocos duplos de parágrafos longos, que exigem competências específicas para proporcionar uma decifração do conteúdo pelo reconhecimento imediato das partes que compõem o todo. No *fac-símile* 19 nota-se uma diferença de apresentação do texto em que prevalece o tipo de organização de forma corrida em detrimento

de blocos, parágrafos curtos e fontes de maior tamanho que o primeiro, aproximando-se do modelo adotado em textos literários e didáticos.

Portanto, o conjunto de alterações introduzido na materialidade e estética do Ceará Medico quando da mudança para a Tipografia Urânia aponta, em consonância com as enunciações de seus autores, para a instauração de uma situação de crise financeira no período, que engendrou alterações grosseiras na estética visual do periódico, provenientes de baixo investimentos em recursos tecnológicos de ponta e aproveitamento máximo do potencial comercial do produto final, tornando-o acessível à comunidades de leitores ainda não pensadas ao se utilizar a forma que lhe antecedeu.

Retornando à Chartier (1990), o historiador deve atentar como as transformações no conjunto desses elementos podem revelar relações de poder, resistências ou até mesmo maneiras pelas quais as identidades podem enunciar e se afirmar, observando como “os dispositivos formais- textuais e materiais- inscrevem em suas próprias estruturas as expectativas e as competências do público a que visam, organizando-se portanto a partir de uma diferenciação da divisão social.” (CHARTIER, 1991, p.186).

Assim, tudo indica que as variações impostas aos dispositivos textuais e materiais do Ceará Medico neste período sugerem uma tentativa de lhe impor um teor mais didático do que científico, ao criar condições para que o leitor com pouca competência acadêmica pudesse se apropriar do texto escrito permitindo a ampliação do reconhecimento da autoridade dos médicos do CMC, através da ampliação do campo de comercialização do seu periódico, e assim, do exercício do “papel pedagógico, aculturador, disciplinador, atribuído aos textos colocados em circulação para numerosos leitores [...]” (CHARTIER, 1990, p.25).

Para publicar artigos ou matérias na Revista Ceará Medico o escritor deveria ser agremiado ao CMC e ter seu texto aprovado ou mesmo indicado pelo corpo editorial da revista após sua apresentação em colegiado, mensalmente convocado para realização de leituras dos estudos realizados e demais colóquios referentes aos interesses da vida associativa. Neles, os textos eram apresentados e discutidos entre todos os presentes e somente após amplos debates eram autorizados para publicação com os devidos ajustes pactuados pelos pares.

Portanto, ao ligar os nomes próprios de famílias tradicionais ao frontispício do único periódico médico-científico cearense, era possível ao autor potencializar a probabilidade de angariar capital político nos moldes em que Bourdieu (1989) delinea, ou seja, firmado na crença e no reconhecimento que os agentes conferem a uma pessoa ou a um objeto por

possuir certo número de qualificações específicas que são a condição de aquisição e conservação da sua reputação de notoriedade e popularidade.

Em se considerando o prestígio político e social angariado pelo CMC ao longo de sua trajetória, os nomes de autoria junto ao título dos textos na capa permitia ao leitor ter a sensação de estar amparado na certeza de que a relação entre autor e escrita representava uma aprovação pelos meios formais assegurados pelo rigor científico de sua autoridade de enunciar, o que exigia uma sabatina prévia para tornar publica - numa relação autorizada de coautoria e chancela da entidade associativa - a comunicação científica aos pares do Ceará e outras regiões em que circulavam o periódico.

Pode-se afirmar no caso do sumário da revista Ceará Medico, portanto, que ele representa uma tradução-síntese da vida agremiativa, que pressupunha o debate científico mediado pelas contendas entre os pares como uma forma de reforçar o domínio científico dentro das configurações de interdependência que marcavam o campo sanitário cearense da década de 1930.

Portanto, da distribuição espacial dos elementos sígnicos que enfeixam a totalidade da materialidade e estética de capa e da folha de rosto de uma obra impressa figura o autor numa relação ambígua em que se verifica sua liberdade criadora aprisionada às convenções de validação e legitimação político-penal e, conseqüentemente, à sua pertença ao universo instituído da censura vigente.

Em sua celebre palestra conferida em 1970 no *College de France*, Foucault (2011) se debruça sobre a questão do reaparecimento do autor na história como parte de um processo de superação do seu apagamento característico dos tempos de hegemonia semiótica. Ele delimita conceitualmente a “função-autor” como uma característica própria do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade e localiza a existência real de autores (diferente de personagens míticos ou figuras sacralizadas e sacralizantes) a partir do momento em que eles podiam ser punidos, na medida em que seu discurso representasse uma transgressão.

Em contraponto ao anonimato literário tão próprio às epopeias, narrativas, contos, entre outros, o filósofo situa a entrada dos enunciados científicos num regime de circulação, também, do anonimato, quando a fogueira inquisidora representava a instância punitiva das heresias praticadas contra o estatuto da verdade eclesiástica medieval. Formula, então, uma proposição de que os textos científicos só seriam aceitos na Idade Média mantendo um valor de verdade quando marcados pelo nome de seu autor, o que não representava necessariamente uma fórmula de argumento de autoridade. Contudo, defende que a partir do século XVII ou

XVIII os discursos científicos passaram a ser aceitos por eles mesmos, no anonimato da verdade estabelecida, ou seja, a função-autor se apagaria e o nome do inventor serviria ao máximo para batizar um teorema, uma proposição, uma propriedade ou uma síndrome patológica (FOUCAULT, 2011).

Ao ser convidado a proferir uma palestra no ano de 2000 para a Sociedade Francesa de Filosofia, a mesma para a qual Foucault apresentou-se em 1970, Chartier (2012) decide revisitar a célebre conferência ministrada há aproximadamente 30 anos pelo filósofo, recobrando a pertinência de sua obra e apresentando seus limites. Embora Foucault tenha circunscrito um espaço temporal compreendido entre o século XVII e XVIII para o estabelecimento de um anonimato autoral nos textos científicos ao reservar um traço da censura unicamente às autoridades eclesiásticas, Chartier diz ter sido justamente neste período da reviravolta da Revolução Científica em que se estabelece uma ligação entre o reconhecimento de uma força de verdade e a presença de um nome próprio que lhe dê autoridade, retirando o autor do anonimato ao inscrever lhe num regime de validação aristocrático, já que aqueles que têm o poder de dizer a verdade são os príncipes, os ministros, os poderosos, que irão construir e validar a posição do autor nos discursos de saber.

Preservado o argumento proposto por Foucault de que a validação do discurso científico amparava-se no fato de que o autor deveria mostrar-se desinteressado, pois que não deveria manter uma relação de propriedade com seus enunciados, Chartier (2012, p.53) lembra que é justamente aí onde reside o fato de se tratar da condição necessária para que a palavra do grande ou do príncipe fosse tomada como verdadeira, pois, “o desinteresse é a garantia de verdade do enunciado de saber [...] é a condição de credibilidade de seu valor de verdade e, assim, a função autor nestes textos está bem presente, mas se constrói com base em valores aristocráticos e não em valores de mercado”.

Tal assertiva amplia necessariamente o entendimento de que as representações ritualísticas do mecenato e dedicatória também se tornaram extensivas aos textos científicos, tal como exemplificado por Chartier (2003) no caso de Galileu Galilei. Vislumbrando obter remuneração sem ter que consagrar tanto tempo ao ensino como habitualmente fazia como professor de matemática na Universidade de Pádua, Galileu Galilei endereça uma dedicatória de seu livro *Sidereus Nuncius* publicado em 1610, no qual descreve as observações possibilitadas pela luneta, ao duque Coeme II de Medicis, de quem espera proteção e ajuda ofertando-lhe o livro e uma luneta para ver os astros. Para assegurar a autorização para a publicação da obra, o cientista dedica ao monarca os nomes dos astros, a quem diz ter se inspirado para realização dos seus estudos. Delimita-se, portanto, os primeiros ensaios

científicos de publicação em co-autoria em quem Galileu divide a autoridade sobre os achados com o representante tradicional do poder penal instituído, inscrevendo tal rito iconograficamente, assim como eram feitos com os textos literários, imprimindo, pois, os termos formais de chancela que lhe conferiu a autoridade de tornar pública as suas teorias.

Não obstante as informações concernentes à genealogia do compartilhamento da função-autor pareçam dissociadas da realidade da revista médico-científica das primeiras décadas do século XX, ela é considerada, para efeito desse estudo, como reveladora das configurações herdadas do manuscrito que inscrevem na arquitetura gráfica de capa as representações dos mecanismos envolvidos na demarcação do direito de publicação mediante o sistema de controlo penal vigente que, por sua vez, remete às relações aristocráticas.

Neste sentido, ao contrário do texto literário que durante o século XX já não coube mais sustentar a inscrição gráfica do patronato e da dedicatória como função chancelar para a sua publicação impressa, o texto científico absorve e perpetua a chancela aristocrática dando-lhe nova arquitetura diante da iminência de atos punitivos regulados pelo poder republicano. Tal fato lembra que a comunicação científica, neste caso, deve obedecer às convenções legitimadas pelas redes de dependência recíprocas que permitem “ultrapassar a oposição entre o homem considerado como livre e sujeito singular, e o homem considerado como ser em sociedade, integrado em solidariedades e em comunidades múltiplas”, nos moldes em que Chartier (1990, p.101) destaca como contribuição da obra de Norbert Elias.

Portanto, a trajetória do associativismo brasileiro mostra que diante da precariedade de políticas sociais e trabalhistas que, mormente, tomariam maior escopo a partir do Governo Vargas, conforme já elucidado, ele tornar-se-ia a modalidade integrada de solidariedade através da qual seria possível aglutinar interesses e instituir uma esfera legalmente reconhecida de luta por direitos e proteção social. Há indícios teóricos de que o associativismo tenha exercido um papel fundamental para o incremento da vida democrática por meio da ampliação dos direitos conquistados pelas associações à esfera pública.

Fonseca (2008) reporta-se aos estudos que buscaram demonstrar que as práticas democráticas surgidas na Europa Ocidental a partir do século XVIII, baseadas nos princípios de igualdade e liberdade política, teriam surgido na sociedade civil a partir das associações que funcionaram como escolas de democracia, ao criarem espaços de onde se deliberava com espírito crítico sobre as questões de interesse comum, favorecendo a formação da opinião pública e a institucionalização da esfera pública. Numa posição oposta, no entanto, faz referência à obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault que relaciona as formas associativas com o surgimento da sociedade disciplinadora e carcerária, que também incorporaria os indivíduos

à vida pública, contudo, funcionando como meios de controle e vigilância, formando os cidadãos necessários á sociedade de massas, dóceis e normalizados, sem a capacidade de perceber as diferenças entre os grupos que compõem a vida social.

Advém, portanto, para efeito desse estudo, que a função-autor em textos científicos – anulada em sua abordagem primordial em Foucault, mas, ampliada em Chartier- delimita a inscrição do domínio de um saber que se buscava projetar na materialidade de capa, não restrito à construção de um conhecimento proveniente exclusivamente de algum achado clínico ou experimental, mas alcançado em sua capacidade de criar uma identidade autoral capaz de prestar uma contribuição patriótica por meio de um corpo de conhecimentos especializados para a construção de uma nova identidade nacional que tomava por princípio o combate sistemático às heranças patológicas do período colonial escravagista.

Para tal, o autor da Revista Ceará Medico compartilhava, por intermédio dos signos formais de defesa das suas teorias e ideias, o nome próprio da associação da qual fazia parte, numa relação de co-autoria herdada da figura aristocrática, donde advém a personificação de um responsável por conferir proteção ao escritor de textos científicos diante do exercício legitimado do poder penal instituído. Dito de outra maneira, o medico do CMC escreve, mas seu nome próprio inscrito na revista científica somente é reconhecido como uma autoridade quando chancelado pela associação que o representa diante dos poderes que regulamentam e ajuízam a prática de construção do saber médico, reconhecendo na comunicação científica uma contribuição ao equilíbrio das tensões em que as redes de dependência recíprocas fazem, segundo Chartier (1990), com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras, formando uma rede de interdependência distribuída em série de antagonismos, instáveis, móveis, equilibrados, que são a própria condição possível de sua reprodução.

Neste sentido, alguns autores despontaram pelo esforço de associar seus nomes à temas específicos da área da saúde, criando uma identidade autoral reconhecível pelo conjunto de elementos da escrita capazes de distingui-los, não somente pela frequência com que tratavam de determinadas temáticas, mas, pela forma de tratar dos assuntos reivindicando um ineditismo ao conhecimento gerado no âmbito do Ceará Medico em virtude das especificidades locais que faziam da prática médica um universo permeado de desafios a serem confrontados com o exercício do saber adquirido nas faculdades fora do estado do Ceará, especialmente as do sul do país. Dos que merecem destaque pelo empreendimento em manter uma regularidade de publicações no período analisado situam-se os médicos Antônio da Justa, Virgílio de Aguiar, Cesar Cals, Jurandir Picanço, Aderbal de Paula Sales, Hélio Góes, Otávio Lobo e Miranda Leão. Outros nomes também contribuíram para conferir uma

identidade ao periódico, por tratar de ampla rede de temas ligados às ciências da saúde e de interesses de classe, tais como: Samuel Uchoa, José Frota, Fernandes Távora, Alberto Farani, J. Deudededit, Maria Cavalcanti, Eduardo Dias, Clóvis Moura e Djacir de Menezes. Abaixo será apresentado um breve resumo do trabalho realizado por médicos escritores para garantirem alta regularidade de publicações e construir, assim, sua função-autor como enunciadores autorizados do CMC e do Ceará Médico.

De todos, merece destaque Virgílio de Aguiar com a produção de 76 matérias publicadas no período, sendo sete no ano de 1930, nove em 1931, 13 em 1932, 22 no ano de 1933, 17 no ano de 1934 e oito em 1935. Um dos mais aguerridos defensores da eugenia dentro do CMC, Virgílio de Aguiar associou seu nome à defesa da classe médica cearense e nacional abordando a necessidade de abertura de campos de trabalho, confrontando a filantropia e a saúde pública e defendendo o papel do médico nas diferentes frentes de ordenamento da vida em sociedade, fazendo questão de destacar a sua responsabilidade na construção de uma identidade nacional por meio de medidas eugênicas de enfrentamento da mortalidade materno-infantil.

Antônio Justa, por sua vez, era parente de Rodolpho Teófilo, farmacêutico que no início do século XX havia se enveredado pela produção e administração independente de vacina anti-variólica, angariando para si uma identidade altruísta e abnegada que Justa haveria de compartilhar por seu compromisso com a causa da lepra e da saúde pública no Ceará. Publicou ao todo 29 matérias, que podem ser divididas da seguinte forma: sete sobre lepra no ano de 1930, uma em cada edição analisada; 10 em 1931, sendo três sobre lepra, seis sobre varíola e vacinação e uma sobre febre amarela; em 1932 publicou dois textos sobre vacinação anti-variólica, um sobre lepra e o leprosário e um sobre aspectos clínicos do diabetes mellitus. Em 1933 Justa publicou quatro matérias sobre varíola e vacinação e uma sobre o leprosário; em 1934, uma sobre o Vacinogêneo Rodolpho Teófilo, uma sobre os estudos governamentais para um plano nacional de organização dos serviços contra a lepra, uma sobre cirurgia oncológica e uma sobre febres eruptivas no Ceará. Em 1935 o médico leprologista publicou um texto sobre lepra e um sobre seu trabalho num posto de boubá, quando dirigiu críticas efusivas ao que denominou como “a onerosa diretoria atual de saúde pública”. As publicações de Antônio Justa mostram sua trajetória de ascensão em postos avançados dos serviços de saúde pública e filantrópicos e uma dificuldade em enfrentar seu declínio pelo afastamento dos cargos de destaque, projetando sua posição discordante das medidas levadas a cabo pelas gestões subsequentes à sua nas matérias publicadas, o que fez traçando comparativos com relação ao enfrentamento da lepra e à produção de vacina anti-variólica.

As publicações de Cesar Cals costumavam vir acompanhadas do título que o distinguia dos demais médicos do CMC em um cenário social marcado por esforços para o combate à morbimortalidade materno-infantil, ou seja: o de Diretor da Maternidade Dr João Moreira. Em todo o período analisado Cesar Cals publicou ao todo 20 textos, sendo um sobre escarlatina e outro sobre infecção puerperal em 1930, um sobre estudo de caso clínico em 1931 em que confrontou os diagnósticos de nefrite uremigênica com arterioesclerose cerebral. Em 1933 passou a ser o responsável por uma série de publicações dos módulos do curso de parteiras oferecido pela maternidade e demais publicações referentes a este órgão, perfazendo três módulos do curso, um sobre o aniversário da maternidade, um sobre o movimento estatístico da mesma e dois textos sobre temas ligados à obstetrícia. Em 1934 publicou cinco módulos do curso de parteiras incluindo o tema da puericultura e quatro matérias de obstetrícia. Em 1935 publicou um texto de obstetrícia e um de puericultura. Neste sentido, pode-se afirmar que sua função- autor liga-se à temática da prática obstétrica em que situa os avanços experimentados no campo médico-cirúrgico e a defesa das parteiras como aliadas no combate à morbimortalidade materno-infantil cearense.

Jurandir Picanço, por sua vez, publicou 15 textos no período, sendo dois de clínica médica em 1931; três em 1932, sendo um sobre eugenia, um em que trata do perfil do médico sertanejo, artigo este que oferece à Amilcar Barca Pellon, então diretor dos serviços de Saúde Pública da época, e um sobre pneumologia. Em 1933 publicou um texto biográfico sobre Juliano Moreira, dois de psiquiatria e um sobre problemas neurológicos. Em 1934 publicou uma matéria de neurologia, uma de ginecologia e uma de cirurgia de nodosidades articulares e em 1935 três textos sobre clínica, sendo um sobre peste, outro sobre doença de Thomsen e um sobre pneumologia. Apesar do ecletismo de suas publicações, Jurandir Picanço, diretor da clínica psiquiátrica Casa de Saúde São Gerardo, ligou seu nome prioritariamente aos estudos das psicopatias e neurologias, contudo, reforçando o coro em prol de um diferencial do médico cearense como enunciador privilegiado sobre a realidade do sertanejo.

Aderbal de Paula Sales publicou ao todo nove artigos no período, dois de eugenia e higiene social em 1930; um artigo sobre eugenia e quatro sobre diabetes em 1931, um sobre tema ligado à psiquiatria em 1933 e um sobre neurologia em 1934. Ferrenho defensor da eugenia, não é possível se vislumbrar uma identidade autoral a Aderbal de Paula Sales que não esteja ligada a este tema.

Formado inicialmente no curso de humanidades e posteriormente em medicina, Samuel Uchoa foi nomeado chefe dos Serviços de Profilaxia Rural do Ceará em 1929 se tornando chefe desses mesmos serviços em nível nacional no início do Governo Vargas

(1930). De largo tirocínio nos serviços de saúde pública, atuou como medico da comissão de Limites do Brasil no Alto Juruá, integrou a missão médica enviada à França na Primeira Guerra Mundial e chegou a ser nomeado como Diretor da Rockfeller nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Publicou somente duas matérias no período se tratando de reprodução de fragmentos de conferência sua realizada no Congresso Brasileiro de Eugenia que aconteceu sob a presidência de Eduardo Roquete Pinto em quatro de junho de 1929. Tais textos se tornaram emblemáticos pela erudição com que tratou o problema do homem amazônico e de sua adaptabilidade ao meio hostil na perspectiva antro-po-social e eugênica, o que o fez ser recorrentemente citado pelos seus colegas que publicaram no Ceará Medico no mesmo ano. Indubitavelmente seu nome ficou ligado à defesa de medidas eugênicas na saúde pública.

Do exposto deriva uma contribuição para a compreensão de como os médicos procuraram edificar a sua função-autor como produto da trajetória de aceitação e identificação do leitor com a autoridade conferida pelos poderes instituídos de enunciar sobre temas sanitários caros ao progresso social almejado para o Ceará e para a nação. Portanto, da inscrição dos signos do absolutismo aristocrático às modalidades de controle exercido pelas agências governamentais republicanas, o Ceara Medico procurou edificar uma identidade - por meio do reconhecimento do leitor com as características da função-autor de cada médico-escritor - da sua contribuição patriótica no papel central de ordenador do processo civilizador cearense.

4.3 Organização e divisão seccional do Ceará Medico

Do sumário subtrai-se, ainda, uma exposição de organização seccional capaz de causar no leitor um contato prévio com os temas e assuntos que pode encontrar no interior do periódico. O seccionamento de sumários remonta a constatação da necessidade de se compreender o método seguido para a leitura de um texto no âmbito da revolução escolástica de leitura a partir do século XIII quando a abordagem visual dos textos passa a substituir a audição. Daí em diante torna-se preciso ler depressa e localizar rápido as passagens que se necessita encontrar. Torna-se imperioso que o leitor encontre facilmente o que procurava em uma obra impressa, sem ter de folhear as páginas. Para se atender a essa exigência começa-se a estabelecer divisões, a marcar os parágrafos, a dar títulos aos capítulos, a criar

concordâncias, tabelas, índices alfabéticos que facilitem a consulta rápida de uma obra (HAMESSE, 1998).

Muito embora, a modalidade de divisão contida no sumário do periódico aponte para uma herança do seccionamento adotado para os livros, fica patente que a linguagem do periodismo científico impingiu-lhe um diferencial que deveria ser exigido da competência de seus leitores para identificar nas entrelinhas dos títulos os elementos capazes de apontar para as modalidades textuais (artigos, crônicas, atas, entre outras) distintas que o exercício das práticas científicas de escrita exigia por meio de regras próprias de comunicação que funcionavam, por sua vez, como mecanismos seletivos do público leitor que se almejava alcançar.

Neste sentido, as informações contidas nos sumários da Revista Ceará Medico serão apresentadas em quadro que as referenciam por ano de publicação. Em se considerando ser o sumário parte do conjunto de elementos que favorecem o contato inicial do leitor com o material impresso - seu “primeiro nível de legibilidade” conforme já abordado - ele será tratado como um sistema de informação legível ao leitor de periódicos científicos, em que pese a sua necessidade de reconhecimento da nomenclatura atribuída às seções e sua ligação com os nomes próprios que designam a autoria dos textos.

Com a finalidade de se sistematizar os dados de sumários a fim de se extrair ao máximo o sentido provocado pelo contato visual com os elementos léxicos adotados, as informações foram divididas da seguinte maneira: na primeira linha dos quadros é apresentado o ano de publicação e na primeira coluna são apresentados quatro grupos delineados para este estudo, que serão descritos em pormenores a seguir.

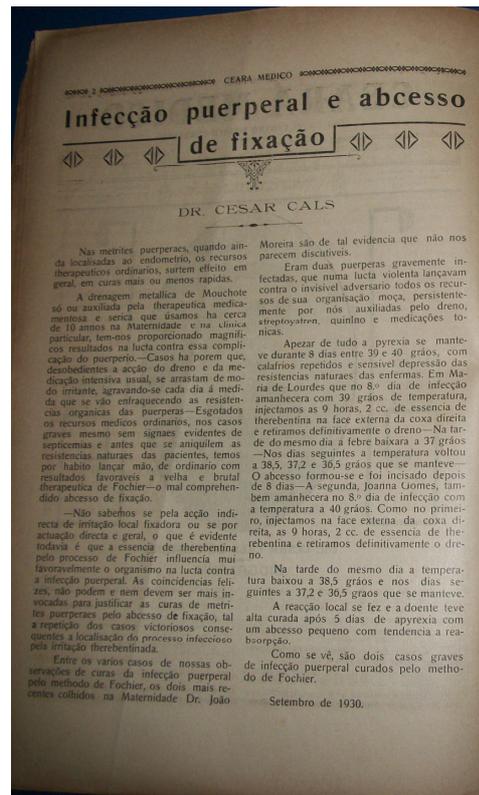
O grupo dos “Artigos” congrega figuras do sumário que indicam no título que o leitor deve se deparar com artigos originais no seu interior. Nele foram agrupados títulos com termos que apontam para o nome de enfermidades ou problemas de saúde e suas abordagens terapêuticas e/ou técnicas de enfrentamento e/ou reflexões sobre os avanços que as práticas executadas significavam para a medicina cearense do momento. Cabem neste grupo também, artigos de reflexão sobre práticas sanitárias e aqueles que trazem alguma referência sobre análise do impacto social de determinados problemas ou práticas sanitárias.

A “Redação” engloba alguns textos organizados pelo corpo redatorial da revista compostos por biografias *post mortem*; biografias atuais, homenagens a personalidades de destaque no meio médico-científico; atas das reuniões mensais, transcrições de discursos proferidos em solenidades, caricaturas, chamadas para eventos científicos, legislações, indicações de leitura, dentre outras comunicações consideradas de relevância para a vida

agremiativa. Os textos de responsabilidade da redação do periódico são apresentados, quase em sua totalidade, acompanhados da expressão abreviada e entre parênteses (Red.) no local destinado ao autor no sumário.

Foi possível notar que houve um momento em que o corpo autoral do Ceará Medico investiu maciçamente em publicações de biografias de seus médicos que eram seguidas de publicação de estudos que levavam seus nomes e de demais estudos que seguiam na mesma linha temática, conferindo uma identidade autoral à algumas edições da revista. Cabe destacar que o ano de 1930 mereceu a maior quantidade de mobilização de recursos para dar visibilidade ao nome de seus médicos atuantes, principalmente aqueles que ocupavam postos de destaque na administração dos serviços públicos e filantrópicos. Dessa forma, pode-se verificar uma sequencia de homenagens por meio de biografias dos médicos Meton de Aguiar, Samuel Uchoa, Demóstenes de Carvalho (*post mortem*), Cesar Cals e Antônio Justa.

As biografias eram apresentadas como forma de homenagens do CMC a esses médicos, sendo acompanhadas de modalidades distintas de destaque aos seus atributos humanos por meio de fotografias de busto ou caricaturas emolduradas em primeira página. A articulação de recursos textuais e imagéticos, neste caso, sugere uma intencionalidade projetada pelo corpo autoral a fim de causar uma identificação imediata do leitor com a função-autor através da perpetuação das qualidades estéticas do texto - para além de resultados de experimentos que, segundo Foucault anularia a função-autor - com a estética da imagem do seu autor, que se desejava projetar nos meios sociais e políticos onde circulava levando o nome do CMC como enunciador privilegiado do processo civilizador. A seguir, exemplo de edição em que o médico Cesar Cals é homenageado com fotografia de busto e biografia em primeira página, seguido de publicação de texto de sua autoria na segunda página da edição de setembro de 1930 do periódico.



Fac-símile 20 e 21 – Biografia e texto na edição de setembro de 1930.

No que tange às “variedades” foram incluídos títulos que abrangem principalmente crônicas médicas assinadas, mas também biografias *post mortem* e discursos assinados, indicações de leituras científicas feitas por médicos do CMC, apresentação de estudos de terceiros, dentre outros. Nas seções de variedades assinadas por médicos do CMC, de forma geral, se depreende a intenção de transmitir uma visão do médico enquanto um altruísta científico, ao mesmo tempo em que se preocupa em usar deste espaço para se destituir a força de concorrentes no campo assistencial, tais como parteiras leigas, farmacêuticos, espíritas, benzedeiras, curiosas, entre outros. Há também uma preocupação dos autores em tratar de assuntos concernentes às transformações pelas quais os serviços vinham passando em todo o território nacional, tecer críticas e posicionar-se a respeito da identidade do CMC diante dessa realidade.

Nas edições relativas ao ano de 1930 as variedades são representadas no sumário com regularidade em seções denominadas “Sedativos” e “Esculapeanas”, assim, como em algumas matérias de interesse geral assinadas por autores pertencentes ao CMC. A seção Esculapianos, Esculapeanas ou Esculapianas, como foi intitulada em suas variações lexicais, refere-se a uma seção que manteve sua publicação ao longo de todo o período analisado. De

autoria do médico Virgílio de Aguiar, era a seção do periódico responsável por dar o “tom” da edição em que era publicada, ou seja, transversalizar os demais textos e assuntos, alinhavando-os e dando-lhes coerência ao conjunto, na forma de crônica ou mesmo de reflexões eruditas sobre os temas priorizados em cada edição ou tratando de manter o elo entre as temáticas com os interesses do CMC diante do momento político-social que a classe médica vivenciava.

Em “Sedativos” figuram, em geral, crônicas da vida médica, em que despontam as agruras vividas no exercício da profissão. Tais crônicas tratam-se, tanto de compilados de autores médicos com reconhecimento em outros espaços do território nacional que não o Ceará, como cópias de publicações de outras revistas científicas e de alguns textos de autoria de membros do CMC. Na edição de setembro de 1930 pode ser observado o único texto publicado por um farmacêutico cearense nas edições analisadas, algo que não fora notabilizado em outras oportunidades. Em 1931 a seção denominada “Sedativos” deixa de ser publicada, permanecendo somente a “Esculapeanas”.

Em julho de 1933 tem início a publicação da seção “Paramédicas” de autoria do médico Clóvis Moura, que é publicada até a edição de outubro do mesmo ano, aparecendo novamente em algumas edições a partir de abril de 1934. A seção apresenta crônicas pessoais de vivências do autor no exercício da prática médica, conferindo destaque, ora para abordagens cômicas de cenas do cotidiano médico, ora para evidenciar o lado humanista do médico cearense no atendimento à população pauperizada.

A partir de outubro de 1933 é publicada pela redação a seção intitulada “Escorço de Novidades”. Em que pese o fato de apresentar séries de notas traduzidas de publicações disponibilizadas, em geral, em revistas periódicas estrangeiras de ginecologia e obstetrícia, esta seção foi agrupada como parte integrante das “Variedades”, por tratar de incluir variáveis concernentes às atividades de pesquisa e prática profissional que possibilitavam aguçar a percepção e o avanço científico concernente às práticas desenvolvidas pelos médicos do CMC, principalmente, no campo da ginecologia e obstetrícia.

Em janeiro do mesmo ano inicia a publicação de “Notas Terapêuticas” que apresenta artigos completos de médicos de renome já publicados em outras revistas científicas. É importante ressaltar que esta seção apresenta estudos de casos com desfechos terapêuticos exitosos com a utilização de determinadas substâncias farmacológicas ou vitamínicas à venda nas principais drogarias. A seção “Notas Terapêuticas” trata-se, portanto, de uma “roupagem” de apresentação de caso clínico que termina sempre com a indicação de algum fármaco ou vitamínico pelo seu nome comercial, sem tampouco exibir as logomarcas dos mesmos, tal

como as propagandas tradicionais da época. Algumas edições trouxeram esta seção, sem exibi-la no sumário.

Por fim, optou-se pela definição “institucional” o agrupamento de títulos que veiculavam nomes de instituições as quais os membros do CMC estiveram associados. Alguns desses textos são apresentados sob a forma de artigo, com dados estatísticos sobre os serviços, ora na produção de insumos, a exemplo do caso do Vaccionogeneo Rodolpho Teóphilo, ora no que tange ao atendimento à população, como no caso dos serviços da Maternidade Dr João Moreira, do conteúdo do curso de parteiras oferecido por médicos do CMC nesta mesma instituição e das instituições de iniciativa particular dos sócios do CMC. Apesar de apresentarem estrutura de artigo, se diferenciam destes por veicularem abertamente um discurso em torno da defesa e/ou propaganda dessas instituições diante de ameaças à continuidade de seu funcionamento, ou mesmo, da iminência da possibilidade de se angariar financiamentos públicos com a publicação de dados informativos sobre os serviços desenvolvidos, entre outras situações. A seguir será apresentado o quadro com os dados pormenorizados.

Quadro nº 1 – Distribuição dos fascículos da Revista Ceará Medico, modalidade de publicações por ano no período de 1930 a 1935.

Ano	1930	1931	1932	1933	1934	1935	Total
<i>Fascículos/Ano</i>	07	10	09	12	10	10	58
<i>Artigos</i>	30	36	32	31	23	25	177
<i>Redação</i>	15	14	17	17	03	-	66
<i>Variedades</i>	13	13	12	21	30	28	117
<i>Institucional</i>	03	03	-	14	11	05	36

Fonte: Revista Ceará Medico período de 1930 a 1935.

Nota-se um significativo declínio do número de artigos originais entre os anos de 1934 e 1935 com concomitante elevação do numero de variedades, o que reforça a instauração de uma crise de colaboração dos pares na submissão de estudos e relatos de experiência para publicação na revista.

De volta à capa do periódico, como última etapa de deslocamento e fixação do foco visual do leitor em atendimento à hierarquia do emprego de dispositivos gráficos, situam-se aqueles que se apresentam na sua parte inferior, deslocados de título e sumário, onde há grande investimento em configuração das fontes e ornamentações destinadas à chamar a atenção do leitor.

Como primeiro elemento dessa chamada marginal de capa verifica-se a apresentação da frase impressa em letra minúscula: “Pede-se permuta com todas as revistas de medicina, farmácia e odontologia, nacionais e estrangeiras”. Grosso modo, tal conjunto de caracteres aparente uma dimensão-índice de diferenciação cultural da comunidade de leitores, objeta-se para efeito desse estudo que - em se considerando a saída definitiva de farmacêuticos e odontólogos da sociedade no ano de 1933 – configura-se uma intenção subjetiva de conferir crédito ao periódico como uma referência de leitura capaz de abordar temas de interesse às diferentes áreas disciplinares as quais os médicos do CMC continuaram a reivindicar o domínio do saber.

Dito de outra forma, apesar do rompimento definitivo de relações de interdependência entre médicos, farmacêuticos e odontólogos no âmbito do CMC, os primeiros mantiveram a inscrição de uma forma de relação hierárquica delineada no passado com esses profissionais através dos dispositivos de capa do Ceará Medico. Tal fato aponta para a persistência em se manter uma relação de domínio do saber e das práticas através do envio da revista para espaços institucionais ligados à construção de conhecimentos disciplinares de profissões que, supostamente, já deveriam ter conquistado sua emancipação política. Contudo, diante da constatação da continuidade das relações comerciais entre médicos e farmacêuticos, não deve ser descartado que a inscrição de uma chamada de capa para troca de exemplares do periódico com revistas de diferentes áreas pode ocultar a inscrição intencional de continuidade do exercício do domínio médico sobre os demais profissionais da área da saúde.

Lembrando que as significações dos textos, quaisquer que sejam, são constituídas, diferencialmente, pelas leituras que se apoderam deles (CHARTIER, 2002), dessa forma, faz-se necessário se esquadrihar o perfil aproximado da comunidade de leitores para se estabelecer a pertença entre produtos culturais e grupos sociais. Estabelecer critérios para mensurar o tamanho das comunidades de leitores e circunscrever as modalidades práticas da leitura esbarra, no entanto, em impossibilidades que a formalidade dos padrões pré-estabelecidos de estratificação social e profissional já demonstraram. Ou seja, procurar compreender o alcance real das representações escritas por meio de índices de alfabetização ou estratificação profissional já se mostrou muito pouco eficaz quando as evidências mostram

que a leitura trata-se de um ato criador, revestido de um potencial transformador quanto mais inusitado for.

Dessa feita, Chartier (2002) situa as condições que considera como furtivas para o esquadrinhamento de comunidades de potenciais leitores no Antigo Regime francês provando que a capacidade de leitura não poderia permanecer atrelada aos índices de alfabetização como muitos estudos trataram, tendo em vista não refletirem as verdadeiras estratificações ao vincularem a porcentagem da população alfabetizada àquela que sabia assinar, identificada nas atas de casamento e outros documentos. O autor lembra como uma análise de diários autobiográficos mostrou um numero de leitores bem maior do que aquele circunscrito ao seletto grupo dos que sabiam assinar, tendo em vista haver também uma alfabetização feminina voltada somente para a leitura e não para a escrita, a leitura proibida das mulheres no âmbito das troca de cartas amorosas, e tantas outras.

No ano de 1935 os indicadores profissionais da cidade de Fortaleza publicados na edição anual do Almanaque do Ceará apontavam para o quantitativo de 82 médicos, 31 farmacêuticos e 35 dentistas residentes na cidade de Fortaleza. Não obstante grande parte deste quantitativo de profissionais já tivesse integrado os quadros do CMC ou ainda tivesse uma relação profissional estabelecida com os médicos da associação, como no caso dos farmacêuticos, poderiam ser potenciais consumidores do periódico pela leitura. Contudo, não há como descartar a potencialidade implícita às relações com outros médicos de outras localidades, com médicos não agremiados e também com a população leiga com interesse pelas ciências médicas. Através de uma análise minuciosa dos indícios de troca de informação científica inscritos no periódico, pode-se notar que há registros suficientes de que o Ceará Medico foi objeto de consumo cultural em diferentes espaços, em que as modalidades de apropriação guardavam entre si aspectos formais da construção de novas enunciações sobre a realidade.

Partindo-se dos carimbos dos “Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia” inserido na parte externa de alguns exemplares do periódico, pode-se afirmar a confirmação de seu envio - na base de troca ou outra - para à Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo, fundada em 1859, que teve a primeira publicação de sua revista em 1913, pela Editora São Lucas.

Muito embora sejam reincidentes as referências à circulação restrita do periódico aos pares do CMC na própria escrita de seus autores, ficou patente a constatação de que o Ceará Medico circulou para outros estados e, pelo menos, um país por meio de trocas deliberadas

entre colegas, ou por meio de maneiras desgovernadas e não intencionadas de circulação e apropriação dos textos que produzia.

Na seção Esculapeanas da edição de janeiro de 1932 o médico Virgílio de Aguiar (1932, p.5) chega a comemorar a pequena circulação da revista, pois dessa forma se sentia à vontade para expor um assunto quase particular de forma direta em suas páginas. Inicia sua explanação da seguinte maneira: “vou contar aqui esta historia (de phatologia social) porque sei que ella só será conhecida pelos colegas, tal a pequena circulação d’esta Revista (graças a’ Deus!) e assim, melhor, porque ella ficará em família” O médico reclama das dificuldades de toda uma trajetória de vida agremiativa, em que participou da fundação do CMC antes de se mudar para Santos onde ajudou a fundar, também, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, quando instalou sede em sua residência para as reuniões e para a editoração de um periódico anual, quando se encontrava quase solitário nessa empreitada e com muitas dificuldades. Adverte que vinha enfrentando situação semelhante com o Ceará Medico, pois, para manter a sua tiragem mensal, afirmou que o médico Pedro Sampaio desembolsava mensalmente “[...]30, 40, e 50 mil reis, porque de 52 médicos de Fortaleza, pequena parte é sócia do Centro e esta mesma dificilmente lhe assiste pecuniariamente, com 10 mil reis por mez” (CEARÁ MEDICO, jan.1932, p.5).

Tal afirmação demonstra que, ao contrário do que ocorreu no momento de seu nascimento quando arregimentou a quase totalidade dos médicos que clinicavam em Fortaleza, na década de 1930 o CMC vivenciava uma crise institucional diante da dificuldade de aglutinação de pares comprometidos com os seus interesses tanto de classe como científicos.

Na edição de janeiro de 1933, o mesmo médico - após conceder espaço na edição anterior para manifestação do descontentamento de um colega da Bahia com relação à uma citação não autorizada feita sobre sua tese que chegou à suas mãos por outro colega - responde em Esculapeanas nos mesmos moldes em que já fizera anteriormente, afirmando que esta querela ficaria dentro do Ceará Medico que “saberá separar o joio do trigo”.

Na edição dupla, referente aos meses de novembro e dezembro de 1934, novamente Virgilio de Aguiar reclama da escassa participação dos colegas de Fortaleza para a manutenção da revista. Ressalta a dificuldade enfrentada por outros periódicos médicos no país, a exemplo da Revista de Ginecologia e Obstetrícia do Rio de Janeiro que, pela ocasião de seu aniversário, recebeu meia dúzia de dedicações. Por fim, conclama os colegas a assistirem um “milagre” da publicação de mais um número do Ceará Medico.

Mais uma evidência de circulação do Ceará Medico para fora do estado pode ser observada na edição de maio de 1935, quando Virgílio de Aguiar aponta para o seu envio para Santos na forma de permuta com médico da Santa Casa de Misericórdia desta cidade. Ao receber um número de presente dos *Annaes* dessa instituição o autor afirmou que iria passar a enviar todo mês, pelas mãos do médico Leão de Moura, os exemplares do Ceará Medico para um colega radicado em Santos.

Afora os associados residentes em Fortaleza, o CMC tinha um extenso número de correspondentes em outras localidades que também recebiam o periódico e contribuía para a vida associativa, mantendo o corpo de agremiados da capital atualizado sobre as ocorrências sanitárias em seus municípios, ao enviarem textos para publicações e participarem em eventuais reuniões colegiadas na capital. Eram os chamados sócios-correspondentes que, conforme ata de reunião de 5 de fevereiro de 1930, deveriam se responsabilizar pelas cobranças mensais e pela distribuição das edições da revista aos seus pares em seus municípios de origem.

A designação de Leorne Campos Menescal como sócio-correspondente do estado do Rio Grande do Norte em reunião de 13 de janeiro de 1933 mostra o alcance do Ceará Medico nos estados adjacentes da sua região, tendo em vista a responsabilidade atribuída ao médico de distribuir as edições do periódico e realizar cobranças.

Não foi possível se esquadrihar por completo as modalidades de circulação do periódico diante da complexidade das relações que implicavam a troca de informação científica por meio de cartas enviadas ao CMC e outras formas. Não consta claro se elas se davam em virtude do cadastramento da associação em algum registro nacional, ou em virtude do seu conhecimento pela circulação do periódico. Exemplos como o exposto na ata da 45ª sessão ordinária do CMC publicada na edição de maio de 1931 figuram em quantidade. Nela o diretor da redação, o médico Pedro Augusto Sampaio, solicita aos presentes resposta urgente ao telegrama de Belizário Pena a fim de apresentar sugestões às reformas que pretendia realizar na medicina e na farmácia. Neste sentido, fica patente o alcance do reconhecimento do CMC diante dos poderes instituídos no Distrito Federal, contudo, não foi possível mensurar o alcance real da revista nos espaços formais de construção das bases científicas do conhecimento médico na capital do país e demais estados.

Um desenho da circulação do periódico através dos indícios de leitura inscritos nas próprias representações aponta para questões caras à apropriação da comunicação científica ainda nos dias atuais. Na Esculapeanas, de julho de 1931, Virgílio de Aguiar reclama da postura adotada pelo editorial do periódico *A Tribuna Médica* publicado no Rio de Janeiro, ao

reproduzir em sua edição do numero de junho do mesmo ano três longos trabalhos do Ceará Medico:

O facto simples, mas decisivo, é que A Tribuna Medica fez o seu n. de Junho quase que exclusivamente com o manancial do Ceará Medico (n. de Fevereiro, do corrente anno), pois transcreveu trez longos trabalhos d'esta Revista (Um caso de lesão luética do cordão umbilical, do Dr Virgilio de Aguiar; Ensaio sobre a fadiga, do Dr. J. Octavio Lobo e O Sertanejo e a fadiga, do Dr Aderbal de Paula Sales), poucas paginas sobrando para alguns anuncios, Assumpto do dia, Novidades e Bibliographia (CEARÁ MEDICO, jun. 1931, p.11).

Apesar da manifestação de contentamento “[...] em vendo que o Ceará Medico está com uma formidável cotação fora do Estado, mesmo na capital do Paiz”, o autor ressalta o fato de não terem citado a fonte de origem dos textos, o que colocou os autores na condição de colaboradores desconhecidos. Tal acontecimento remete ao tão propalado desgoverno nas formas de apropriação pela leitura tal como tratado por Chartier (1990, 2002), que neste caso, serviu para gerar outras representações da realidade que furtaram aos autores e à redação do Ceará Medico, a autoridade de enunciar ao deslocar este mérito à redação de outro periódico criando, assim, uma real condição de anulação da figura do autor.

Outro indício de circulação em meios externos ao do Ceará é apontado em reunião ordinária ocorrida no dia 06 de março de 1931, quando de visita ao CMC o médico Manoel Rodrigues da cidade de São Paulo afirmou ser leitor assíduo do Ceará Medico, que recebia e lia com regularidade.

Por fim, no que tange aos indícios de circulação internacional da revista na seção Esculapianas, na edição dupla referente à agosto e setembro de 1935, Virgilio de Aguiar aborda sua troca de correspondências com um médico argentino a quem enviava os números do Boletim Médico da Santa Casa de Santos e passou a enviar as edições do Ceará Medico.

Ao traçar os indícios de leitura do periódico espera-se apontar para os traços da existência de comunidades de leitores e de formas de apropriação das suas representações. Verifica-se que as modalidades de circulação identificadas apontam para relações de troca não restritas à objetivação da permuta material, mas de apropriações que encontram nas modalidades de leitura científica, suas práticas rituais, muitas vezes desgovernadas a atuarem na construção de outras autoridades científicas de enunciar.

Seguindo a descrição dos elementos de capa, logo abaixo da informação referente á circulação do periódico é veiculado o endereço da sua Redação: “REDACÇÃO: Praça Capistrano de Abreu, nº 124 – Ceará- Fortaleza”. Em busca a outros documentos produzidos

pela imprensa escrita do Ceará não foi possível identificar se o endereço apresentado tratava-se de espaço físico domiciliar de algum membro da revista ou mesmo espaço comercial destinado unicamente às atividades relacionadas à redação da revista, tendo em vista que as atas mensais apontam que, para as reuniões mensais do CMC eram eleitas as residências de seus agremiados, muito embora seus estatutos defendessem a existência de espaços físicos fixos destinados à biblioteca e ao museu em uma sede onde deveriam ocorrer as reuniões.

Dividido por uma linha ornamental, segue a apresentação do nome da tipografia responsável pela impressão do periódico. Cabe ressaltar que a linha ornamental não permite que o nome da tipografia divida o mesmo espaço com as demais informações que representam indicadores da vida associativa na capa, como sumário, nome do diretor de redação, nome da associação, de autores, dentre outros. Deriva desta constatação uma intencionalidade de governar a leitura para o máximo de informações sinérgicas a respeito da associação e dos seus autores, diferenciando-as das informações sobre os envolvidos com o processo industrial da revista. Conforme já abordado, a Revista foi publicada por duas tipografias em dois momentos distintos.

Na próxima seção será abordada as práticas de leitura e as representações científicas da eugenia e das práticas assistenciais que elas ordenam.

SEÇÃO V

5 LEITURAS CIENTÍFICAS E REPRESENTAÇÕES DA EUGENIA

5.1 Práticas de leitura na revista Ceará Medico

O delineamento aproximado de uma comunidade de leitores da revista Ceará Medico, objetivado através da identificação de indícios de sua circulação em nichos sociais restritos e às formas de apropriação sugerem a existência de maneiras de ler que compartilhavam princípios comuns a servirem como guias para o ordenamento do processo civilizador através da construção de um espaço legitimado das ciências médicas no estado.

Caracterizar a leitura do periódico, as suas modalidades de interlocução com as representações da realidade e apontar caminhos para a compreensão de sua força de influenciar o ordenamento do campo sanitário não constitui uma tarefa fácil. Mesmo Chartier não publicou no âmbito da história cultural das ciências por considerar não ser de sua competência, contudo, não furtou aos seus leitores uma apresentação dos caminhos a se percorrer para se manter a fidedignidade aos seus postulados teóricos. Segundo o autor, a história cultural das ciências privilegia alguns temas que lhe são caros:

[...] as negociações que definem a condição de reprodução de experiências e possibilitam comparar ou acumular seus resultados; as convenções que definem os critérios da prova (da credibilidade que se pode atribuir, ou recusar, às testemunhas em função de suas condições sociais, até medidas objetivas dos fenômenos registrados pelos aparelhos científicos); e as controvérsias que promovem o embate não só das categorias antagonistas, mas também das concepções contraditórias das práticas que devem reger o conhecimento do mundo natural (CHARTIER, 2011, p. 34-35).

O historiador afirma ainda que se ocupou unicamente no sentido de se superar as categorias pretendidas por Foucault: “a do acontecimento e a da disciplina, compreendidas como herança francesa das ciências, ou a de autor, aplicada aos modos de atribuição das descobertas e das experiências científicas” (CHARTIER, 2011, p. 34-35).

Para ocupar-se do tratamento proposto aos temas apresentados pela história cultural do Ceará Medico nos moldes em que defende Chartier somente é viável por meio da

identificação das práticas de leitura que determinam a condição de validação do discurso científico aos pares, suas formas de representação e os antagonismos e discordâncias que gerou, como própria essência da construção e consolidação de um campo científico-sanitário no estado do Ceará.

Portanto, ao procurar resgatar as formas pelas quais o CMC utilizou as práticas de leitura para consolidar as bases científicas de ordenação do processo civilizador pôde se identificar basicamente duas modalidades: aquela que se ocupava do contato com o material publicado do Ceará Medico, e aquela que estava envolta na própria construção das representações a serem publicadas.

Da primeira há muito pouco o que tratar para além dos indícios embutidos nos próprios textos, conforme já explorado em seção anterior, tendo em vista os poucos vestígios documentais que permitem remontar por meio de imagens ou narrativas de leitura, a modalidade concreta da forma como era realizada. As formas de composição da sua materialidade levam a crer que, até o momento em que foram engendradas as modificações pela Tipografia Urânia, a leitura deveria ser dar no âmbito de uma leitura silenciosa e concentrada por requerer minimamente o reconhecimento dos signos imanentes à área que procurava se tratar no conjunto dos parágrafos, a partir da identificação rápida e legível das partes no todo. Dito de outra maneira, a composição textual e estética intencionava-se para uma leitura que exigia certo grau de familiaridade com os signos imanentes à área das ciências médicas, o que possibilitava aos leitores contribuir para a construção da autoridade de enunciar dos autores através da identificação que faziam com a representação sobre si mesmos e sobre os outros.

Com as modificações engendradas em sua materialidade, não há como se aprofundar nos indícios de práticas de leitura que pudessem ocorrer em situações distintas da modalidade em que o silêncio e a concentração davam a tonalidade da apropriação. Contudo, Lima (2009, p.84) aponta para a publicação no jornal o Nordeste em abril de 1929 do resultado de uma das “muitas reuniões realizadas pelo CMC com vistas ao estabelecimento de uma série de diretrizes objetivando auxiliar a leprosaria”. A mesma autora deixa claro que a interrupção da circulação do Ceará Medico durante a década de 1920 fez com que a imprensa jornalística preenchesse a lacuna da informação científica e passasse a publicar matérias sobre questões de saúde, compreendendo dados estatísticos, medidas profiláticas, dentre outras. Ademais, diante do estopim da crise institucional em 1930, com a finalidade de angariar maior prestígio para os cirurgiões do CMC junto à opinião pública, ficou consignado em ata da reunião referente ao dia 5 de fevereiro de 1930 que os dados estatísticos das práticas cirúrgicas

realizadas na Santa Casa de Misericórdia deveriam ser enviados para publicação na imprensa leiga mensalmente.

Tal fato lega a este estudo uma dupla vertente de análise, ou seja: de alguma forma, havia membros de estratos sociais que não comungavam das mesmas competências de leitura científica que os médicos, mas, eram consumidores de produtos que veiculavam informações nesta área, a ponto de alguns editoriais jornalísticos se mobilizarem para suprir esta lacuna de informação. De outro lado, esta lacuna de informação só poderia advir de parcerias com os médicos que disponibilizavam dados sobre os serviços e informações sobre medidas profiláticas e terapêuticas a serem seguidas pelos leitores com possíveis extensões para suas relações familiares e sociais. Dessa forma, os médicos atuavam numa dupla via de representação da sua identidade como enunciadores privilegiados da saúde e da doença: uma por meio do jornal e outra pela revista. Utilizando essas duas estratégias, lutaram para imprimir no consciente coletivo – principalmente através da divulgação das estatísticas dos trabalhos executados - o seu potencial clínico e cirúrgico para enfrentar os problemas sanitários locais sem que houvesse a necessidade de se buscar auxílio médico fora do estado, como afirmavam fazer parte da cultura da elite cearense que, em sua maioria, menosprezava o potencial dos cirurgiões que operavam em Fortaleza.

Assim, as mudanças na estética de apresentação textual do Ceará Medico levam a crer que ele pode ter sido objeto de apropriação didática em meio acadêmico ou até mesmo leigo para servir também a outras representações da realidade, a exemplo das publicadas nos jornais, pois, criou-se a condição material propícia..

A título de exemplificação, figuravam dois tipos de apresentação de artigos científicos: aqueles que iniciavam com a apresentação dos dados sobre um paciente, seu quadro clínico geral, diagnóstico, intervenção e, por fim, breve reflexão sobre as limitações e potencialidades da prática realizada e outros, que buscavam representar vasto conhecimento teórico do autor a respeito do tema tratado, ancorado em ampla recorrência aos tratados internacionais e nacionais para depois apresentar um caso clínico e justificar as conclusões diagnósticas e os métodos terapêuticos adotados.

Em ambos o leitor deveria ser capaz de saber identificar as etapas de apresentação dos estudos para guiar a sua leitura numa sequencia lógica que o permitiria adiantar-se ou retroagir no texto, captando na segmentação do conjunto os elementos de seu interesse, como métodos diagnósticos, terapêuticos, entre outros. As citações a outros autores era prática comum para solidificar as argumentações sobre o ineditismo reivindicado para as intervenções clínicas e/ou cirúrgicas realizadas pelos médicos do CMC, que buscavam em boa

parte das vezes, utiliza-las como estratégia para situar as diferenças que habitavam em suas decisões práticas em virtude das especificidades climáticas, da hostilidade do ambiente e/ou da “raça” do sertanejo. Poucos foram os artigos, contudo, que apresentaram ao seu término as referências bibliográficas citadas em seu interior.

Os indícios de circulação da revista a meios científicos, conforme já explorado em seção anterior, sugerem que prevaleceu como principal forma de apropriação das edições analisadas a modalidade de leitura, que Chartier (1998) denomina como intensiva, ou seja, voltada a assegurar a eficácia ao texto graças a um trabalho lento, atento e repetido de maneira silenciosa, porém, que direcionava a utilização dos resultados dos estudos para a construção de outros textos, colocando sob juízo a autoridade de enunciar do autor e da associação ao qual estava credenciado. Os registros dessa prática de leitura apontam, dessa forma, para a sua participação na construção da autoridade de leitores-escritores, que através da apropriação cumulativa dos conhecimentos gerados no âmbito do Ceará Medico os colocavam no crivo do processo dinâmico que constituía a própria essência da comunicação científica, ou seja, a apropriação dos dados publicados para consolidar um ponto de avanço ou ruptura com o instituído.

Contudo, das práticas de leitura, a que era priorizada como forma de asseverar os critérios de cientificidade às publicações do periódico diante de sua comunidade de leitores, situava-se aquela ocorrida no âmbito das reuniões colegiadas mensais, onde se firmavam através dos ritos de leitura oral o compromisso do autor com a submissão à avaliação dos pares ao fazerem do debate, das contendas e das querelas os critérios de validação científica ao texto que passava, então, a comungar da chancela da associação numa relação de co-autoria. Neste sentido, ao conceber o texto final como produto de um processo de adequações e ajustes fundados nos princípios científicos da autoridade de enunciar racionalmente e objetivamente sobre os fatos ligados ao homem e à natureza, Chartier (2002) adverte que deve se atentar para o fato que aponta para a escritura como produto das leituras de outras escritas. Assim, serão expostos alguns exemplos de como tais práticas de leitura se deram no âmbito da construção das autoridades ou mesmo no seu apagamento diante do confronto com a autoridade de terceiros, consagrando o texto final como resultado da própria essência da vida associativa.

Das contendas que chegaram a ser representadas nas páginas das edições analisadas fica claro que o direito de resposta era prática comum a ser considerada pela Comissão de Redação, que não se privava, no entanto, de privilegiar amplos espaços para as retóricas dos autores do CMC que se julgassem ultrajados por críticas voltadas a desqualificar o seu

potencial intelectual. Não obstante, tais embates não fossem restritos às discordâncias entre membros do CMC e seus pares não associados, eles se tornaram o principal ponto em torno do qual seria possível se reforçar, mesmo dentro do CMC, as hierarquias existentes. Nestes casos parece ter habitado certo consenso quanto aos espaços concedidos às retóricas acerca de determinado assunto até que alcançassem um nível de entendimento pelo convencimento da autoridade científica, a exemplo do que ocorreu a partir da publicação na edição de abril de 1931 do médico Hélio Góes Ferreira, intitulado “Considerações acerca do Trachoma no Ceará”.

Em seu artigo, o Dr Hélio Góes contesta a tese do colega Fernando Leite a respeito de suas considerações sobre a enfermidade oftalmológica que denominava sapyranga, recorrendo a estudos e dados estatísticos sobre o tema. A contenda girou em torno da definição da categoria nosológica que se situava entre a sapyranga e o trachoma. Na publicação o médico citou trechos da tese do colega que afirmava ser recém-formado pela Escola de Medicina da Bahia e pedia permissão para tecer algumas considerações discordantes sobre sua tese, ao se considerar como participante da etapa de coleta de dados quando o acolheu para conduzir-lhe em visita pelos vários Grupos Escolares cearenses em que prestava atendimento.

A querela ocupou espaço em mais dois números do Ceará Medico. Na edição de maio do mesmo ano é publicado artigo do médico Fernando Leite com o título “Ligeira Resposta ao Dr. Hélio Góes”. O autor responde às contestações formuladas por Hélio Góes acusando-o de ter sido leviano na leitura de sua tese de doutoramento e nas ponderações que fez em seu artigo publicado no número de abril do Ceará Medico, nos termos em que se seguem:

Não nos ficaria bem, naquele tempo, a nós mal iniciado nos dédalos das sciencias hipocráticas, promover uma chuva de protestos ante os seus diagnósticos, uma vez que não queríamos contrariar os sagrados direitos da hospitalidade que S. Sia tão cordial e boamente nos soube dispensar (CEARÁ MEDICO, mai. 1931, p.14).

Diante de tal resposta, na edição de junho do mesmo ano, Hélio Góes Ferreira publicava novamente artigo com o título “Considerações em torno do trachoma no Ceará” onde tornou a rebater os argumentos do colega Fernando Leite apresentando dados estatísticos e citações de autores de renome no assunto. Fez questão de apontar os nomes das obras e números de página de onde retirou as informações que serviram para conferir-lhe a autoridade

de enfeixar definitivamente a querela com o colega. Iniciou, pois, seu artigo direcionando uma crítica à Fernando Leite nos moldes em que se segue:

Razão de sobra tinha o nosso matuto quando dizia ao Leotta que no Ceará, havia gente capaz de tudo e ainda sobrava. [...] em sua 'Ligeira resposta ao Dr Helio Góes fez taes afirmações, que bem indicam estar o mesmo muito "mal iniciado nos dédalos das sciencias hipocráticas" (CEARÁ MEDICO, jun. 1931, p.17).

Como se não fosse suficiente para a compreensão da medida em que se davam as querelas científicas, sugerindo conflitos que chegavam a beirar o domínio pessoal, na reunião referente ao dia 15 de maio de 1931, Hélio Góes apresentou Fernando Leite para filiação ao CMC, cumprindo as três etapas de ritualização verificadas como próprias à vida agremiativa dos membros desta associação: a submissão aos associados em sessão colegiada para aprovação de sua filiação por indicação de algum membro do CMC; a publicação de artigo científico sobre tema relativo à sua especialidade; e a participação ativa nas atividades do centro que incluíam, dentre outras, as reuniões colegiadas em que eram feitas as leituras dos textos colocados à baila do debate científico entre os pares a fim de se obter autorização para publicação, assim como, a participação nas ações beneficentes e demais ritos ordinários e extraordinários da associação e o cumprimento das obrigações financeiras que viabilizavam a manutenção das suas atividades, dentre as quais, a produção do periódico.

Em que pese o fato de que não houve registro de apresentação oral prévia à publicação do texto do médico Fernando Leite em sessão ordinária do CMC, verifica-se que a apreciação pelos pares foi colocada à baila da forma de retórica, até que se esgotaram os argumentos diante da autoridade constituída por Hélio Góes, que finda por convidá-lo à filiação, dirimindo quaisquer resquícios de pessoalidade que poderia demarcar a contenda, ferindo assim o compromisso com a imparcialidade que fazia da ciência um estudo das razões por detrás dos fatos.

Fica claro que ao ligar seu nome ao do Ceará Medico, os escritores deveriam inscrever-se previamente em reunião colegiada do CMC, a fim de submeterem seus textos à sabatina científica dos pares para passarem da condição de escritores para a de autores. Com referência ao exemplo auferido acima, somente ao médico Góes Ferreira foi concedida a oportunidade de realizar a leitura oral de seu trabalho em reunião colegiada, justificado, talvez, no fato de que a resposta encaminhada por Fernando Leite teria priorizado embates no âmbito das contendas interpessoais que apontavam para equívocos provenientes de uma

leitura “leviana” de seus argumentos, não se preocupando em responder ao colega com argumentos científicos. Por outro lado, o médico ainda não era associado do CMC e fica claro que a leitura e publicação de qualquer trabalho seu deveria estar condicionada à previa autorização dos pares. Assim, como sua resposta não se tratava de artigo original, mas de retórica ao que considerou de acusações infundadas aos resultados do seu estudo, foi conferida a ela espaço de publicação pelo corpo editorial sem que fosse submetida a parecer fundamentado na leitura oral prévia em sessão colegiada.

Portanto, os registros evidenciam a valorização de uma prática de leitura fundada em argumentações compatíveis com as exigências científicas da época em que se priorizava a utilização de estatísticas e referências de autoridades no assunto para consolidar um estatuto de legitimação das representações que o autor fazia da atividade médica ligada ao diagnóstico clínico da sapyranga e do trachoma, e mais, de uma prática científica de argumentação e retórica consoante com a defesa dos interesses particulares de edificação de uma cultura científica que se pretendia para o Ceará por meio da difusão da autoridade dos médicos do CMC .

- O dr. Helio Goes Ferreira segue-se com a apalavra: Lê um magistral trabalho a que intitulou: “Considerações em torno do trachoma no Ceará”. Contesta com documentos e dados estatísticos as afirmações do dr. Fernando Leite em sua these de doutoramento defendida em Dezembro p. passado na Faculdade de Medicina da Bahia. Mostra que o autor antes da publicação do seu livro esteve com o orador e juntos percorreram as escolas de Fortaleza onde tiveram oportunidade de examinar dezenas de trachomatosos. Esteve no Cariry- antes ainda de elaborar a sua these e em viagem de observação-região em que o trachoma é endemico e disso sabem todos os médicos do Ceará. Admira-se, pois, como o dr. Fernando Leite nega o trachoma em nosso Estado e avança para dizer que o que catalogamos de trachoma não é senão sapyranga-determinada talvez pelo excesso de luz do sol- tão claro, tão luminoso que deu ao Ceará o nome de “Terra da Luz”!! O orador rebate ainda essa asserção. O Ceará é realmente a terra da luz, não pelas irradiações fulgurantes do seu sol, mas simplesmente por ter sido o primeiro estado do Brasil a extinguir a escravidão. O orador é cumprimentado após a leitura do trabalho (CEARÁ MEDICO, mai. 1931, p.20).

A não agremiação ao CMC inviabilizava as publicações no Ceará Medico, salvo nos casos em que houvesse interesse do conjunto em permiti-la. Em caso apresentado na ata referente à reunião de 5 de agosto de 1932 fica claro que a função da Comissão de Redação não se sobrepunha aos interesses do conjunto de agremiados, pelo contrário, suas decisões estavam sujeitas à conivência desses. Nela, habita o registro da tentativa do medico José Frota - de larga participação no CMC desde seus tempos de fundação - de submeter um trabalho de

médicos não filiados à associação para apreciação dos pares, a fim de obter autorização para a sua publicação:

O Dr. José Frota leva ao conhecimento do Centro que tem em suas mãos um trabalho dos Drs. Atila e Elizabeth Spendy para ser publicado na revista “Ceará Medico”. Como porem, os referidos médicos não são socios do Centro Medico, consulta á casa si deve ser dada a publicidade solicitada. Após acalorada discussão, em que tomaram parte quase todos os presentes, ficou resolvido que a comissão da Revista agisse de maneira que achasse mais conveniente (CEARÁ MEDICO, dez. 1932, p.13).

Nota-se que não há uma referência à sobreposição de decisão da comissão ao conjunto de membros do CMC, mas a atribuição desses, votada em colegiado, para que a comissão desse o parecer que julgasse conveniente. Não foi identificada a publicação do artigo nas edições que se seguiram à discussão, contudo, há registros de que os mesmos médicos já haviam publicado no Ceará Medico, submetendo os resultados de seus estudos clínicos ao debate no âmbito da leitura oral realizada em reunião colegiada do dia 6 de maio de 1932. Segue o fragmento da ata em que se remonta o rito de leitura oral seguido de debate entre os pares:

Esgotado o expediente toma a palavra o doutor Atila Spendy e lê uma comunicação referente a um caso de xifópagos operado pela doutora Elizabet Spendy. O doutor Cesar Cals contesta algumas das afirmativas do Dr Atila; o Dr. Virgilio de Aguiar também contesta a classificação do referido medico, declarando tratar-se de um caso de *heterodelfo* e não de *xifópagos*, com o que concordou o doutor Atila Spendy. O Dr. Virgilio promete fazer na próxima sessão estudo mais demorado sobre esta classificação (CEARÁ MEDICO, jun. 1932, p.18) (grifos do autor).

Após a leitura do seu texto e submissão ao parecer dos pares ele foi publicado como terceiro de quatro artigos da edição de agosto de 1932 do Ceará Medico. Não obstante este caso tenha merecido ser abordado pela importância que obteve junto ao corpo associativo a ponto de se abrir precedente para publicação de estudos de médicos não agremiados, cabe ressaltar que os moldes em que se “encaixou” no âmbito da distribuição dentro do sumário e do interior da revista reflete os processos manipulados pela Comissão de Redação do Ceará Medico a fim de não sobejar dúvidas quanto à autoridade de seus autores no campo da comunicação médico-científica cearense.

De um total de quatro publicações de artigos nesta edição, o artigo dos Spendy ocupou o terceiro lugar na apresentação, somente precedendo um artigo de cunho didático do Dr. Antonio Justa sobre Insulina e Diabete. No âmbito dos artigos originais esquadrinhados à luz do ineditismo da apresentação de estudos de intervenção médica ele ocupou o último lugar. O que chama a atenção, tão somente, para este fato não é a hierarquia criada por uma ordem que obedecia a privilégios conferidos aos membros da associação para a ordenação das matérias no sumário, mas a publicação de artigo sob a condição de ser apresentado na mesma edição em que um membro da Comissão de Redação buscou reforçar a sua autoridade hierárquica de enunciar sobre o mesmo assunto tratado pelos Drs Spendy.

Tal representação foi esboçada por meio da publicação na primeira página do periódico de artigo de autoria de Virgílio de Aguiar, intitulado “Heteradelphos e não Xiphopagos”. Nele, o autor inicia apresentando o percurso do debate científico que confluuiu para a apresentação deste artigo e da construção de sua autoridade diante dos pares que não pertenciam ao CMC. Assim se delinearão as primeiras linhas de seu artigo:

Na sessão do Centro Médico do dia 6 de Maio do corrente anno os Drs Spendy apresentaram trabalho sobre um caso titulado de xyphopagos, operado. A’ discussão contestei a classificação teratológica aplicada ao caso, prometendo na seguinte sessão tratar do assumpto com mais precisão; e assim o fiz, na Sessão de 3 de Junho, justificando tratar-se de um caso de heteradelphos e não de xifópagos. Nesta Sessão não foram presentes os Drs Spendy- mas, dias depois da leitura de sua observação no Centro Medico visitou-me o Dr. Atila Spendy e então mostrei-lhe os textos e figuras do Tratado de Bar e as Noções de Teratologia do Prof. G. P. Rebello para corroborar minha contestação á sua classificação de xifópagos; elle sem reluctancia aceitou-a. Hoje os Drs. Spendy publicam o seu caso teratológico com a nova e bôa classificação. Eu publico também o meu trabalho de contestação, (já então, sem muito interesse, porque os Drs Spendy modificaram a classificação primitiva do caso) e simplesmente porque levei-o ao Centro Medico e deve ser material de sua Revista, o qual vai a seguir: (1) (CEARÁ MEDICO, ago.1932, p.1).

Fica patente, então, que a publicação dos estudos realizados pelos Spendy somente teria logrado a autorização para publicação nesse caso ao ser lido oralmente, o que gerou as contendas necessárias ao reconhecimento da pertinência do assunto para o interesse de publicação no Ceará Medico, contudo, sujeito à servir a potencialização da autoridade de Virgílio de Aguiar sobre o assunto tratado, algo que não fora repetido quando José Frota tentou submeter um segundo trabalho dos mesmos médicos sem que dele fosse feita a leitura e defesa prévia.

Dos exemplos explorados depreende-se que a prática de leitura oral demonstrada pela capacidade de argumentação racional assegurava ao debate científico a exigência de fidelidade à construção de uma autoridade tal como foi esboçado originalmente no modelo escolástico de leitura.

Segundo Hamesse (1998) enquanto durante a Alta Idade Média, a leitura se situava principalmente nos quadros dos mosteiros, durante o período escolástico houve uma renovação radical da própria concepção do ato de ler, em que houve uma tomada de consciência deste ato. A leitura não poderia mais ser concebida sem uma certa organização e é, portanto, a noção de utilidade, de rentabilidade que irá permear a prática de leitura a partir do século XIII.

Estava-se num mundo em que o oral predominava em relação ao escrito e, portanto, as obras eram ditadas a fim de serem copiadas. A maneira individual de se escrever conservou, portanto, uma relação estreita com a leitura, já que a visão viria a substituir a audição na apreensão e na compreensão dos termos reproduzidos. Daí em diante foi preciso ler depressa e ter os meios de localizar facilmente as passagens e os argumentos indispensáveis ao conhecimento. A leitura contínua e cronológica de uma obra que era feita lentamente cederia lugar a uma leitura fragmentada e retalhada que teria a vantagem de permitir a apreensão rápida de trechos escolhidos, mas que não permitiria o contato profundo com a doutrina a qual representava. A utilidade passa à frente do conhecimento e da meditação, modificação profunda que impacta o próprio impacto da leitura (HAMESSE, 1998).

A grande modificação que ocorre no quadro da leitura escolástica trata-se, no entanto, da importância que ela exerceu para o ensino. A *lectura*, uma criação medieval que data da época universitária, se inscreveu no quadro do ensino para designar um procedimento específico de exposição de um texto, a exemplo dos comentários explicativos elaborados nas margens dos manuscritos. Somente durante o século XII o termo seria utilizado no sentido técnico de conteúdo de uma aula ou de “leitura, comentada e explicada de um texto.” Originalmente os métodos de ensino nas universidades estimulavam a leitura de textos. Não se tratando mais da mesma época monástica, as explicações e o comentário ocupavam um lugar privilegiado durante a aula (*lectio*), mas outros métodos também foram usados, como a discussão (*disputatio*) e a pregação (*praedicatio*) (HAMESSE, 1998).

A partir do século XIII a filosofia Aristotélica passou a se impor como preponderante no ensino e a dialética intensificou a arte de especular. Assim, no século seguinte a lógica impõe-se de maneira absoluta em todos os domínios e a técnica de argumentação é cultivada. Os exercícios universitários exigiam, por seu turno, uma cultura suficiente que permitisse aos

estudantes intervir nas discussões com ao auxílio de *auctoritates*, a exemplo do que fizeram os medievais com citações ou passagens da Bíblia, dos padres da Igreja e outros autores clássicos, destinadas a dar mais peso à sua própria argumentação. Recorrem-se assim aos diversos resumos que circulavam sob a forma de tabelas, compêndios, concordâncias, índices, entre outros (HAMESSE, 1998).

O ensino da lógica e da arte do raciocínio fez seu trabalho ao longo dos séculos e, em todos os domínios, a *ratio* pouco a pouco ia prevalecendo sobre a *auctoritas*. A lógica e a arte da discussão superaram o conhecimento aprofundado dos textos e a criatividade pessoal cederia lugar a uma composição bem estruturada, fechada em limites precisos e em expressões escolásticas típicas. Contudo, como marca do período escolástico se situa a volta do livro como objeto de leitura, a despeito dos resumos tão comuns a este período, mas com a precisão de uma nova modalidade de leitura impregnada de suas derivações (HAMESSE, 1998)..

Do exposto, localizam-se as heranças da prática de leitura desenvolvida no âmbito das sociedades que serviram como escolas de conhecimento durante a Revolução científica do século XVII. O rito científico da leitura oral atua, pois, como um índice de diferenciação cultural no interior de uma mesma sociedade em que a argumentação e retórica se tornaram práticas comuns, remontando as derivações originárias da escolástica que deu ênfase à capacidade de argumentação fundada na razão, donde se depreende que o recurso à *auctoritates* se manteve renovado até os tempos atuais enquanto modalidade operacional da construção das esferas de debate científico.

Por outro lado, da mesma forma que o período escolástico introduziu a produção de compêndios de resumos e seleções sobre temas e autores, a revista científica do século XX desvincular-se-ia dos temas filosóficos, artísticos e literários tão comuns no século XVIII e XIX, redundando em um modelo capaz de refletir de forma compacta o raciocínio objetivo ao aglutinar o que havia de mais avançado nas pesquisas realizadas no campo em que buscava se representar enquanto referência de conhecimento.

A defesa dos argumentos na forma de leitura oral dos textos a serem publicados fez, portanto, das reuniões colegiadas do CMC o espaço litúrgico das ciências médicas cearenses, onde habitavam as discordâncias e consensos em torno dos valores e práticas sanitárias, contudo, sob a égide construtiva de um campo privilegiado de enunciação em que mesmo as autoridades sanitárias em missiva pelo estado tiveram de submeter-se à sabatina das autoridades do CMC para obtenção da chancela de enunciar sobre a ordenação do campo sanitário, a exemplo do que ocorreu com o sanitarista Amilcar Barca Pellon.

5.2 Justa e Pellon: o descompasso nas representações e leituras da saúde pública

O período imediatamente posterior ao ano de 1930 foi marcado por grande instabilidade política, devido, entre outros fatores, à heterogeneidade de forças que se haviam aliado durante o processo revolucionário. Por um lado os setores oligárquicos dissidentes defendiam o liberalismo como modelo ideal para darem continuidade às “relações de poder com as classes populares através dos elementos do apadrinhamento, da lealdade, da troca de favores, enfim, de componentes que desprezam mecanismos racionais da lei” (ARAÚJO, 2007, p. 15).

Por outro, os tenentes, apoiados em uma crítica acentuada ao liberalismo - modelo político amplamente adotado na República Velha- defendiam um modelo de Estado centralizador e intervencionista como forma de combater o seu excesso que, segundo suas interpretações, prejudicavam os interesses nacionais. Dessa forma, a intervenção da União nos estados não representava para os tenentes uma ameaça aos cidadãos, mas sim, a única esperança de proteção contra os oligarcas. A política social da era Vargas começaria a ser delineada, portanto, segundo esse receituário, de forma centralizada e como contraponto aos interesses privados regionais (FONSECA, 2008).

As mudanças institucionais ocorridas no pós-1930 não aconteceram, contudo, de forma igualitária nos estados que compunham a Federação. A região norte¹⁶ tornou-se principal foco da reorientação das políticas públicas, pois, o processo revolucionário implicava essencialmente em desalojar as oligarquias locais do poder e viabilizar:

[...] a possibilidade de “redenção política e econômica”, em função, da presença marcante, na direção nacional do movimento, de importantes lideranças locais, como Juarez Távora, que poderiam trazer para a região benefícios que eram negados, segundo os reclamos das elites, pelos governantes “oligárquicos” da República Velha. [...] O que se pretendia com uma “participação mais efetiva na política do País” era a proximidade de grupos locais específicos com as esferas reconhecidas do poder federal, situadas em São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, as possibilidades de uma ação centralizadora das Interventorias se faziam mais fortes no Ceará que nos Estados do sul do Brasil (NEVES, 2001, p.3).

Os interventores federais eram em sua maioria militares, todavia, o primeiro interventor cearense foi um civil, o médico Fernandes Távora, primo de Juarez Távora, presidente do CMC e líder de um grupo dissidente da República Velha que havia abraçado os

¹⁶ Entenda-se neste caso as regiões norte e nordeste.

princípios da aliança liberal. Távora permaneceu oito meses no cargo (outubro de 1930 a julho de 1931) e pouco ou quase nada foi atribuído ao período em que esteve no poder, a não ser o desarme de alguns coronéis que foram logo libertos, a abertura de processos para apurar as irregularidades das antigas oligarquias e a decretação de normas exigindo o número mínimo de habitantes para constituição de um município. Embora se considerasse um arauto da modernidade liberal revolucionária, Fernandes Távora continuou com as práticas políticas tradicionais e clientelistas, privilegiando elementos ligados à sua facção oligárquica. Seu comportamento neste sentido o levou a entrar em choque com as oligarquias decaídas e, sobretudo, com os próprios tenentes que passaram a exigir a imediata moralização das práticas políticas e da administração pública, sem privilégios ou favorecimentos. A pressão dos tenentes sobre Getúlio Vargas fez com que Távora fosse destituído do poder e tomasse posse em seu lugar o capitão carioca Roberto Carneiro de Mendonça (FARIAS, 1997).

Durante a gestão de Fernandes Távora, o CMC teve um dos seus maiores expoentes enviado ao Distrito Federal para chefiar os Serviços de Profilaxia Rural em nível nacional. Após ter ocupado o cargo de diretor desses mesmos serviços no estado do Ceará desde o ano de 1929, Samuel Felipe Cavalcante Uchoa permaneceria pouco tempo na capital do país, contudo, tornar-se-ia para os seus pares da terra natal mais um ícone que havia selado uma representação do elevado nível intelectual da classe médica cearense em âmbito nacional (a exemplo de Visconde de Saboya), levando consigo o nome do CMC aos espaços consagrados à política e às ciências médicas no Distrito Federal.

Uma das primeiras iniciativas do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) para normatizar a uniformização dos órgãos diretores da saúde pública em todos os estados foi criar - em substituição ao Serviço de Saneamento Rural (SSR) - o Serviço Sanitário dos Estados (SSE), através do Decreto nº 78 de 05 de janeiro de 1931.

A expansão dos postos de profilaxia rural para o Ceará na década de 1920 havia possibilitado a formação de médicos com interesse em saúde pública, tais como: Francisco Amaral Machado, Carlos Ribeiro, Antônio Justa e Samuel Uchoa (BARBOSA, 1994). Portanto, com a ida deste último para o Rio de Janeiro, o médico leprologista Antônio Alfredo da Justa¹⁷, ex- inspetor do SSR e também membro do CMC, foi nomeado para exercer o cargo de diretor do SSE, assegurando a tradição já consolidada pela associação de manter o domínio no ordenamento do campo sanitário cearense através da continuidade na ocupação de postos de destaque na gestão dos serviços públicos no estado.

17 Para efeito deste estudo, será utilizado o nome Antônio Justa, tal como referenciado em suas publicações no Ceará Medico.

Antônio Justa já havia adquirido amplo prestígio junto à sociedade cearense por dedicar parte de sua vida profissional em prol da criação do Leprosário de Canafístula e à melhoria dos serviços voltados ao atendimento das vítimas da lepra no estado, doença que era vista como uma ameaça ao processo civilizador pretendido para a capital Fortaleza. Segundo Lima (2009), em 1918 o médico Carlos da Costa Ribeiro havia comunicado aos pares um plano, ainda incipiente de combate à lepra no estado movido, entre outros fatores, pelas observações que fizera sobre a progressão gradual da doença na época e à condição de promiscuidade que considerava no convívio entre leprosos e sãos. Em 1922 o Jornal o Nordeste foi o que mais se pronunciou a respeito da lepra em Fortaleza sob o viés do perigo que representava para a população sã em convivência com os Lázaros, encampando ampla mobilização da opinião pública em prol do isolamento dos lázaros. Justa viria a se tornar Inspetor Chefe da Inspetoria de Profilaxia da Lepra no Ceará no período compreendido entre agosto de 1928 e maio de 1932, sendo um dos médicos mais empenhados na construção do leprosário e nos estudos sobre esta enfermidade em sua época. Foi também diretor do Vacinogêneo Rodolpho Teóphilo, inaugurado em fins da gestão de Samuel Uchoa, onde desenvolvia a vacina anti-variólica para suprimento estadual e, por vezes, dos estados vizinhos.

Barbosa (1994, p.106) sinala que a mudança conduzida nos serviços de saúde pública na gestão de Antônio Justa “[...] poucas alterações causa ao modelo de saúde já existente” e “[...] só em 1933, na administração Carneiro de Mendonça, iriam ocorrer reformas mais profundas na saúde pública do estado, operadas pelo decreto-lei 1.103 de 9 de maio daquele ano [...]” que consolidaria os ditames da chamada “Reforma Pellon”. Com a deposição de Fernandes Távora, Antônio Justa seria substituído pelo sanitarista fluminense Amílcar Barca Pellon, que tomou posse como diretor do SSE, a convite do Major Juarez Távora e do Interventor Federal Carneiro de Mendonça. Pellon fazia parte de uma estirpe de sanitaristas que atuaram durante a década de 1920 nos Serviços de Profilaxia Rural sob o comando de Belizário Pena e tornaram-se herdeiros e continuadores das reformulações propostas por Carlos Chagas à frente do Departamento Nacional de Saúde Pública.

A exoneração de Fernandes Távora e Antônio Justa em fins de 1931 pode ser vista, portanto, como um duro golpe político sofrido pelo CMC que tradicionalmente mantinha seus associados ocupando os principais cargos político-administrativos do estado. A partir de então o Ceará passaria por amplas reformas no setor saúde e a vida associativa por momentos de reorganização a fim de manter a sua força de continuar ordenando o campo sanitário

cearense frente às adversidades que se interpunham no campo das representações e práticas médico-científicas.

No período analisado poucos foram os autores do Ceará Medico que mantiveram uma regularidade de publicações sobre os serviços de saúde pública cearense, função-autor que encontrou em Antônio Justa e Virgílio de Aguiar as qualidades de dissertar sobre temas caros ao papel do CMC no que tange à fiscalização da organização e oferta desses serviços. Em ata referente à reunião ordinária de 5 de fevereiro de 1930 o médico Pedro Augusto Sampaio discorre largamente sobre a trajetória da revista e ressalta o trabalho “afanoso” que tinha acarretado para que se chegasse ao décimo número na sua direção da Comissão de Redação, em virtude das graves crises financeiras e espirituais pelas quais atravessava o CMC, ressaltando que, com exceção de Virgílio de Aguiar e Antônio Justa, o restante do corpo editorial em nada o auxiliava e pelo que via em nada o auxiliaria.

A quantidade de publicações de Antônio Justa e Virgílio de Aguiar nas edições analisadas permite auferir que ambos souberam aproveitar as lacunas deixadas pelos demais associados do CMC para tomarem a frente dos interesses que regiam a publicação do Ceará Medico, tornando-se assim, os enunciadores privilegiados da própria associação, que, por vezes teve a totalidade de seus valores e interesses confundidos com a visão de mundo que ambos lutaram para edificar através da manutenção da regularidade de suas publicações.

Diante da elaboração social da identidade altruísta atribuída a Antônio Justa, Barca Pellon enfrentou uma resistência tenaz de parte da imprensa jornalística, assim como do próprio leprologista, para fazer frente aos desafios que se colocavam para o aparelhamento dos serviços sanitários do estado em um momento de grandes tribulações pelo qual atravessava. A supressão dos repasses federais para os serviços de saúde pública, o problema da infância desvalida, o problema da lepra, a inexistência de um pronto socorro na capital, a eclosão de uma epidemia de varíola e a ocorrência daquela que ficou conhecida na literatura como a “Grande Seca de 1932” impingiu aos planos de Pellon, portanto, dificuldades não pensadas em seu planejamento inicial.

Segundo Fonseca (2007), as dificuldades financeiras que tiveram origem com a crise econômica mundial de 1929 e com o próprio impacto do movimento revolucionário na vida social fez com que o Governo Provisório, visando reduzir gastos, suspendesse a contribuição federal aos serviços de Profilaxia Rural existentes nos estados. Em mensagem presidencial de dezembro de 1931, Getúlio Vargas procurou amenizar a medida, afirmando-a como temporária ao reforçar sua intenção de reformar tais serviços, o que de fato aconteceu, pois a

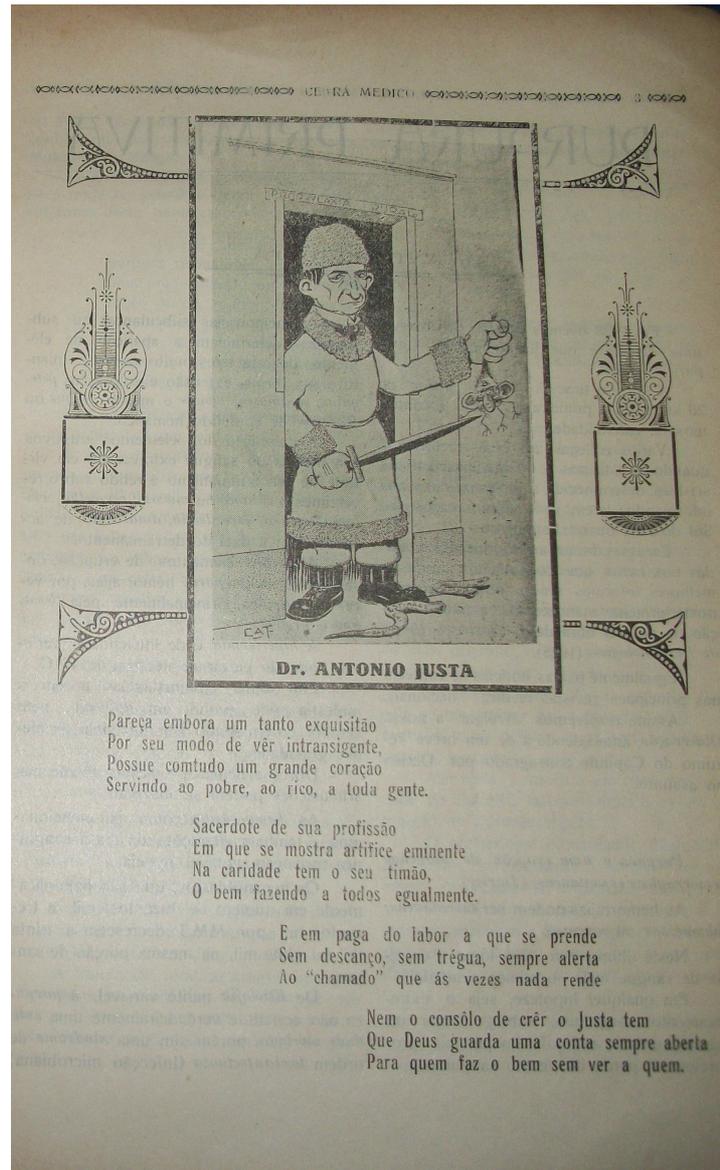
preocupação com as endemias rurais não sairia da pauta nem da agenda dos serviços públicos de saúde.

No Ceará, as medidas de supressão dos repasses financeiros do governo federal para a saúde pública do estado puderam ser mais bem sentidas durante a gestão de Antônio Justa, quando contribuíram para o desmonte parcial das atividades fim do SSE. Se por um lado, Justa se via confrontado com os poucos recursos financeiros que dispunha a dotação orçamentária estadual, esta situação retornou-lhe na forma de incremento das qualidades ligadas à sua identidade altruísta junto à opinião pública ao ser associado à demanda, quase abnegada, de dedicar-se ao enfrentamento dos problemas sanitários diante dos percalços políticos e econômicos que interpunham aos serviços uma queda da sua funcionalidade.

Conforme já assinalado, a transição do cargo de Justa para Pellon foi amplamente noticiada pela imprensa jornalística que confrontou diferentes representações das expectativas geradas para o futuro dos serviços de saúde pública diante dos acontecimentos políticos que marcaram a deposição de Fernandes Távora e o desmonte das atividades do SSE.

Na edição de dezembro de 1930, na ocasião da posse de Antônio Justa como diretor do SSE, seus pares haviam publicado no Ceará Médico uma homenagem com caricatura sua em que era adicionado um verso capaz de traduzir elementos que consideravam importantes em seu caráter e eram partilhados, em parte, pelas representações da imprensa jornalística. A seguir é apresentada caricatura com o verso, a fim de contribuir para a compreensão do ambiente criado com a sua exoneração do cargo de diretor do SSE.

Justa é representado na caricatura com uma fisionomia séria, vestimenta com gola, mangas e gorro que diferem do restante, sugerindo serem de lã, características de vestimentas utilizadas em ambientes de muito frio. O personagem da caricatura veste botas longas e na mão direita segura uma espada que aponta para pequenino animal que está seguro na sua mão esquerda com face assustada e escrito em seu interior: “ramster”. Ao chão Justa está pisando em algo que sugere ser um parasita intestinal de tamanho avantajado, que leva a inscrição no seu corpo de “parasitoses intestinais”.



Fac-símile 22- Caricatura de Antônio Justa na edição de dezembro de 1930.

Abaixo da caricatura, segue o verso:

Pareça embora um tanto exquisitesão, por seu modo de vêr intransigente, possui comtudo um grande coração, servindo ao pobre, ao rico, a toda gente. Sacerdote de sua profissão, em que se mostra artífice eminente, na caridade tem o seu timão, o bem fazendo a todos igualmente. E em paga do labor a que se prende, sem descanso, sem trégua, sempre alerta, ao "chamado" que as vezes nada rende. Nem o consôlo de crêr o justa tem, que Deus guarda uma conta sempre aberta, para quem faz o bem sem ver a quem (CEARÁ MÉDICO, dez. 1930, p.3).

Justa era assim representado pelos seus pares e também pela sociedade: humanístico, altruísta e caritativo - identidade que lhe conferia o diferencial de corresponder à escassez de investimentos na saúde pública com abnegação e dedicação. Dessa forma, não há mais significativa matéria capaz de traduzir os termos subliminares às contendas que tomariam espaço na imprensa jornalística sobre a gestão Pellon, a exemplo da notícia extraída da edição de nove de dezembro de 1931 do Correio do Ceará:

Dos auxiliares do que se póde chamar novo governo cearense, talvez o ilustre recém-chegado seja aquelle sobre quem recaia maior soma de responsabilidades, primeiro porque, releve-nos a franqueza, a sua nomeação não foi lá muito bem recebida pela opinião publica, e é preciso esforçar-se para desfazer esse ambiente, segundo, porque os recursos financeiros destinados aos serviços sanitários são verdadeiramente insignificantes, tolhendo as iniciativas que um chefe bem intencionado e trabalhador pretenda adoptar. De resto, é preciso acentuar que se a opinião publica não recebeu com muita sympathia, ou pelo menos com indiferença, a nomeação do sr. Amilcar Barca não é que porventura conste algum desmerecimento de que s.s. seja portador. Pelo contrario, a expectativa geral é de que seja s.s. um profissional á altura das funções de que se acha investido, honesto e trabalhador. É que o povo se habituou a trazer no coração o homem rude e exquisito, probo e dedicado até o sacrificio, que ao novo chefe acaba de transmitir o cargo que vinha ocupando nestes dias de vaccas magras para o serviço de saneamento, desde que o governo federal deixou de dar o auxilio que sempre prestou (CORREIO DO CEARÁ, dez. 1931, s/p).

Com a criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio em 1930 e a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões em substituição às Caixas de Aposentadorias e Pensões, o governo federal cunhou uma nova modalidade de ampliação da oferta de serviços assistenciais para os trabalhadores previdenciários: a compra de serviços sanitários privados. Se por um lado tal medida favoreceu o crescimento de um arcabouço institucional voltado à atender as demandas do serviço previdenciário nos moldes da clínica individual, por outro, justificou a expansão dos serviços de saúde pública atrelados a uma identidade coletiva e seu claro contraponto em relação à assistência médica individualizada. Contudo, a assistência médica não estaria excluída dos serviços que se organizavam no MESP que combinaria de forma peculiar a medicina preventiva e curativa, delegando a cada uma um papel específico e delimitado na nova organização institucional que se desenhava para o país (FONSECA, 2007).

Tal orientação pode ser percebida nas entrelinhas da gestão Pellon que, em sua breve passagem pelo estado do Ceará teve de agregar ao curso de suas proposta inicial para a saúde

pública do estado, o incremento de instituições em diferentes frentes de atuação, tanto preventivas como curativas, a exemplo da criação de um serviço emergencial de atendimento aos flagelados da seca e do Serviço de Pronto Socorro da Santa Casa de Misericórdia, viabilizado graças à aproximação com um grupo de médicos do CMC em 1932. Assim, deixava consignada a integralidade da atenção garantida por um serviço emergencial na capital que deveria trabalhar em parceria com o SSE, recebendo os casos encaminhados pelos postos fixos e itinerantes de saúde pública.

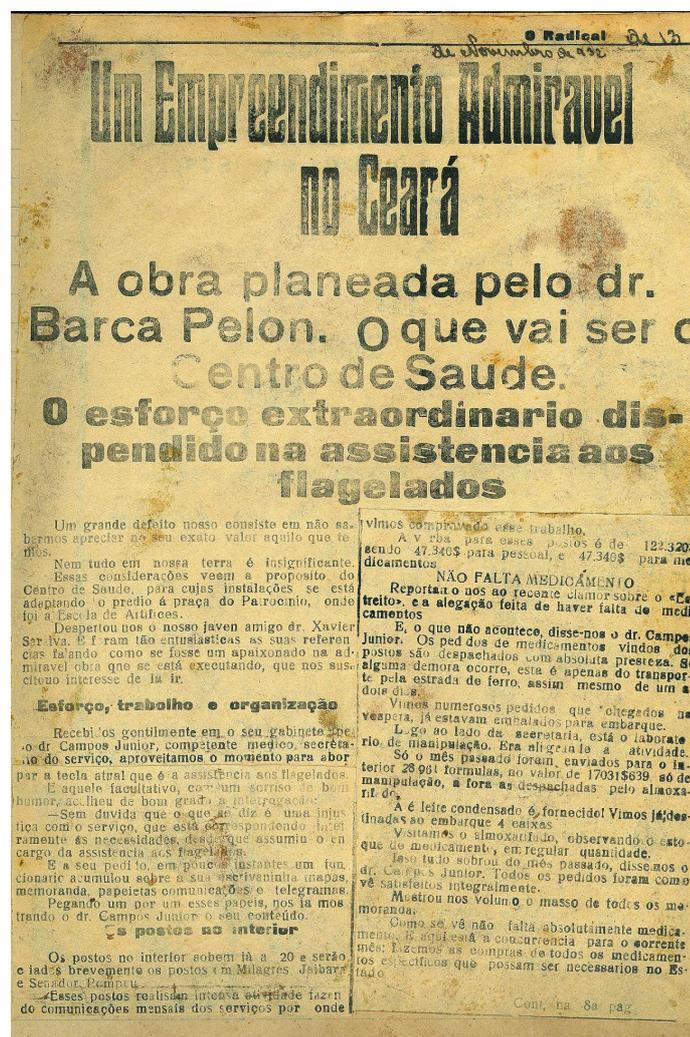
No dia 15 de dezembro de 1931 o jornal Nação publicava em primeira mão o molde em que Pellon havia anunciado sua gestão. O restabelecimento do SSE, denominado no jornal como Serviço de Saneamento Rural, criou o ambiente propício para um confronto entre as representações da gestão passada com a atual em que as “acomodações” financeiras para a dotação de um plano de larga escala para o estado era apresentada como resultado prático de reorientações administrativas na organização dos serviços sanitários que a imprensa anunciava nos seguintes termos:

“Nação” ouve o dr. Amilcar Barca Pellon, diretor do Serviço Sanitário do Estado. “Não farei assistência médica, mas tão somente saúde pública- diz-nos esse novo auxiliar do governo” [...] Não cuidará de assistência médica na pasta que lhe cabe. Cogitará exclusivamente de saúde pública, enfrentando os problemas afetos a esse ramo científico, e que estão desafiando solução adequada. Já verificou que as verbas de que dispõe a repartição são insuficientes para provêr as exigências de ultima parte, e assim, como pensar em ater-se à primeira? [...] Passando a outra ordem de considerações, o diretor de Higiene declarou-nos que no seu raio de ação procurará enfrentar os problemas sanitários mais prementes, como sejam a disseminação das moléstias infecciosas, intentando uma larga ação profilática contra a boubã, o trachoma, a lepra, o anquilostomo, como ainda cuidando dessa grave questão da assistência escolar e tratando particularmente da higiene infantil desde o período pré-natal (NAÇÃO, dez. 193, p.1).

O plano geral traçado por Pellon seguia a orientação técnica das reformas já realizadas em algumas capitais do sul do país em concordância com o que havia de mais avançado nos consensos internacionais de saúde pública, a exemplo da Conferência Europeia de Higiene Rural, realizada em Genebra em 1931. Vislumbrava, portanto, a construção de um Centro de Saúde, ligado à subpostos de higiene fixos e itinerantes pelo interior, capaz de congregar os dispensários que encontravam física e administrativamente distantes entre si e a formação de pessoal qualificado para atuar na saúde pública nos moldes almejados pelo governo federal para todo o território nacional.

A utilização de termos como “grandioso” e “admirável”, dentre outros do tipo, compunham representações de matérias de capa sobre o plano delineado pela gestão Pellon para o estado como uma contraposição ao histórico de gestões marcadas pelo atraso administrativo, tecnológico e institucional que as oligarquias haviam legado para o Ceará.

A matéria abaixo enseja o conjunto de intencionalidades impressas pela edição no corpo do texto a fim de representar as reformas na saúde pública como avanços que se baseavam mais na orientação racional de medidas administrativas sobre os recursos disponíveis do que em iniciativas individuais carismáticas.



Fac-simile 23: Jornal O Radical de novembro de 1932.

Veiculada em primeira página no jornal A Razão, a matéria estava dividida nos três tópicos: Esforço, trabalho e organização; os Postos do Interior e Não Falta Remédio. O título principal enunciava a obra do Centro de Saúde como “Um Empreendimento Admirável no

Ceará”. Abaixo do título o corpo editorial projetou duas chamadas para importantes temas sanitários que também ocupavam as capas de outros jornais nos mesmos moldes: a assistência aos flagelados e a obra do centro de saúde. Temas que, por sua vez, ocultavam um conflito inerente à oposição entre uma obra dispendiosa ao estado e a capacidade de se fazer frente às epidemias que assolavam os sertões com a seca. Não há como negar que as representações jornalísticas da época tenham contribuído para a consolidação de um campo concorrencial que contrapunha a complexificação da máquina pública - que exigia organização e técnica administrativa compatível com os anseios de regulação social por parte do poder central - aos ideais carismáticos e filantrópicos que circundavam a aura de médicos cearenses dedicados a trabalhar muito com muito pouco.

No Brasil o primeiro Centro de Saúde encontrou sua origem em 1923, ligado ao Instituto de Higiene de São Paulo, sob os auspícios do retorno de Paula Souza e Francisco Borges Vieira da escola de saúde pública de John Hopkins, onde completaram o curso com patrocínio da Rockefeller Foundation. Ao contrário do que a literatura já produziu sobre a extensão desse modelo para outras partes do país, o Centro de Saúde de São Paulo - oficializado com a Reforma do Serviço Sanitário promovida pelo Decreto SP 3876 de 11 de julho de 1925 que criou a Inspeção de Educação Sanitária e Centros de Saúde - teve forte orientação eugênica preventiva, o que o fez defender enfaticamente a subordinação da higiene escolar ao Serviço Sanitário deslocando o interesse pela saúde individual para a família, considerada como a principal unidade do cuidado e assistência (MELLO, VIANA, 2011).

Os Centros de Saúde eram uma evolução das teorias administrativas em voga na segunda metade da década de 1920 que primavam pela racionalização dos métodos e da administração científica com base em experiências bem sucedidas nos Estados Unidos. Foram concebidos com base em princípios da profissionalização de tarefas, hierarquias de níveis e definição precisa das normas que deveriam cumprir no gerenciamento das atividades. As bases científicas a nortear esses trabalhos baseavam-se na epidemiologia, na educação e na administração sanitária. Essa nova forma de atuar abrangia novos princípios e metodologias: a divisão das cidades em Distritos Sanitários e a ação das equipes de enfermeiras visitadoras, através das quais se buscava sistematicamente conhecer a situação dos domicílios, das famílias e dos indivíduos, monitorando e traçando o perfil epidemiológico de cada área. A partir desse conhecimento poderia se atuar aplicando as técnicas de educação, prevenção e profilaxia disponíveis (CAMPOS, 2007).

Mello e Viana (2011) afirmam que, um inquérito preliminar deveria ficar consignado na ficha de matrícula para permitir um estudo tanto do matriculado como de sua família.

Portanto, nenhuma dentre as atividades preconizadas, seria mais valorizada do que a visita domiciliária, que ficaria marcada como o grande diferencial de dinamicidade dos Centros de Saúde em relação à imobilidade dos dispensários. Mediante a falta de enfermeiras, o treinamento de visitadoras deveria recair sobre as professoras primárias, experiência julgada exitosa, uma vez que aliou aptidão didática e relacional à perspectiva de estender a obra higiênica aos escolares. Ao citarem Souza e Vieira (1936) os autores afirmam que as visitadoras cumpriam ainda um importante papel na coordenação geral das atividades sanitárias.

Na apresentação do organograma traçado para o estado do Ceará em matéria publicada em 24 de outubro de 1932 no jornal Correio do Ceará, em concordância com os princípios norteadores dos Centros de Saúde no resto do país, Pellon descreveu que a Diretoria centralizaria toda a atividade em ligação direta aos Departamentos de Educação e Propaganda, Epidemiologia, Demografia, Almoxarifado, Secretaria, Farmácia, Laboratório, Engenharia Sanitária, Serviço na Capital e Serviço no Interior. O serviço da capital deveria ser todo compreendido no Centro de Saúde, dividido nas seguintes seções: Higiene do Trabalho, Estatística e Demografia, Epidemiologia, Polícia Sanitária, Fiscalização de Gêneros Alimentícios, Dispensário de Tuberculose, Dispensário de Sífilis e Doenças Venéreas, Dispensário Pré-Natal, Dispensário Infantil e Cozinha Dietética, Dispensário Escolar, Serviço de Leprosia, Serviço de Boubas, Serviços de Helminiose e Serviço de Assistência aos Flagelados. O Departamento de Engenharia Sanitária haveria de ser subdividido nas seções de Água, Esgoto, Lixo e Construções e o Laboratório nas Seções Microbiologia, Parasitologia, Bromatologia, e Imunologia com o Vacionogeneo contra a varíola e o Laboratório anti-rábico, que seria o Instituto Pasteur unificado à Higiene do Estado. Os serviços do interior deveriam ser divididos em quatro distritos com sedes em Sobral, Aracaty, Senador Pompeu e Joazeiro, somando ao todo cinco distritos com a capital.

Segundo Barbosa (1994, p.107), uma das principais características da reforma empreendida por Pellon na saúde pública cearense referia-se a adoção de “uma política rigorosa de recursos humanos, a qual passava por uma rigorosa seleção de quadros e um demorado treinamento de todo o pessoal”.

Pellon recrutou um corpo de médicos, em sua maioria associados do CMC, que tinha interesse em atuar na saúde pública, ampliando significativamente o numero de vagas nesses serviços. Entre eles estavam José Paracampos, Leorne Menescal, Hélio Góes Ferreira, Octávio Lobo, Miranda Leão, Campos Junior, Carlos da Costa Ribeiro, dentre outros, que eram enviados ao Distrito Federal para realizarem formação específica nas diferentes áreas de

competência da saúde pública com despesas custeadas pela Secretaria dos Negócios do Interior e da Justiça - a exemplo do que foi identificado em registro de 10 de junho de 1932, referente à solicitação para viagem de instrução profissional de Carlos Ribeiro a fim de dotar o Laboratório da SSE do que havia de “mais eficientes processos empregados hoje em dia em atividades semelhantes”.

Os Postos de Profilaxia Rural do Ceará não tinham em seu quadro funcional enfermeiras ou visitadoras preparadas para atuar na saúde pública, como foi viabilizado no Distrito Federal após a criação da Escola de Enfermeiras do DNSP. Portanto, uma das primeiras iniciativas levadas à cabo por Pellon para suprir esta deficiência de pessoal de enfermagem diante da ausência de instituições formadoras no estado, ficou consignada na criação do Curso de Visitadoras Sanitárias, recrutadas entre moças da elite da sociedade cearense, conforme enunciado em matéria do jornal O Povo de Fortaleza de 27 de outubro de 1977. A visitadora sanitária Lucinda Pires de Sabóia recorda-se “[...] que foram tempos de muitos trabalhos, sobretudo porque não havia aparelhamento para o desenvolvimento da saúde pública. Conta que Barca Pellon, para suprir dificuldades, participou ele próprio do Curso de Saúde Pública para formação do primeiro grupo de Visitadoras Sanitárias” (O POVO, 1977, p.6).

Tal assertiva pode ser reforçada pela identificação de chamada pública veiculada em 26 de dezembro de 1931 na segunda página do jornal O Nordeste, com o título: “Curso de Enfermeiras Educadoras”. Nela, é divulgado conclave para matrícula no referido curso oferecido pela Diretoria de Saúde Pública em que deveriam ter preferência candidatas que apresentassem títulos ou diplomas de farmacêuticas ou dentistas. Para matrícula era exigida idade entre 16 e 30 anos, atestado de idoneidade, de saúde e de vacinação ou revacinação. O curso não era proibido às demais interessadas que não se enquadrassem nesses critérios, mas a publicação sinalava que as candidatas deveriam ser submetidas a exame preliminar de aritmética, português, chorografia do Ceará e noções de ciências físicas e naturais. A publicação da chamada para o curso a menos de um mês da chegada do sanitarista ao Ceará deixou patente a prioridade conferida à formação dessas agentes para atuar na saúde pública.

Não foram encontrados registros do currículo do curso de visitadoras nos poucos vestígios documentais da época. Contudo, foi encontrado no relatório dos serviços de saúde pública de 1943 indícios de que o currículo dos cursos de visitadoras sanitárias deste período ainda seguia padrões semelhantes aos dos primeiros cursos realizados no Distrito Federal na década de 1920. Nele o médico Joaquim Eduardo de Alencar, diretor dos serviços, submete ao Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça solicitação de abertura de concurso público

para o Curso de Visitadora Sanitária a quem denomina, junto ao guarda sanitário, de verdadeiros soldados da saúde pública. O curso deveria ter a duração de nove meses ininterruptos com o conteúdo teórico referente a dez disciplinas, a saber: Anatomia e Fisiologia; Patologia, Higiene Geral, Parasitologia, Higiene pré-natal, Otorrino-oftamologia, Higiene infantil, Higiene pré-escolar e escolar, Doenças transmissíveis, Ética e organização.

Em meados da década de 1920, a formação de visitadoras sanitárias já havia se consolidado como a alternativa mais viável para fazer frente às demandas da saúde pública de reduzir os coeficientes de morbimortalidade materno-infantil no Distrito Federal. Segundo Barreira (1998), na medida em que iam sendo formadas as turmas de enfermeiras as visitadoras iam sendo substituídas.

As estatísticas de visitadoras sanitárias passaram a ser veiculadas no Almanaque do Ceará a partir do ano de 1935, sob a justificativa do não envio de dados pela Diretoria de Saúde Pública quando se encontrava em franco processo de reorganização. Seus nomes oscilaram em torno de 16 a 27 agentes que permaneceram nessas estatísticas até o ano de 1944 ligadas ao Centro de Saúde, quando começaram a ser formadas as primeiras enfermeiras pelo Curso de Emergência da Escola São Vicente de Paulo, a primeira da região nordeste a ser equiparada aos padrões da Escola de Enfermagem Dona Anna Nery em 1946, pela promulgação do Decreto-Lei nº 21.885, de 26 de setembro.

Os dados disponíveis mostram que a criação de instituições de formação de médicos e enfermeiras foi inviabilizada ao Ceará e a outros estados da região norte e nordeste durante a década de 1930, muito provavelmente, como forma de manter a extensão do poder central aos estados através da padronização da assistência por meio do envio de médicos e visitadoras para qualificarem-se em instituições federais da capital do país. A Segunda Grande Guerra Mundial criou, contudo, as condições propícias para a criação do curso de enfermeiras de emergência na década de 1940, antes mesmo da criação da Faculdade de Medicina do Ceará em 1948, reproduzindo um processo análogo ao vivido pelo Distrito Federal na década de 1920, ou seja, a substituição das visitadoras sanitárias por enfermeiras diplomadas.

Poucos são os dados sobre as visitadoras sanitárias que cursaram enfermagem durante o período analisado, a exemplo de Maria do Carmo Moura Gomes que, por ato de 13 de fevereiro de 1935, foi comissionada a fazer o curso de enfermeiras na Escola Dona Ana Nery sem percepção de vencimentos e ônus para o estado, tendo sua vaga garantida até seu retorno, conforme ofício encaminhado pelo Secretário do Interior e da Justiça ao Diretor dos Serviços de Saúde Pública do Estado do Ceará.

Conforme já abordado, os centros de saúde eram uma evolução das teorias administrativas que estiveram em voga na segunda metade da década de 1920, um modelo defendido com muita ênfase por uma geração de sanitaristas formados sob a reiterada influência da Fundação Rockefeller (CAMPOS, 2006).

Sua extensão para o Ceará encontrou um ambiente hostil entre alguns, senão pela resistência de grupos locais que haviam se habituado à cultura campanhista de caráter intermitente - que fez tradição com os Serviços de Saneamento Rural e mobilizava menor quantidade de recurso público - mas, especialmente por viabilizar, conforme Mello e Viana (2011, p.1123), “aniquilar a influência francesa no campo da medicina social”, especialmente no que tange à priorização do enfrentamento dos problemas materno-infantis diante de uma larga trajetória de assistência consolidada na área filantrópica por médicos do CMC ligados à Santa Casa de Misericórdia, em que predominava a formação de parteiras diplomadas como estratégia para combater esses problemas no âmbito domiciliar e hospitalar.

A operacionalização do plano almejado por Pellon para os serviços de saúde pública seria logo colocada à prova diante da eclosão de uma grave estiagem que mobilizou uma massa de flagelados rumo à capital Fortaleza. Segundo Neves (2001), em 1932 foi a primeira vez que a intervenção do Estado brasileiro em período de seca no semi-árido cearense ocorreria de forma coordenada e centralizada, pois, mais do que uma irregularidade pluviométrica que demandava respostas localizadas às invasões de retirantes famintos nas cidades reivindicando trabalho e comida, a seca passou a ser entendida como fenômeno social, inserido nas redes de relacionamentos políticos e socioeconômicos.

O comprometimento das lideranças cearenses com o movimento de 30 impunha a necessidade de um posicionamento imediato contra as pretensões paulistas e seu predomínio sobre a política e a economia, considerado como funesto aos interesses regionais do Norte. Com a Revolução de 1930 gerou-se uma série de acontecimentos que projetaram os estados da região à pauta do governo provisório, ao passo de criar uma política específica de ampliação do espectro das alianças que se emolduraram sob o conjunto de medidas compensatórias consubstanciadas sob o lema: Rumo ao Norte.

A obscuridade em torno do assassinato de João Pessoa, a deposição dos governantes oposicionistas da região norte pela luta armada comandada por Juarez Távora e o envio de tropas estaduais para a Revolução Constitucionalista de 1932 - em que o Ceará participou com dois escalões oficiais do 23º Batalhão de Caçadores e quatro contingentes de tropas voluntárias, formando um total de quase três mil combatentes - criaria para o Norte condições políticas nunca antes vistas. Lopes (2009, p.10) destaca que houve ampla mobilização

mediática em torno da arregimentação de voluntários e do posicionamento da sociedade cearense contra os paulistas. O elevado contingente de 1800 voluntários, segundo ao autor, somente encontraria explicação plausível diante da falta de perspectiva que a seca interpunha às populações do semi-árido nordestino.

As estratégias mobilizadas para o enfrentamento do viés climatológico da seca interpunha à população interiorana as opções de empreenderem-se em mobilidade na busca de auxílio, basicamente, sob três maneiras: aderindo aos campos de concentração organizados pelo poder público, aderindo às poucas frentes de trabalho que não davam vazão à todo contingente populacional, e aderindo às tropas de voluntários.

Diante das representações divulgadas por parte da imprensa paulista de que a região norte era carregada e sustentada pela riqueza de São Paulo por considerar seu povo “incivilizado”, parte da imprensa jornalística cearense preocupou-se em ressaltar em suas representações da realidade que o nordeste era um lugar de heróis onde as três raças se fundiram para formar o povo brasileiro (LOPES, 2009). Apoiada neste princípio eugênico conclamava os autênticos representantes do povo brasileiro para a guerra, reforçando o potencial racial do sertanejo que contrariava os postulados negativistas defendidos pelo fazendeiro e jornalista paulista Monteiro Lobato, quando se referia ao Jeca Tatu como um entrave ao desenvolvimento econômico e cultural da nação.

Constata-se, portanto, que a amplitude das medidas de transformação do cenário da saúde pública cearense esbarrava com os interesses de ampliação e consolidação das parcerias do Governo Vargas, que chegou a se empreender em viagem pelo sertão durante a seca fazendo parada em Fortaleza para inaugurar pessoalmente o Centro de Saúde com a sua comitiva em 1933. Tal evento ficou consignado em ata de fundação do referido centro em que merece destaque, dentre todas as autoridades presentes - a exemplo do presidente em exercício Getúlio Vargas, o Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida, o Interventor Federal Carneiro de Mendonça, o Chefe do Departamento dos Negócios Municipais Tenente José Barreira e demais autoridades que integravam a comitiva presidencial - a assinatura de Isaura Barbosa Lima (segunda de baixo para cima), enfermeira diplomada da primeira turma do curso de Enfermagem da Escola do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em 1925, que se encontrava em missão federal prestando assistência aos flagelados da seca de 1932 e provavelmente atuando na formação da primeira turma de visitadoras sanitárias do Ceará.

Aos dezeto dias do mez de setembro de mil novecentos e trinta e três, pelas dez e meia horas, nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, sendo Interventor Federal, o exmo. sr. Capitão Roberto Carneiro de Mendonça; Secretário dos Negocios do Interior e da Justiça, Dezenbargador Olívio Dornéas Comara; Secretário dos Negocios da Fazenda, Major Manoel Ribeiro Cavalcante; Secretário de Polícia e Segurança Pública, Alfredo Americo da Silva; Prefeito Municipal de Fortaleza, Dr. Ramundo Girão; Diretor de Criação e Obras Públicas, Tenente Otton Augusto; Diretor do Departamento Municipal, Tenente José Parreira; Diretor de Agricultura, Dr. Esmerino Gomes Parente; Diretor da Estatística, Dr. Guilherme de Souza Frade; Diretor da Instrução, Dr. Joaquim Moreira de Souza; Diretor de Saúde Pública, Dr. Amílcar Barca Pellon, foram inauguradas as instalações onde funcionarão a Diretoria de Saúde Pública do Ceará e o Centro de Saúde de Fortaleza, iniciativa do Governo Revolucionario; levada a efeito pelo atual administração cearense.

Esta solenidade foi condignamente presidida pelo exmo. sr. Doutor Petúlio Vargas, Chefe

do Governo Provisorio da Republica; e presenciada pelos exmos. srs. Doutor José Americo de Almeida, Ministro da Criação e Obras Publicas, Major Juarez Tavora, Ministro da Agricultura e demais membros componentes da comitêa governamental que excursiona pelo norte brasileiro.

Para constar, todos os presentes subscrevem esta ata, como registro aos posterios e coevos, assinalando mais uma realizacão, no Ceará, da obra de reconstrucão revolucionaria.

Fortaleza, 18 de setembro de 1933

Luís Tavares
Carneiro de Mendonça
José Americo de Almeida
M. Dornéas
Cap. Otton Augusto
M. Cavalcante
Cap. Manoel Ribeiro
Alfredo Americo da Silva
Ramundo Girão
Francisco Amador
Amílcar Barca Pellon
Joaquim Moreira de Souza
Guilherme de Souza Frade
José Parreira

Fac-símile 24 e 25 – Ata de fundação do Centro de Saúde em 1933.

Em seu relatório referente ao ano de 1932, apesar de amplo apoio concedido pelo interventor federal para as realizações no campo da saúde pública, encontrou-se indícios de que Pellon esbarrava com resistências dentro da própria máquina administrativa para liberar verbas a tempo de dar andamento em tempo hábil as medidas que se interpunham diante da iminência de responder à situação emergencial da seca. Foram recorrentes as solicitações feitas pelo sanitarista em caráter de urgência para liberação de verbas mensais em que se deparava com entraves burocráticos a interpor certa morosidade ao andamento dos serviços, inclusive no que tangia ao pagamento de pessoal e aquisição de material para o Centro de Saúde. Ao passo em que mobilizava esforços para a edificação do Centro de Saúde, Pellon organizava uma força-tarefa par atuar nos campos de concentração de flagelados diante de uma seca não anunciada previamente.

Os campos de concentração de 1932 foram o resultado funesto de experiências governamentais de lidar com o problema da seca e dos retirantes desde a invasão da cidade de Fortaleza em 1877. Epidemias, crimes, descatos à recatada moral da família provinciana, assassinatos, suicídios, saques e loucura passaram a comungar do espaço social aos olhos curiosos da população alarmada que teve de conviver com um contingente de retirantes quase quatro vezes maior do que o da capital. Nesse contexto um conjunto de saberes e práticas começaram a se desenvolver para responder às exigências de enfrentar as necessidades do homem que se retirava de seu local de moradia durante a seca. Em 1915 estes saberes e

experiências constituíram uma nova instituição: o campo de concentração do Alagadiço. Até 1877 o governo permitia a construção de abarrancamentos de forma aleatória em vários pontos da cidade. Diante do inédito espetáculo de promiscuidade e imundice aos olhos de milhares de espectadores que assistiam a aglomeração de retirantes no Passeio Público - principal área de lazer e sociabilidade para o desfile das elegâncias - o Cel. Barroso decidira pela criação do campo de concentração (NEVES, 1995).

Ao contrário da experiência dos abarrancamentos, o campo de concentração foi criado segundo o receituário de que facilitaria a distribuição de socorros e permitiria a organização de medidas de tratamento melhor e mais humano aos retirantes. No entanto, logo o Campo do Alagadiço, chegaria a comportar em torno de 8 mil pessoas, se tornando mais fácil morrer dentro dele do que fora. Foi somente com o Ministro José Américo de Almeida que houve uma preocupação de fixar as populações de retirantes junto aos locais de trabalho e moradia. O problema dos “sem trabalho” colocaria a questão de um novo olhar sobre os retirantes, quando as frentes organizadas pelos poderes públicos se emolduraram como uma forma de evitar que fossem devastados pela fome. Assim, a instalação dos campos de concentração se deu por dois critérios básicos: o do ponto de vista da localização que permitiria o aceso pelas vias públicas e próximo aos locais de moradia e o da organização em conexão com trabalho e obras públicas (NEVES, 1995).

Atendendo a estes critérios foram criados sete campos de concentração em todo o estado do Ceará: em Fortaleza, o campo do Octavio Bonfim - de duração efêmera, localizado na antiga feira do Matadouro Modelo no Tauapé, onde em abril de 1932 encontravam-se mais de dois mil retirantes; e o campo do Urubú, localizado à beira-mar entre Pirambú e Porto. O campo de Quixeramobim durou apenas três meses (de abril à junho de 1932) e chegou a concentrar quase 5 mil pessoas. O campo de Cariús esteve em atividade durante um ano (maio de 1932 a abril de 1933) e atingiu uma população de 31.906 pessoas. O campo do Burity, próximo a Juazeiro, foi o maior de todos chegando a abrigar 60 mil retirantes. Seu grande contingente pode ser explicado devido à proximidade com a cidade de Padre Cícero. O campo de Ipú, no município do mesmo nome, chegou a concentrar mais de 7 mil flagelados, permanecendo ligado às obras de prolongamento da Estrada e Ferro de Sobral. Por fim, o campo do Patú, em Senador Pompeu que aproveitou as instalações da Vila Operária criada para as obras de construção do açude do mesmo nome, chegou a reunir quase 20 mil pessoas no mês de maio. Ao todo os campos de concentração chegaram a atender cerca de 105 mil flagelados, inclusive retirantes de outros estados (NEVES, 1995).

Ainda segundo Neves (1995), foram instalados 18 postos médicos-sanitários para o atendimento aos doentes, controle de epidemias e vacinação, contudo em verificação aos jornais da época constata-se que chegaram a noticiar a existência de 20 postos sanitários. Apesar do controle da varíola por vacinação, muitas vidas foram ceifadas por outros surtos epidêmicos, como o tifo, paratifo e disenteria. A limitação de medicamentos, aliado à falta de hábitos regulares de higiene, a aglomeração humana, insuficiência de ração alimentar constituiu campo fértil para a propagação das doenças contagiosas.

A seguir, imagem de retirantes à frente de um barracão feito com material improvisado e telhado de zinco (provavelmente) em campo de concentração. A predominância da tez escurecida da pele - característica marcante no biótipo dos flagelados rurais da seca – ajuda a compreender as interpretações eugênicas da época que podem ter levado as elites urbanas a exigirem medidas de confinamento e segregação da população interiorana em campos de concentração que, terminaram por ser apelidados como “currais dos bárbaros”.



Fac-símile 26 – Imagem dos retirantes e do barracão entre 1932 e 1933.



Fac-símile 27 – Imagem da aglomeração humana em barracão de campo de concentração, entre 1932 e 1933.

Os campos eram áreas vigiadas e cercadas por homens armados, sob o comando do Chefe de Polícia, na capital, e pelos Prefeitos no interior, a exemplo do que pode ser observado na imagem que se segue. Os inúmeros e variados dispositivos disciplinares utilizados nesses espaços confluíam para que os camponeses tomassem contato com um novo universo de sentidos e de instituições que, a partir de então procuraram regular a ordem social em todas as dimensões da vida: no trabalho, na segurança, na construção de moradias, na higiene pessoal e na medicina (NEVES, 1995, 2011). A seguir, cópia de fotografia de grupo de sanitaristas liderados por Pellon, acompanhado de políticos locais e chefe de polícia em um dos campos de concentração construídos em 1932.



Fac-símile 28 – Grupo de sanitaristas liderados por Pellon, políticos locais e o chefe de policia, entre 1932 e 1933.

As estatísticas dos serviços desenvolvidos nos campos de concentração só seriam publicadas pelo Ceará Medico na seção dupla de julho/agosto de 1934, após a extinção desses espaços. O responsável pela publicação foi o médico Fernando Leite que atuou nesses campos integrando as equipes formadas por Pellon. Leite fez alusão a alguns serviços que foram mantidos à cargo da Cruz Vermelha Brasileira por meio de Caixas Médicas Operárias, sob o controle das Diretorias de Saúde Pública dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí.

Tendo em vista a dimensão das estatísticas publicadas no Ceará Medico, serão consideradas para esse estudo as estatísticas do SSE que restringem os pormenores de serviços realizados na seca durante o ano de 1932 ao estado do Ceará. Neste relatório oficial ficou registrado o pactuamento de ação voluntária conjunta da Cruz Vermelha Brasileira com o SSE nos postos itinerantes localizados em Buriti, Carius, Jaguaribe –Mirim e Ipu, ambos com sede em Patú.

Fica patente que houve ampla mobilização de diferentes frentes de atuação para o enfrentamento da situação emergencial nos campos de concentração. A equipe médica de assistência aos flagelados foi assim distribuída: campo de concentração de Pirambu, os médicos Campos Junior, JJ Almeida, Miranda Leão e Hélio Góes Ferreira; na Zona

Jaguaribana (Icó- Jaguaribe Mirim e Alto Santo), o médico Castro Meireles; em Cariús, Heitor Menezes; em Burity, Ataliba Barroso e em Ipu o médico Martins Neto. Todos os postos tinham três guardas sanitários excetuando-se o da Zona Jaguaribana que contava com mais um guarda chefe.

O contraste entre as práticas hodiernas da saúde pública com as afeições religiosas do povo cearense fez com que a equipe de sanitaristas liderada por Pellon considerasse a importância de recorrer à audiência com Padre Cícero a fim de angariar legitimidade junto à autoridade local diante da reiterada negativa dos retirantes em aderir às medidas sanitárias compulsórias, muito provavelmente no campo de Burity. Não foi encontrado registro na literatura sobre este encontro nem sobre seus resultados práticos, portanto, até o presente momento permanece o registro oral feito pelo próprio sanitarista aos seus familiares de que padre Cícero haveria considerado a necessidade de anunciar em missa campal, diante do reconhecimento da iminência de uma calamidade, a necessidade da população aderir às medidas sanitárias a fim de evitar a reprodução do cenário caótico de transmissão de enfermidades que havia imprimido no consciente coletivo as lembranças de tempos não muito pretéritos. A atitude do grupo mostra uma linha de atuação conflitante com as políticas varguistas que se seguiriam para a região nordeste, especialmente para o Ceará na década de 1930, quando Getúlio Vargas não mediu esforços em por fim aos focos de resistência ideológicos evidenciados na forma do cangaço e do messianismo religioso que culminaram com o “Massacre do Caldeirão” e a morte de Lampião (1938), Corisco (1940) e seus comparsas.

O sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto estava localizado no município de Crato e abrigava uma comunidade de seguidores do Beato José Lourenço, fiel seguidor também de Padre Cícero. A irmandade do Caldeirão existiu entre 1894 e 1937 e acreditava no advento do reino messiânico, que se localizaria em Juazeiro do Norte na Igreja do Horto e no sítio do Caldeirão, no município do Crato. Com a morte de Padre Cícero em 1934, emergia no sertão nordestino uma forma de manifestação religiosa que agregava elementos da religião indígena, africana e católica dando origem ao catolicismo popular em que o próprio Padre Cícero era considerado a terceira pessoa da Santíssima Trindade. Criado pelo Padre Cícero, o Caldeirão era tocado por um projeto igualitário que chegou a abrigar cerca de 5 mil pessoas num terreno de 500 hectares, o que desequilibrou o sistema de produção latifundiária local. Em 1930, devido às suas crenças comunitárias, o Beato José Lourenço foi acusado de participar da Intentona Comunista e perseguido refugiou-se na Serra do Araripe para não ser preso. Em 1936 as autoridades políticas e eclesiásticas pediram o fim do Caldeirão. A comunidade foi

invadida, e os seus moradores expulsos. Em 1937, ao se saber da resistência de José Lourenço e seus seguidores vivendo clandestinamente na Chapada do Araripe, foi mobilizado amplo aparato bélico que culminou com o primeiro bombardeio aéreo realizado pelas tropas leais ao governo federal provocando a morte de cerca de 700 seguidores do Beato José Lourenço sobreviveu ao ataque e veio falecer em Exu, estado do Pernambuco, vítima de peste bubônica (GOMES, 2009).

Portanto, a articulação dos representantes da ciência moderna com o representante legítimo da autoridade religiosa local evidencia aquilo que o trabalho de Elias (1994) legou à compreensão das realidades sociais, permitindo compreender os moldes em que se delinearam essas relações como uma complexa trama da rede de interdependências da “nova saúde pública”. Experiência que, muito provavelmente, deu origem ao trabalho desenvolvido por Pellon como diretor da Divisão de Organização Sanitária (DOS) no período compreendido entre 1941 e 1957 quando instituiu em nível nacional a organização de postos itinerantes de atendimento assistencial em locais de grande fluxo de peregrinação messiânica. Abaixo, imagem do padre Cícero com o corpo de médicos sanitaristas liderados por Pellon.



Fac-símile 29 – Imagem do Padre Cícero, corpo de médicos e o sanitarista Barca Pellon, entre 1932 e 1933.

A partir de 1932, a seca tornar-se-ia um problema nacional a ponto de, em dezembro de 1933, acontecer no Distrito Federal (RJ) o Primeiro Congresso Brasileiro dos Problemas do Nordeste, organizado pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres sob forte incentivo do Major Juarez Távora. Segundo Fernandes (2011), Alberto Torres foi considerado uma das matrizes do pensamento autoritário brasileiro, conhecido pelos traços de seu pensamento, ressaltados por todos, independentemente do viés ideológico, que foram o nacionalismo, a crítica ao imperialismo, à crítica aos partidos políticos, à defesa da agricultura e a defesa do trabalhador nacional. O reconhecimento de sua obra se deu a partir da década de 1930, quando suas ideias frutificaram tanto na Constituição de 1934 quanto na de 1937.

A participação das tropas cearenses na revolução de 1930 trouxe à baila ampla discussão em torno do comprometimento das diferentes esferas públicas federais com a situação daquela que foi denominada por Idelfonso Simões Lopes, na Conferência realizada na Sociedade dos amigos de Alberto Torres em março do mesmo ano, como “brava gente, que nos ajudou nos surtos de nossa independência política e na formação geographica intelectual e ethnica da nacionalidade, e cuja singular estructura moral é mesmo digna da pena fulgurante de Euclides da Cunha.” Portanto, percebidos enquanto mártires da revolução de 1930, os sertanejos, vistos no novo contexto político como uma “raça resistente”, foram considerados como aliados do governo Vargas e caberia então às agências federais em parceria com os estados mobilizar amplo aparato para combater os males provenientes da seca, criando frentes de trabalho e serviços assistenciais que não se mostraram suficientemente eficazes para dar resolutividade aos antigos problemas da fome e das epidemias.

Do relatório do SSE referentes ao mês de maio de 1932 foram registradas 15.132 doses de vacinação e revacinação de varíola na sede, em domicílios, nos campos de concentração, em postos, escolas, no Umarú e no interior. Foram distribuídos 3000 tubos de vacina para a Cruz Vermelha Brasileira, 550 para a sede dos serviços e 17.035 para o interior. Realizados 3881 procedimentos de curativos de olhos e otorrino, pediátricos e clínica geral, aviadas 3047 receitas, realizadas 4783 consultas nas mesmas áreas médicas, 234 hospitalizações, 9 óbitos e 13 pequenas cirurgias.

O relatório referente ao mês de junho, foram notificados 43.407 administrações de vacina e revacinações anti-variólicas na sede, domicílios, escolas, campo de Pirambu, postos da capital e interior. Distribuídas 18680 doses de vacina para a sede e o interior. Realizadas 9637 consultas, aviadas 6795 receitas, 10.446 curativos, realizado 12 partos e 3 abortos. Realizadas 345 intervenções cirúrgicas, 362 hospitalizações, 308 óbitos, 520 visitas

domiciliárias, 416 fossas construídas, 81 casos de tifo notificados e 107 exames de fezes realizados sendo 92 positivos parasitológicos. Administradas 1483 doses de vacina antitífica.

As estatísticas referentes ao mês de Julho de 1932 reportam 18946 administrações de vacinação e revacinação que foram administradas na sede dos serviços, no posto do Pirambu, da capital e interior e distribuídos 5000 tubos de vacina na sede e interior. Foram realizados 5 partos, 1 aborto, 13.399 consultas, 3858 receitas, 4354 curativos, 99 pequenas intervenções cirúrgicas, 392 hospitalizações, 292 óbitos, 6351 vacinações anti-diftéricas, 80 casos de tifo notificados, 743 visitas domiciliárias, 23 poços inspecionados, 4006 dietas ministradas e 87 exames de fezes realizados com 85 positivos para helmintoses.

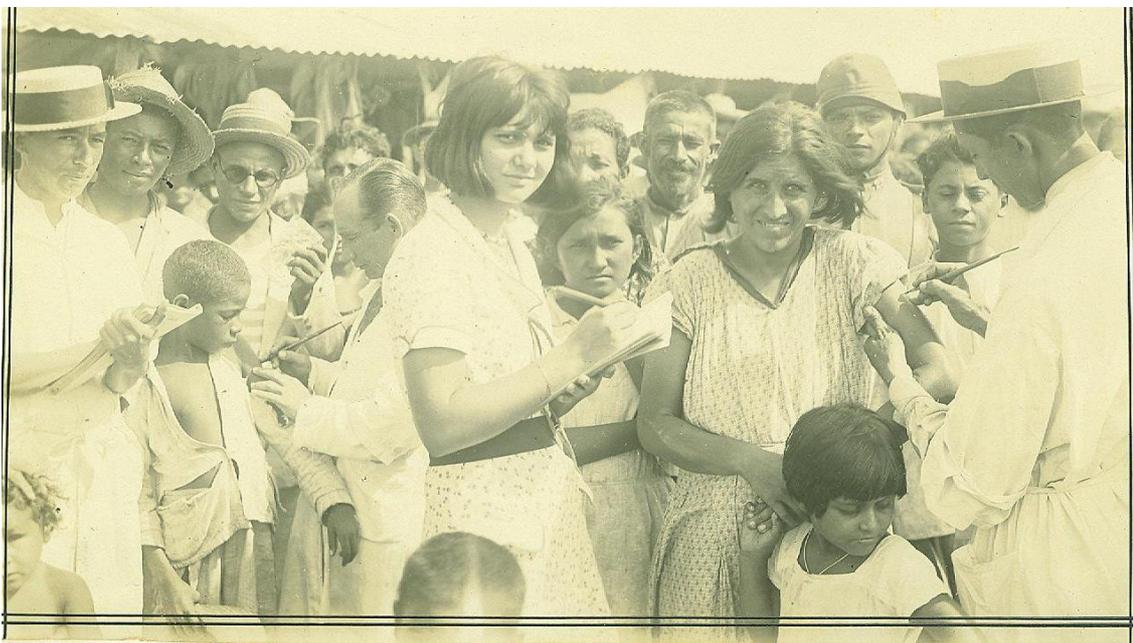
Os registros do SSE para o mês de agosto apontam para 10.417 consultas realizadas nas especialidades de clínica obstétrica, olhos e otorrino-laringologista, clínica pediátrica, e clínica geral, 5532 receitas aviadas, 7669 curativos, 22 partos e 3 abortos, 79 pequenas intervenções cirúrgicas, 384 visitas domiciliares, 34 casos de tifo notificados; 3641 vacinações anti-tíficas, 4 casos de sarampo notificado, 54 estabelecimentos de gêneros alimentícios inspecionados, 4 poços de abastecimento de água inspecionados, 161 fossas inspecionadas, 333 hospitalizações, 8753 dietas administradas, 545 óbitos, 86 exames de fezes para helmintoses, sendo todos positivos nos campos de Pirambu, Soure, Jaguaribe Mirim, Ipú, Carui, Patu e Crato (Buriti). Ao todo foram registradas 21970 vacinações e revacinações de varíola entre homens e mulheres na sede do serviço, no campo de concentração Pirambu e postos da capital e interior e distribuídos ao todo 3600 tubos de vacina para a sede e 6.230 para o interior.

Poucos são os registros disponíveis sobre os campos de concentração, restringindo-se quase em sua totalidade àqueles divulgados pela imprensa jornalística da época onde eram publicadas informações sobre as medidas de enfrentamento das epidemias a fim de manter a população da capital acutelada das ameaças que uma má organização desses serviços poderia lhes proporcionar.

Os dados oficiais mostram que as medidas adotadas não permaneceram restritas às atividades assistenciais, criando extensão para o monitoramento dos depósitos de água, estabelecimentos comerciais, vacinações e visitas domiciliárias. Cumpre ressaltar o papel desenvolvido pelas visitadoras sanitárias nas atividades de visitas domiciliares que, a partir do relatório referente ao mês de junho passaram a figurar nos documentos oficiais. Neste sentido, somente se torna possível pensar o exercício da visita domiciliar por visitadoras sanitárias formadas no curso oferecido por Pellon durante o ano de 1932 na modalidade de

vivência em estágio, tendo em vista o pouco tempo disponível entre o anúncio do curso e os relatórios oficiais que registravam a ação dessas exercentes da enfermagem de saúde pública.

A imagem abaixo apresenta a vacinação antivariólica realizada por guarda vacinador, registrada pela visitadora sanitária e monitorada por oficial militar (ao fundo) sob os olhos atentos da população de flagelados que ainda manifestava *facies* de compleição saudável, o que aponta que a vacinação deveria estar sendo realizada no momento de sua chegada ao campo, antes mesmo que a fome e as epidemias se abatessem sobre ela.



Fac-símile 30 – Vacinação antivariólica, entre 1932 e 1933.

Os dados disponíveis evidenciam a centralidade conferida ao papel das visitadoras sanitárias no que diz respeito à ampliação das responsabilidades governamentais com a assistência à mulher, à criança e à prevenção de doenças infecciosas pelas ações de saúde pública, o que favoreceu a criação de um limiar impreciso entre sua atuação e a atuação das parteiras diplomadas pelo corpo médico da Maternidade Dr João Moreira da Santa Casa de Misericórdia.

No Decreto de nº 1013 de 9 de maio de 1933, que instituiu a Diretoria de Saúde Pública em substituição ao SSE, nota-se o amplo espaço destinado às visitadoras sanitárias nos serviços de saúde pública. Apesar de se encontrar na folha de pagamento do SSE de 1932 a existência de nome de enfermeiros (as) nesses serviços, a exemplo de João Luís de Almeida

Filho (enf 1ª classe), Maria Simões do Carmo e Judite Andrade Pereira (2ª classe); Maria Marinho dos Santos (3ª classe) e Maria Berilla Militão Brasil (ajudante de enfermeira) esses não figuraram na nova organização sanitária em que as disposições administrativas do estado, em seu artigo 6º instituiu que o Centro de Saúde da capital deveria manter, entre seu corpo de profissionais, uma visitadora-chefe e 13 visitadoras, não fazendo nenhuma referência à lotação das(o) enfermeiras(o). Contudo, como algumas delas foram encontradas nos indicadores profissionais da Diretoria de Saúde Pública no Almanaque do Ceará de 1935 como: auxiliar de dispensário (Maria Simões do Carmo) e atendente (Judite Andrade Pereira e Maria Berilla Militão Brasil) sugere-se que a denominação enfermeira (o) estaria sendo utilizada no início da gestão Pellon como uma modalidade genérica de referência profissional herdada das gestões anteriores, o que, teve de ser ajustado para enquadrar-se nos ditames da reforma dos serviços de saúde pública.

O interior do estado seria dividido em quatro distritos sanitários, a saber: Noroeste, Central, Norte e Sul, onde deveria haver um posto permanente localizado em localidade de maior densidade populacional e um posto itinerante. Os postos permanentes deveriam obedecer à seguintes estruturas segundo o modelo de classificação: PH1- um inspetor sanitário, dois médicos auxiliares, três visitadoras, um escriturário, um escrevente microscopista, um guarda-chefe, dois guardas sanitários e dois serventes. PH2- um inspetor sanitário, um médico auxiliar, duas visitadoras, um escrevente microscopista, um auxiliar de escrita, dois guardas sanitários e um servente. PH3- um inspetor sanitário, uma visitadora, um escrevente microscopista, um guarda sanitário e um servente.

No artigo numero 13 ficou consignado a obrigatoriedade da prestação de concurso em que “os cargos de guardas chefes, guardas sanitários e educadoras só poderão ser preenchidos pelos candidatos que tenham submetidos à prova de habilitação e de instrução em cursos especiais, organizados pelo Diretor, e com aprovação final em concurso.” Os salários da visitadora-chefe (4:200\$000) e das visitadoras (3:240\$000) se igualavam aos do guarda-chefe e guardas sanitários respectivamente. Comparativamente, o salário da visitadora-chefe se igualava ao de dentista, superava o do médico radiologista (3:600\$000) e era pouco menor do que o do médico auxiliar (5:400\$000).

Tais dados demonstram ter sido as visitadoras um dos braços da chamada “Reforma Pellon” que, diante da falta de instituições formadoras de enfermeiras no estado, investiu em um corpo de exercentes de suas funções na área da saúde pública permanecendo ativas até a década de 1940 - quando passariam a figurar nas estatísticas oficiais como assistentes sociais do Centro de Saúde - em virtude da formação das primeiras enfermeiras do Curso de

Emergência em 1943 que tornaria incompatível a convivência entre as duas categorias profissionais.

Pesquisa de Batista (2011) demonstra que reforma semelhante na saúde pública somente foi realizada no estado do Piauí em 1938 com a consolidação do primeiro curso de formação de visitadoras sanitárias em que foram selecionadas esposas de autoridades locais, a exemplo do Interventor Federal, demonstrando que as visitadoras exerciam importante papel na assistência à saúde, compreendendo a prestação de serviços desde o pré-natal até o atendimento aos casos de tuberculose. Outra reforma na região nordeste foi realizada pelo próprio Pellon em 1935 no estado de Pernambuco, contudo, poucos dados existem a respeito.

Em reunião ordinária do CMC realizada no dia 20 de fevereiro de 1932 são designados os médicos Cezar Rossas e Jurandir Picanço para convidarem Pellon a participar de uma sessão do Centro Médico, o que ocorreu em primeiro de abril do mesmo ano. Após abertura da sessão com a aprovação da ata da sessão anterior, Antônio Justa apresenta seu trabalho “Apreciações sobre o novo plano de organização sanitária a ser ensaiado no Ceará” em que se posiciona explicitamente contra o plano proposto por João de Barros Barreto para o estado sob a condução de Pellon, tentando demonstrar sua inaplicabilidade para aquele momento ao comparar as verbas disponíveis. Estabelece comparações entre a proposta de Barros Barreto e a gestão Samuel Uchoa e pede que seja votada uma comissão do CMC para opinar sobre a organização sanitária do Ceará cotejando o antigo plano de serviço. Justa defendeu que essa comissão deveria estudá-lo e comunicá-lo às altas autoridades e à imprensa. A proposta de Justa é refutada pelos médicos Otávio Lobo, Vossio Brigido, Lineu Jucá e Jurandir Picanço, sem que nenhum membro se manifestasse a favor. Este último pede que seja concedida a palavra ao sanitarista. Pellon se manifestou considerando estranho o posicionamento de Justa diante de um plano que ainda não tinha se tornado público, após o que fez sua exposição em largos traços, lembrando o papel desempenhado pela leitura oral nas sessões ordinárias do CMC como forma de defesa da autoridade de enunciar diante dos pares, reconhecendo assim, o CMC e sua revista como as sumidades das ciências médicas do Ceará.

Durante sua gestão, Pellon retornaria algumas vezes ao CMC, contudo, no dia 6 de maio de 1932 completou sua explanação fazendo amplo detalhamento de seu plano de trabalho desenhado para o Ceará, ficando registrado em ata como bem aceito, o que deixou todos esperançosos, exceto Justa que voltou a reafirmar suas apreciações sobre um plano que fizera aproveitando para responder aos médicos Otávio Lobo e Lineu Jucá os apartes da sessão anterior.

Conforme já destacado, os jornais de Fortaleza “seguiram de perto” a execução do plano de trabalho traçado pelo sanitarista fluminense, dedicando amplos espaços em suas páginas para noticiar os feitos e denunciar a estranheza diante de fatos e/ou medidas que julgavam contrastar com a realidade econômica e cultural com a qual a sociedade cearense estava acostumada a tratar dos assuntos de saúde pública. Somente o acervo particular da família Pellon guarda 31 matérias jornalísticas publicadas pela imprensa escrita do Ceará entre os anos 1931 e 1934. Os nomes dos jornais e os anos em que foram vinculadas as matérias encontram-se descritos em pormenores no quadro abaixo.

Quadro nº 02 - Número de matérias publicadas segundo o jornal e o ano de publicação, no período de 1931 a 1934.

Jornais	Ano de publicação				Total de matérias por jornal <i>1931-1934</i>
	<i>1931</i>	<i>1932</i>	<i>1933</i>	<i>1934</i>	
Correio do Ceará	5	8	0	1	14
O Povo	1	3	1	2	7
Gazeta de Notícias	2	0	2	1	5
A Rasão	1	0	0	0	1
O Nordeste	0	1	0	0	1
O Radical	0	1	0	0	1
<i>Diário Oficial</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>
Sem título	1	0	1	0	1
<i>Somatórios</i>	10	13	5	4	31

Fonte: Arquivo pessoal (1931-1934)

Neste acervo particular o jornal Correio do Ceará apresenta o maior número de matérias publicadas, sendo a sua maioria datada do início da gestão pública de Pellon em que noticia a sua chegada, seu plano de trabalho e matérias relativas aos problemas da infância desvalida do Ceará e dos compromissos firmados pelo SSE com esta causa. Segue-se o jornal o Povo e a Gazeta de Notícias que conferiram maior ênfase aos acontecimentos que marcaram o período entre 1932 e 1934 como o problema do leprosário, da atenção à infância desvalida, do plano de construção do Centro de Saúde e da organização de um serviço para atendimento nos campos de concentração. Algumas notícias encontravam-se recortadas e sem registro cronológico, o que, implicou em sua representação na tabela pela designação de “sem título”.

Os jornais conferiram amplos espaços para o debate em torno dos problemas referentes ao leprosário, dando ênfase a falta de recursos financeiros e ao abastecimento hídrico – temas que já haviam sido enunciados por Antônio Justa em matéria publicada no

Ceará Medico na edição de outubro de 1930, onde se dizia esperançoso de que a “próxima gestão” os resolvesse.

A gestão vindoura recairia sobre o próprio Antônio Justa que tratou de atribuir a causa do problema à supressão dos repasses federais destinados à organização dos serviços de saúde no Estado. Durante a gestão Pellon, Justa encampou ampla campanha pública ao que anunciou como “rompimento” da gestão do SSE com a administração deste espaço de assistência filantrópica, considerando como justificativa plausível para se afastar do cargo de diretor da unidade oportunamente por breve período.

A iminência de fuga dos leprosos diante da suposta falta de medicamentos, água e atendimento médico, fez com que este tema ocupasse as principais pautas jornalísticas no ano de 1932, logo após a visita de Pellon ao CMC, devido à ameaça de convívio da população citadina com a população de leprosos. Tal contenda tomou tamanha amplitude que fez com que o Interventor Federal marcasse uma audiência pública em companhia do diretor do SSE com os principais jornalistas e a sociedade Mantenedora do Leprosário, a fim de desfazer o mal-estar proveniente das acusações que consideravam infundadas diante das evidências de que não se tratavam de problemas afeitos à saúde pública, mas à falta de organização administrativa e financeira dessa sociedade e da má escolha do local para construção da gafaria, que redundou no problema da água, já constatado em gestões anteriores.

Em matéria publicada no dia nove de julho de 1932, o Jornal o Nordeste anunciou que, após fiscalização realizada no leprosário pelo diretor do SSE e sua equipe, não havia sido constatado falta de medicamentos para tratamento dos leprosos, nem tampouco, suspenso o repasse das subvenções federais. A matéria reiterou o reconhecimento do diretor do SSE e do editorial jornalístico da importância conferida ao Ceará Medico como órgão - não só de comunicação aos pares - mas de posicionamento crítico frente aos problemas sanitários do estado. Dessa forma se pronuncia: “Não vê s. excia. razão para aquelle facultativo, com a responsabilidade do seu nome, asseverar, como fez na revista do ‘Centro Medico’ que se acha rompida a reciprocidade de serviços entre o governo e o leprosário.”

O problema da seca e da organização de um serviço capaz de responder às demandas de atendimento da população de flagelados também foi tema recorrente nos jornais cearenses. Os reincidentes boatos sobre falta de medicamentos para a assistência aos flagelados, aos leprosos, e demais serviços assistenciais, traziam à tona as retóricas dos médicos responsáveis pelos diferentes serviços de saúde pública, o que marcou este período como de ampla mobilização dos meios de comunicação a fim de manter a sociedade cearense informada sobre as mudanças que ocorriam nos serviços sanitários. Reza, portanto, sobre a administração

pública a responsabilidade de manter a ordem do espaço urbano, livre das ameaças provenientes do desgosto moral advindo da iminência do convívio entre sãos e leprosos, flagelados, crianças desvalidas, dentre outros.

O numero de publicações na imprensa jornalística chama atenção para o quanto às questões afeitas à gestão Pellon na saúde pública ocuparam a pauta das representações da realidade nos espaços consagrados à leitura leiga. Aponta, assim, para as formas como as concorrências entre representações se enunciam e como a leitura enquanto um ato concreto insere o corpo individual e social em modalidades diversificadas de construção do sentido de realidade, que neste caso confrontam as apropriações das representações jornalísticas e científicas, através do que Chartier (1990) refere como sendo fruto de modalidades de imposição da concepção da visão do mundo social a outro ou ao mesmo grupo; conflitos que são tão importantes como as lutas econômicas e que fazem com que o poder dependa do crédito concedido à representação.

Alguns jornais não pouparam a gestão do sanitarista fluminense de críticas efusivas, empreendendo-se na difusão de uma imagem de incapaz de exercer o cargo que ocupava. O Jornal o Povo, do redator Gastão Justa, foi o que mais mobilizou esforços para imprimir uma resistência tenaz à gestão Pellon. Não obstante o sobrenome do redator guardasse semelhanças com o do médico leprologista do CMC, não foi possível identificar a ligação de parentesco entre ambos, somente, que a família Justa provinha de uma origem genealógica comum e, portanto, é possível se inferir que ambos possuíam laços de co-sanguinidade e, talvez, de cumplicidade nos temas afeitos à saúde pública.

Na edição de número 302 de fevereiro de 1934, o jornal O Povo traz a seguinte nota:

O que há na saúde pública? A repartição que o sr. Barca Pelon superintende parece mais com uma casa de mãe joana. Todo dia aparece ali uma reforma. Mudança de endereço. Mudança de horário. Os funcionários andam numa verdadeira dobadora. O resultado é nada. Segundo comunicações que recebemos, o diretor baixou uma nova portaria, regulamentando o horário do Laboratório. Afirmam que o sr. Barca Pelon teve conhecimento de que o assistente ia só uma vez por dia e não passava uma hora na repartição. Adiantam mais que o diretor não está satisfeito com o referido funcionário, porque até agora o mesmo não deu satisfação dos exames de peste a que procedeu, ha dias em Palmeira. Que fez o médico? Não ligou importância à nova portaria do centro de Saúde e resolveu frequentar a repartição somente no segundo expediente. Ao que se afirma, o funcionário-medico não entende bem dessas questões bacteriológicas. Tanto é assim que os casos suspeitos de peste, submetidos a novos exames, deram resultados negativos. Diante de tamanha indisciplina e da tamanha incúria, que resolverá o sr Barca Pelon?

Nota-se que o autor da matéria não somente se empreendeu em desqualificar os serviços e o sanitarista em sua representação, como em deixar claro que obtinha informações privilegiadas quanto aos resultados de exames e demais questões referentes à rotina da unidade de saúde e, até mesmo, das impressões pessoais do diretor do SSE sobre os problemas existentes. Ressalta-se o fato que algumas das matérias que veiculavam dados pormenorizados das questões ligadas aos serviços de saúde pública não traziam a assinatura do seu autor, a exemplo do exposto. Dada a relação aproximada entre médicos do CMC e a imprensa jornalística, não é demais ressaltar a possibilidade de co-participação entre ambos em algumas situações pontuais com o fim de desqualificar a gestão “estrangeira” de Pellon em detrimento de sua antecedente regional.

Justa era parente de Rodolpho Teophilo, farmacêutico que no início do século XX se empreendeu na produção independente de vacina anti-variólica jenneriana e na consequente vacinação da população, desenvolvendo estratégias próprias de persuasão à adesão às medidas sanitárias por meios que exigiam um conhecimento apurado das redes de interdependência que o ambiente hostil do sertão interpunha, criando uma resistência peculiar à identidade daquela que os agentes sanitários denominavam como “raça sertaneja”.

Da mesma forma, sua dedicação ao caso dos leprosos e à organização da produção e distribuição de vacinas no estado, assim como seu papel de editor do Ceará Medico, o lançou em uma ascensão política nunca antes experimentada pelo leprologista. Tal fato fez com que angariasse para si o diferencial dentre os seus pares de ser o detentor das qualidades exigidas de um gestor dos serviços de saúde, reconhecido pela opinião pública pela sua competência humanística de manter sob equilíbrio as forças e tensões sociais existentes, em que a identificação com a terra natal e o conhecimento das características que a constituição genética da “raça” impunham ao sertanejo lhe asseverava as aptidões de lidar com as ameaças sanitárias à ordem social, conferindo-lhe um diferencial diante da opinião pública à orientação técnica e administrativa reivindicada pela reforma Pellon.

Nos moldes em que buscava delinear sua resistência à gestão Pellon, Justa passou a restringir a abordagem de suas publicações à dimensão crítica sobre as transformações engendradas nos serviços pela nova administração, não cansando de enaltecer, por sua vez, a gestão de Samuel Uchoa como contraponto. Suas publicações no período evidenciam três estágios claramente diferenciados entre si: durante a gestão Uchoa e a sua gestão (1929 a novembro de 1931)- Justa publicou um conjunto de matérias sobre a clínica da lepra e sobre os problemas relacionados ao atendimento que atribuiu à falta de verbas que a Revolução de 1930 impôs à sua gestão. No que tange à gestão Pellon (dez.1931 a jun.1934), o caso da lepra

foi recorrentemente enunciado sob a forma de crítica direta ao sanitarista, quando o leprologista evidenciou sua insatisfação traçando ampla rede de comparações com a gestão de Samuel Uchoa, reclamando também a ausência de mobilização em torno da edificação de um serviço nacional de combate à doença.

Apesar do amplo reconhecimento social atribuído à Justa devido a seu papel central no que dizia respeito ao seu compromisso com a causa da lepra no estado, na edição de maio de 1934, com a nova orientação governamental de estruturar os serviços de leprologia em todo o território nacional, Justa manifestou em matéria do Ceará Medico seu declínio do papel de contribuir para os estudos solicitados pelo governo federal para este fim. Em 1935 Justa reduz seus investimentos em publicações, apresentando, entre os três artigos publicados no período, um ensaio de vivência pessoal em um posto de bouba no estado durante a gestão Uchoa, em que chamava a atenção para a necessidade de poucos gastos para o êxito das ações sanitárias que davam mais ênfase às suas iniciativas individuais do que à necessidade de investimentos técnicos e administrativos, contrastando novamente suas experiências humanísticas com o que denominou ser “a onerosa Diretoria de Saúde Pública atual” ao se referir à gestão de seu colega de CMC, o médico Otávio Lobo, que já atuava neste cargo desde a saída de Pellon em junho de 1934.

Justa também procurou publicar uma sequência de matérias que traziam as estatísticas sobre a produção do Vacinogeneo Rodolpho Teóphilo buscando divulgar o trabalho desenvolvido no período em que esteve à frente de sua diretoria para justificar as críticas à sua incorporação ao novo laboratório criado pela reforma Pellon. Procurou dirigir-se às questões atinentes à orientação técnica do SSE em consonância com o Departamento Nacional de Saúde (DNS) do MESP sobre o diagnóstico de Alastrim enquanto varíola atenuada, ao que lançou duras críticas afirmando-se como detentor de ampla experiência no assunto devido à sua vivência no enfrentamento das epidemias passadas que assolaram a população do Ceará.

Ao passo em que ocorria a denominada “Reforma Pellon” o CMC nomeava uma comissão formada por Antonio Justa, Octavio Lobo e Pedro Sampaio para promover uma reunião da classe medica, a fim de ser reorganizado o Centro com o concurso moral, intelectual e material de todos (CEARÁ MEDICO, 1933).

A desordem social proveniente da seca, da lepra e da infância desvalida voltava a ameaçar as vida urbana da capital Fortaleza e o Centro Medico Cearense havia sido retirado do centro da ordenação política dos serviços públicos. A centralização governamental e a direção dos serviços de saúde pública por um “estrangeiro” parece ter feito com que a Comissão de Redação do CMC lançasse mão de uma estratégia de reorientação de afirmação

de sua identidade de ordenar o campo sanitário por meio de uma dimensão da ciência que abordasse a questão pública a partir do conhecimento - sem possibilidade de paralelos com agentes que não comungavam das mesmas raízes - sobre o “sertanejo”, e com ele o médico cearense, profundo conhecedor das necessidades e potencialidades que sua constituição genética lhe interpunha.

A eugenia, ciência que já era esboçada nas linhas e entrelinhas do Ceará Medico se inscreve, então, em seus Estatutos aprovados em 28 de outubro de 1932 como uma medida do CMC para consecução de seus ideais, conforme apresentado na edição de janeiro de 1933:

Para consecução de seus ideais o C.M.C. promoverá e amparará a fundação de: a) Instituições ou estabelecimentos destinados ao estudo da medicina em qualquer de seus ramos e, principalmente, medicina e hygiene tropicaes, câncer, lepra, etc. b) Institutos e estabelecimentos de assistência a enfermos, mulheres grávidas e puérperas, crianças, inválidos e desprotegidos de qualquer natureza (sanatórios, polyclínicas, hospitais, enfermarias especializadas, azilos, “gotas de leite”, creches, etc;) Instituições ou obras quaesquer, capazes de, direta ou indiretamente, favorecerem a hygiene, puericultura e eugenia (CEARÁ MEDICO, jan.1933, p13).

Durante o ano de 1931 o médico e redator do Ceará Medico Virgílio de Aguiar já havia encampado ampla mobilização de esforços em torno de trazer à baila de suas publicações exemplos de organizações de serviços em que a assistência à mulher e à criança era priorizada como parte do elenco de medidas de saúde pública, defendendo abertamente experiências consideradas exitosas em demais países latino-americanos, onde o modelo de Centro de Saúde e de visitadoras era defendido como ideal para fazer frente à morbimortalidade materno-infantil. Diante das transformações nos serviços de saúde pública cearense nos moldes em que havia defendido em suas publicações, Aguiar deixou de publicar a respeito e passou a argumentar, com força de expressão, em defesa de um projeto eugênico para a nação e contra a supressão dos repasses governamentais para a assistência filantrópica, que dizia superar em muito a saúde pública no que diz respeito à sua capacidade de atender ao “público” e à contribuição eugênica para seleção de uma “raça forte” através de medidas de assistência materno-infantil.

Justa como Aguiar - enquanto redatores do Ceará Medico - mantiveram a retórica de que alguns serviços filantrópicos do estado, desde que devidamente financiados, eram capazes de desenvolver uma assistência pública melhor do que os serviços de saúde pública do SSE. Contudo, durante a gestão Vargas a filantropia perdia cada vez mais espaço para a assistência

pública no cenário nacional, e especialmente no Ceará com a reforma sanitária, e os autores do Ceará Medico ligados a esses serviços voltaram-se para a sua defesa e para a defesa das medidas adotadas para fazer frente às necessidades de enfrentar a situação do despovoamento por meio do avanço científico da obstetrícia, neonatologia e puericultura em virtude da morbimortalidade materno-infantil no estado.

Compreender o movimento próprio às publicações do Ceará Medico durante o Governo Provisório de Vargas implica, necessariamente, em lembrar que ambos (Justa e Aguiar) atuaram todo o período à frente da Comissão de Redação e foram os únicos autores que conseguiram manter o nível de suas publicações elevado, ora em tom de crítica à Saúde Pública, ora em tom de incentivo aos serviços filantrópicos nos moldes eugênicos.

Na próxima seção será abordada a orientação eugênica do CMC e as práticas que ela enunciava como contribuição médico-científica para o repovoamento nacional com uma raça desejável à luz da sua constituição genética e dos atributos morais reconhecidos pela ciência como necessários à construção da nação.

SEÇÃO VI

6. REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DA EUGENIA

6.1 Eugenia, ciência e sertanejo

Desde a transferência da coroa portuguesa para o Brasil, raça e relações raciais tornaram-se temas centrais nos debates sobre a capacidade brasileira de desenvolver-se, e do destino do país como nação. As questões brasileiras sobre identidade racial do país há muito haviam sido reforçadas por interpretações racistas vindas do exterior que consideravam que havia se produzido internamente uma população degenerada, instável e incapaz de promover um desenvolvimento progressivo. Em boa medida as elites intelectuais e econômicas compartilhavam as suspeitas dos europeus e desejavam ser brancas (STEPAN, 2005).

Se a Europa assistiu ao florescer de uma racialização científica durante o século XIX, antes mesmo da publicação da *Origem das Espécies* de Charles Darwin (1859), entrava em crise ao final desse mesmo século uma de suas teorias originárias: o monogenismo, que se apoiava no texto bíblico do Gênesis para definir um marco de 6 mil anos para o nascimento dos seres primogênicos (Adão e Eva) do planeta. Por força da necessidade de sobrevivência, seus descendentes, segundo o estatuto monogenista, foram forçados a migrar e adaptar-se a diferentes ambientes e climas, degenerando assim a raça primordial, dando origem às demais raças humanas, com traços morfológicos diferenciados e déficit de quociente intelectual em relação aos seus antepassados. Caía por terra a vertente teórica que buscava explicar as variações da espécie humana apoiada em abstrações religiosas do determinismo biológico que, todavia, não foram capazes de se sustentarem diante das descobertas de vestígios fósseis que comprovavam a existência imemorial de vida no ambiente terrestre (BANTON, 1977).

Os poligenistas, que na segunda metade do século XIX encontraram no médico americano Samuel George Morton um de seus expoentes mais ilustres, serviram-se do determinismo biológico para assegurar a impossibilidade de vinculações genéticas entre negros, indígenas, asiáticos e caucasoides e, com isso buscaram justificar a separação física e geográfica desses povos em alguns países, com a adoção de políticas diferenciadas e reservas de direitos, conforme os arquétipos morfológicos predominantes. Tendo a antropometria como técnica, os poligenistas exerceram grande influência na ciência de seu tempo, pois, ao

tomarem a estatística como método irrefutável, buscaram atender à ideia de fortalecimento dos instrumentos racionais e objetivos de controle social, adquirindo força para influenciar na forma pela qual seria composta a estratificação social de países que passavam pela ruptura com o modelo social escravagista. Conhecer o corpo humano, dividi-lo, mensurá-lo e traçar um comparativo com indivíduos de “raças” diferentes era a forma pela qual buscavam estudar a diversidade humana e assim, definir o espaço de cada um na sociedade (GOULD, 1991).

O postulado poligenista passaria, no entanto, por uma releitura de seus métodos e técnicas na medida em que a Teoria da Evolução das Espécies, defendida por Charles Darwin, adquiria força no meio científico europeu, imbricando-se em todas as disciplinas e áreas de conhecimento, fazendo com que os defensores do racismo científico passassem a justificar as medidas voltadas ao “melhoramento da raça” como forma de se promover a evolução da espécie humana através de medidas eugênicas.

Por ter-lhe dado novo embasamento científico, o novo evolucionismo da década de 1860 seria determinante para a ascensão da eugenia. A evolução apresentou a Galton - o pai da eugenia - ideias que agrupadas constituíram o cerne das ciências eugênicas: “a importância da variedade hereditária na reprodução doméstica, a sobrevivência do mais apto na luta pela vida e a analogia entre reprodução doméstica e seleção natural. Na Europa e nos EUA a industrialização, a urbanização, as imigrações, e o temor das alterações nos costumes sexuais e no trabalho das mulheres provocou um predomínio da interpretação social que considerava que os indivíduos mais bem sucedidos socialmente eram mais bem dotados geneticamente e os pobres e fracassados eram vistos como fruto de uma hereditariedade pobre. Na medida em que, em grande parte dos círculos científicos crescia a convicção de que a hereditariedade era um valor fixado no nascimento e, portanto determinava uma larga gama de comportamentos humanos, começaram a surgir sociedades eugênicas de cunho acadêmico e científico e outras com objetivo de promover e discutir políticas eugênicas, tais como a *German Society for Racial Hygiene*, fundada em 1905 em Berlim, *Eugenic Education Society*, Inglaterra, 1907-1908; *Eugenics Record Office* (EUA, 1910), *Société Eugénique Française* (Paris, 1912), entre outras (STEPAN, 2005).

O Brasil já possuía uma ciência das raças desde 1860, gestada sob a influência da obra do anatomista e antropólogo francês Paul Broca. Em 1877 foi instituído o primeiro curso de Antropologia Física do Museu Nacional, dando origem a uma série de estudos sobre as desigualdades raciais com hierarquias baseadas na superioridade da raça branca, seguindo os métodos antropométricos preconizados por Broca e defendidos por boa parte dos poligenistas estrangeiros. Contudo, se até a Primeira Guerra Mundial prevaleceram as teses Darwinistas

sociais e o mito ariano, em que a mestiçagem aparecia como um aspecto negativo, é a partir dela que o Brasil passa a reinventar as ciências eugênicas com fim de responder às exigências de encarar a regeneração racial como política pública a ser conduzida através de políticas de saneamento e de imigração, a fim de garantir mais amplamente sua inserção no cenário mundial (SEYFERTH, 1996).

Na década de 1910 a doença vista como característica central do povo tomou contornos significativos para a edificação da ideia que deslocava o determinismo biológico do sertanejo para o reconhecimento da sua situação de pauperização e isolamento, visto como importante variável das análises sobre as moléstias que o afligiam. Para Lima e Hochman (1996), o debate eugênico nutria-se basicamente de duas principais correntes de representações sobre um Brasil real: a ufanista e a fatalista.

O ufanismo encontrava sua expressão máxima na obra *Porque me Ufano de Meu País*, de autoria do monarquista Conde de Afonso Celso, publicada em 1900. Apesar da exaltação do país se manifestar em alguns textos de cunho literário e romântico desde o período colonial, o texto de Afonso Celso delimitava um diferencial a dar-lhe novo escopo: a valorização dos atributos concernentes às três raças que povoavam o país. Uma face da elaboração pactuada por segmentos intelectuais ufanistas pode ser identificada na obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões* (1902) em que afirma o sertanejo antes de tudo como um forte, porém, rude e carente de civilização. A segunda representação do Brasil tratava-se de uma imagem negativa do povo, especialmente do homem rural, representado na figura do Jeca Tatu, criado e enunciado pelo escritor paulista Monteiro Lobato como uma “praga nacional”, “inadaptável à civilização” (LIMA; HOCHMAN, 1996).

O contexto da Primeira Guerra Mundial imprimiu uma intensa mobilização de movimentos de caráter nacionalista que reclamavam a inserção do país nos negócios internacionais. O Brasil seria o único país da América Latina a entrar definitivamente na guerra ao lado dos aliados. Os temas de prontidão e disciplina para a guerra, de controle e ordem, ocupavam as mentes das elites em torno das capacidades e aptidões raciais brasileiras para fazer frente às exigências políticas e econômicas do momento. Assim, o período da primeira Guerra Mundial e do seu pós-imediate foi marcado por intensa atuação de movimentos intelectuais e científicos que pretendiam descobrir, afirmar e reclamar os princípios da nacionalidade e realiza-lo através do Estado Nacional. Se por um lado a guerra intensificava na Europa o medo da degeneração nacional, no Brasil ela intensificava o debate em torno da regeneração nacional por meio da integração de seus territórios e pela

movimentação das elites intelectuais em torno de debates e polêmicas sobre a melhoria racial (STEPAN, 2005).

Durante a Primeira República, médicos insatisfeitos com o pacto federativo da Carta constitucional de 1891 - que havia criado a condição de oligarquização política, vista por muitos como uma solução artificial e incompatível com a realidade brasileira devido à grande autonomia estadual e municipal que inviabilizava a integração nacional - movimentaram-se em torno de promoverem expedições científicas, viagens e comissões de exploração patrocinadas pelo próprio Estado brasileiro por meio da Inspetoria de Obras Contra as Secas, órgão do Ministério da Viação criado em 1909 com a finalidade de avaliar o potencial econômico dos rios, construir açudes e inventariar as condições epidemiológicas e socioeconômicas do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. As expedições médicas não aconteceram, portanto, dissociadas de um contexto mais amplo em que uma série de outras expedições foram fomentadas por este órgão, a fim de obter um conhecimento necessário à integração dos sertões à nacionalidade por meio de ações coordenadas em âmbito federal de obras nos portos, extensão de linhas telegráficas, criação de uma política indigenista, entre outras medidas, voltadas a animar a expansão da indústria nacional (SÁ, 2009).

A descoberta da tripanossomíase americana e de suas graves formas clínicas e a *Viagem científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Pará e Norte a Sul de Goiás*, promovida pelo Instituto Oswaldo Cruz em 1912, por solicitação da Inspetoria de Obras contra as Secas, demarcaram uma reorientação na forma como o sertanejo era visto pela sociedade nacional e pelos poderes públicos. Percorrendo durante sete meses uma extensa área de estados onde grassava a seca e as doenças endêmicas, a expedição dirigida por Belisário Penna e Hartur Neiva realizou amplo levantamento das suas condições climáticas, socioeconômicas e nosológicas reportando-as a uma situação de penúria que se interpunha à condição de sobrevivência do homem do sertão (LIMA; HOCHMAN, 1996).

Segundo Sá (2009, p.190), a publicação oficial do relatório Neiva e Penna (1916) somente se deu originalmente no ano de 1918 nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, e a despeito de não ser novidade - por já terem sido publicados relatórios anteriores a ele que reportavam a situação do sertanejo - “foi mobilizada, segundo as representações da época, como novíssima visão sobre o interior e seus habitantes, como a grande 'redescoberta do país', só comparável a *Os Sertões* de Euclides da Cunha”.

Os pesquisadores reportaram-se aos sertanejos como atrasados, indolentes, fatalistas e fracos, menos por decorrência dos cruzamentos raciais como defendiam os cânones das ciências eugenistas da época, mas, porque sofreriam de doenças plenamente evitáveis através

de uma assistência adequada, como ancilostomose, impaludismo e Doença de Chagas. Assim, no relatório Neiva e Pena (1916) o sertão era descrito como um território “marcado pela vastidão, por baixa densidade demográfica, resistência às mudanças, dificuldade de estabelecimento de bases mínimas de nacionalidade e analfabetismo presumido em 95%”, ao que deveria ser somado:

A ausência de autoridade pública, pobreza, apatia, espírito de rotina, impenetrabilidade ao progresso, vocação para regredir, primitivismo, culto da dignidade, probidade, moralidade do lar, zelo pela honra pessoal, mas também desatenção às leis e recurso à resolução violenta dos conflitos (SÁ, 2009, p.188).

A denúncia feita por Miguel Pereira, médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em discurso pronunciado em 1916 ao médico e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Aluysio de Castro, de que “o Brasil é um imenso hospital”, somava-se aos resultados do Relatório Neiva e Pena no sentido de promover uma reorientação da elaboração simbólica a respeito do sertanejo, visto até então, como um entrave ao desenvolvimento do país devido à degeneração racial que sofrera, o que Pereira refutou ao associar à alta incidência de Doença de Chagas que grassava pelos sertões. Não há, pois, como observar a imagem cunhada por Pereira a respeito do país como “um imenso hospital” fora do seu endereçamento ao deputado federal Carlos Peixoto que, diante do conflito mundial que se delineava na época, havia afirmado que pretendia ir aos sertões mobilizar os caboclos para integrar os quadros do Exército brasileiro para defender o país. Portanto, no discurso de outubro de 1916, Miguel Pereira reiterou a sua posição contra aqueles que duvidavam sobre a incidência da doença com a “autoridade”, assim como Chagas, Penna, Neiva e outros de sua geração, de quem saiu de seu gabinete de trabalho nas capitais do sul e foi atuar nos sertões, conhecendo de perto as populações infestadas pela lepra, sífilis, acylostomíase, Doenças de Chagas, e outras endemias, assim como degradadas pelo alcoolismo, pela fome e pelo abandono (SÁ, 2009).

Até mesmo o Jeca Tatu não ficaria imune aos impactos que essas informações provocariam na elaboração social e política brasileira sobre o sertanejo, ou seja, de pobre, sujo e mestiço, passaria a ser tratado na literatura, especialmente a partir de 1918, como resultado funesto da condição de abandono político e das epidemias que lhe impingiam o fadiga crônica, o cansaço, a apatia e o desinteresse pelos temas afeitos à construção de uma

nacionalidade homogeneizada pelos avanços da civilização urbano-industrial, ou como diria o seu próprio criador: “o Jeca não é assim, o Jeca está assim”.

Se por um lado não restam dúvidas de que os relatórios dos médicos expedicionistas do início do século XX contribuíram para desencadear iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas a estudar e intervir na ausência de saúde do sertanejo, articulando medidas sanitárias às medidas eugênicas de melhoramento da raça, sob a condução de organismos institucionais como a Liga Pró-Saneamento, o Serviço de Profilaxia Rural e a Sociedade Eugênica de São Paulo - ambos criados no ano de 1918 - por sua vez, criou um campo fértil para que os médicos que clinicavam nos sertões, antes mesmo de sua descoberta pelo saneamento nacional, passassem a reivindicar uma autoridade privilegiada de enunciar sobre os temas afeitos à população sertaneja, da qual eram cúmplices no convívio ambiental e no abandono governamental. Instaurava-se, assim, um princípio fundado na experiência clínica nas regiões depauperadas pelas endemias rurais para reivindicação do estatuto da autoridade médico-científica sobre as questões afeitas à população sertaneja, sua raça e costumes.

Se as teorias irradiadas dos países europeus colocavam a questão da miscigenação racial ocorrida nos países da América Latina como insuperável, não haveria limites, portanto, quanto ao ponto que os latino-americanos poderiam aplicar uma visão extremamente racial a si mesmos. Ao ser considerado como um índice da inferioridade racial a miscigenação seria um atestado de decadência nacional e de incapacidade de um povo ou nação à civilização e progresso. A questão da miscigenação colocava, então, um dilema aos cientistas latino-americanos que foram levados a repensar os seus significados, sem abrir mão dos compromissos com a linguagem internacional da ciência. Para alguns deles, a noção de que a mestiçagem racial poderia comportar significados biológico-sociais mais positivos capazes de livrar, eles próprios, da acusação de decadência racial inevitável, fez com que invocassem a noção de “miscigenação construtiva” para tratar da possibilidade de se promover por meio da hibridização racial, tipos nacionais homogêneos. A ideia de que as raças inferiores poderiam ser absorvidas pelas superiores num processo de miscigenação, que eliminaria os aspectos negativos da primeira fixando a identidade nacional na segunda, foi a brecha encontrada na teoria biológica internacional para abrir à ciência racista aos seus próprios projetos políticos em que se proclamavam nações eugênicas em formação (STEPAN, 2005).

Contudo, o desejo do regime Vargas de criar uma consciência homogênea de nacionalidade fez o Estado investir no recrudescimento de medidas de incentivo à migração europeia, cedendo lugar à uma ideologia que via no sertanejo um potencial de alavancar o

progresso por meio das frentes de trabalho e modernização. No entanto, se de uma forma a condição do sertanejo visto acima de tudo como um forte, depauperado pelas condições climatológicas e abandonado pelos poderes públicos favoreceu a expansão de projetos políticos institucionais “Rumo ao Norte”, de outra, confrontou a ampliação do aparato institucional burocrático do estado varguista, especialmente no campo sanitário, com a estagnação imposta à ciência regional devido ao baixo coeficiente de investimentos tecnológicos e institucionais, herança indelével do excesso de federalismo oligárquico.

Assim, antes do Ceará entrar na pauta das reformas varguistas sob a condução do Capitão Carneiro de Mendonça, em matéria publicada na sua seção Esculapeanas da edição de maio de 1931, o médico Virgílio de Aguiar já manifestava seu descontentamento com a política nacional que conclamava o país para direcionar esforços em torno da resolução dos problemas do Norte. Por detrás do lema Rumo ao Norte, segundo Aguiar, residiria uma estratégia governamental de esvaziar as capitais do sul, já saturadas devido às grandes migrações de refugiados das catástrofes do norte. O autor reclama da reforma da educação do Governo Vargas que “trancou ao norte o doutorado para abrir para o campo médico”. Dessa forma, argumentou que o saneamento do sertão, como propôs Belisário Penna, já não se falava mais e a educação também não teria mais sentido, pois, não valeria a pena nem sequer investir na formação de um filho nas capitais do sul porque ao aprender filosofia, história da civilização e psicologia lógica não mais iria querer voltar ao nordeste para conviver com a seca, a fome que assolava o leprosário, a miséria, as estradas empoeiradas e o cangaço. A educação, sob esta lógica, só seria então viabilizada para os filhos de ricos que saíam dessas regiões para se formar em medicina nas capitais do sul e não mais voltariam, criando assim uma condição propícia à falta de médicos, como um resultado controverso à proposta intencionada pelo governo federal.

A maioria dos médicos sócios do CMC na década de 1930 já havia comungado de momentos da vida acadêmica nas instituições formadoras da região sudeste do país durante as duas primeiras décadas do século XX, partilhando especialmente das sessões científicas nas Santas Casas de Misericórdia onde - a exemplo da instituição paulista que abrigou a Sociedade Eugênica de São Paulo entre 1918 e 1919 - eram promovidas reuniões regulares sobre temas tradicionais da medicina- alcoolismo, doenças venéreas, degeneração, fertilidade, natalidade, tuberculose, que costumavam ser tratados sob o viés da purificação e da eugenia da nação brasileira.

Não há como abordar a Sociedade Paulista de Eugenia sem que se faça juízo ao papel de Renato Ferraz Kehl, seu criador. Em 15 de janeiro de 1918 o médico fundou a Sociedade

Eugênica de São Paulo reunindo 140 membros, muitos dos quais cientistas e médicos de renome em sua época, a exemplo de Belisário Penna que foi convidado a atuar como um dos três vice-presidentes honorários. As sessões aconteciam no local de reunião da sociedade científica mais importante do estado, a Sociedade de Medicina e Cirurgia. A eugenia foi saudada como uma nova ciência capaz de levar o aprimoramento médico da raça humana. Kehl lembrava com recorrência os avanços alcançados pela ciência europeia e a necessidade do Brasil se juntar ao mundo avançado no estudo da hereditariedade, da evolução, da influência do meio ambiente e dos costumes sobre a raça. Contudo, a sociedade não sobreviveu à morte de Amâncio de Carvalho - um dos três vice-presidentes honorários - e à mudança de Kehl para o Rio de Janeiro, vindo a se extinguir ao fim de 1919. No Rio de Janeiro Kehl manteve vivo o interesse pela eugenia e sua obstinação em angariar seguidores para os estudos da nova ciência, distribuindo panfletos e livros, e promovendo debates sobre o assunto, que eram publicados nos principais jornais e revistas médicas, a exemplo do Boletim da Eugenia (1929-1931), do qual foi editor (STEPAN, 2004, 2005).

As ciências eugênicas tomavam força significativa na transição entre as décadas de 1920 e 1930, e passaram a ser relacionadas às discussões sobre assistência à saúde, encontrando lugar nas representações que as diversas áreas médicas faziam em torno de uma construção modelar da família brasileira com fins de construção de um sentido de nacionalidade homogênea.

À medida que a eugenia se tornava extensiva às diferentes áreas do conhecimento científico se delineava a necessidade de congregar os principais estudos e temas afeito à essa nova ciência. Em 1929 ocorreu no Distrito Federal o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, por iniciativa de Edgar Roquete Pinto, eugenista, antropólogo, médico e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O congresso havia reunido em torno de 200 profissionais das mais diferentes áreas para tratar dos temas que haviam se tornado de relevância nacional, como o matrimônio e eugenia, educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, arquivos genealógicos, imigração japonesa, campanhas anti-venéreas, tóxicos e eugenia, doença mental e proteção à infância e maternidade (STEPAN, 2004).

Edgard Roquette Pinto ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro aos 17 anos, onde desde cedo demonstrou interesse em estudos da fisiologia humana e da antropologia física, especialmente após seu contato com o anatomista Alberto Paes Leme que o incentivou a aprofundar-se no conhecimento das “ciências das raças.” A defesa do homem sertanejo e do conhecimento sobre a realidade do interior do Brasil ganhou nas obras de Roquette Pinto um tom fortemente nacionalista. O seu primeiro trabalho sobre eugenia sob o

título de “As leis da eugenia”, foi publicado no livro *Seixos rolados* em 1927, onde reuniu os textos escritos durante os anos 1910 e 1920. Nele, Pinto analisa as questões eugênicas sob o ponto de vista galtoniano e mendeliano, compartilhando com seus contemporâneos da crença de que a intervenção eugênica para a formação de uma hereditariedade humana constituía o principal eixo do processo de aperfeiçoamento dos grupos raciais (SOUZA, 2008).

De acordo com a teoria mendeliana - desenvolvida prioritariamente nos Estados Unidos e Alemanha, os traços hereditários só poderiam ser transmitidos através de partículas genéticas localizadas no interior dos cromossomos e não pela influência do meio como postulavam os neolamarckistas. Contudo, contrariando as interpretações predominantes entre os mendelianos de sua época, nas “Leis da Eugenia” e “Ensaio de antropologia brasileira”, publicado em 1933, Roquette Pinto defendeu uma formação de uma consciência diferente sobre a miscigenação, refutando a ideia de que não constituía uma fusão disgênica necessariamente, tratando-a como um mal somente quando não controlada, sem higiene, sem eugenia e sem educação e família. Assim, defendia - contra o controle rigoroso da imigração - medidas de educação do sertanejo, o que pode ser observado como crítica dirigida aos adeptos da eugenia negativa de Renato Kehl e Azevedo de Amaral, para os quais o atraso e a incivilidade, as doenças e as degenerações deviam-se à imigração descontrolada (SOUZA, 2008).

A Sociedade Eugênica de São Paulo havia dividido a eugenia em três tipos: a positiva, que deveria se preocupar com uma procriação sadia; a preventiva, que deveria se ocupar da conquista dos fatores ambientais disgênicos (saneamento); e negativa, que visava impedir a procriação dos que não tinham saúde (STEPAN, 2005). Temas como neomalthusianismo ou maternidade consciente, pro-natalidade, venenos raciais, alcoolismo, atestado pré-nupcial, imigração, entre outros, também ocuparam espaço no debate eugênico e aparecem com recorrência nos textos publicados no Ceará Médico demonstrando seu alinhamento teórico com as suas diferentes correntes. Abaixo, é apresentado quadro-síntese do número de matérias sobre eugenia publicadas nas edições analisadas.

Quadro nº 03- Número de matérias sobre eugenia entre 1930 e 1935

1930		1931		1932		1933		1934		1935	
F	<i>Fc</i>										
4	4	4	8	12	20	3	23	3	26	2	28

Fonte: Revista Ceará Médico

No referido quadro distingue-se a frequência simples anual (F) e a acumulada no período de 1930-1935 como (Fc). Nota-se, portanto, um crescente número de matérias sobre eugenia publicadas no ano de 1932, para o qual o CMC reorientava seu posicionamento diante da intervenção federal no campo sanitário cearense.

6.2 1930: Eugenia, Medicina e Saneamento no Ceará

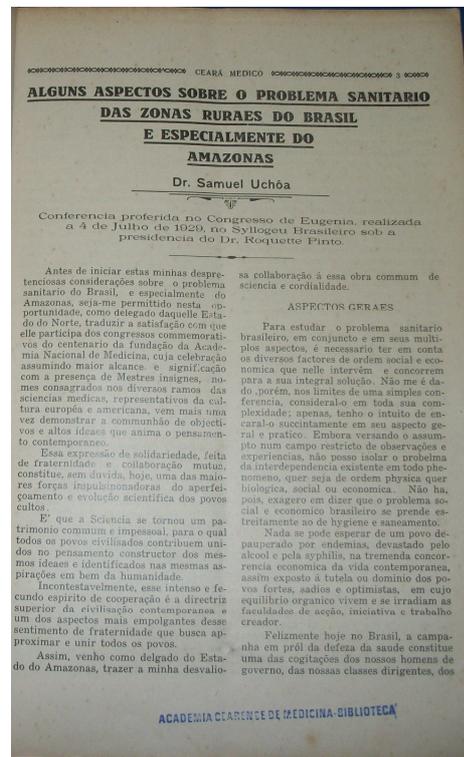
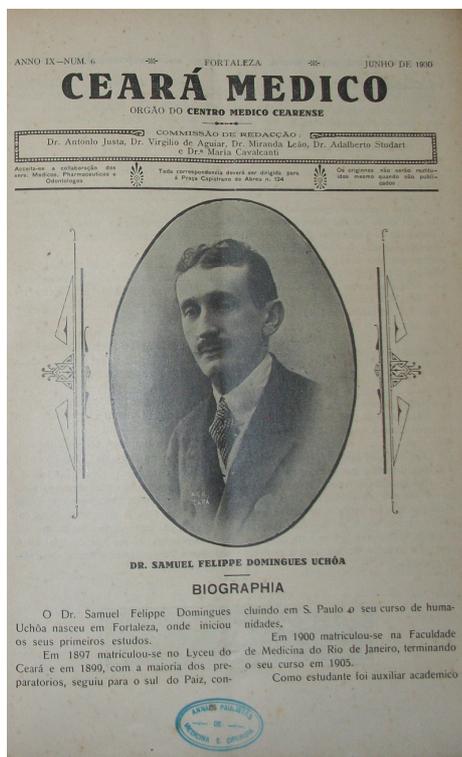
O CMC foi representado no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia no Distrito Federal pelo médico e sanitarista Samuel Uchoa, que proferiu uma conferência denominada *Alguns aspectos sobre o problema sanitário das zonas rurais do Brasil e especialmente do Amazonas*, publicada em seis laudas na edição de junho de 1930 após um texto biográfico a seu respeito elaborado pela redação. No texto sobre a conferência fica clara sua adesão explícita à vertente sócio-antropológica de Roquette Pinto, contudo, com ressalvas para a eugenia negativista de Kehl, a qual faz alusão ao citar frase retirada de seu livro *Lições de Eugenia*, publicado originalmente em 1929.

Sua divisão seccional compreende os seguintes temas: aspectos gerais; um problema nacional; saneamento rural no Amazonas; o meio e a raça; balanço de valores; conclusões. Uchoa inicia seu texto ressaltando o papel da ciência como patrimônio comum e impessoal dos povos civilizados que trabalhavam pelo bem da humanidade. Vincula os problemas sanitários à sua interdependência física, biológica, social e econômica e ressalta que nada se pode esperar de um povo depauperado, alcoolizado e sífilítico sob a tutela dos fortes para o desenvolvimento social e econômico. Refere-se ao Brasil como um país de cultura popular de diminuto coeficiente, sem vigilante espírito de defesa e previdência e sem consciência sanitária. Considera que deva ser de responsabilidade das elites a criação de cursos práticos de pedagogia, de higiene e de propaganda sanitária. Chama a atenção que, para a finalidade dos destinos de civilização do país, era preciso uma raça forte, temperada e consciente de seu valor. Trata do povoamento da Amazônia, especialmente por cearenses, ressaltando o potencial humano do nordeste para alavancar os planos de desenvolvimento da nação ao referir-se ao nordeste como um “reservatório de energias humanas” de onde “espraia-se a onda invasora e contínua desses conquistadores, obscuros e anônimos pioneiros, que tangidos por um inflexível determinismo histórico, cream ali um novo cenário ao desenvolvimento e

destino da nacionalidade”. Por fim, nas conclusões de sua conferência apresenta os seguintes pontos:

1º O problema sanitário brasileiro oferece múltiplos aspectos quer sob o ponto de vista social, quer econômico. Social deve ser encarado em seus factores - biológico, ethnico, psychologico e eugênico- econômico - na sua technica, organização e produção. 2º O problema de saneamento no Amazonas se deve subordinar quanto a sua acção, as condições mesológicas. 3º O elemento nacional oferece promissoras possibilidades no sentido de seu aperfeiçoamento e selecção. 4º Na obra do saneamento, a colaboração das missões religiosas é valiosa, principalmente nos Estados de recente formação e população. 5º Deve ser mantida rigorosa política sanitária e intensificada a fiscalização contra o ingresso de indesejáveis no Paiz. Condição de defesa eugênica e econômica (CEARÁ MEDICO, jun. 1930. p.7-8).

Os dispositivos mobilizados para dar ênfase à matéria demonstram a clara disposição do corpo autoral em projetar o tema dos estudos eugênicos de Samuel Uchoa acima de outros de natureza diversa, ao utilizar as mesmas estratégias para construção da função-autor já enunciadas em seção anterior, em que a imagem do escritor se vê articulada ao conteúdo que enuncia, auferindo-lhe mais do que uma qualidade inerente à função autoral, uma dimensão política de sua natureza, que deveria ser reconhecida tanto pelo que escreve, quanto pelo reconhecimento de seu nome, como de sua imagem pessoal. Abaixo, imagem que relaciona o conjunto biografia-fotografia- texto de Uchoa.



Fac-símile 31 – Biografia e texto de Samuel Uchoa na edição de junho de 1930.

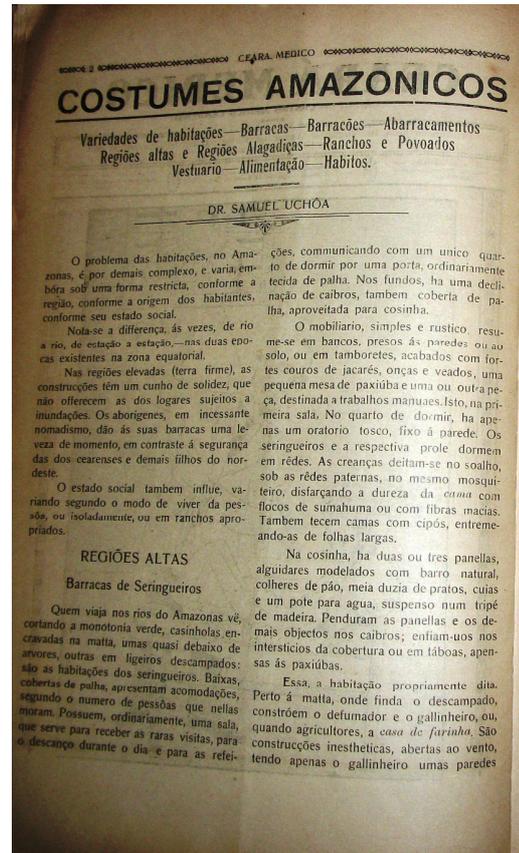
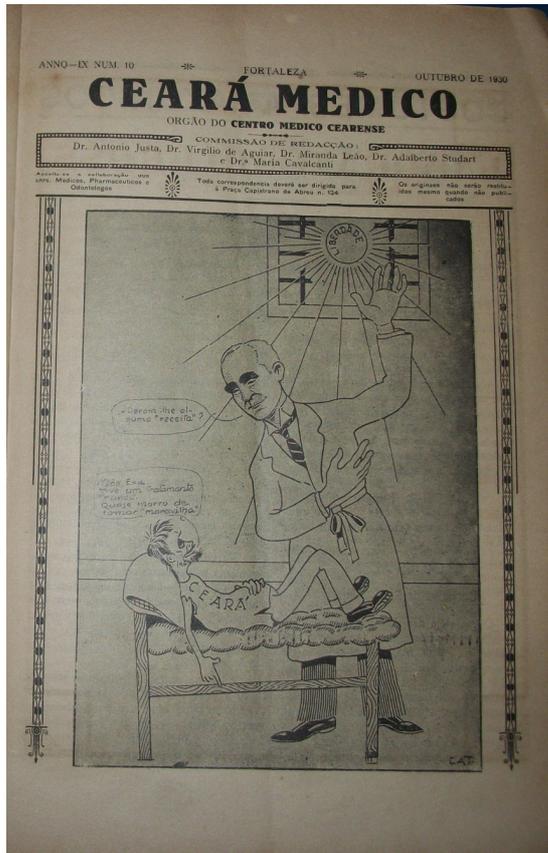
Ainda no ano de 1930, mais precisamente na edição de outubro de 1930, o Ceará Medico volta a publicar estudo de teor antropológico de Samuel Uchoa sobre os costumes amazônicos. Nesse estudo - também apresentado na forma de conferência realizada no Congresso de Eugenia em 1929 - Uchoa reforça seu forte alinhamento à vertente eugênica ufanista nos moldes em que foi defendida pelos sanitaristas que atuaram nos recônditos rurais do país sob a condução de Belisário Penna durante a década de 1920. Esquivando-se ao máximo dos determinismos biológicos em sua abordagem, Uchoa recorre à uma descrição antropológica dos hábitos de vida da população amazônica traçando ampla descrição das relações dos diferentes povos com as moradias que ocupavam e como essas relações interferiam nos seus comportamentos e rotina. Na publicação de seu texto habita uma nítida semelhança com a abordagem mobilizada por Penna e Neiva para descrever o perfil da população sertaneja das regiões nordeste e centro-oeste por onde passaram. Assim descreve o sanitarista cearense:

Os filhos crescem na ignorância por falta de escolas, ensaiando-se na caça, na pesca, ou nos rudimentos de algum officio, como canoieiros, carpinteiros, etc. Vingam-se cruelmente quando trahidos: há casos de homens que se internam na floresta, semanas inteiras, em perseguição de outro, levados pela vindicta (CEARÁ MEDICO, out. 1930, p.6).

Com vistas a conferir-lhe maior força de enunciação e autoridade sobre o processo civilizador - em que o índio, o negro e o mestiço eram vistos como em estágios inferiores da evolução e, portanto, deveria recair sobre o médico o compromisso com a redenção da sua condição de ignorância cultural que os desígnios da raça lhe interpunham – sua matéria é publicada novamente em primeira página, antecedida de uma caricatura que aponta para elementos da relação redentora entre médico (civilizado) e sertanejo (degenerado) que o Ceará Medico pretendia difundir.

Não há como afirmar ao certo, mas, as características fisionômicas apresentadas na caricatura do médico apontam para uma alusão ao próprio Samuel Uchoa, chefe do SSR do Ceará à época da sua publicação. Portanto, a afinidade temática entre caricatura e texto, também pode ser vista como um dispositivo estético voltado à criação de uma sinergia em torno da visão que o Ceará Medico pretendia passar ao público leitor sobre sua posição no jogo de forças envolvido no processo civilizador. Dessa forma, em se tratando de caricatura de Samuel Uchoa, ficaria registrada a extensão de sua obra enquanto sanitarista

experimentado nas zonas mais inóspitas do país, à direção do SSR do Ceará naquele momento.



Fac-símile 32 – Caricatura e texto de Samuel Uchoa na edição de outubro de 1930.

Na representação feita pela cena caricata situa-se o sertanejo deitado em uma maca, com o corpo magro, a mão sobre a parte inferior do abdômen edemaciado – característica clínica de infecção por parasitose intestinal - e aspecto facial mal aseado, com barbas e cabelos mal feitos e olheira. Em seu corpo está inscrito o nome Ceará. Ao seu lado, um personagem que usa vestimentas semelhantes à de um médico, com gravata por debaixo do jaleco, compleição saudável e em pé, levemente curvado para o lado do sertanejo apontando para a janela. O possível médico lhe pergunta: “Deram-lhe alguma ‘receita’?” Ao que o sertanejo lhe responde: “Não Exa. Tive um tratamento “rural”. Quase morro de tomar ‘maravilha’”. O aspecto do ambiente corresponde a uma prisão em que as janelas possuem grades e por entre as grades, situa-se o brilho do sol e a palavra liberdade para onde as mãos do possível médico apontam.

Alguns elementos dessa imagem chamam a atenção para o que se pretendia representar sobre a realidade do Ceará na figura do sujeito doentio e ignorante que levava seu nome no corpo. O confronto entre as representações fisionômicas traduz uma intencionalidade

de leitura sobre o não estranhamento do médico a respeito de coisas do cotidiano cearense, como as “receitas” caseiras, enunciada entre aspas e reforçada pelo destaque conferido ao tratamento “rural” e “maravilha”, também apresentados entre aspas.

Projeta-se aí uma intenção de leitura da realidade em que é possível se edificar uma distância na proximidade, ou seja, o reconhecimento dos signos distintivos da ignorância no convívio redentor com os do progresso científico. A abreviação da palavra Exa - supostamente em alusão ao tratamento de Excelência, dado à algumas poucas autoridades dos poderes públicos - trataria, portanto, de dirimir quaisquer resquícios de dúvidas sobre o papel político desempenhado pelo suposto médico, que é representado como capaz de adentrar nos espaços de encarceramento da ignorância para apontar e intervir na libertação do sertanejo. Não restam dúvidas, portanto, que a ênfase conferida à politização do papel do médico ensinaria seu retorno ao próprio CMC na forma de reconhecimento do leitor da autoridade e força de enunciar sobre o processo civilizador, ao projetar nessa representação que o CMC mantinha em seu seletivo grupo de associados, personagem de destaque na vida política local e nacional.

As representações da eugenia nas edições referentes ao ano de 1930 são peculiares quanto à orientação ufanista de seus autores ao voltarem-se à prioridade conferida à intervenção sanitária no meio para a promoção das mudanças nos hábitos e costumes, ainda que permeada pelas inevitáveis concepções de hereditariedade, que tomaria contornos significativos a partir do ano seguinte.

Na edição de novembro de 1930 o também médico sanitário Aderbal de Paula Sales publica seu artigo intitulado *Postos de profilaxia*. Inicia o artigo conferindo destaque à citação da conferência feita por Samuel Uchoa no Congresso de Higiene de 1929 em que ressalta sua fala sobre o Brasil como um “país de cultura popular de diminuto coeficiente”. Retoma trechos do último artigo de Samuel Uchoa várias vezes para abordar a questão do sertanejo e da raça e reportando-se à Euclides da Cunha, diz ser o sertanejo a “rocha da nacionalidade”, se não fosse a doença e a miséria. Relata que o governo começou a olhar para o sertanejo ao investir em postos de profilaxia rural, onde diz trabalhar. Aborda o que chama de ligação xifópaga do problema social e econômico ao do saneamento e da higiene e refere “Sanear advertindo, curar amparando, torna-se o maior problema nacional por que diz respeito não só ao indivíduo, mas à família, à sociedade, à raça”. Enaltece a força potencial do sertanejo a quem chama de “titan adormecido” e diz que deve ser o mais amparado nesta luta insana, em que a grandeza da pátria é o fim almejado e a grandeza econômica do país está no sertão, no caboclo, pois são e forte tornar-se-ia um fator econômico mais valioso. Aborda o difícil, mas

compensador, trabalho de combate à verminose sob a sua condução no posto em que dirige. Por fim, assim como Samuel Uchoa, faz alusão também a fragmento de texto eugênico de Kehl e relata que só saneado em sua tríplice esfera: orgânica, moral e política, poderá o Brasil realizar no mundo com a sua verdadeira personalidade a sua finalidade histórica.

Em dezembro de 1930, novamente o Ceará Médico publica outro artigo de Aderbal de Paula Sales sobre eugenia e saneamento denominado *A política da raça*. Inicia o artigo trazendo novamente citações de Samuel Uchoa onde reitera a afirmação de Euclides da Cunha de que o sertanejo é acima de tudo um forte, que sob a ação das leis selecionadoras vão criando os futuros valores dominantes desse novo mundo. Trata o sofrimento do sertanejo como hereditário da raça, que por não se amparado, cria a filosofia negativista e amarga de sua vida que se reflete nos seus gestos e nas suas atitudes e essa indiferença que o letargia na renúncia de vencido, esmagado pela hostilidade física do meio que parcamente lhe recompensa o seu esforço de “titan fracassado”. Por fim cria um destaque no texto em itálico em que se posiciona sobre a orientação eugênica da política nacional: *A política brasileira, portanto, na sua verdadeira finalidade eugênica e social deverá ser a que enxergue essa vítima combatida e abandonada* (CEARÁ MÉDICO, dez. 1930, p. 2).

Cumprido ressaltar que novamente o corpo editorial reservou às matérias de cunho eugênico a primeira página das edições. O artigo de novembro de 1930, no entanto, vem acompanhado em seguida de caricatura do médico Samuel Uchoa, reiteradamente citado por seu colega de SSR, Aderbal de Paula Sales, como um profundo conhecedor das necessidades do sertanejo. Abaixo, segue caricatura de Samuel Uchoa com uma criança. Ele segura nas mãos um guarda-chuva na forma de lápis - dentro dele a inscrição: saneamento rural. No chão sua valise tem os dizeres: competência, honestidade, tenacidade. A criança muito pequenina está em cima de um banco e Samuel com a mão na sua cabeça. Na camiseta da criança está escrito a palavra creche. Abaixo da imagem está escrito um poema com trocadilhos em quatro parágrafos onde afirma que na sua curta gestão em que pouco recurso lhe cabia até fez magia.

A imagem é laureada por um desenho e o poema também vem acompanhado de um dispositivo imagético ao seu lado a lhe conferir destaque. Tais representações eugênicas endossam o fato de que foram predominantemente veiculadas à ampliação dos Serviços de Saneamento Rural que permitiu a alguns médicos cearenses obterem formação específica e construírem uma ideologia de nacionalidade e raça em que o sertanejo deveria constituir o foco positivo das ações sanitárias e educativas em seu meio de origem, a fim de se criar as condições para que pudesse participar do projeto econômico almejado para o país. A representação da criança é associada ao sanitarista que por sua vez é responsável pela criação

de instituições voltadas a incutir desde cedo os primeiros ensinamentos sobre higiene científica: a creche, o que reforça a ordenação da prática médica ligada a responsabilidade com o saneamento por meio, dentre outras medidas, da oferta desses serviços.



Fac-símile 33 – Caricatura de Samuel Uchoa na edição de novembro de 1930.

A estética dos elementos de página permite identificar o culto à Samuel Uchoa através da estratégia de preenchimento dos espaços de contra-grafismo com ornamentos que emolduram o nome do sanitarista, conferindo destaque às suas disposições de personalidade. A disposição espacial dos versos sugere, por sua vez, uma ascendência em direção à personalidade central da imagem, que se projeta no plano superior da página. A harmonia desses dispositivos se caracterizou como uma estratégia mobilizada pelo corpo autoral do

Ceará Medico para conferir destaque aos seus autores, o que é possível ser observado também no *fac-simile* 22, referente à Antônio Justa.

A transição para a década de 1930 marcou ganhos significativos para o movimento eugenista nacional, em que pese a mobilização científica em torno do Congresso de Eugenia e sua inserção mais profunda na esfera política. Contudo, a confusão entre eugenia e saneamento, muito comum devido à expansão do movimento sanitarista da década de 1920, fez com que Renato Kehl demonstrasse abertamente o seu descontentamento com a dificuldade de encontrar limiares entre ambos os conceitos na elaboração mental da sociedade brasileira. Segundo ele, os aliados do movimento sanitário da década de 1920 haviam sido úteis no início da campanha eugênica, entretanto, quando a elite abraçou a higiene pessoal, o exercício físico e até os esportes organizados como eugênicos, Kehl começou a protestar, afirmando que nenhuma reforma higiênica, por maior que fosse, poderia alterar o estoque hereditário do Brasil. Comungando com Kehl da necessidade de desvinculação entre eugenia e saneamento, Roquette Pinto acreditava também que essa confusão, tão em voga no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, haveria de ser melhor elucidada até a conferência eugênica seguinte (STEPAN, 2004).

Por tradição cultural, os cientistas brasileiros aprendiam ciência na França e a eugenia não foi exceção. A própria Sociedade Eugênica de São Paulo tomou sua similar francesa como modelo. Portanto, nas atividades públicas do Brasil do início da década de 1920 predominou o estilo otimista da eugenia de orientação francesa lamarckiana que a aproximava das atividades sanitárias com tom pedagógico em que “sanear é eugenizar” a exemplo de como o tema havia sido tratado por Olegário de Moura, vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, quando afirmou, segundo Stepan (2004, p.348) que, “saneamento era a mesma coisa que alguns chamavam ‘eugenia’, acrescentando que seria melhor chama-la saneamento para a compreensão do público, ainda que eugenia fosse melhor ‘cientificamente’”.

Fica claro, portanto, que as publicações que buscavam ligar eugenia a saneamento durante o ano de 1930 refletiam as representações elaboradas por uma corrente de sanitaristas ufanistas que atuaram na década de 1920. Suas bases teóricas se confundiam por vezes, ao agregarem referências científicas da eugenia negativa de Kehl, com contornos de romantismo em suas representações escritas em defesa da raça sertaneja, aproximando-se, em muito, dos textos publicados pelo intelectual Euclides da Cunha, recorrentemente enunciado por esses médicos quando afirmavam inequivocamente que “o sertanejo é acima de tudo um forte”.

6.3 1931: A eugenia, o Centro Médico e a fadiga do sertanejo

No ano de 1931, as publicações sobre eugenia foram deslocadas da esfera ideológica do saneamento que transversalizou as matérias publicadas no ano antecedente, tornando-se mais incisivas no que tange às representações sobre a fadiga crônica do sertanejo, tão enunciada na literatura da época como tema científico que deveria ser explorado sob seus aspectos fisiológicos e psíquicos, a fim de encontrar explicações que orientassem práticas de melhoramento eugênico voltadas a transforma-lo em mão de obra para os projetos econômicos do país.

Na edição de fevereiro de 1931 foram publicadas três matérias de estudos eugênicos sobre o sertanejo. Cabe ressaltar a força da representação eugênica nessa edição que projetou o Ceará Médico às páginas da Tribuna Médica do mês de junho do mesmo ano, conforme já abordado anteriormente. Em seu artigo denominado *Ensaio sobre a fadiga*, publicado em primeira página, o médico Octavio Lobo apresenta a hipótese científica de que a fadiga do sertanejo articula-se à avitaminose A e C, em decorrência da exposição continuada à má nutrição, à fome e à seca ao longo dos anos, que contribuía para lhe causar hipertrofia da supra renal. Segundo o autor:

Dessa penúria, somada à séculos, na repetição periódica das mesmas catástrofes, emanam um complexo de factores, que disgenizam a raça. A fome e os jejuns prolongados, de população em massa, ecôam através de geração, na morfogenia mal acabada dos tipos (CEARÁ MEDICO, fev. 1931, p.1-2).

Na mesma edição, o médico sanitaria Aderbal de Paula Sales publica artigo intitulado *O sertanejo e a fadiga* em que aborda o tema da fadiga do sertanejo menos como uma doença física (especialmente glandular) e mais um condicionamento psíquico ao meio, uma forma de luta. Refuta a tendência interpretativa das doenças da glândula supra-renal como causadora da fadiga do sertanejo com base em referencial clínico e teórico. Afirmar que a tristeza que lhe acomete trata-se mais de uma questão étnica do que patológica e que sua filosofia que o liga à terra é a da renúncia porque não vê recompensa em seu esforço quando busca comercializar seu produto, ou seja, quando a terra lhe confere os louros de seu trabalho, ainda assim, se vê impossibilitado em avançar em seus planos por conta da dificuldade enfrentada para sua comercialização. Novamente Sales reitera sua afinidade com a corrente

sócio-antropológica da eugenia enunciada por Roquette Pinto e também Samuel Uchoa, de quem foi colega no SSR.

Na edição referente ao mês de abril 1931, novamente, o médico Virgílio de Aguiar volta a abordar o tema da fadiga do sertanejo em sua seção Esculapeanas, ensejando seu posicionamento contrário à posição apresentada por Octávio Lobo sobre a sua origem glandular na supra-renal na edição de fevereiro desse mesmo ano. Escreve que conhece bem o Jeca Tatu do Sul de São Paulo e Minas e o outro personagem, o Mané Chique Chique do Ceará e do Acre, ambos que considera da mesma fibra. Da mesma maneira refere conhecer também o sertanejo estudado, como ninguém melhor o fez, por Euclides da Cunha. Recobra mais uma vez quando o literata alerta que “o sertanejo é antes de tudo um forte”, volta-se ao autor inglês Christopher Holdenby que aborda algo semelhante sobre a morosidade do homem rural de seu país. Conclui dizendo que a pseudo-fadiga do sertanejo “é apanágio d’elle por mera e fatal influência mesológica, sociológica, sem morbidez, nem lesão orgânica, ou quando muito com um *quid psycho sine matéria*, como o *spleen*.” (CEARÁ MEDICO, abr. 1931, p.9).

Na edição de fevereiro, Virgilio de Aguiar mostrava existir um limiar impreciso em suas ideias, tão comum à sua época, ao se empreender em ampla defesa do atestado pré-nupcial em sua seção Esculapeanas, refutando o preceito bíblico do cresci e multiplicai sem discernimento que “chocou-se com o arrevesado e impiedoso malthusianismo, mas de permeio, mediador, surdiu a eugenia que censura a polygenia despautada, amaldiçoa a esterilidade macabra de Malthus e defende e quer a oligogenia, que se interessa mais pela qualidade que pela quantidade dos indivíduos”. Considera o atestado medico pre-nupcial “a viga mestra da eugenia” e afirma que nenhum pai gostaria que sua filha casasse com um sífilítico, leproso, tuberculoso e alcoolista e cita exemplos das heranças genéticas que essas doenças poderiam criar, como a cegueira blenorragica e lesões sífilíticas multiformes. Ressalta sua posição neolamarckiana que considerava a transmissão hereditária das taras e vícios, que o britânico Caleb Salieb denominou como “venenos raciais”, ao referir que:

O alcoolista intoxica o ovo que é alijado no aborto e ao feto que é nato prematuro e se á termo nasce em breve falece pela inviabilidade congênita e se medra pode ser um idiota e ainda um degenerado com a tara de ethylico, louco ou criminoso. Com tudo isto, que pela rama respigo, o atestado pré-nupcial, evitando tantos males, seria o maior e melhor feito e conquista da sciencia e humanismo em benefício do indivíduo, da família, da sociedade, da raça e, ao fim, da pátria” (CEARÁ MEDICO, fev. 1931, p.13-15).

Nas edições analisadas nessa seção é possível se notar que foram priorizadas publicações, salvo algumas exceções, ainda de orientação ufanista que parecem ter ido de encontro ao anseio da classe médica cearense de firmar uma identidade de enunciação local sobre as questões afeitas à saúde do sertanejo diante da extensão do tema aos principais meios científicos do sul do país. Por um lado alguns autores chegaram a defender posições firmes sobre a inexistência de traços hereditários da fadiga do sertanejo, afirmando-o sobretudo como um forte à espera de intervenções no meio que pudessem libertá-lo da condição de “indesejável” para alavancar o repovoamento e a economia do país. Por outro lado, os mesmos autores viam-se comprometidos com as irradiações científicas do sul que enunciavam em defesa da adoção de medidas práticas para se evitar a contração do matrimônio de indesejáveis. O exame médico pré-nupcial ganharia contornos contraditórios com as abordagens ufanistas defendidas pelos sanitaristas.

A orientação neolamarckiana da eugenia francesa era usada para explorar como as influências provenientes do meio como o álcool, as doenças venéreas e a tuberculose poderiam provocar uma degeneração hereditária real. Nessa perspectiva, somente uma política dedicada a regular a produção de uma adequação inata seria eugênica, o que levou a um divórcio da eugenia com a saúde pública em alguns países, uma vez que as medidas de bem-estar social eram vistas como desnecessárias na seleção natural e na eliminação dos inaptos (STEPAN, 2004).

Portanto, nas edições analisadas até então nota-se o início do deslocamento da retórica do “sertanejo forte” à espera de ações públicas a intervirem no meio para que não fosse corroído pela sífilis, pelo alcoolismo, pela blenorragia, dentre outros venenos raciais, para uma discussão mais incisiva sobre medidas profiláticas voltadas a evitar a procriação de degenerados levando o Ceará Medico a concentrar suas representações no campo prático em que seus médicos já possuíam uma ação solidificada: a maternidade, a neonatologia e a puericultura.

6.4 1932: Eugenia, natalidade e catolicismo nas páginas do Ceará Medico

No ano de 1932, dois principais eventos parecem ter motivado os autores do Ceará Medico a escreverem sobre eugenia: o reconhecimento de um divisor de águas na saúde

pública, desencadeado pela chegada de um sanitarista “importado” do Distrito Federal e a repercussão entre os brasileiros da proibição oficial da eugenia pela bula papal de Pio XI.

Em janeiro de 1932 a ocupação da gestão dos serviços de saúde pública cearenses pelo sanitarista fluminense Amilcar Barca Pellon já era fato. A imprensa jornalística anunciava seu plano de trabalho para o estado como uma representação daquele que iria romper com o histórico de abandono dos poderes públicos e do arcaísmo de suas instituições. Sob a sombra da desconfiança da elite médica local, o sanitarista dava seguimento ao seu plano de trabalho, abrindo Curso de Visitadoras Sanitárias e recrutando entre seus pares os desejosos de atuar no novo modelo de saúde pública, que anunciava a criação daquele que seria considerado o primeiro Centro de Saúde da região nordeste ligado ao sistema distrital.

Os dados sugerem que o reconhecimento formal do Ceará Médico à sua presença seria pronunciado por meio da publicação de duas matérias de teor eugênico com fortes características sócio-antropológicas, seguindo na mesma linha ufanista comungada por Samuel Uchoa e Aderbal de Paula Sales. A primeira havia sido publicada na edição de Janeiro de 1932, com o título de “O Homem Brasileiro”. Nela, o médico Jurandir Picanço tece ampla explanação sobre a formação racial brasileira a partir da qualidade inerente às suas três raças formadoras. Aborda o personagem Jeca Tatú que diz estar doente de doença curável e evitável e não racial. Trata das potencialidades do sertanejo para enfrentar a fome e a miséria e, por fim, afirma ser essas as suas conclusões chegadas após dois anos de exercício clínico no interior do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Na segunda publicação, o mesmo autor traça uma série de advertências sobre o perfil do médico com o qual o sertanejo, já largamente emoldurado, estava acostumado a tratar, amparado na sua experiência profissional de trabalho nos sertões. Portanto, na edição de março de 1932 dedica, logo abaixo do título do artigo, “ao Dr Amilcar Barca Pellon”, o texto denominado “Dinamismo Médico”. Nele, o autor apresenta longa explanação sobre a relação entre sertanejo e medicina, para ressaltar o médico do sertão como o autêntico conhecedor da realidade local. Diz fundar seu fazer em princípios sociais que demandam largo tempo de atuação junto à população para adquirir conhecimento da natureza do povo e sua confiança, sem o qual considera que o médico se afasta da multidão. Ressalta, contudo, como positivas e esperadas algumas medidas que seriam adotadas pela concretização normativa da reforma promovida por Pellon em 1933. Nesses termos seguem alguns fragmentos da matéria que abria a edição de março de 1932:

Depois de um período relativamente longo de clínica, em várias localidades do Ceará, R.G. do Norte e Piauí, mais convencido fiquei de que clinicar no sertão é um dever patrioticamente brasileiro dos médicos nacionais. [...] O sertão exige do médico trabalho polimorfo. E se deve fazer medicina terapêutica, higiênica, profilática e, proveitosamente, medicina educadora. A propaganda consciente, mesmo indiretamente, convence pelos princípios positivos e pelas demonstrações dos fatos. E tem efeito educação para o preparo da mentalidade matuta que ainda não acredita em micróbio e que ainda não aprendeu a prevenir os males e a tratar das doenças. O sertanejo é por índole desconfiado e inclinado espontaneamente a descreer de tudo que não esteja adstrito aos limitados horizontes de sua vida simples. Ademais, na rudeza de seu labor e na rotina de sua criação, é fatalista. Símbolo de resistência, de energia e trabalho acredita que sua existência é uma dentro de condições inamovíveis. Compreender-lhe a mentalidade, estudar-lhe a psicologia e capacitar-se de suas tendências é o primeiro cuidado do médico. [...] A sugestão e a persuasão científicas, mesmo atuando em terreno clinicamente preparado, necessita de tempo e de razões convincentes e de demonstrações úteis. O médico do sertão encontra, quase sempre uma construção a realizar [...] O progresso do litoral mostra a capacidade da raça. Mas os erros político-administrativos divorciaram o litoral do sertão e esse hipertrofia em detrimento daquele. [...] Rodolfo Teófilo, no Ceará, deu o grande exemplo com a insistência de sua convicção, a consciência de seu patriotismo e a visão de seu espírito de grande psicólogo [...] A zona rural brasileira que se inicia onde termina a última das capitais ou cidades importantes, estende-se desmedidamente com as proporções do ‘vasto hospital’ de Miguel Pereira [...] Nem raça é doente e nem o clima, tantas vezes malsinado, é responsável pela morbidez ambiente [...] Dentro do determinismo biológico, porém não haverá saúde onde há condições de doença [...] A civilização é uma conquista. O produto lógico de vários fatores. Nunca pela vontade de um só. Sempre pela colaboração de muitos e de todos na evolução histórica e sociogênica dos povos. Em sanitarismo “civilizar é construir para a saúde. O saneamento, a engenharia sanitária, a educação higiênica e profilática e a terapêutica são as grandes alavancas dessa construção magnífica. E o professor também. (CEARÁ MEDICO, mar. 1932, p.1-5)

Residiria aí um ponto a demarcar o diferencial reivindicado pelos autores que estariam publicando no Ceará Médico neste período, diante da necessidade de fazer dele um espaço consagrado à enunciação da sua posição privilegiada de abordar os problemas do sertão e do sertanejo. A partir dessa publicação as representações sobre saúde pública perderiam a proximidade teórica e conceitual com a eugenia nos moldes ufanistas, cedendo lugar gradativamente a um misto de representações neolamarckianas e mendelianas para tratar do controle científico da “regeneração racial” do país.

Em dezembro de 1930 uma proibição oficial da eugenia foi finalmente anunciada na bula papal de Pio XI. Denominada *castii connubi*, a encíclica reafirmava a autoridade da Igreja Católica na esfera da família, do matrimônio e da sexualidade, e proibia o controle da natalidade, o aborto, a esterilização e a eugenia como violações dos princípios católicos. Na

esteira da condenação da eugenia pela Igreja permaneceria uma questão: como a eugenia poderia ser praticada nos países católicos como o Brasil? (STEPAN, 2005).

Somente em 1932 a publicação da encíclica se tornaria objeto de reflexão aprofundada no Ceará Medico à luz da reprodução de uma série de quatro extensos fragmentos da conferência proferida pelo médico do Distrito Federal, Alberto Farani, da Liga Brasileira de Higiene Mental, sob o título *Como evitar as proles degeneradas? Resposta às objeções de ordem moral da encíclica casti-connubi*. Publicados nas edições de janeiro, fevereiro, março e abril o texto aborda a questão da aplicação dos métodos anti-concepcionais (vasectomia e salpingectomia) para casos de ameaça social (tarados, tuberculosos, doença mental, etc.) confrontando valores da Igreja com responsabilidades do Estado. Farani coloca a eugenia no centro das ideias e traz dados sobre índices de enfermidades mentais nos Estados Unidos relacionando-os aos gastos com os serviços de asilados mentais no país. Usa com frequência o termo moral e razão para diferenciar a capacidade de discernimento entre o homem e os animais. Cita decisões do último congresso de eugenia que aborda a questão eugênica na perspectiva moral reclamando dos opositores das suas ideias que as comparam às ideias neomalthusianistas sem critério.

Tomas Robert Malthus (1766-1834) foi um economista e demógrafo inglês que criou uma teoria caracterizada pelo grande pessimismo em relação ao crescimento populacional. Malthus acreditava que o crescimento demográfico iria ultrapassar a capacidade produtiva da terra, o que geraria fome e miséria. Portanto, para ele as únicas formas de evitar que isso acontecesse seria reduzindo a taxa de natalidade através do controle rigoroso da quantidade de filhos por família nos países pobres, do aumento do preço dos alimentos e do arrocho salarial para forçar as populações mais pobres a terem menos filhos (ALVES, 2002). Comparar as ideias eugenistas às neomalthusianas radicais se traduzia quase em ofensa ao que os eugenistas consideravam ser a maior de todas as ciências da época, destinada a garantir o alcance de níveis civilizacionais elevados por meio do aprimoramento da raça humana.

Farani delimitava, portanto, o alinhamento científico sob o qual a eugenia deveria se sustentar com a defesa do método de esterilização, visto como um fim moral que deveria defender, por sua vez, a sociedade dos males hereditários dos degenerados. Segundo Farani:

É preciso encarar os fatos. Trata-se de impedir o advento dos degenerados, venham de onde vierem, legítimos ou não. O indivíduo tem direitos, sem dúvida, mas também tem deveres, que consistem em não prejudicar os direitos de terceiros. Protestam contra a esterilização porque atinge a integridade corporal do indivíduo. Para que se possa incriminar a mutilação

é preciso provar o prejuízo dela; doutra forma nem a cirurgia mais seria possível, nem a esthetica (CEARÁ MEDICO, fev 1932, p.19).

A prioridade concedida às publicações da conferência de Farani deixa claro o alinhamento ideológico que o Centro Médico reivindicava no período. Entre seus autores, o Ceará Medico encontraria na escrita de Virgílio de Aguiar muitas afinidades com a publicação de Farani, contudo com as características peculiares de reflexão que lhe eram próprias, sobre a aplicabilidade dos postulados eugênicos nas diferentes situações socioculturais.

Entre os temas abordados pelo médico-autor de Esculapeanas, a publicação de um estudo sobre o número elevado de casamentos entre crianças nos Estados Unidos ganhou vez para construir sua crítica à capacidade dos postulados eugênicos responderem à totalidade das questões de forma clara. Dessa forma, questiona se este número fosse expressão dos casamentos infantis entre negros seria tratado como resultado do excesso de libidinosidade, no *far-west* - falta de mulheres, em região tropical - prematuridade sexual climática; em se tratando de Estados Unidos reclama que se falava em frouxidão das leis eugênico-sociais, ou excesso de dinheiro.

Na edição de março de 1932, Virgilio de Aguiar publica como título da sua Esculapeanas: *O avanço da legislação sobre o CRESCEI e MULTIPLICAÍ; e os intrincados problemas da eugenia*. Fazendo coro com as argumentações de Alberto Farani o autor apresenta as formas que vinham sendo mobilizadas em alguns países para se evitar o nascimento de doentes mentais por meio de processos cirúrgicos. Por fim objeta que:

Não cabem no âmbito de uma chronica commentarios a um assumpto amplo e interessante....mas nada há que possa arredar a civilização presente de se preocupar com a higiene racial, que é o fim da eugenia. Entre nós, no Rio, Alberto Farani já disse “Como evitar as proles degeneradas”, que esta Revista está transcrevendo. A questão está na ordem do dia a todo mundo (CEARÁ MEDICO, mar. 1932, p.9).

Os temas da esterilização e do atestado pré-nupcial ganharam relevo especialmente com a publicação da encíclica papal, pois, em alguns países essas medidas já haviam se transformado em leis. No Sexto Congresso Médico Latino-Americano ocorrido em Havana Cuba em 1922, o certificado pré-nupcial já havia sido defendido como solução para a depopulação e a saúde racial, sendo um dos fatores que motivaram a decisão de estabelecer um Escritório Pan-Americano de Eugenia. No Brasil, o congressista Amaury de Medeiros apresentou à Comissão de Saúde Pública do Congresso Nacional uma lei instituindo exames

pré-nupciais voluntários, que não logrou êxito de ser promulgada devido à sua morte. Contudo, na medida em que a Igreja Católica se aproximou do Estado na década de 1930 foi criado um ambiente ideológico pouco propício à efetivação dos planos eugênicos de esterilização voluntária. Por outro lado, os eugenistas liderados por Renato Kehl, conseguiram introduzir a causa “nubente” na Constituição Nacional que exigia dos casais prova de sua sanidade física e mental antes do casamento (STEPAN, 2004).

Em junho de 1932, novamente Virgílio de Aguiar, em sua seção Esculapeanas, versa sobre o alcoolismo ancorando-se em autores renomados da Argentina. Questiona a capacidade jurídica e civil do alcoolista fundado na constatação do déficit de capacidade mental provocada pelo uso do álcool e questiona a legislação nacional que não lhe impõe restrições a não ser quando o alcoolista seja considerado um alienado. Defende o alcoolismo como doença contagiosa e degeneradora da raça. Por fim questiona quando o Brasil terá uma legislação igual a da Escandinávia que exige exame pré-nupcial e permite o divórcio quando da constatação do alcoolismo prévio ao casamento.

A relação entre guerra, despovoamento, natalidade e imigração também encontrou eco na escrita de Aguiar, que na edição dupla de outubro/novembro desse mesmo ano questiona a guerra como empecilho à natalidade, faz referência à capacidade da raça branca sobreviver e diz que a higiene e a ciência compensaram a baixa natalidade com o maior controle sobre a mortalidade. Pergunta se quando os tchecoslovacos e poloneses forem atingidos os brasileiros devem procurar os amarelos? Diz serem tão diferentes dos brasileiros em mentalidade que sua assimilação seria duvidosa. Refere-se que o brasileiro enlouqueceu e com a escassez de europeus - que antes imigravam - e com o “amarelo copioso, mas, suspeito”, o que seria do Brasil após a revolução?

O problema do despovoamento e das consequentes medidas que deveriam ser tomadas a fim de repovoar as regiões que sofriam com a baixa densidade demográfica em virtude da morbimortalidade materno-infantil, encontra na escrita de Virgílio de Aguiar uma das principais antíteses enunciadas pelas teorias eugênicas: imigrar x sanear.

Em meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a diplomacia brasileira criou uma série de medidas voltadas ao agenciamento de tipos raciais “desejáveis” em países da Europa e também nos Estados Unidos para participarem do processo de regeneração racial da população brasileira promovida por meio da sua miscigenação. Propagandas, palestras, livros, exposições, entre outras formas foram mobilizadas a fim de atrair interessados em trabalhar nas indústrias urbanas e também ocupar as zonas consideradas inóspitas a fim de torna-las produtivas, disseminando características morfológicas e culturais

que seriam transmitidas pelo sangue e se transformariam em capacidade de adaptação ao meio. Com o fim da Primeira Guerra as elites brasileiras, especialmente as oligarquias cafeicultoras esperançosas por mão de obra “civilizada”, tinham esperança de que a imigração europeia iria retornar. Contudo, as experiências com a imigração alemã no passado se mostraram muito pouco exitosas na medida em que não houve a desejada difusão gênica nem cultural pela miscigenação. Os alemães haviam criado colônias onde reproduziam casamentos endógenos, a língua e os costumes entre si. A falta de braços de trabalho colocava o país numa situação de ter de reavaliar os critérios antes utilizados para aceitar determinados grupos de imigrantes (RAMOS, 1996).

Se o imigrante europeu era o desejável, nem sempre ele era possível e, portanto, depois de realizar um inquérito sobre as necessidades apontadas para o suprimento da mão de obra no campo, em 1925 o Serviço Nacional de Agricultura identificou uma alternativa possível: o estímulo à imigração japonesa para os estados do Norte. Tidos como racialmente inferiores os japoneses se submetiam aos desconfortos que o branco não estaria disposto a se submeter. Não havia consenso de todos os envolvidos com a captação oficial de imigrantes japoneses, afro-americanos e outros, tidos com indesejáveis à proposta de miscigenação racial, contudo, a despeito de se integrarem facilmente às populações locais, assimilando e difundindo cultura, cumpre assinalar que:

Vale dizer que tomar uma posição sobre o caráter desejável ou indesejável de uma raça de imigrantes implicava avaliar sua contribuição biológica e cultural à constituição do ‘povo brasileiro’ e, também, avaliar a disponibilidade da raça imigrada para oferecer tais contribuições ao povo brasileiro, deixando-se assimilar (RAMOS, 1996, p.75).

A resposta brasileira à encíclica papal e o movimento desencadeado por Kehl em torno de fazer lobby para uma legislação eugênica na Assembleia Constituinte, parece ter feito com que o tema da eugenia aparecesse, prioritariamente, atrelado às questões morais e religiosas que a “ordem do dia” colocava para o mundo e para o Brasil. A aproximação da Igreja Católica com o Governo Vargas afastava cada vez mais a possibilidade de inserir ideias eugênicas voltadas à aprimorar a “qualidade racial” por meio da adoção de medidas negativas de controle sobre a natalidade de indesejáveis. O discurso moralizante perdia o sentido, pois, o país precisava de braços trabalhadores para povoar seu imenso território. A partir de 1932, Getúlio Vargas firmava uma orientação governamental voltada à proteção à infância e à maternidade através de medidas de incentivo ao casamento e à família (MARTINS, 2008).

Não havia, portanto, melhor porta-voz dos interesses do Ceará Medico e de sua associação do que Virgílio de Aguiar, que se preocupou em manter a regularidade de publicações reflexivas sobre o papel da eugenia diante das complexas questões afeitas ao “controle de qualidade” racial diante da necessidade de repovoamento nacional. Assim, a partir de 1932 o contraste entre o incentivo à natalidade e a responsabilidade médica com a “qualidade da raça” foram adquirindo relevo na sombra dos problemas de ordem moral e religiosa que se colocavam ao avesso das mobilizações dos eugenistas em torno da defesa de políticas que visavam o rigor eugênico sobre a procriação.

As publicações de Virgílio de Aguiar no período permitiram ao Ceará Medico manter-se atualizado com os movimentos científicos que buscavam desfazer a confusão entre eugenia e saneamento nas suas representações, elevando a primeira ao patamar privilegiado de ciência reprodutiva, capaz de garantir um destaque ao médico eugenista como enunciador da ordem e do progresso da nação por meio da defesa de medidas de erradicação dos vícios e taras sociais.

6.5 1933: Eugenia, natalidade e práticas obstétricas

A herança dos Centros de Saúde da década de 1920 havia projetado a criança ao foro privilegiado das ações de Saúde Pública. No entanto, no alvorecer da década de 1930 a organização desses serviços já se encontrava sob influência das teorias administrativas americanas, como já sinalado, que tratou de privilegiar a organização das atividades destinadas à criança nesses espaços institucionais, em detrimento da sua orientação eugênica originária.

Em janeiro de 1933 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência Nacional de Proteção à Infância para discutir as experiências e propostas que permitissem consolidar um avanço nesta área assistencial. Desde então, o papel da criança como uma matriz simbólica e biológica da base da escala de aprendizado em todos os grupos da população seria reforçado.

Nesse mesmo ano, o Ceará Medico comemorava o 18º aniversário de existência da Maternidade Dr João Moreira e do seu Curso de Parteiras Diplomadas, ao passo que também era inaugurado, com a presença do presidente da República e sua comitiva, o Centro de Saúde de Fortaleza, ligado à nova Diretoria de Saúde Pública que o Decreto-lei nº 1013 de 09 de maio de 1933 criaria, instituindo a chamada Reforma Pellon.

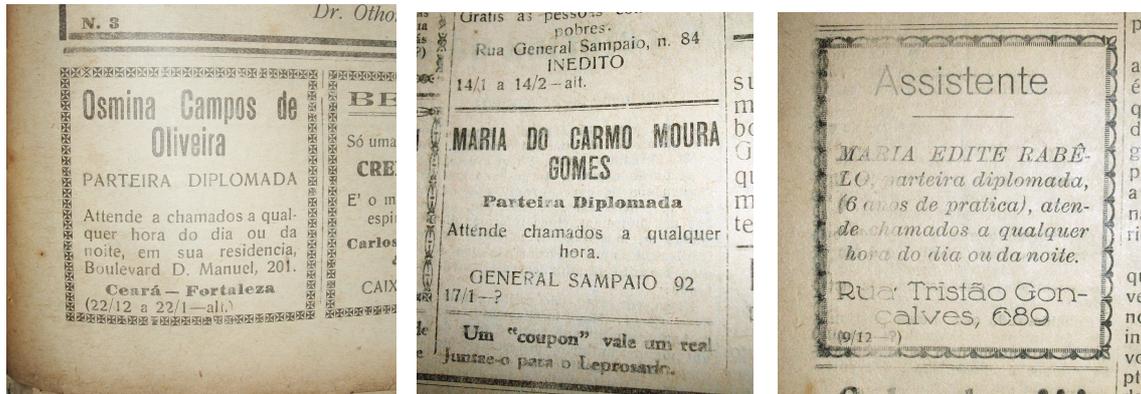
Não há como direcionar o olhar para dentro do Ceará Medico sem entender o seu posicionamento frente aos eventos que aconteciam ao seu redor. A preocupação com a formação saudável das crianças abarcou uma análise - tanto da saúde pública como privada e filantrópica - dos agentes envolvidos com o seu cuidado direto, confluindo para a importância social da mulher como o único membro da família dotado naturalmente dos atributos de afeto, proteção, cuidado e desvelo.

Na década de 1930 já havia mulheres exercendo a medicina no Ceará, a exemplo de Maria Cavalcanti, que chegou a integrar a comissão de redação do Ceará Medico. Contudo, enquanto o projeto eugênico patriarcal buscava restringir a ascensão das mulheres ao nível superior e, mais das vezes, a ascensão das que eram formadas em nível superior a postos avançados de trabalho, algumas instituições trataram de ampliar a tendência emancipatória das mulheres com a formação moldada pelo discurso científico moderno, a exemplo da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde (atual Escola de Enfermagem Anna Nery), que preparou visitadoras sanitárias e enfermeiras para integrar o projeto de saneamento das capitais brasileiras.

Alinhado às diretrizes das reformas já realizadas nos estados do sul, o Centro de Saúde deslocava o olhar da opinião pública sobre o atendimento desvelado ao pré-natal e à puericultura no Ceará, que recaía até o momento sobre a parteira diplomada pela Maternidade Dr. João Moreira da Santa Casa de Misericórdia, principal responsável pela atenção ao parto e ao neonato, desenvolvida no âmbito domiciliar e hospitalar.

A possibilidade concreta de integrar os quadros de serviços públicos havia sido ampliada com o Curso de Visitadoras Sanitárias. A garantia da vaga nos serviços para a visitadora cursar enfermagem nas escolas equiparadas à Escola de Enfermeiras Dona Ana Neri ficou consignada no Decreto nº 1013 de 9 de maio de 1933, que instituiu a Reforma Pellon. Não restam dúvidas que tal oportunidade proporcionou o delineamento de um campo concorrencial entre parteiras e visitadoras, que já não tinham limites precisos em suas práticas.

A maioria das parteiras diplomadas exercia sua função de forma liberal sem manter compromisso com os serviços da Santa Casa após a sua formação. Algumas de maior poder aquisitivo publicavam anúncios dos seus serviços com frequência nos indicadores profissionais de alguns dos mais importantes jornais da capital, a exemplo de Maria Edite Rabêlo, Maria do Carmo Moura Gomes e Osmina Campos de Oliveira, conforme publicações datadas do ano de 1931 do jornal *O Nordeste*.



Fac-símile 34 – Anúncio de parteiras no jornal O Nordeste, ano de 1931.

A vasta imprecisão no desempenho de funções entre parteiras e visitadoras privilegiou que o surgimento das segundas ameaçasse a existência das primeiras diante da expansão de políticas assistencialistas públicas do Governo Vargas. Tal fato pode ser observado com o desaparecimento das parteiras das estatísticas oficiais publicadas no Almanaque do Ceará nos últimos anos da década de 1930 e da transição de todas as visitadoras para o cargo de assistentes sociais, ligadas aos serviços públicos do Centro de Saúde, quando se formou a primeira turma de enfermagem de emergência da Escola São Vicente de Paulo em 1943.

A trajetória de ascensão profissional através dos serviços de saúde pública, pode ter constituído elemento que demarcou o ingresso de Maria do Carmo Moura Gomes no curso de visitadoras sanitárias e seu afastamento provisório dos serviços com garantias de retorno para ir cursar enfermagem no Distrito Federal no ano de 1935, conforme já anunciado em seção anterior. Ou seja, Maria do Carmo iniciaria sua carreira como parteira e chegaria a ser enfermeira, integrando os quadros funcionais da saúde pública do estado após migrar para a carreira de visitadora sanitária.

No Centro de Saúde seria condensado um amplo aparato voltado ao atendimento especializado à criança e à gestante por meio de um departamento de higiene da criança que compreendia um serviço de higiene infantil, um serviço pré-natal e um serviço escolar, em anexo ao departamento de higiene da criança, uma cozinha dietética, um serviço de otorrinolaringologista e um gabinete de odontologia. Dessa forma, o Ceará comemorava seu primeiro passo na política de saúde pública almejada pelo governo Vargas, tornando-se o primeiro estado da região nordeste a possuir um Centro de Saúde nos moldes em que as

visitadoras sanitárias seriam as responsáveis por desenvolver visitas domiciliares a fim de agir preventivamente contra os males da infância desde o pré-natal.

Se na Europa as estratégias voltadas a institucionalizar os dons femininos em ações de cunho social estavam relacionadas diretamente às ameaças do despovoamento provocado pela guerra, no Brasil elas apresentavam-se como resposta à exacerbada mortalidade infantil que acometia a população do país e sua recusa chegou a ser abordada como patologia, pecado ou até mesmo crime. Portanto, o progresso visto como um fim a ser alcançado, trataria de anular qualquer resquício de diversidade no projeto civilizador, e a modernidade como emancipadora da ignorância confrontava visitadoras sanitárias e parteiras na missão de enfrentar o despreparo das famílias para lidar com os pressupostos da natalidade.

Dessa forma, ao abordar a defesa dos serviços já realizados no campo da assistência ao pré-natal, parto e puerpério sob o viés científico da eugenia, as publicações do Ceará Medico no ano de 1933 assumiriam uma proporção capaz de retirá-lo da arena do embate com os representantes do poder central, trazendo para dentro da revista um diferencial latente a dar escopo às diferentes temáticas que justificavam o problema da natalidade nordestina como uma prática que exigia um conhecimento aprimorado das contingências da raça, o que colocava os médicos da Santa Casa de Misericórdia alinhados com o que havia de mais avançado no debate científico da época, ou seja- o controle eugênico da natalidade por meio de práticas obstétricas.

Diante da iminência de se conseguir angariar investimentos públicos para os projetos ligados à maternidade, o corpo autoral do Ceará Medico mobilizou-se no ano de 1933 em torno de afirmar a identidade científica de seus obstetras que não foram arrolados no projeto sanitário governamental. Assim, fazia-se necessário se auto-representar com competência diferenciada para lidar com os problemas do sertanejo, ao passo que se deveria cobrar por meio de mensagens subliminares as compensações do Estado ao atraso no desenvolvimento de suas instituições sanitárias em virtude da histórica falta de investimentos governamentais neste campo.

Uma forma dos autores do Ceará Medico conferirem escopo à esta abordagem a fim de reivindicar para o médico afiliado ao CMC a condição de um conhecimento erigido organicamente no atendimento à população sertaneja nos seus espaços de convívio mútuo, era criar modalidades discursivas que dessem visibilidade às suas ações por meio de publicações de estudos de caso e estatísticas das atividades que representassem sua competência técnica e científica.

Portanto, na edição de março de 1933, Virgílio de Aguiar traz reflexões atinentes à práticas do parto prematuro provocado e (simphysiotomia) e o sacrifício do feto (embryotomia). Traz várias opiniões de médicos consagrados em todo o mundo a respeito do assunto, mostrando que muitas delas somente podem ser aceitas por se tratarem de médicos que nunca clinicaram no interior. Afirma seu ponto de vista como favorável ao sacrifício fetal em benefício da saúde e da vida materna, ilustrando seus argumentos com situações comuns do cotidiano rural afastado das grandes capitais. Por fim, defende que só quem clinicou nessas áreas pode falar a respeito.

Não obstante este momento de efervescência exigisse dos médicos obstetras esforços para representar sua competência clínica e cirúrgica nas páginas do Ceará Medico, ele criou a condição propícia para que uma situação eugenicamente determinada favorecesse a execução do primeiro parto por cesareana no Ceará, feito por Cesar Cals e publicado na edição de abril de 1933 com o título *Parto Cezáreo*.

O primeiro caso de cesareana no Ceará foi realizado em uma anã com seis meses de gestação no dia 21 de março de 1933. O artigo traz a foto em primeira página da paciente e o autor refere somente ter conhecido a técnica cirúrgica de livros, apesar de ser o diretor da maternidade à época, mas que naquele momento já havia passado a conhecê-la na prática graças à oportunidade de tê-la realizado na mulher anã. Refere tê-la matriculado na maternidade - embora a praxe fosse só receber gestantes a termo - por se tratar de uma “anormal”, com residência no interior e longe da capital, o que afirmou justificar sua atitude benevolente e patriótica. O artigo apresenta todo o caso em pormenores e salienta que “para se evitar a reprodução operatória na paciente, cuja raça não convinha que perpetuasse a bem da humanidade, foi-lhe feita *patrioticamente*, a secção das trompas” (CEARÁ MEDICO, abr, 1933, p.5).

Outro tema de profundo interesse para o ordenamento da prática obstétrica eugênica foi publicado em setembro de 1933, sob a pena de Virgílio de Aguiar, ao discorrer sobre confusão ocorrida na sessão de 28 de junho na Academia Nacional de Medicina, quando um médico apresentou uma memória sobre o “aborto terapeutico” condenando sua prática. O trabalho foi rejeitado ao prêmio pela maioria dos votos. Aguiar questiona os médicos que se posicionam contra certas práticas por questões de princípio e não por razão e os chama de opinosos e moralistas. Relata que a sessão foi muito boa, porque ruidosa, agitada. Por fim defende o aborto terapêutico por ser um “grande e excelente recurso” que não levará ao inferno a alma de nenhum cristão.

Não cabe nesta seção descrever todos os pormenores das matérias publicadas sobre práticas obstétricas e puericultura. Afora as já apresentadas, que guardam elementos explícitos da eugenia, são inúmeras as publicações que mostram a prioridade conferida pelos médicos do CMC ao trabalho desenvolvido na Maternidade Dr. João Moreira. O aguçamento pelo tema, especialmente no pós-1933, sugere uma modalidade de situar o lugar de enunciação do Ceará Medico diante da expansão do poder central na área da saúde pública, não desprezando que parte dos médicos que haviam sido recrutados para esses serviços publicavam muito pouco ou quase nada na revista neste período sobre este tema, o que ficou à encargo, prioritariamente, do leprologista Antônio Justa e de Virgílio de Aguiar.

Alguns temas serão mais bem pormenorizados a seguir com vistas a situar como as representações eugênicas ordenaram práticas ligadas ao espaço clínico da maternidade mantendo a questão obstétrica como um garantia do compromisso científico da revista diante da crise espiritual e financeira pela qual atravessava.

A edição de fevereiro de 1933 foi integralmente dedicada ao tema da Maternidade e do papel das parteiras que foram exaltadas como “modernas auxiliares da maternidade”. Virgílio de Aguiar abordou a esterilidade como um peso á mulher em várias sociedades históricas (Grécia, Egito, Esparta, Roma), abordando a maternidade como um hospital de parturiente pobre e distocia. A defesa das parteiras afinava-se em muito com o discurso pro-natalista de Vargas ao passo que se confrontava com sua proposta de expandir o poder governamental através de medidas de expansão dos serviços públicos. Conforme já abordado, a maioria das parteiras atuava de forma liberal e algumas poucas eram lotadas na Maternidade Dr. João Moreira, entidade filantrópica de assistência.

Cesar Cals, diretor da maternidade, traz um perfil horrendo do parto feito por aparadeiras antes da criação do curso de parteiras e diz já ter formado 131 senhoras desde sua criação. Traz o perfil das parteiras como senhoras de família e de boa educação que recebiam conhecimentos sobre o posicionamento fetal, identificação da gestação, ausculta fetal, aprendiam rudimentares noções de anatomia, patologia e fisiologia, obstetrícia e puericultura a fim de evitarem as principais moléstias do recém-nascido e orientar sobre a sua alimentação.

Após seis páginas onde apresenta dados estatísticos da maternidade, refere aplaudir com entusiasmo o gesto patriótico do governo provisório que mandou estudar as bases para criação de amplo serviço de assistência à infância e à mulher grávida ao que diz colocar à disposição as dependências físicas da maternidade e os médicos que ali trabalhavam. É notável, portanto, como a partir dessa notícia a revista passa a publicar recorrentemente estatísticas de seus serviços. Neste número apresenta toda a estatística minuciosamente detalhada do movimento

da maternidade desde março de 1915 até 1933, preenchendo ao todo 11 páginas. Na primeira página da matéria apresenta uma fotografia da fachada da instituição em homenagem ao seu aniversário.

Virgílio de Aguiar relata afinar o seu diapasão ao couro da maternidade e apresenta dados do Rio de Janeiro que mostram os números de mulheres atendidas pelas parteiras diplomadas ou médicos e pelas aparadeiras, ou parteiras leigas, em 1922. Relata que este caso continua ocorrendo somente no interior do Ceará, pois, em Fortaleza o curso de parteiras mudou esta realidade e repete frase de Napoleão Bonaparte que disse que “O parto está para a mulher assim como a guerra está para os homens”.

A ideia que se tornou a tônica do discurso médico e pedagógico nas primeiras décadas do século XX era a de que o ato da maternidade era uma ciência e deveria ser tratada como tal. Durante este ano, o Curso de Parteira passou por uma revisão de seu conteúdo com o fim de manter-se afinado com os avanços proclamados pela conferência realizada no Distrito Federal. A parteira diplomada foi proclamada como principal missionária no combate à morbi-mortalidade materno-infantil no Ceará Medico. Os módulos do curso passaram a ser publicados na revista, dando visibilidade ao papel dos médicos na formação dessas agentes. Assim, o discurso modernizante tratou de moldar e adequar a formação dirigida para as parteiras nesse período como forma de delimitar um espaço de atuação frente à difusão de outras agentes que ameaçavam a hegemonia de 18 anos da relação entre médicos e famílias através dessas exercentes das práticas de enfermagem do sertão.

A oposição binária entre atraso e progresso com vistas a despertar interesse social por investimentos na aquisição de conhecimentos da cultura científica sobre a maternidade, o parto e o puerpério, fez com que as parteiras diplomadas fossem ocupando o espaço das parteiras leigas. De 1915 a 1933 o curso de parteiras diplomadas teve a duração de um ano e compreendia três disciplinas: Anatomia, fisiologia e patologia dos órgãos geniturinários da mulher; Obstetrícia; e Puericultura. Contudo, após a Conferência Nacional de Proteção à Infância, realizada no Distrito Federal (RJ) em 1933, o curso passou a ser ministrado em dois anos e a comportar seis disciplinas em sua grade curricular. No primeiro ano eram oferecidas as seguintes disciplinas, a saber: Primeira cadeira de Obstetrícia; Anatomia e fisiologia dos órgãos geniturinários da mulher; e Puericultura. No segundo ano eram ministradas: Segunda cadeira de Obstetrícia; Patologia dos órgãos geniturinários da mulher e terapêutica; Higiene da mulher grávida e Noções de microbiologia (MEDEIROS, 2008).

Os conteúdos de algumas matérias foram publicados em edições da revista Ceará Medico entre 1933 e 1935, e pode se perceber que a nova orientação ao curso impôs a

exigência de competência de suas matriculadas para decifrar através da linguagem científica veiculada nos livros de medicina que eram utilizados como material didático - a exemplo do Tratado de Anatomia dos franceses Testut e Laterget - o dito e inscrito sobre o corpo feminino e as práticas concernentes ao seu cuidado e ao cuidado com o recém-nato.

6.6 1934-35: Despovoamento, natalidade e aborto: as intrincadas relações da eugenia e o Ceará Medico

As edições concernentes aos anos de 1930, 1931, 1932 e 1933 permitiram realizar uma análise de como os postulados eugênicos, enquanto representações de realidade, garantiram ao Ceará Medico deslocar sua identidade de enunciador privilegiado do saneamento e da eugenia ufanista para o que havia de mais avançado no debate científico da época: o controle da natalidade, a imigração, os venenos raciais, o pacto nupcial, dentre outros. Os temas foram introduzidos de forma a permitir compreendê-los como movimentos mais ou menos uniformes de resposta às demandas que se apresentavam nas relações políticas e sociais da época, e como os valores e práticas que a eugenia indicava serviam para reiterar a posição da revista como enunciativa privilegiada do campo sanitário cearense.

Nas edições publicadas nos anos de 1934 e 1935 não há como observar esses movimentos, os temas se fundem como num cadilho reclamando uma síntese das publicações com uma característica comum a todas elas: a da consolidação da eugenia enquanto parte constitutiva da identidade do Ceará Medico em que é tratada como ciência natural de forte orientação francesa capaz de livrar a nação de um futuro sombrio. Assim, o médico eugenista chega a se apresentar como um enunciador, acima de tudo político, responsável por reconhecer nas complexas questões sociais os perigos reais para a formação de um sentido unívoco de nacionalidade. Esbarra-se, contudo, na contraditória qualidade de defensor do sertanejo como detentor de um biótipo racial desejável, ao que parece defender como uma orientação própria da ciência cearense diante das “brechas biológicas” que a eugenia permitia.

Portanto, na única matéria de teor clínico publicada na edição de janeiro de 1934, Virgílio de Aguiar aborda caso de ruptura na cavidade peritoneal quando, ao traçar a descrição do paciente, ressalta que se tratava de “um tipo magnificamente racial do matuto do Ceará”, o que considerava um aspecto positivo para sua recuperação cirúrgica (CEARA MÉDICO, jan. 1934, p.3).

Por outra perspectiva, nas edições de fevereiro e março de 1934, o Ceará Medico publica a reprodução de um texto do livro - *Três ensaios sobre a vida sexual*, do autor espanhol Gregório Marañón, comentado pelo médico Cesar Cals, sob o título: *Uma lei aterradora: a fecundidade das mães está em relação direta com a mortalidade dos filhos*. A matéria apresenta estatísticas sobre natimortalidade por famílias em vários países da Europa e do envelhecimento precoce da mulher pobre sobrecarregada de filhos. Novamente, dirige suas críticas ao neomalthusianismo e aborda as políticas de incentivo à natalidade como algo que precisaria ter melhores delineamentos, pois, considera a multiparidade com baixo número de filhos vivos como uma desvantagem para a raça, ao se preocupar mais com a quantidade do que com a qualidade do produto final. Diante de dados que mostram mulheres com a metade do total de filhos, questiona qual será “o futuro de nossa raça?” Reivindica a limitação racional da maternidade como medida eugênica indispensável e a castidade do homem como um recurso eugênico moral para o benefício familiar e social.

Em 1935, na edição referente ao mês de fevereiro, Virgílio de Aguiar aborda temas retirados de um livro de deputado médico cearense que o enviou e diz ter lido com apreciação e meditação. O assunto tratado em Esculapeanas dessa vez refere-se ao: *Problema imigratório e o da criança no Brasil e o sorteio militar tal qual estava sendo feito*, o que considerava equivaler a um despovoador dos sertões. O problema do despovoamento e da imigração dos indesejáveis é trazido à baila, novamente, na escrita de Virgílio de Aguiar quando ressalta que, “se não se arreceia o impatriotismo dos nossos governantes aceitando, quase em massa, japonezes e discutindo sentimentos a vinda dos indesejáveis do Irak, também não se move sua piedade ante a mortalidade infantil e a morbidade e o desamparo a maternidade” (CEARÁ MEDICO, fev.1935, p.20).

Virgílio de Aguiar tornou novamente a tratar em março de 1935 do tema da eugenia pelo viés do aborto, sob o título: *Creação versus creador: o aborto e o crescei e multiplicai*, em que aborda a questão do aborto provocado por mulheres modernas que se opunham ao tão propalado jargão católico do *crescei e multiplicai*. O tema surge de um relato de caso vivenciado pelo autor na clínica em que refere ter identificado esta situação em mulher que se mostrava satisfeita com o episódio do aborto. Reclama, assim, que o aborto legal seria preferível em detrimento do aborto criminoso “porque incomparavelmente diminui a morbidade e letalidade maternas” (CEARÁ MEDICO, marc.1935, p.23)

Ao aprofundar sua reflexão, Aguiar aponta o revés que a legalização do aborto provocou na Rússia lotando os leitos hospitalares e desencadeando insurgências na população contra a sua legalidade e em prol dos métodos contraceptivos. Para tratar da questão do bom

senso reporta-se mais uma vez ao povo japonês, nos seguintes termos: “E o bisonho e conservador japonês, que não ama e cultiva essas transcendências políticas, há de rir-se à socapa do desvario russo a pautar a natalidade, como riu de nós à alucinação de incinerar café” (CEARÁ MEDICO, marc.1935, p.24).

No início da década de 1930 os postulados eugênicos ganharam força para se projetar no cenário político pela iniciativa do “incansável Kehl” que, em 1931 criou a Comissão Central Brasileira de Eugenia a fim de fazer lobby pela legislação eugênica entre os membros da Assembleia Constituinte. A comissão formada por Kehl conseguiu fazer da promoção da educação eugênica uma responsabilidade do Estado Nacional. Apesar dos esforços de eugenistas em procurar assegurar à classe política que a eugenia não era uma religião nem tampouco filosofia contrária à fé católica, suas propostas de esterilização, controle da natalidade e aborto não ganharam notoriedade e permaneceram ilegais até muito recentemente (STEPAN, 2004).

Contudo, “não se pode esquecer o apoio que Vargas recebeu da Igreja, envolvida que estava na luta contra os males da civilização moderna, como o divórcio, o neomalthusianismo, o trabalho feminino fora do lar e os costumes liberalizantes da vida urbana” (MARTINS, 2008, p. 216). Tal fato pode explicar, em parte, o reiterado posicionamento dos autores do Ceará Medico contrários à algumas acusações atribuídas à eugenia ao ser identificada com o neomalthusianismo. Cabe ressaltar que ao ser tratada como ciência pura, a eugenia reivindicava uma neutralidade discursiva que a desvinculava de qualquer orientação religiosa.

Em outubro de 1935 aconteceu em Fortaleza o Primeiro Congresso Médico Cearense, por iniciativa do CMC. Segundo Barbosa (1994, p.119) no congresso médico é que se pôde sentir a influência dos novos paradigmas da saúde pública sobre a classe médica cearense, pois, “as grandes transformações do setor, ocorridas com a chamada Reforma Pellon e a influência das ideias sanitárias norte-americanas, veiculadas no Brasil principalmente pela Fundação Rockefeller, contribuem para formar uma nova consciência sanitária entre os profissionais da saúde, a qual se reflete no evento” (BARBOSA, 1994, p.119).

Sem dúvida foram realizadas cinco sessões de apresentações de trabalhos científicos em que figuraram em sua grande maioria uma linguagem afinada com os signos da “Nova Saúde Pública” de vertente americana, sem tampouco dar ênfase ao alinhamento eugênico do CMC. Na primeira sessão foram apresentadas quatro teses com enfoque em saúde pública e uma em obstetrícia; na segunda a mesma quantidade; na terceira sessão foram apresentadas seis teses com tonalidade de saúde pública e uma de obstetrícia; na quarta sessão sete de

saúde pública e uma de clínica médica, em que a linguagem própria à saúde pública era mobilizada para enunciação do autor; na quinta sessão foram apresentadas seis conferências de saúde pública e uma de clínica médica.

A conjugação entre materialidade e estética que a revista conseguiu manter, a quantidade de textos franceses utilizados como referências pelos seus autores e outros reproduzidos na íntegra pela redação mostram que o Ceará Medico não dialogou com o movimento sanitário que ocorreu no Ceará durante a gestão Pellon, criando inclusive uma resistência tenaz na escrita de Antônio Justa contra o aparelhamento dos serviços de saúde pública.

Tais evidências levam a se confirmar a constatação de Chartier (1994) de que ao se partir das produções culturais pode-se chegar à novas clivagens sociais que não as pensadas *a priori* do estudo. Portanto, ao se considerar o envolvimento de alguns de seus membros nas reformas promovidas nos serviços do estado e a pouca visibilidade que tiveram no período, o Centro Medico Cearense deve ser visto, não como um grupo homogêneo que teria a totalidade de seus interesses representados pelo Ceará Medico, mas como uma sociedade dividida ideologicamente neste período. Assim, no distanciamento estratégico da saúde pública o Ceará Medico encontrou a condição para manter a sua força de representar a realidade por meio dos avanços das práticas obstétricas, de neonatologia e de puericultura que, seguindo as tendências científicas eugênicas de sua época, lograram avanços significativos no período analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No começo do século XX, a cidade de Fortaleza vivenciou amplo processo ligado ao esforço das elites locais em busca do aformoseamento urbano inspirado no modelo francês da *belle époque*. A revista Ceará Medico era o instrumento privilegiado de divulgação das ideias e interesses da elite médica cearense, portanto, uma produção cultural que inscrevia um conjunto de representações de mundo que deveriam se dar a ler. A revista participou ativamente desse processo enunciando e propondo respostas aos problemas que ameaçavam a saúde pública diante do convívio no mesmo espaço urbano de membros de elites defensoras da civilidade europeia com flagelados, crianças desvalidas, prostitutas, alcóolatrás, sífilíticos, leprosos, tuberculosos, entre outros. Para angariar notoriedade, os médicos do CMC reivindicaram um papel central no processo civilizador, edificando a sua função-autor como produto da trajetória de aceitação e identificação do leitor com os signos de autoridade de enunciar sobre temas sanitários caros ao progresso social almejado para o Ceará e para a nação.

Nos primeiros anos da década de 1930 o estado do Ceará passou por transformações advindas do projeto de padronização dos seus serviços de saúde pública nos moldes pretendidos para o todo o país pelo Governo Vargas, o que causou uma série de ingerências políticas locais ao ser implantado por meio de intervenção direta do poder central nas instituições estaduais. O interventor federal Fernandes Távora e o diretor dos Serviços Sanitários do Estado Antônio Justa eram membros do Centro Medico Cearense e foram afastados de suas funções por reproduzirem as mesmas práticas clientelísticas das gestões oligárquicas contra as quais lutaram apoiando Vargas. Seus lugares foram preenchidos pelo interventor militar Capitão Roberto Carneiro de Mendonça e pelo sanitarista Amilcar Barca Pellon, ambos do Distrito Federal, que adotaram medidas de aparelhamento dos serviços sanitários do estado seguindo o modelo das reformas já realizadas em algumas capitais do sul e sudeste do país na década de 1920.

No início da década de 1930 o Centro Medico Cearense já havia realizado um longo trabalho de inculcação no imaginário coletivo cearense ligado à identidade altruísta filantrópica e abolicionista de alguns dos seus mais ilustres membros-fundadores, convertendo-a em capital simbólico a ser usado com recorrência na escrita dos médicos-autores do Ceará Medico em suas representações de si mesmos para angariar prestígio e

reconhecimento social para a promoção e manutenção do interesse de manter o domínio de enunciar sobre a vida pública cearense.

Apesar de alguns de seus autores afirmarem que a circulação da revista ficaria circunscrita aos pares do Ceará, uma análise da sua materialidade e conteúdo aponta para modos de circulação que chegaram a alcançar outros estados e mesmo países por meio de trocas com outras revistas e formas desgovernadas de apropriação que evidenciam um alcance real das representações de mundo publicadas no Ceará Medico em outros espaços consagrados às ciências de seu tempo.

Dentre as atividades do CMC que envolviam o processo de elaboração das representações de mundo situavam-se os ritos de leitura oral realizados em sessões ordinárias mensais, quando os autores submetiam seus textos à avaliação dos pares fazendo do debate, das contendas e das querelas os critérios de validação científica para publicação. Neste sentido, o texto final representava o produto de um processo de adequações e ajustes fundados nos princípios científicos da autoridade de enunciar racionalmente e objetivamente sobre os fatos ligados ao homem e à natureza, apontando para a escritura como produto das leituras de outras escritas.

Uma crise financeira e espiritual anunciada em 1930 se interpunha à continuidade de publicação da revista e, neste estudo pode-se perceber que esta crise se viu agravada pelo golpe político que o CMC sofreu ao ter seus ilustres representantes afastados da gestão política do estado e dos serviços públicos de saúde. A responsabilidade por dinamizar o impacto que a revista exercia na realidade social recaiu sobre uns poucos membros da Comissão de Redação, entre os quais Antônio Justa e Virgílio de Aguiar, que se preocuparam em manter uma regularidade elevada no número de suas publicações sobre os principais temas de interesse para a manutenção de uma autoridade científica local.

No bojo da crise, a fim de reavaliar sua posição social, foi criada uma comissão para reorganizar o Centro com o concurso moral, intelectual e material de todos os seus membros. Dela derivou-se a revisão dos seus estatutos, que consignou o seu apoio às obras que tivessem por base a eugenia e passou a contar exclusivamente com representantes da classe médica. A eugenia já havia se consolidado na década de 1920 como uma ciência ligada ao saneamento permanecendo, no entanto, muita confusão na distinção entre ambos os conceitos.

A eugenia estava em voga no debate científico nacional e a abordagem sobre o sertanejo se polarizava entre uma ideia ufanista de sua realidade - que, inspirada nos textos de Euclides da Cunha, acreditava ser o sertanejo acima de tudo um forte, à espera de ações governamentais a lhe despertar o seu potencial para alavancar a economia do país - e outra

pessimista, que acreditava numa herança genética de patologias e hábitos incorrigíveis por meio de ações sanitárias. Contudo, após o Congresso Brasileiro de Eugenia realizado no Distrito Federal (RJ) em 1929, dois de seus mais importantes defensores – Eduardo Roquette-Pinto e Renato Kehl - advogaram pela desvinculação da eugenia do saneamento.

Ao mesmo tempo em que Kehl organizava um movimento nacional a fim de fazer *lobby* junto aos deputados federais para se criar uma Constituição eugenista, o alinhamento do estado varguista com a Igreja Católica reclamava medidas de repovoamento nacional que, por sua vez, reorientaram os critérios de imigração e de recrutamento de “braços” para movimentar a economia do país. O sertanejo era representado como um potencial econômico adormecido à espera de medidas governamentais que o retirassem da situação de abandono e depauperamento.

Portanto, com a expansão do Estado - providência de Vargas, o discurso pró-natalista contribuiu para que medidas de ampliação do cuidado desvelado à mulher e à criança passassem a compor o elenco das atividades sanitárias ofertadas no Centro de Saúde inaugurado em 1933 na cidade de Fortaleza. O arcabouço de serviços ofertados neste espaço passou a competir com as atividades desenvolvidas pelo CMC nessa área, como os serviços de pré-natal e puericultura realizados no âmbito dos serviços da Santa Casa de Misericórdia, quando passaram a sofrer com a supressão dos repasses financeiros do governo federal para a área filantrópica e a sua conseqüente destinação para a saúde pública.

A ampliação da possibilidade de ingressar no serviço público garantindo a continuidade da qualificação feminina - na época tão restritiva aos postos avançados de trabalho - fez com que a existência das parteiras diplomadas - formadas pelos médicos do CMC em curso ministrado nas dependências da Maternidade Dr. João Moreira - fosse ameaçada pela formação das visitadoras sanitárias do Centro de Saúde.

A reforma sanitária ocupou amplo espaço na imprensa jornalística de Fortaleza e diante da inédita expansão da saúde pública e a possibilidade de se obter recursos para os projetos institucionais sob os auspícios do governo federal, o Ceará Medico viu-se confrontado com a necessidade de representar sua posição privilegiada de ordenador das questões científico-sanitárias do estado, alinhado com o que havia de mais avançado na linguagem científica da época- a eugenia.

Configurou-se, então, um jogo de concorrências entre as representações em que, por um lado o saneamento de vertente americana era representado nos jornais como parte do projeto governamental que buscou abarcar as instituições e agentes desse campo, uniformizando e padronizando a organização da assistência em todo o território nacional e por

outro, a eugenia de vertente francesa e alemã, que representou nas páginas do Ceará Medico um conhecimento capaz de responder às questões do repovoamento nacional sem perder de vista tudo que já havia sido construído neste sentido, ou seja: o conhecimento e as medidas que orientavam para o aprimoramento científico da raça. Temas de obstetrícia, neonatologia e puericultura inundaram as páginas do Ceará Medico neste período, associados às estatísticas de suas instituições e de chamadas nas entrelinhas dos textos para que o governo auxiliasse os projetos de iniciativa filantrópica e privada de seus médicos.

A historiografia sobre o tema aponta que no retorno das atividades do Centro Medico Cearense em 1928, seus membros participaram ativamente de ações voltadas à melhoria da saúde pública, fundando instituições nessa área e adotando medidas que orientavam para a resolução dos problemas da cidade. Sem dúvida nas publicações referentes ao último ano da gestão Samuel Uchoa (1930-1931) foi possível notar-se iniciativas de criação de algumas instituições ligadas à área da saúde pública e de publicações de reflexões e pesquisas nessa área. Contudo, durante a reforma sanitária empreendida por Pellon, Antônio Justa, na qualidade de membro da Comissão de Redação, manteve uma regularidade acima dos seus pares de publicações onde manifestava abertamente sua resistência ao novo modelo de saúde pública.

Ao se considerar a força do papel conferido à Comissão de Redação na organização do periódico, pode-se auferir que as publicações analisadas representaram o Centro Medico Cearense como um braço de resistência da reforma de saúde pública no estado, não obstante, a realização do Primeiro Congresso Médico Cearense em 1935 tenha revelado que seus agremiados se preocuparam em fazer ampla utilização da linguagem científica da saúde pública na apresentação de suas teses. Foram realizadas cinco sessões de apresentações de trabalhos científicos em que figuraram em sua grande maioria uma linguagem afinada com os signos da “Nova Saúde Pública” de vertente americana, sem tampouco dar ênfase ao alinhamento eugênico do CMC.

Cabe chamar a atenção, portanto, para o fato de que boa parte dos trabalhos sobre saúde pública foi apresentado por médicos que estavam atuando nesses serviços durante a Reforma Pellon e não haviam publicado significativamente seus trabalhos a ponto de darem visibilidade aos temas emergentes nessa área através do Ceará Medico. Tal fato permite inferir que não tinham tempo para isso, ou não encontraram espaço para edificar uma nova visão de mundo que confrontava com as tradicionais escolas francesas e alemãs às quais o Ceará Medico estava profundamente alinhado teoricamente e ideologicamente. Tal

observação pode apontar para a existência de uma divisão dentro do próprio CMC que pode ter colaborado para um prolongamento da crise anunciada em suas páginas.

O Governo Provisório foi marcado por grande instabilidade política e imprecisão sobre o futuro da nação. Portanto, a intrincada rede de interdependências e tensões entre os grupos que compunham o campo sanitário cearense durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas faz lembrar as modalidades asseguradas pelo soberano para manter o monopólio nas sociedades de corte, quando ao rivalizar os grupos pela disputa dos signos de prestígio eliminava todos os seus concorrentes potenciais reduzindo-os à condição de dependentes, se apoderando pessoalmente do monopólio da dominação. No distanciamento estratégico da saúde pública, o Ceará Medico encontrou a condição para manter a hegemonia de representar a realidade por meio dos avanços das práticas obstétricas, de neonatologia e da puericultura, que lograram avanços significativos nesta época.

Cabe lembrar que, com a construção dos Estados absolutistas a concentração do poder sobre a violência legítima recaiu sobre as mãos do soberano. A violência antes executada livremente sem censuras passou a se manifestar na forma de disputas de representações da realidade. Portanto, é possível se considerar que se o livro visa instituir uma ordem de mundo por meio de suas representações, o mesmo pode ser aplicado para as demais formas impressas que inserem num contexto de concorrências as intenções de produzirem sentidos de realidade a serem pactuados socialmente por meio da sua apropriação pela leitura.

Portanto, tendo o historiador a tarefa de reconstituir os textos em suas formas discursivas e materiais e nas que governam as circunstâncias de sua efetuação, permite auferir o forte alinhamento do Ceará Medico às ciências eugênicas, por um lado, como uma maneira de continuar seu projeto existencial de cunho científico, e por outro, como maneira de encontrar uma direção que continuasse lhe assegurando uma posição privilegiada de enunciador de um projeto sanitário alternativo ao governamental.

Cumprir ressaltar que um conhecimento de sua materialidade e estética de enunciação e do conteúdo de seus textos permitiu verificar que a leitura oral ocorrida nas sessões ordinárias do CMC se tornou o “fiel da balança” das ciências médicas do Ceará, que no âmago de um duplo movimento nacional, (expansão da saúde pública e consolidação da eugenia enquanto ciência do mais alto grau) submeteu à sua pauta as principais questões da época, igualando todos aqueles que fizeram dela um rito científico. Dessa forma, nesta investigação, considerando os limites epistemológicos da primeira experiência, conclui-se que, o projeto político-cultural da revista Ceará Medico foi se apropriar do estatuto da ciência eugênica para manter a autoridade de ordenar o campo sanitário cearense por meio das

representações da assistência à saúde, o que o fez com atributo de qualidade, aqui comprovado pela riqueza de seus registros estéticos, e uma quantidade significativa de vestígios suscetíveis e passíveis de novos estudos históricos no campo da saúde.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E.D. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. Texto para discussão da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ENCE/IBGE, nº4, Rio de Janeiro, 2002.
- AMORIM, Wellington Mendonça de; BARREIRA, Ieda de Alencar. A missão de Maria de Castro Pamphiro na primeira escola de enfermagem brasileira. In: PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington Mendonça de (Orgs). **História da enfermagem brasileira: lutas, ritos e emblemas**. Rio de Janeiro; Águia Dourada, 2007.
- ARAÚJO, Emanuel. Construção do livro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital; São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2008.
- ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza**. Fortaleza: INESP, 2007.
- ARNOLD, Edmund. C. **Diseño total de um periódico**. Tradução de Patricia Brown. Mexico: Editores Asociados Mexicanos, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Fratesch Vieira. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BANTON, Michael. **A Ideia de Raça**. São Paulo. Edições 70. Martins Fontes. 1977
- BARBOSA, José Policarpo de Araújo. **História da saúde pública do Ceará: da Colônia a Vargas**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.
- BARREIRA, Ieda de Alencar; FALLANTE, Bárbara de Souza Côrtes. Significados da visita domiciliar realizada pelas enfermeiras de saúde pública nas décadas de 20 e 30. **Esc. Enf. Anna Nery. Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro, v.2, n3, dez/1998.
- BATISTA, Sorailky Lopes . **Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo da saúde pública no Piauí (1937-1945)** [Dissertação de mestrado] 2011. 157 f.
- BENTIVOGLIO, Julio. Apresentação. In: DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da história**. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BONFÁ, Cláudia Regina Zillio; TRZECIAK, Dorzeli Salete ; NETO, Manoel Agrasso. **Competências do editor de periódicos científicos enquanto gestor da informação**. Net. Cadernos BAD 1. 2008. Pg 39-46. Disponível

em <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12008/MAN%20CBAD108.pdf>. Acesso em 16 jun 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Bárbara Catani- São Paulo: Editora: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Le Champ scientifique, Actes de la Recherche em Sciences Sociales, n 2/3, jun. 1976, p.88-104. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d' Água, 2003.

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, Rio de Janeiro. 1989.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** RJ: Zahar, 2008.

_____. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAMPOS, Carlos Eduardo Aguilera. As origens da rede de serviços de atenção básica no Brasil: o Sistema Distrital de Administração Sanitária. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, Set. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702007000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 3 jan 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000300011>.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CHARTIER, Roger. O que é um autor ? **Revisão de uma genealogia**. Tradução Luzmara Curcino; Carlos Eduardo Oliveira Bezerra. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.

_____. Aula inaugural no *Collège de France*. In: ROCHA, João Carlos de Castro (Org.). **Roger Chartier - a força das representações: história e ficção**. Chapecó, SC: Argos, 2011.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução: Antunes, C. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Tradução de Maria de Lourdes Meireles Matencio. Campinas, SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

_____. **A beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realza e da aristocracia de corte**. Tradução, Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/ Roger Chartier**. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora: UNESP, 1998.

_____. A leitura: uma prática cultural: debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger et al. **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary del Priore, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **Hist. cienc. saude- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, Abr. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 July 2013.

CUCHE, Denys. **A noção da cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

COIMBRA, Luiz Octávio. Filantropia e racionalidade empresarial (a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro de 1850 a 1920). *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, vol 1, nº 3: 1986.p 46

DAHER, Donizete Vago. **A invenção da “Era Nova”: a revista Annaes de Enfermagem e o processo de construção do campo do conhecimento da enfermagem no Brasil- 1932-1950**. Tese (Doutorado em Ciências Médicas), Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2002.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da história**. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Modernidade técnica e censura política. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs). **História da imprensa do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, v.1, 1994.

_____. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, v.2,1994.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realiza e da aristocracia de corte**. Tradução, Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. O pesquisador e o desafio das fontes. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al (Orgs). **História da educação: desafios teóricos e empíricos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará – dos índios à geração cambeba**. Fortaleza: Tropical Editora, 1997.

FERREIRA, Luiz Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2004, v.11, suppl.1, 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702004000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. 2012.

_____. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, Oct. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701999000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 ago. 2012.

FIOCRUZ. Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 28 mar. 2013. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916.** Arquivo Nacional, Rio de Janeiro; Muiraquitã: Niterói. 2008.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: estática-literatura e pintura, música e cinema (vol.III)** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FREIRE, Maria Martha de Luna (2006). **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas.** Rio de Janeiro, FGV, 2009.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a06.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da. **Teoria da história.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

GADELHA, Georgina da Silva. **Sob o signo da distinção: formação e atuação da elite médica cearense (1913-1948).** Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz, 2012.

GOMES, Regina Souza. **Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal.** Niterói: EDUF, 2008.

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. **A destruição de terra sem males: o conflito religioso de Caldeirão de Santa Cruz do Deserto.** -REVISTA USP, São Paulo, n.82, p. 54-67, junho/agosto 2009.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial.** Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2004.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A ciência na saúde e na doença: atuação e prática dos médicos em Fortaleza (1900-1935).** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem.** São Paulo: Martins Fontes. 1991.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia. O design de periódicos científicos no Brasil: projeto de leitura e campo científico. In: 7o. Congresso Brasileiro de Pesquisa & Desenvolvimento em Design. **Anais do 7o. Congresso Brasileiro de Pesquisa & Desenvolvimento em Design**: Curitiba, 2006.

HAMESSE, Jacqueline. O modelo escolástico de leitura. In: CAVALLO, Guglielmo ; CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1998.

KLAJMAN, Charles. **O conhecimento divulgado pelos soldados de farda branca, através do periódico Medicina Militar (1910-1923)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. O historiador, o arquivo, o sigilo e a perda. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al (Orgs.). **História da educação: desafios teóricos e empíricos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. (Tradução de Bernardo Leitão). Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990.

LIMA, Zilda Maria Menezes. **Uma enfermidade à flor da pele: a lepra em Fortaleza (1920-1937)**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

_____. **O grande polvo de mil tentáculos: a lepra em Fortaleza (1920-1942)**. Tese. (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil redescoberto pelo movimento sanitário da primeira república. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz /Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

LOPES, Raimundo Hélio. “Cada brasileiro receba a parcella do insulto que lhe cabe”: regionalismo, separatismo e bairrismo no processo de mobilização cearense durante a Guerra de 1932. **Rev. Espacialidades [online]**, Natal, 2009, vol. 2, no. 1. Disponível em: <http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/raimundo.pdf>. Acesso: 02 set. 2013.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil**. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

MEDEIROS, A. S.; Representações e práticas científicas relativas ao corpo feminino nas Lições do Curso de Partejas Diplomadas da Maternidade Dr. João Moreira (Fortaleza, 1915-1935). Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.. Disponível em: <www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/.../PDF/.../Aline%20Medeiros.pdf>. Acesso: 10 set. 2012.

MELLO, Guilherme Arantes; VIANA, Ana Luiza d'Ávila. Centros de saúde: ciência e ideologia na reordenação da saúde pública no século XX. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

59702011000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 set 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000400010>.

MIRO, Vitor Hugo; SULIANO, Daniel Cirilo. Ceará: Terra da Luz para Igualdade Racial?. In: VI Economia do Ceará em Debate, 2010, Fortaleza. VI Economia do Ceará em Debate, 2010.

MORA, Ana Maria Sanches. **A divulgação da ciência como literatura**. Tradução de Silvia Pérez Amato. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Editora UFRJ, 2003.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 17 July 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000100006>.

_____. **Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.15, nº 29, 1995. P.93-122.

NÓVOA, A. **A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e recepção do repertório português**. In CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.) Educação em Revista. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser médico no Brasil: o presente no passado**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demóclito Rocha, 2000.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vem com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. In: MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

REIS, José Carlos. **O tempo histórico como representação cultural**. Revista SOPHIE, 01-Recife, abril, 2011.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil; MARINHO, Sandra Maria Osório Xavier. A trajetória do periódico científico na Fundação Oswaldo Cruz: perspectivas da Biblioteca de Ciências Biomédicas. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, June 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. de 2012.

ROMANCINI, Richard. Periódicos brasileiros em comunicação: histórico e análise preliminar. **Anais do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**. Net. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/137148596072331060478867997644147002322.pdf>. Acesso: 17 jan 2013.

SA, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, July 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702009000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 12 Set. 2013.

_____. Notas sobre “Ciência e cientista do Brasil”. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de Sá (Orgs). **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

_____. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SALES, Tibério Campos. **Medicina, associativismo e repressão: o Centro Médico Cearense e a formação do campo profissional em Fortaleza (1928-1938)**. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SALMON, Pierre. **História e crítica**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

SANGLARD, Gisele. A assistência hospitalar: entre a caridade e a ação médica. In: _____. **Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a doença no Rio de Janeiro, 1920-1940**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette – Pinto. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda (Orgs). **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

TEMPERINI, Rosana Soares de Lima. **O Sertão vai virar campo: análise de um periódico agrícola (1930-1937)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz. Rio de Janeiro. 2003.

VASCONCELOS, Argos. **Santa casa de Fortaleza (1861-1992)**. Fortaleza: Gráfica Batista, 1994.

VELLOSO, M. P. ; MOREL, M. ; BESSONE, T. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: Lucia Maria Bastos Neves; Marcos Morel; Tania Maria Bessone. (Org.).

História e imprensa, representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: Faperj/DDPA, 2006.

VERGARA, Moema de Rezende. **A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República.** Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. 2003.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, nº 58, p.291-315: 2009.

WELTMAN, Wanda Latmann. **A educação do Jeca: ciência, divulgação científica e agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948).** Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz - Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2008.

DOCUMENTOS

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Revista Norte Medico- Abril,1913.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

As secas do Nordeste. Conferência realizada na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em 20 de março de 1933.

ACADEMIA CEARENSE DE MEDICINA

Revista Norte Medico- out/nov/dez, 1916.

Revista Ceará Medico

1930- Maio, junho, julho, setembro, outubro, novembro, dezembro;

1931- Fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro;

1932- Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto e dezembro do ano de 1932;

1933-Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1933;

1934-Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho/agosto, setembro, outubro, novembro/ dezembro;

1935- Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto/setembro, outubro/novembro e dezembro.

BIBLIOTECA PÚBLICA GOVERNADOR MENEZES PIMENTEL

O Ceará (livro organizado por Raimundo Girão e Antônio Martins Filho em 1939).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

Relatório da Diretoria de Saúde Pública do Estado do Ceará- Assistência aos Flagelados em 1932.

Relatório do Departamento de Saúde Pública do Estado do Ceará- 1943

Minutas e Ofícios Diversos do Secretário de Negócios do Interior e da Justiça- janeiro a junho de 1935.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO DO CEARÁ

Almanaque do Ceará- 1913; 1930-1944.

ACERVO FAMÍLIA PELLON

Jornais:

O Nordeste - de 13 de janeiro de 1931/ 26 dezembro de 1931/ 9 de julho de 1932.

Nação - de 15 de dezembro de 1931.

O Radical - de 13 de Novembro de 1932.

O Povo - fevereiro de 1934; 27 de outubro de 1977.

Jornal do Governo Provisório do Ceará- 10 de maio de 1933. Decreto nº 1013 de 9 de maio de 1933.

Demais documentos:

Ata de fundação do Centro de Saúde de Fortaleza - 1933.

Fotografias dos campos de concentração – 1932/1933.